

Wilton C. L. Silva
Organização

**II Simpósio Historiografias, Memórias,
Personagens - O Futuro do Passado:
Narrativa e Historiografia**

08 e 10 de novembro de 2017

Assis
UNESP – Campus de Assis
2019

Conselho Editorial

Sílvia Maria Azevedo (Presidente)
Karin Adriane H. Pobbe Ramos (Vice-presidente)
Álvaro Santos Simões Junior
André Figueiredo Rodrigues
Carlos Camargo Alberts
Carlos Eduardo Mendes Moraes
Cleide Antonia Rapucci
Danilo Saretta Veríssimo
Gustavo Henrique Dionísio
José Luis Bendicho Beired
Lúcia Helena Oliveira Silva
Márcio Roberto Pereira
Maria Luiza Carpi Semeghini
Matheus Nogueira Schwartzmann
Miriam Mendonça M. Andrade
Paulo César Gonçalves
Ronaldo Cardoso Alves
Vânia Aparecida Marques Favato

Secretário

Paulo César de Moraes

Conselho Consultivo

Adilson Odair Citelli (USP)
Antonio Castelo Filho (USP)
Carlos Alberto Gasparetto (UNICAMP)
Durval Muniz Albuquerque Jr (UFRN)
João Ernesto de Carvalho (UNICAMP)
José Luiz Fiorin (USP)
Luiz Cláudio Di Stasi (IBB – UNESP)
Oswaldo Hajime Yamamoto (UFRN)
Roberto Acízelo Quelha de Souza (UERJ)
Sandra Margarida Nitrini (USP)
Temístocles Cézár (UFRGS)



FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – Unesp

S612f Simpósio Historiografias, Memórias, Personagens, 2 (2017):
Assis, SP).
O futuro do passado [recurso eletrônico]: narrativa e his-
toriografia, Assis, SP, 08 a 10 de novembro de 2017 / Wilton
C. L. Silva (organização). Assis: UNESP- Câmpus de Assis,
2018.
168 p. : il.
Vários autores
ISBN: 978-85-66060-28-7
1. Historiografia. 2. História - Estudo e ensino. I. Silva,
Wilton C. L. IV. Título.
CDD 907.2

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	1
PREFÁCIO.....	5
MEMORIALISMO DE GILBERTO AMADO: PRIMEIRAS OBSERVAÇÕES.....	12
O ESPAÇO AUTOBIOGRÁFICO EM NELSON WERNECK SODRÉ.....	23
REFLEXÕES SOBRE OS LIMITES E DIFERENÇAS ENTRE DIÁRIOS E AUTOBIOGRAFIAS A PARTIR DE UMA ANÁLISE DE TEMPO MORTO E OUTROS TEMPOS.....	33
PERCEPÇÕES PRECOCES DE C. G. JUNG ACERCA DO CRISTIANISMO: CONSIDERAÇÕES INICIAIS DE UMA AUTOBIOGRAFIA (1957).....	42
AURORA ACADÊMICA: INFÂNCIA E JUVENTUDE NOS MEMORIAIS ACADÊMICOS (2000 – 2015).....	50
MEMÓRIA, TRADIÇÃO E AUTENTICIDADE: SAMBA E CARMEN MIRANDA NA NARRATIVA BIOGRÁFICA DE RUY CASTRO.....	60
RIBEIRO COUTO: DIPLOMATA DAS LETRAS.....	70
CARTAS DE ITALO CALVINO, EM I LIBRI DEGLI ALTRI: O TRABALHO COMO EDITOR NA ITÁLIA DO SEGUNDO PÓS-GUERRA.....	83
BIOGRAFIAS EM HISTÓRIA POLÍTICA.....	93
REGISTRO BIOGRÁFICO DE DIRCE NASCIMENTO: SUAS INFLUÊNCIAS E CONTRIBUIÇÕES PARA A POPULAÇÃO JACAREZINHENSE.....	104
“AS MEMÓRIAS DE UM INTELLECTUAL”: PERCURSOS E INTER-RELAÇÕES DE FERNANDO AUGUSTO ALBUQUERQUE MOURÃO.....	113
“A AUTORA MAIS PROIBIDA DO BRASIL”: CASSANDRA RIOS E SUA LESBIANIDADE RETRATADA NO JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA.....	125
UM SEPULTAMENTO ACATÓLICO: LUTAS E RESISTÊNCIAS À SECULARIZAÇÃO PELA AÇÃO DO MISSIONÁRIO GEORGE WILLIAM BUTLER EM SÃO LUÍS-MA (1888).....	136
AS MENTALIDADES E O IMAGINÁRIO DOS INDIVÍDUOS NA BAIXA IDADE MÉDIA.....	146
PERMANÊNCIAS EM MOVIMENTO NO BAIRRO RURAL DE FRUTAL DO CAMPO (SP).....	155

APRESENTAÇÃO

O II Simpósio Historiografias, Memórias, Personagens - O Futuro do Passado: Narrativa e Historiografia foi um evento organizado pelo MEMENTO - Grupo de Pesquisa de Memórias, Trajetórias e Biografias, objetivando constituir-se como um espaço de interlocução entre pesquisadores de diferentes formações e temáticas que desenvolvem pesquisas sobre as dimensões sociais, culturais e políticas da construção social da memória em distintos modelos narrativos que se vinculem ao enfoque biográfico, assim como na divulgação junto ao corpo discente, de graduação e pós-graduação, e à comunidade da cidade e região, dos conteúdos e potencialidades de tais pesquisas

O evento aconteceu na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP/Assis, entre os dias 08 e 10 de novembro de 2017, com uma programação que incluiu dois Minicursos, dois Simpósios Temáticos e três Mesas Redondas, recebendo cerca de 160 inscrições nas diferentes modalidades.

Os dois Minicursos oferecidos, nos dias 08, 09 e 10 de novembro, no período da manhã, com um total de nove horas cada, foram “Memória, História e (Auto)Biografia”, ministrado pelos doutorandos Hugo Quinta, João Muniz Júnior e Rogério Veras, da UNESP, Campus de Assis, e “Historiografia e Intelectuais”, na mesma data e horário, sob responsabilidade da Dra. Daiane Vaz Machado e dos doutorandos Gerson Ribeiro Coppes Júnior e Thiago Modesto Rudi, da UNESP, Campus de Franca.

Os Simpósios Temáticos, desenvolvidos nos dias 09 e 10 de novembro, no período vespertino, foram dois, “Arquivos e História Intelectual”, coordenado pela Dra. Karina Anhezini, docente da UNESP, Campus de Franca, e “Memória e (Auto)Biografia”, sob responsabilidade do Prof. Dr. Wilton C. L. Silva, também da UNESP, porém do Campus de Assis. Ocorreram apresentações de trabalhos de pesquisa, de alunos de graduação e pós-graduação, da UNESP de Assis, de Franca e de Marília, da Universidade Federal de Uberlândia, da Universidade Estadual de Londrina, da Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual de Ponta Grossa e Universidade do Oeste do Paraná,

com cerca de quarenta trabalhos no total. As reuniões contaram com a presença dos professores convidados, sendo que Fábio Franzini e Júlio Pimentel participaram do simpósio com Karina enquanto Patrício Fontana e Antônio Marcos Pereira participaram com Wilton.

Finalmente, as Mesas Redondas, em um total de três, desenvolvidas entre os dias 08 e 10 de novembro, no período noturno, enfocaram três temáticas: ARQUIVOS E HISTÓRIA INTELLECTUAL, com Karina Anhezini (UNESP – Franca) e Júlio Bentivoglio (UFES), HISTORIOGRAFIA E BIOGRAFIA, com Patricio Fontana (universidade de Buenos Aires) e Fábio Franzini (UNIFESP), e (AUTO)BIOGRAFIA NA HISTÓRIA E NA LITERATURA, com Antônio Marcos Pereira (UFBA) e Wilton C. L. Silva (UNESP - Assis).¹

No dia 08, Karina Anhezini, professora do Departamento de História, da UNESP, Campus de Franca, autora de *Um metódico à brasileira: a História da historiografia de Afonso de Taunay* (UNESP, 2011), apresentou uma comunicação com o título “Entre o tempo do arquivo e a nudez da historiografia: uma reflexão acerca de como se escrevia a história nas primeiras décadas republicanas”, sobre disputas de legitimação historiográfica de Taunay no contexto intelectual do início do século XX.

Em seguida, Júlio Bentivoglio, professor do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo, tradutor de Droysen, Gervinus e de Chladenius, organizador, em co-autoria com Veronica Tozzi, de *Hayden White : cuarenta años de Metahistoria : del pasado histórico al pasado práctico* (Prometeo Libros, 2016), e com Alexandre Avelar, de *Afirmación da história como ciência no século XX* (Vozes, 2016), falou sobre “O direito ao esquecimento e a História: notas introdutórias para um debate”, a respeito das tensões na instrumentalização das idéias de memória, verdade e história na contemporaneidade.

¹ As gravações em vídeo das três mesas redondas foram disponibilizadas em página pública específica do Grupo de Pesquisa MEMENTO no Facebook. O link para essa mesa redonda é <https://www.facebook.com/groups/868397613226963/permalink/1593017194098331/>, o da mesa redonda com Fábio Franzini e Patrício Fontana, do dia 09/11, é <https://www.facebook.com/wilton.silva.10/videos/1523157487737429/>, e, finalmente, a do dia 10/11, com Wilton Silva e Antônio Marcos Pereira é <https://www.facebook.com/groups/868397613226963/permalink/1593116524088398/>.

No dia seguinte, dia 09, Fábio Franzini (UNIFESP), que é professor do Departamento de História da Universidade Federal de São Paulo - Unifesp, na área de Teoria da História e um dos editores executivos da revista História da Historiografia (biênio 2016-2018), além de autor de *À Sombra das Palmeiras: A Coleção Documentos Brasileiros e as Transformações da Historiografia Nacional (1936-1959)* (Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010), apresentou o texto “A walk on the wild side: uma leitura indisciplinada sobre arquivos, história intelectual e historiografia” sobre o impacto e a recepção de Hayden White na historiografia brasileira.

Após a apresentação de Franzini, Patrício Fontana (Universidade de Buenos Aires), professor do Instituto de Literatura Latino-Americana, da Universidade de Buenos Aires e pesquisador do CONICET, além de autor de *Arlt va al cine* (Editora Libreria, 2009, com tradução chinesa em 2017) discorreu sobre a dimensão biográfica na obra de Sarmiento, com a apresentação de comunicação intitulada “Vidas americanas: biografia, historia y originalidade em la obra de Domingo Faustino Sarmiento”.

No encerramento, dia 10, Antônio Marcos Pereira (UFBA), docente do do Instituto de Letras, da Universidade Federal da Bahia, e crítico literário do jornal O Globo brindou os presente, em umanoite chuvosa, com uma discussão sobre problemas e experimentações no espaço biográfico partir de um abordagem pluridisciplinar, com o texto “Dobrando a esquina entre a biografia e a ficção”.

Finalmente, Wilton C. L. Silva (UNESP – Assis), professor Livre Docente do Departamento de História, da UNESP, Campus de Assis, autor de *A construção biográfica de Clóvis Beviláqua* (Alameda, 2016) e coordenador do MEMENTO - Grupo de Pesquisa de Memórias, Trajetórias e Biografias, encerrou o evento com a comunicação “A vida enquadrada de Clarice Lispector: algumas considerações sobre a construção fotobiográfica”, analisando as particularidades da narrativa biográfica através de imagens, tendo como base *Clarice Fotobiografia*, de Nádia Battella Gotlib (EDUSP, 2007).

Dessa forma, buscamos atender uma demanda por eventos que discutam, rompendo com as limitações da endogenia e das fronteiras disciplinares rígidas, os aspectos teóricos e metodológicos dos estudos sobre (auto)biografias, trajetórias, intelectuais e memória, buscando superar a carência de espaços para discussão desses temas no interior de São Paulo, ao mesmo tempo em que buscamos afirmar um espaço de convívio para um crescente número de pesquisadores interessados em compartilhar as inquietações e as pesquisas

concluídas ou em desenvolvimento nos cursos de graduação e pós-graduação em diferentes áreas de Ciências Humanas e Sociais.

Assim, o número de inscritos, quase duas centenas, a diversidade das atividades ofertadas, em minicursos, simpósios temáticos e mesas redondas, o nível acadêmico dos debates, com pesquisadores reconhecidos em seus campos de atuação e com trânsito amplo e diversificado em suas áreas, a heterogeneidade dos participantes, que reuniram, além dos inscritos, convidados de uma universidade estrangeira e mais quatro instituições nacionais de três estados distintos (SP, ES e BA), e a profundidade das questões propostas, garantiram, em nosso entendimento, a oferta para o corpo discente e a comunidade local e regional da divulgação de referenciais acadêmicos e intelectuais de alto nível, de forma dinâmica e multidisciplinar.

Os resultados refletem tanto o envolvimento dos membros do MEMENTO - Grupo de Pesquisa de Memórias, Trajetórias e Biografias, com seus alunos de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado, como também o imprescindível apoio da CAPES, da Faculdade de Ciências e Letras, da UNESP, Campus de Assis, do Departamento de História desta faculdade e da STAEPE.

Assis, 27 de março de 2018.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Wilton C. L. Silva', with a horizontal line extending to the right.

Prof. Dr. Wilton C. L. Silva
Coordenador do MEMENTO

PREFÁCIO

Tornou-se praticamente lugar comum afirmar que nas últimas décadas ocorreu um “retorno” da história política. Explica-se a ojeriza de grande parte da comunidade de historiadores quanto a uma abordagem política da história tendo como base o argumento de que os *Annales* passaram a valorizar as estruturas duráveis “mais reais e determinantes que os fatos” a longa duração, os comportamentos coletivos.¹ Desenvolveu-se, portanto, um desprezo pelo político por considerarem-no um “acidente de conjuntura”.²

O abismo que separava uma parcela considerável de historiadores da história política foi ainda mais dilatado com a disseminação do marxismo na França. Quando se estreitaram as relações entre essa doutrina e os *Annales* “a dimensão política dos fatos sociais foi especialmente marginalizada”.³

O “renascimento da história política”, explica-se a partir de duas ordens de fatores: as transformações sociais mais amplas, que permitiram o retorno do brilho próprio do campo político e as alterações internas sofridas pela pesquisa histórica.⁴ Sobre o primeiro fator, as crises sucessivas das economias liberais abriram espaço para intervenções do Estado que ampliou sua zona de influência. Assim, as demarcações que reduziam o campo do político ampliaram-se significativamente.

Além disso, as duras críticas dirigidas à história política praticada ao longo do século XIX e começo do século seguinte despertou a iniciativa de se praticar uma releitura dos clássicos assinados por Charles Seignobos, André Siegfried, Jean Chevalier, apenas para citar alguns.

Por fim, deve-se destacar a pluridisciplinariedade que abriu novos campos de investigação, novas ferramentas de pesquisa e novos problemas para a história quando esta entrou em contato com outras disciplinas: a matemática, a ciência política, a sociologia, a linguística, a psicologia, a antropologia.^{5, 6}

¹ DIAS, Renato da Silva. A queda do gigante: a Escola dos Annales, o declínio da história política e as ciências sociais. In: DIAS, Renato da Silva (Org.). *Repensando o político: poder, trabalho e identidades*. Montes Claros: Unimontes, 2012, p. 18.

² FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v. 5, n. 10, p. 265, 1992.

³ *Idem*, p. 266.

⁴ RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 23-25.

⁵ RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 13-36.

⁶ ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político (nota de trabalho). Trad. Paulo Martinez. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, v. 15, n. 30, 1995, p. 9-22.

O retorno do político se constitui como uma ação de revisitar e não de repetir as metodologias anteriormente praticadas. Nesse sentido, a volta da história política é um retorno eivado da herança revolucionária da historiografia do século XX.⁷

O chamado retorno da história política trouxe consigo uma outra retomada: a do indivíduo na história. Assim sendo, temáticas como biografia, autobiografia, memória, estudos de trajetórias, arquivos pessoais, narrativa, são objetos que foram renovados em seu tratamento teórico-metodológico e passaram a ocupar lugar de destaque nos estudos do campo histórico. Entretanto, se por um lado cresceu sobremaneira o volume de trabalhos sobre essas temáticas, por outro, a oferta de eventos acadêmicos que permitissem aos envolvidos com as pesquisas nessas áreas divulgarem e debaterem seus resultados não acompanhou a demanda.

Assim, o **II Simpósio Historiografias, Memórias, Personagens. “O Futuro do Passado: Narrativa e Historiografia”** é uma iniciativa que surge como resposta a uma demanda por encontros acadêmicos que discutam aspectos teóricos e metodológicos dos estudos sobre as temáticas supracitadas, reunindo estudiosos com diversos enfoques disciplinares.

O evento ocorreu pela primeira vez em 2015 e na edição de 2017 alcançou pleno sucesso ao se propor como um espaço acadêmico multidisciplinar para que os temas que envolvem narrativa, historiografia, memória e (auto)biografia fossem discutidos durante sua realização, com as palestras, as mesas-redondas, os minicursos e as apresentações de trabalho nos simpósios temáticos.

Os textos que compõem os Anais do evento são resultados das comunicações de pesquisa realizadas em dois simpósios temáticos. O primeiro, “Simpósio Temático: (Auto)Biografia na História e na Literatura”, foi coordenado pelo Prof. Dr. Wilton Carlos Lima da Silva e o segundo, “Simpósio Temático: Arquivos, Biografias e História Intelectual”, foi coordenado pela Prof^a. Karina Anhezini de Araujo.

Podemos agrupar os textos dos Anais, genericamente, em dois conjuntos principais: um que reúne estudos sobre literatura autobiográfica⁸ (confissões, diários, autorretratos, autobiografias, memórias, etc.) e outro cujos trabalhos estão no terreno da biografia (trajetórias, retrato biográfico, prosopografia, etc.).

⁷ D’ALESSIO, Marcia Mansor. A política no fazer e no saber históricos. In: SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti et alii (Org.). *Dimensões da política na historiografia*. Campinas: Pontes, 2008, p. 39-49.

⁸ ROCHA, Clara. *Máscaras de Narciso*. Coimbra: Almedina, 1992, p. 5.

No primeiro agrupamento, temos dois trabalhos cujo foco é a análise de obras memorialísticas. O estudo de Marcos Henrique de Lima, “Memorialismo de Gilberto Amado: primeiras observações”, analisa aspectos das memórias do escritor sergipano de Estância e aponta a importância que as fases da infância e da juventude tiveram no sentido de serem a base da sua formação política e de escritor. O artigo chama a atenção que não somente os eventos de abrangência nacional, mas também os fatos corriqueiros são valorizados pelo memorialista no sentido de terem-no constituído como intelectual. O texto seguinte, “O espaço autobiográfico em Nelson Werneck Sodré”, de João Muniz Junior, se debruça sobre as memórias de Nelson Werneck Sodré e objetiva explorar o espaço autobiográfico do historiador marxista: suas redes de sociabilidade, o Instituto Superior de Estudos Brasileiro, o Exército, as redações dos jornais nos quais trabalhou, enfim, os espaços frequentados pelo autor das memórias, as influências que exerceu e que foram exercidas sobre ele nesses e a partir desses espaços.

Ainda no interior do primeiro conjunto de textos, o estudo de Bruno Cesar Cursini, “Reflexões sobre os limites e diferenças entre diários e autobiografias a partir de uma análise de ‘Tempo morto e outros tempos’”, é uma instigante análise sobre a produção memorialística de Gilberto Freyre. O artigo questiona sobre as intercambialidades entre diários e autobiografias e sobre as suas diferenças. Freyre lançou, já aos 75 anos, a sua autobiografia baseada em seus diários. Trata-se de algo que o texto de Cursini chama de “diário-memória”, modalidade bastante próxima da auto ficção, de um romance de si.

O texto seguinte, “Percepções precoces de C. G. Jung acerca do cristianismo: considerações iniciais de uma autobiografia (1957)”, de Fernanda Dayara Salamon, a preocupação da autora é entender como a visão mítica do autobiógrafo e como os elementos religiosos se relacionam com a sua trajetória. Chama a atenção, que inicialmente, Jung iria participar da escrita da sua biografia comprometendo-se a conceder entrevistas para que sua secretária construísse o texto, mas o processo se encaminhou de forma que juntos, personagem e secretária, se propuseram a escrever não uma biografia e sim uma autobiografia.

O artigo que encerra esse primeiro conjunto de textos é de autoria de Rafaela Duarte Vieira, cujo título, “Aurora acadêmica: infância e juventude nos memoriais acadêmicos (2000-2015)”, denuncia o objeto de pesquisa enquadrado: analisar sete memoriais de professoras do departamento de antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), de concursos de livre-docência e de titularidade. O texto procura caracterizar a escrita auto reflexiva dessas mulheres como um

autoetnografia, na qual, permite-se tanto a apresentação de si, como do outro, em que dimensiona, de formas distintas, a figura pública e a privada, permeada pelas relações institucionais.

O fio condutor do segundo agrupamento de textos é a temática da biografia. Os trabalhos exploram possibilidades dessa vertente narrativa a fim de desenvolverem pesquisas que se ocupam da análise e escrita de trajetórias individuais e de grupos bem como sobre arquivos pessoais.

O primeiro texto desse conjunto é “Memória, tradição e autenticidade: samba e Carmem Miranda na narrativa biográfica de Ruy Castro”, de Manoel Messias Alves de Oliveira. O artigo se vale da biografia de Carmen Miranda, *Carmen: uma biografia* (2005), produzida pelo jornalista, biógrafo e escritor Ruy Castro a fim de analisar as fronteiras entre realidade e ficção em relação à narrativa biográfica, sobre os cenários, personagens e costumes e, assim, estabelecer comparações entre a perpetuação ou a transformação da memória, no qual o passado é projetado no presente por meio da seleção das experiências vividas.

Os dois textos seguintes, “Ribeiro Couto: diplomata das letras”, de Bruna Carolina de Almeida Pinto e “Cartas de Italo Calvino, em i libri degli altri: o trabalho como editor na Itália do segundo pós-guerra”, de Juliane Luzia Camargo, são estudos que utilizam como fonte arquivos pessoais, mais especificamente, correspondências, a fim de reconstruírem trajetórias pessoais. Bruna Carolina de Almeida Pinto estuda os intercâmbios entre intelectuais brasileiros e de outros países no contexto do Movimento Modernista brasileiro, iniciado em São Paulo nos anos 1920. A autora foca as relações diplomáticas, no âmbito das letras, de Rui Esteves Ribeiro de Almeida Couto a fim de demonstrar a complementaridade exercida entre a política e a literatura. O artigo analisa a correspondência pessoal de Ribeiro Couto com outros intelectuais brasileiros e, especialmente, com o estadista português António de Oliveira Salazar. Por sua vez, Juliane Luzia Camargotrabalha com a trajetória política e literária de Italo Calvino, bem como sua importante contribuição à história editorial italiana. O texto analisa aspectos da correspondência do escritor por considerá-la importante para o estudo da memória histórico-artística italiana e do próprio espaço histórico-social do pós Segunda Guerra Mundial no país natal de Italo Calvino.

Um terceiro conjunto de textos se debruça sobre trajetórias pessoais a partir de diferentes enfoques metodológicos: “Biografias em história política”, de Juliana Carolina da Silva; “Registro biográfico de Dirce Nascimento: suas influências e contribuições para a população jacarezinhense”, de Glaisier Mara Aparecida Germano Mariano, Pabulo Matheus

Domiciano e Luciana Brito; “As memórias de um intelectual”: percursos e inter-relações de Fernando Augusto Albuquerque Mourão, de Clauber Ribeiro Cruz; ““A autora mais proibida do Brasil”: Cassandra Rios e sua lesbianidade retratada no jornal *lâmpião da esquina*”, de Ingrid Mancilha Cesar; “Um sepultamento acatólico: lutas e resistências à secularização pela ação do missionário George William Butler em São Luís-MA (1888)”, de Rogério de Carvalho Veras; e por fim, “As mentalidades e o imaginário dos indivíduos na Baixa Idade Média”, de Eduardo Melin.

O trabalho de Juliana Carolina da Silva realiza uma reflexão acerca da construção da biografia política, pensando a renovação do campo historiográfico e as questões atuais que se colocam sobre o desenvolvimento desse gênero de pesquisa e narrativa. No mesmo texto, a autora utiliza os arquivos de informes sobre o estudante Florismar Minocci, do Colégio Estadual Rui Barbosa, em Jacarezinho/PR, contidos no Sistema Nacional de Informações sobre a região norte do Estado do Paraná, disponíveis no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (CDPH/UEL). O objetivo do estudo é confrontar os dados e as narrativas dos informes com informações em periódicos, em ambientes virtuais e entrevistas, de modo a tecermos um esboço da biografia de Minocci, problematizando os estigmas que os documentos do regime militar o impuseram no uso da lógica da suspeição.

Em “Registro biográfico de Dirce Nascimento: suas influências e contribuições para a população jacarezinhense”, os autores buscam reunir informações tanto da vida, quanto das obras de Dirce Nascimento, devido ao fato de não haver em ambiente virtual ou em bibliografias disponíveis, um registro biográfico sobre a artista. Nesta perspectiva, o texto oferece uma visão panorâmica das contribuições da artista para com o acervo cultural da cidade de Jacarezinho.

O texto seguinte, de Clauber Ribeiro Cruz, destaca alguns fatos da história intelectual de Fernando Mourão através da análise de momentos que recontam a trajetória, com as intervenções integradas ao campo social, cultural, político e editorial, de um professor-pesquisador preocupado em dar voz e visibilidade aos povos africanos.

Ingrid Mancilha Cesar estuda a literatura de empoderamento e representatividade do universo LGBT presentes na obra da escritora Cassandra Rios (1932-2002), cuja fama de imoral e transgressora dos costumes, da família e do governo da Ditadura Militar fez com que seus livros fossem censurados e a autora presa por esse regime. O artigo utiliza como fonte o periódico “*O lâmpião da esquina*”, importante veículo de divulgação da obra de Rios entre os anos 1978 e 1981, a fim de discutir a memória de Cassandra Rios perante a censura do regime

militar, rompendo com padrões da literatura erótica brasileira e se afirmando como “a autora mais proibida do Brasil”.

O estudo desenvolvido por Rogério de Carvalho Veras é a exposição de uma parcela de sua pesquisa sobre a biografia do médico e missionário protestante George William Butler (1853-1919), um norte-americano que viveu a maior parte de sua vida no Nordeste do Brasil (1883-1919), nos estados do Maranhão (1885-1892) e Pernambuco (1893-1919). No texto em questão, o autor analisa como George Butler movimentou-se dentro de um espaço de liberdade propiciado pelas dissonâncias e ambiguidades do sistema normativo, e entre este e o campo prático, percebendo o papel deste indivíduo no processo de secularização daquela sociedade.

Encerrando esse conjunto de textos, a pesquisa de Eduardo Melin aborda a evolução da historiografia narrativa dentro do meio político e as renovações que este elemento da história política obteve na segunda metade do século XX assim como seu retorno à luz da atualidade. Nesse cenário de transformações, o autor procura explicitar como os trabalhos que abordam o período conhecido como Baixa Idade Média na França vêm sendo desenvolvidos no que tange a faceta biográfica e as relações de poder, tanto por parte de membros da nobreza, clérigos como os intelectuais que ascendem com o surgimento das universidades como um novo grupo integrado a essas relações.

“Permanências em movimento no bairro rural de Frutal do Campo (SP)”, de Carla Julião da Silva, é o texto que encerra as publicações desses Anais. Trata-se de um trabalho de etnografia que discute sobre o meio rural paulista sobre o olhar dos sitiantes do bairro rural localizado no Distrito de Frutal do Campo, na cidade de Cândido Mota (SP). Tal discussão permeia nas variadas interpretações que o campo sofreu e vem modificando suas características. A partir de entrevistas com os habitantes da região selecionada, a autora aponta as diversas representações e interpretações do modo de vida rural, tanto na organização do trabalho como nas diversas identidades que podem ser encontradas no universo do campo.

Cabe ressaltar que o universo de trabalhos aqui reunidos contempla diferentes conjunturas, perfis de atores e usos de fontes, oferecendo um valioso quadro dos usos da escrita (auto)biográfica, da narrativa, da construção e análise de trajetórias bem como de fontes arquivísticas.

Os textos, em conjunto, contribuem no sentido de oferecerem múltiplas perspectivas de análises, justamente em razão das variadas discussões teóricas e metodológicas específicas para cada estudo, em diferentes contextos históricos e sociais, em diversas conjunturas e recursos de fontes.

João Muniz Junior
(Coorganizador *II Simpósio
Historiografias,
Memórias, Personagens*)

Assis, 25 de março de 2018

MEMORIALISMO DE GILBERTO AMADO: PRIMEIRAS OBSERVAÇÕES

Marcos Henrique de Lima*

Introdução

Gilberto de Lima Azevedo Souza Ferreira Amado de Faria é primo do romancista Jorge Amado, pai da atriz Vera Gibson Amado⁹ e o primeiro dos catorze filhos de Melchisedech de Sousa Amado e Ana de Lima Azevedo de Sousa Ferreira Amado, nasceu em Estância (SE) no dia 7 de maio de 1887 e faleceu no Rio de Janeiro (RJ) em 27 de agosto de 1969. Graduado em Farmácia (BA) e Direito (Recife - PE), foi professor universitário (catedrático de Direito Penal na atual FDUFPE – Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco) –, político (deputado e senador de Sergipe), ministro na Finlândia, quinto ocupante da Cadeira 26 na Academia Brasileira de Letras (sucessor de Ribeiro Couto), ensaísta, poeta, consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores (sucendo Clóvis Beviláqua), embaixador, memorialista, jornalista, jurisconsulto, diplomata e, em 1948, passou a ser membro da Comissão de Direito Internacional da ONU. Amado possui uma vasta obra bibliográfica, publicou diversos textos em jornais como no Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio e O País (sendo os dois últimos do Rio de Janeiro) e escreveu diversas obras como: A chave de Salomão e outros escritos (1914), Dias e horas de vibração (1933), Os interesses da companhia (1942), Eleição e representação (1932) e Poesias (1954) (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2017; CAVALCANTE, 2010, p. 186).

Apesar de toda essa grande influência que teve em sua época,

Afastado do Brasil em missões oficiais no exterior, Gilberto Amado aos poucos foi se tornando, entre nós, figura mítica. Periodicamente vinha ao Brasil. Como toda figura mítica, tornou-se conhecido, sobretudo, pelas lendas e anedotas que circulavam a seu respeito, reproduzindo ditos espirituosos e atitudes inusitadas (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2017).

O esquecimento sobre a figura dele talvez tenha se dado por essa lenta mitificação e também devido ao fato de que os meios editoriais não mais reeditam as obras de Amado, sendo que o único meio de as adquirir é em locais que trabalham com livros usados ou com alguém que os tenha comprado quando ainda eram reeditados. “Uma das últimas reedições, do livro Eleição

* Aluno de graduação em História na Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Assis-SP), bolsista CNPq (PIBIC).

⁹ Mais conhecida como “Vera Clouzot” nasceu no Rio de Janeiro em 30 de dezembro de 1913 e faleceu ainda jovem na França, aos 47 anos de idade, em 15 de dezembro de 1960. Foi uma atriz e roteirista brasileira que atuou em alguns filmes franceses (FAMILIA GIBSON, 2017).

e representação¹⁰, publicado originalmente em 1932, data do ano de 1999 e traz uma elucidativa introdução do falecido cientista político Olavo Brasil da Silva Lima Junior” (SOUSA, 2011, p. 115). É também por conta desse esquecimento e pelo fato de Gilberto Amado ter contribuído “para a construção de uma notável fonte documental para a compreensão do Brasil Republicano” (SOUSA, 2011, p. 116) que, em minhas pesquisas, busco estudar a vida desse intelectual através das duas primeiras obras de sua escrita memorialística a qual é composta por um total de cinco livros: História da minha infância (1954)¹¹, Minha formação no Recife (1955)¹², Mocidade no Rio e primeira viagem à Europa (1956), Presença na política (1958) e Depois da política (1960). Assim entre os principais objetivos desse trabalho está a busca por entender teorias que norteiam questões sobre memória e escrita autobiográfica, compreender as relações entre a dinâmica social e a cultural presentes em seus dois primeiros livros e, não menos importante, estudar e analisar a infância e a juventude de Gilberto Amado dentro do contexto em que ele esteve inserido intercalando as análises micro e macroscópicas da História.

É válido ressaltar que “esse estilo literário [o memorialístico] esbarra em muitos limites, visto que omissões de fatos importantes da própria biografia do autor ocorreram” (SOUSA, 2011, p. 130), como o assassinado do poeta Aníbal Theophílo cometido em 19 de junho de 1915 (SOUSA, 2011, p. 130). Também há o fato de que toda a escrita memorialística tende a recriar em cima dos fatos (SOUSA, 2011, p. 129), por conta disso sabemos que não se pode considerar o texto dele como portador de verdades absolutas e, para evitar esses problemas, estamos recorrendo à pesquisas bibliográficas que visam melhor entender o contexto da República Velha e a própria vida de Amado. Vê-se assim que, apesar das limitações, se tomada as devidas precauções, a escrita dele oferece um grande arcabouço de informações sobre o contexto em que ele viveu. Bem com lembra Ana Maria Haddad Baptista, no memorialismo

o sujeito apropria-se de sua experiência e, ao resgatar sua trajetória individual, pode desvelar elementos da história coletiva. A memória individual traz sua marca, a sua peculiaridade, que é a experiência que pertence unicamente àquele sujeito, na verdade, fora dos padrões institucionalizados e documentais, o que poderá possibilitar a revivescência de vozes silenciadas que não foram ouvidas no passado (BAPTISTA, 1996, p. 49).

Como minhas pesquisas ainda se encontram em andamento, portanto carecendo de “conclusões finais”, esse artigo busca abordar apenas alguns resultados parciais tendo como

¹⁰ Grifos do autor.

¹¹ Em minhas pesquisas trabalho com a 3ª edição do livro lançada em 1966.

¹² Em minhas pesquisas trabalho com a 2ª edição do livro lançada em 1958.

foco algumas das características do memorialismo de Amado e a observação de alguns elementos de sua infância e mocidade que possivelmente o influenciaram na escolha de sua carreira profissional tanto na política como na escrita literária.

Alguns dos atributos do memorialismo de Gilberto Amado

A escrita memorialística carrega consigo diversas características e aspectos que a tornam única em meio ao amplo leque de possibilidades que as autobiografias podem oferecer. Com o seu caráter literário e a sua maior centralidade no contexto em que o autor viveu sem esquecer de evidenciar a presença do “eu” (SILVA, 2017) a escrita do intelectual aqui analisado, como ressaltamos na introdução, oferece um meio único de se conhecer a Primeira República brasileira, nela

podemos constatar a elaboração de uma leitura antropológica da infância, levando em consideração a narrativa sobre os jogos infantis e as brincadeiras frequentes entre as crianças de sua geração, o modo de vida adolescente, a vida boêmia, a vida cotidiana, as práticas educativas, as condições de higiene pública, o papel da imprensa no Rio de Janeiro, a visão sobre a inteligência brasileira, os costumes políticos na República Velha, a vida social na Europa, sua inserção na política e nas relações internacionais, dentre outras abordagens (SOUSA, 2011, p. 116).

Além do mais, segundo o professor universitário e pesquisador Castello

Gilberto Amado, ao contrário de todos, escreveu a autobiografia – marcada por acentuada vaidade pessoal – amplamente abrangente de sua vida e época, a começar da infância, de fins de século para princípios do atual [séc. XX], continuando com a fase dos estudos superiores, mocidade, primeiras viagens, política e diplomacia. São cinco volumes de acentuado personalismo, dos quais o que mais nos prende, talvez pelos limites de tempo e experiência, não obstante a presença sempre ostensiva e interferente do adulto, é o primeiro – História de Minha Infância¹³. Apesar do ângulo de visão pessoal ser absorvido pela própria participação do autor, espécie de epicentro, reconhece-se sua preocupação de demonstrar o viver brasileiro em determinada época. São dados curiosos da província, das pequenas cidades às capitais: economia, hábitos, costumes, alimentação, festas – populares, religiosas, tradicionais; o ensino, representações teatrais de amadores, leituras da época, o predomínio da presença estrangeira, por exemplo, nos impingindo um vestuário pesado, impróprio para o clima tropical e também ‘os hábitos principalmente’ numa época em que quase tudo era importado. Prosseguirá pelo conjunto de volumes de suas memórias com a mesma atitude personalista dominante, mas nos deixando um depoimento de época. Serve-nos também para explicar outras facetas do escritor – poeta, preso aos antecedentes do modernismo, e sobretudo ensaísta, sem dúvida modelo de linguagem (CASTELLO, 1999, p. 390).

É importante ressaltar ainda que essa vaidade pessoal do autor somado a alguns outros aspectos de sua escrita faz com que ele, juntamente com muitos memorialistas da época, possua um estilo proustiano (o qual se caracteriza pelo fato do autor lembrar de seu passado com certo saudosismo, sempre levando em conta o lado positivo do tempo que já passou).

¹³ Grifos do autor.

Há inúmeros exemplos de filiação ao universo proustiano de escritores como Augusto Meyer, Pedro Nava, Murilo Mendes, Cyro dos Anjos, Carlos Drummond de Andrade, Jorge de Lima, José Lins do Rego, Cassiano Ricardo, Gilberto Amado e alguns outros. Entretanto, é impreciso e tendencioso supor que todo o memorialista brasileiro do século XX tenha se submetido à reconstituição do passado de forma semelhante àquela efetuada por Marcel Proust, que fez das sinestésias e dos acessos involuntários as molas propulsoras da confissão do petit Marcel¹⁴. Muitos o seguiram (verbalizando suas próprias manifestações involuntárias), outros não. Obras como Solo de clarineta, de Erico Veríssimo, apesar do título de alguns de seus capítulos, a melancólica Um solitário à procura da vida – Fragmento de autobiografia, de Carlos Dante de Moraes, ou as catárticas Infância e Memórias do Cárcere, de Graciliano Ramos, nada têm de proustianas, apresentam-se muito mais como confissões feitas no sentido de se livrarem dos “fantasmas” do passado do que como forma de enaltecer, valorizar e eternizar os odores e sabores experimentados na infância e resgatados involuntariamente (BUNGART NETO, 2009, p. 97-98).

Além do mais, outros aspectos sobre a escrita de Gilberto Amado podem ser evidenciados como aquele fator que Arfuch (2014, p. 72-73) chama de “memória flutuante”, ou seja, o fato de que, em muitos momentos do livro, o autor realiza um salto no tempo fazendo comparações ou mostrando as relações que existem entre elementos de sua infância com aspectos que só viram a ocorrer no futuro ou quando lembra de fatos do passado que só passam a fazer sentido no contexto em que ele se encontra naquele momento¹⁵. A questão do tempo também não pode ser deixada de lado, nesse ponto é importante ressaltar que, apesar da presença da “memória flutuante”, Amado opta por seguir uma linha cronológica que parte desde sua infância (em História da minha infância) até um momento próximo ao que ele está escrevendo o último livro (Depois da política). Essa cronologia é bem visível nos dois livros que visamos analisar aqui, sendo que no primeiro deles, História da minha infância, o autor faz uma divisão em duas grandes partes (Estância e Itaporanga) as quais remetem respectivamente ao local que ele nasceu e outro para onde ele se mudou posteriormente e o segundo, Minha formação no Recife, é dividido em cinco anos que se referem a cada um dos anos da graduação em Direito que Amado realizou no Recife.

Alguns aspectos do contexto que possivelmente influenciaram nas escolhas profissionais de Gilberto Amado

Agora que melhor conhecemos o intelectual que é foco de minhas pesquisas e estamos brevemente introduzidos à algumas das características gerais da obra memorialística dele, podemos com mais segurança analisar alguns dos aspectos da infância e da juventude de Amado. Como dito na introdução, devido ao fato das pesquisas ainda se encontrarem em seu início, trataremos aqui apenas de alguns aspectos que possivelmente influenciaram o autor na

¹⁴ Grifos do autor.

¹⁵ Aliás, esse fenômeno é muito recorrente no segundo livro de Gilberto Amado, *Minha formação no Recife*, o qual muitas vezes faz referências a diversas cenas presentes em *História da minha infância*.

escolha de sua carreira profissional tanto na política como escrita literária, contudo, antes de mais nada, é importante ressaltar que esse tipo de análise aqui proposta só é possível porque Amado

esteve fortemente atento ao contexto que vai se ampliando à medida que iria, literalmente, ampliando também seus espaços de convivência e a sua rede de sociabilidades ao partir para a vida pública: da saída de Estância para Itaporanga, outro município sergipano, um pouco maior e de suas idas e vivências em Aracaju, Salvador, Recife, Rio de Janeiro e Europa, a experiência cada vez mais intensa com a vida intelectual, os trabalhos na imprensa (Diário de Pernambuco¹⁶, O Comércio de São Paulo, O país, entre outros), o aprofundamento literário, a convivência com eminentes figuras da vida política e intelectual, sobretudo no Rio de Janeiro (SOUSA, 2011, p. 121).

Ao falar sobre sua vida até a conclusão da graduação em Direito, Gilberto Amado irá apresentar uma grande riqueza de detalhes. Em *História da minha infância* (1966) o autor nos traz uma minuciosa descrição dos hábitos e tradições de sua cidade natal (Estância), Itaporanga (para onde se mudou posteriormente) e outras localidades vizinhas como Aracaju, ressaltando aspectos relacionados à religiosidade, relações com os negros (recém libertados naquela época), os modelos de roupas usados pelos mais variados tipos de pessoas e classes sociais, a alimentação em geral, as brincadeiras de infância, o modo como se davam as relações entre homens e mulheres, a relação que teve com música, versos, poesias e literatura em geral, o contato que ele teve com a Guerra de Canudos, a alfabetização realizada pela mãe e os posteriores estudos escolares, diversos elementos que possivelmente o influenciaram em suas escolhas profissionais, a graduação em Farmácia (BA) e diversas outras informações do cotidiano dele. Já o segundo livro, *Minha formação no Recife* (1958), além de apresentar diversas recordações retratadas no primeiro, faz comparações com essas, pois Amado percebe grandes diferenças entre os costumes de sua vida anterior e àqueles que começara a conhecer no Recife, o autor também fala sobre o “Papa-Estrêlas” que é o nome dado por ele a um grande amigo seu que estava sempre disposto a ouvi-lo nos momentos de felicidade e de tristeza: o rio Capibaribe (o qual recebe essa nomenclatura devido ao fato de refletir as estrelas do céu de modo a aparentemente “come-las”), além do mais, Amado atenta para os diversos momentos em que viaja de férias para rever seus familiares e também ler grandes clássicos, resalta aspectos religiosos do seu novo contexto, fala sobre a alimentação do Recife, relata sobre problemas cotidianos de abrangência nacional (a peste bubônica, por exemplo), mostra como era a relação com os negros, resalta diversas músicas, poemas e versos que ouviu ou leu, lembra o nome de pessoas que foram muito influentes em sua vida,

¹⁶ Grifos do autor.

cita diversos autores que leu durante a graduação e descreveu sobre seus meios de se sustentar durante a graduação: suas aulas para alunos do curso de farmácia (AMADO, 1966, p. 181) e o posterior trabalho no Diário de Pernambuco (AMADO, 1958, p. 21).

Em meio a todas essas informações que os livros nos oferecem o primeiro aspecto que remete às futuras escolhas profissionais de Amado que deve ser levado em conta é o primeiro contato com o mundo das letras o qual se deu através de sua própria mãe. Segundo o próprio autor em História da minha infância:

Minha mãe sentava-se a coser e retinha-me de livro na mão, ao lado dela, ao pé da máquina de costura. O livro tinha numa página a figura de um bicho carcunda ao lado do qual, em letras graúdas, destacava-se essa palavra: ESTÔMAGO. Depois de soletrar ‘es-to-ma-go’, pronunciei ‘estomágo’. Eu havia pronunciado bem as duas primeiras palavras que li, camelo e dromedário. Mas estômago, pronunciei estomágo. Minha mãe, bonita como só pode ser mãe jovem para filho pequeno, o rosto alvíssimo, os cabelos enrolados no pescoço, parou a costura e me fitou de fazer mêdo (sic): “Gilberto!” Estremeci. “Estomágo?” Leia de nôvo (sic), soletre.” Soletrei, repeti: “Estomágo.” Foi o Diabo (AMADO, 1966, p. 42-43).

Nesse trecho percebe-se que a educação inicial dele foi um tanto quanto repressiva, pois ao pronunciar uma palavra errada a mãe de Amado o olha, fala o nome dele em tom de repreensão e manda que ele tente pronunciar novamente. Em seguida ao ser matriculado na escola de Sá Limpa (professora Dona Olímpia)¹⁷, vê-se a manutenção daquele famoso padrão presente em todo o Brasil naquela época – e, em alguns casos, até nos dias de hoje – o qual consistem em “decorar” as informações apresentadas pelo professor, método esse que nem sempre funcionava com todos os alunos e acarretava na exclusão de quem não se adaptasse:

Os meninos, todos, decoravam a tabuada cantando: “Dois mais dois, quatro! Três veis¹⁸ (sic) seis, dezoito!” João Balaio fazia isto olhando para o teto e alisando a perna com a mão espalmada. Durante o ano que estivera na escola, não aprendera a tabuada se quer; era-lhe impossível somar números simples; do primeiro livro de leitura não passou (AMADO, 1966, p. 51).

Amado ainda estuda em Aracaju num Colégio interno do professor Oliveira. Aos 12 anos, por influência de seu pai, ele foi estudar Farmácia na Bahia devido ao fato de ser um curso que exigia apenas seis anos de estudo básico, no entanto, por ser ainda muito jovem precisou “aumentar” sua idade para realizar a matrícula: “Na república, os rapazes arranjaram fãcilmente (sic) a matrícula, aumentando a minha idade” (AMADO, 1966, p. 175). Amado gostou muito do curso tanto é que ficou muito bravo quando, ao concluir a graduação, seu pai lhe disse que deveria estudar Direito para se tornar um político: “Dois anos depois, em Recife, aonde fui mandado, contra a vontade, aliás, estudar Direito (minha vocação, pensava eu

¹⁷ Escola particular localizada em Itaporanga.

¹⁸ Grifo do autor.

então, era para ciências naturais)” (AMADO, 1966, p. 181), mas, com o passar do tempo, como é possível perceber em Minha formação no Recife, ele gosta tanto de Direito que, ainda durante a graduação, começa a escrever sobre política em um jornal pernambucano, o Diário de Pernambuco (AMADO, 1958, p. 106-107), e, mais tarde, buscando “superar” uma nota baixa, torna-se catedrático em Direito Criminal na mesma faculdade em que se graduou, como o próprio Amado diz: “Eu não tinha digerido o meu fiasco com Gervásio Fioravante no exame de Direito Criminal. Aquela falta cometida comigo mesmo me remordia. Desagradava-me ter sido aprovado por favor” (AMADO, 1958, p. 266) e “Abraçamo-nos [Amado e o professor Gervásio] e parti, levando o in petto¹⁹ a resolução de, se houvesse concurso de Direito Criminal algum dia, inscrever-me... para espichar Gervásio. Não foi preciso. Dois anos depois, menos ainda, eu era nomeado” (AMADO, 1958, p. 268).

Um fator determinante na construção de toda a carreira profissional do autor, seja como farmacêutico, professor universitário, político ou escritor, foi o grande apreço que possuía pela leitura. Ele ressalta que desde a mais tenra juventude gostava muito de ler:

Largado de mão, sem poder voltar para o colégio por falta de recursos, comecei a me “perder” em Itaporanga. A família crescia, menino em casa fervilhava. Numa rêde (sic) armada no quintal, horas e horas deixado só, enquanto meu pai se debatia com as responsabilidades da liquidação da loja e a família sofria as conseqüências (sic), lancei-me ao prazer que iria constituir-se o maior da minha vida, sem comparação com nenhum outro, qualquer que seja a modalidade que assuma ou o nome que tenha, prazer que só e só teria bastado para me fazer amar a vida e agradecer o fato de ter nascido – o prazer de ler. Não ficou livro lá em casa, abandonado, já lido e relido, qualquer que fôsse (sic), que eu não “batesse” de nôvo (sic). Jornais velhos, revistas, almanaques, romance emprestado, tudo foi devorado. Atirei-me a um dicionário que trouxe do colégio (AMADO, 1966, p. 172-173).

Bem como ele ressalta em seus dois primeiros livros de memórias, através não só da leitura, mas também da loja de seu pai, da escola e de diversas pessoas e locais por onde passava, Amado pode ter contato com o mundo e conhecer grandes nomes de diversas áreas do conhecimento os quais foram muito influentes na formação dele como intelectual.

A loja [do pai de Gilberto Amado] era o centro da vila. Ali se processava não só o comércio em grosso e a retalho, como a política. Era o foco do espírito local, onde se começou a fazer por Itaporanga o que nunca se fizera antes e de onde a política veio arrancar meu pai do comércio (...).

Era na loja que se reuniam os políticos e amigos, era na loja que se passava debaixo dos meus olhos a situação do país. Foi aí que as palavras Monarquia, República, militarismo, estado de sítio, governo (sic), oposição, encilhamento, inflação, soaram pela primeira vez aos meus ouvidos. (...).

Meu pai assinava os jornais do Rio. Assim que chegavam os pacotes levantava-os da porta para o lado oposto (...). Meu pai lia logo as notícias mais

¹⁹ Grifos do autor.

importantes, guardava os artigos de fundo para depois. Ficavam comentando. Eu [Gilberto Amado] absolvía tudo. (...).

A loja alargava o meu círculo de conhecimentos gerais e me fazia conhecer não só a população da vila pròpriamente (sic) dita, como a das redondezas, dos povoados, arruados e engenhos, roças, léguas e léguas em derredor (AMADO, 1966, p. 98-106).

Assim, através dessa grande variedade de fontes, Amado conheceu em sua infância muitas personalidades de seu tempo de como “Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto, Prudente de Moraes, Wandenkolk, Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva, Joaquim Nabuco, Zé do Patrocínio” (AMADO, 1966, p. 104), também o escritor Tomás Ribeiro (AMADO, 1966, p. 58), os políticos João Balaio, João Alfredo (AMADO, 1966, p. 54) e Antônio F. (AMADO, 1966, p. 61) e muitos outros. Já durante sua graduação em Direito “Dividia as minhas horas, de manhã na biblioteca, de tarde à porta da Livraria Nogueira” (AMADO, 1958, p. 11) e isso lhe possibilitou ampliar ainda mais seu leque de conhecimento lendo grande nomes como: Sílvio Romero, Tobias Barreto, Gumercindo Bessa, Augusto Comte (AMADO, 1958, p. 18-19); Dostoiévski (AMADO, 1958, p. 31); Spence, Renan, Taine (AMADO, 1958, p. 34), Haeckel, Virchow, Copérnico, Descartes, Spinoza (AMADO, 1958, p. 35); Euclides da Cunha (AMADO, 1958, p. 58); Karl Marx (AMADO, 1958, p. 92); Nietzsche (AMADO, 1958, p. 108); Emanuel Kant (AMADO, 1958, p. 158); Lafayette (AMADO, 1958, p. 185); João Ribeiro (AMADO, 1958, p. 188) e muitos outro que lhe permitiram o entendimento de assuntos como

Monismo, Dualismo, Teoria e Crítica do Conhecimento, Livre Arbítrio e Determinismo, Causa Primária, Causa Eficiente, Causas Finais, Idéia (sic), Substância, Vontade, Incognoscível, Absoluto, Lei dos Três Estados, Classificação das Ciências, Mecanicismo, Teleologia, tudo isso, que são epígrafes ou títulos de capítulos e expressões para vocabulário filosófico, eram naqueles dias abismos a transpor, viagens a empreender, labirintos a desemaranhar, domínios a conquistar. Meses imensos! Horas côncavas, cada qual mais funda, querendo conteúdo (AMADO, 1958, p. 27).

Um fato outro fato importante que colocou o autor bem próximo dos acontecimentos políticos do país, logo em sua infância, era o costume que a família dele tinha de hospedar pessoas que passavam pela vila. Em uma dessas hospedagens a família recebeu todos os oficiais da expedição da Guerra de Canudos os quais de início não queriam aceitar a oferta, mas por insistência do pai de Gilberto Amado acabou aceitando (AMADO, 1966, p. 99-101):

Meu pai gloriou-se disto como de um presente do destino. Sangrava o patrimônio por patriotismo e, ajunte-se em respeito à verdade, para ‘dar ferro’ aos adversários. (...).

Cada cheia do [rio] Vaza-Barris era uma ilustração aos nossos olhos da guerra de Canudos. Apanha-se em Itaporanga destroços que o rio carreava. Tudo o que li depois em Euclides da Cunha, em frases ancoradas, passou aos olhos das crianças de Itaporanga” (AMADO, 1966, p. 101).

Em toda a formação acadêmica do autor até seu bacharelado em Direito é sempre importante lembrar que por traz disso tudo estava influência de seu pai, Melchisedech Amado. Tanto na escolha da primeira graduação em Farmácia como na de Direito e até mesmo nos assuntos conversados no cotidiano (na casa, na loja, nos passeios, na convivência familiar) o autor deixa bem claro essa necessidade que ele possuía de fazer aquilo que o pai lhe pedia mesmo não sendo inicialmente aquilo que ele queria: “Tudo que me cercava me dispunha a uma vida que não me atraia – a da política, a da ação, a de um ‘papel’ a representar. Dar gôsto²⁰ (sic) a meu pai, ao meio que me rodeava, seria dar-me desgôsto (sic)” (AMADO, 1966, p. 202).

Além da área política e acadêmica a leitura e os mais variados contextos e situações por onde Amado passou lhe propiciaram o desenvolvimento de um olhar muito aguçado para o campo da literatura que o levou a escrever diversos poemas e textos literários como a obra memorialística aqui analisada. Conforme o próprio intelectual afirma “Comecei a vida literária pelo amor das palavras. Poderia até dizer, com o natural exagêro (sic), que foi êste (sic) realmente o meu primeiro embeijamento de puberdade” (AMADO, 1966, p. 193), assim para ele a “Literatura é mais do que vida, porque é vida aumentada no coração do artista” (AMADO, 1966, p. 196). Durante os dois primeiros livros do memorialismo dele são muitos os momentos que há a lembrança de algum tipo de contato com poemas, versos, músicas e outros tipos de escrita de cunho literário, seja na escola, durante a criação do grupo de teatro coordenado por seu pai (AMADO, 1966, p. 128-137) ou mesmo em algum momento do dia a dia. Em História da minha infância pode ser citado a título de exemplo os seguintes fatos:

Zuzu, filha de D. Isaura, era da Fábrica, durante o dia, e de noite, de tôda (sic) festa. Primavera nas serestas e arrasta-pés que tio Gole arranjava na Rua da Baixa. Tinha uma vozinha rouca, de que eu gostava. As modinhas tristes me faziam estirar os olhos para ela com pena (AMADO, 1966, p. 13).

Sá Limpa tinha uma qualidade, a voz, que o fumo de rôlo (sic) não lograra embaciar, clara, extensa, só com uma ou outra falha quebrando a emissão, mas não desagradavelmente (sic). Gostava de recitar em vos alta o D. Jaime, de Tomás Ribeiro, livro de leitura dos adiantados (AMADO, 1966, p. 58).

Já em Minha formação no Recife vê-se casos como:

Nietzsche apressou a minha ânsia de ler Platão para melhor conhecer Sócrates. Fêz-me (sic) procurar um Aristóteles diferente daquele que Augusto Comte me havia pôsto (sic) na cabeça. (A propósito, veja-se que frase encontrei em Aristóteles, não sei se na Política²¹ ou na Lógica: ‘A Poesia tem sempre razão... a História está longe

²⁰ Grifos do autor.

²¹ Grifos do autor.

de ter ao seu alcance ou a sua grandeza; é pequena diante dela)” (AMADO, 1958, p. 109).

Ao voltar da redação para a Rua da Aurora, quando a deixava mais cedo, às vezes (sic) eu não subia. Num estalo de dedos dizia para o Capibaribe: Vamos! Lá íamos nós, eu ao lado dele, ouvir mais de perto discípulas das Denis e de Manuel de Siqueira. As frases melódicas, as notas líquidas, iam me caindo nos ouvidos como as estrelas na pança do famélico engolidor. Às vezes (sic) eu tinha a impressão que se fundiam elas no ar – notas de música e estrêlas (sic) do céu – e que o rio, num requinte de volúpia, fazia dos sons o condimento do seu manjar” (AMADO, 1958, p. 207).

Considerações Finais

De modo geral, com essas análises iniciais pode-se perceber que entre outras coisas Amado sempre visou em sua obra, de modo direto ou não, privilegiar diversos aspectos da infância e mocidade que, de alguma forma, tiveram ligados à sua formação como político e escritor. Os exemplos aqui apresentados são apenas uma pequena amostra de todas as influências que ele teve em sua formação profissional, percebe-se no decorrer da leitura dessas autobiografias uma tentativa de expor, e até mesmo justificar, os motivos que levaram Amado a se tornar o grande ícone de sua época. É interessante notar o modo como grandes eventos de alcance nacional e até mesmo pequenos fatos do cotidiano são vivenciados pelo autor e o ajudaram a se construir como intelectual e por fim é preciso evidenciar que ele sempre deixa bem claro o grande prazer que possuía em estudar: “Como me atraía o estudo!” (AMADO, 1966, p. 175), “Eu queria sentar-me à beira das fontes antigas do saber” (AMADO, 1966, p. 203).

Referências Bibliográficas

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Gilberto Amado**. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/gilberto-amado>>. Acesso em: 14 de outubro de 2017.

AMADO, Gilberto. **História da minha infância**. 3 ed. Rio De Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1966.

_____. **Minha formação no Recife**. 2 ed. Rio De Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1958.

ARFUCH, Leonor. (Auto) biografia, memoria e historia. **Clepsidra**. Revista Interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria, ISSN 2362-2075, Nº 1, marzo 2014, p. 68-81.

BAPTISTA, Ana Maria Haddad. Memorialismo, literatura e história. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**. v. 8, p. 43-52, 1996. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/6465>>. Acesso em: 06 Março 2017.

BUNGART NETO, Paulo. Expição dos insultos sofridos na escola: feridas psicológicas assimiladas e exorcizadas pelos memorialistas modernistas brasileiros. CAIRO, Luiz Roberto Velloso; AZEVEDO, Sílvia Maria; PEREIRA, Marcio Roberto (orgs). **Dispersa memória: Escritos sobre representação e memória na literatura brasileira**. Assis: Unesp, 2009, p. 97-114.

CASTELLO, José Aderaldo. XVIII – Produção Literária do Modernismo – Crônica e Memorialística. In: CASTELLO, José Aderaldo. **A LITERATURA BRASILEIRA: Origens e Unidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, Volume II, p. 377-410.

CAVALCANTE, M. Claudia. Quando corpo e mente precisam saber: relatos de formação intelectual. **Mnemosine Revista**, v. 1, p. 185/1-207, 2010.

FAMILIA GIBSON. “Vera Clouzot”. Disponível em: <<http://www.familiagibson.org/2011/10/vera-clouzot-1913-1960-nascida-no-rio.html>>. Acesso: em 28 de outubro de 2017.

SILVA, Sheila dos Santos. **Memorialismo: ficção, história, literatura revisão teórico-crítica**. Alfenas: Revista (Entre Parênteses), vol. 2, no. 5, ISSN 2238-4502, p. 1-20, janeiro de 2017.

SOUSA, Márcio Ferreira de. Gilberto Amado: a obra memorialística como instrumento de análise metateórica. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília: Volume 26, Número 2, p. 113-132, Maio/Agosto 2011.

O ESPAÇO AUTOBIOGRÁFICO EM NELSON WERNECK SODRÉ

João Muniz Junior*

Introdução

Esta comunicação de pesquisa procura analisar o espaço autobiográfico na escrita memorialística de Nelson Werneck Sodré. Recorreremos a passagens das obras do autor que constam da nossa pesquisa de doutorado, a saber, *Memórias de um soldado* (1967); *Memórias de um escritor* (1970); *A Luta pela Cultura* (1990); *A ofensiva reacionária* (1992); e *A fúria de Calibã* (1994).

Em nossa pesquisa objetivamos ler, mapear e interpretar a memorialística do autor; bem como discutir determinantes sociais, políticas e culturais da construção da memória por meio de um relato específico de natureza autobiográfica; identificar os referenciais narrativos que se fazem presentes na escrita de si de Nelson Werneck Sodré e delimitar diferentes dimensões da narrativa, como um passado e um espaço social projetado na sua descrição de situações e comportamentos.

O estudo do memorialismo deste autor é uma oportunidade de discutir sobre o gênero biográfico e suas relações com a narrativa literária e a escrita da história. Além disso, podemos questionar a temporalidade e a noção de história compartilhada pelo texto, bem como sobre o seu método de narrativa autobiográfica.

O espaço autobiográfico de Nelson Werneck Sodré

O termo espaço autobiográfico é na verdade um singular plural. À primeira vista, pode parecer indicar um lugar específico, reduzido, quando na verdade, poderia ser

* Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Assis-SP); doutorando de História na Universidade Estadual Paulista (UNESP/Assis-SP), membro do MEMENTO: Grupo de Pesquisa de Memórias, Trajetórias, Biografias. E-mail: joaomuniz_jr@hotmail.com

entendido como o “universo autobiográfico” de Nelson Werneck. Não se trata apenas de um local, fixo em um mapa, imóvel, sólido. Vai além disso, pode ser uma residência, ou uma série delas, os locais de trabalho, as posições profissionais, as redes de apoio e sociabilidade. Por aí já se pode estabelecer uma ponte com as proposições de Certeau (1982) no tocante àquilo que ele denomina como *operação historiográfica*.

Certeau (1982) procura situar e analisar os meandros de um ofício, que ele próprio desenvolvia, por meio de uma reflexão teórica sobre o lugar social a partir do qual o profissional de história atua e produz conhecimento. O autor se envolve também com uma descrição das práticas, das técnicas, dos métodos ou dos procedimentos utilizados no trabalho histórico e o resultado deste esforço, uma escrita, um texto.

Não faz parte dos nossos objetivos analisar o texto de Certeau (1982) de maneira aprofundada, mas as ponderações contidas em sua obra podem nos servir a fim de pensarmos sobre o espaço autobiográfico em Werneck Sodré em um paralelo com a noção de lugar social, como o quer Certeau (1982). Nessa linha de raciocínio, poderíamos até mesmo colocar a ideia de espaço autobiográfico no plano de uma *operação (auto)biográfica*.

Para o historiador francês, focar a história sob o prisma da *operação* seria uma tentativa de compreendê-la como a relação entre um *lugar*, que poderia ser um recrutamento, um meio, uma profissão; *procedimentos* de análise, ou seja, uma disciplina; e a construção de um *texto*, leia-se uma literatura, um discurso. Segundo ele, a operação histórica estaria baseada em um tripé responsável pela “combinação de um *lugar* social, de *práticas* “científicas” e de uma *escrita*.” (CERTEAU, 1982, p. 66, grifos do autor).

O *lugar social* do historiador não seria necessária e exclusivamente um ambiente físico, mas também a comunidade de pesquisadores, o âmbito da profissão, o posto de estudos e de ensino, sendo que estes campos estariam submetidos a pressões e ligados a privilégios, formando uma particularidade. É a partir desses lugares e envolto por tais pressões que os métodos de trabalho são fabricados e instaurados.

As práticas historiográficas possuem relação direta com o lugar social. Portanto, as técnicas de produção da história estão inseridas em um lugar e em um tempo específicos. O estabelecimento de fontes ou a redistribuição do espaço é uma operação técnica na qual o historiador transforma um objeto em documento por meio da seleção e da reunião. Sendo assim, as “maneiras de se fazer” história e as técnicas por ela empregadas vão variar devido aos distintos contextos culturais, que cada sociedade poderia vir a possuir (CERTEAU,

1982, p. 78).

O terceiro elemento do tripé da operação historiográfica, isto é, a produção de um texto, é controlado pelo segundo elemento, as práticas, sendo que a escrita é também uma prática social. A História, como uma escrita, é o produto da experiência de pesquisa do historiador por meio do uso de uma prática. Esse processo ocorreria pela própria relação com o limite, a qual a atividade histórica possui. Para Michel de Certeau a escrita da história está submetida a uma ordem cronológica do discurso, a uma arquitetura harmoniosa do texto e a uma conclusão do artigo ou livro. Ou seja, mesmo que o processo de pesquisa possa ser considerado interminável, inesgotável, o resultado deste processo, o produto da pesquisa que o historiador realizou é o texto escrito e este precisa ser concluído, finalizado. (CERTEAU, 1982, p. 94).

Chama a atenção a reflexão do autor sobre as várias formas de discurso existentes: o literário, o lógico e o do historiador. Certeau enfatiza que o discurso histórico busca possuir um conteúdo verdadeiro, verificável, assumindo a forma de uma narração, para se ter validade (CERTEAU, 1982, p. 101). A citação seria uma das maneiras de outorgar legitimação a uma ideia proposta por um historiador. Este recurso confere ao citado a categoria de referencial, para dar credibilidade às ideias defendidas. Haveria um comprometimento nos estudos históricos com aquilo que pode ser verificado e atestado cientificamente.

Na concepção de Certeau, a escrita da História seria a ação do *conteúdo* sobre a *forma* (CERTEAU, 1982, p. 105). Esta concepção se baseia na construção e desconstrução, ações que integram o cotidiano da operação historiográfica, na qual o conceitual serve como a base para a exposição do conteúdo. Sendo assim, a escrita é o lugar do discurso histórico, da delimitação de um recorte, espacial e temporal, a ser analisado.

Vale notar que Certeau,

Relacionando história e ficção, [...] sublinha que a escrita da história traduz condições de possibilidade do discurso histórico, sendo que a pesquisa se ocupa do documento que ela produz e toma como sintoma. Ou seja, as fontes – selecionadas pelo historiador [ou pelo autobiógrafo] – são efeitos de algo que ele não vivenciou. (BENTIVOGLIO; AVELAR, 2016, p. 110).

Para concluir este breve panorama sobre Certeau (1982), poderíamos afirmar que para este autor, a História, como disciplina, é fruto do contexto social na qual está situada. Somado a isto e sob a regência de uma prática, tal disciplina possui um conjunto de técnicas normatizadoras da operação historiográfica. O historiador, ao seguir as normas estabelecidas,

obtem credibilidade para a sua produção histórica. A produção de uma escrita “não é ‘histórica’ senão quando articulada com um *lugar social* da operação científica e quando institucional e tecnicamente ligada a *uma prática do desvio*, com relação aos modelos culturais ou teóricos contemporâneos (CERTEAU, 1982, p. 93).

Em se tratando da análise da obra memorialística de Nelson Werneck Sodré, o espaço autobiográfico ou lugar social pode ser extenso, tanto geograficamente quanto social e profissionalmente. Ele foi autor de 56 livros, historiador, jornalista e crítico literário que assinou cerca de três mil artigos publicados em jornais como *Correio Paulistano*, *Última Hora (RJ)*, *O Semanário*, *O Digesto Econômico*, *O Estado de São Paulo*, *Revista Civilização Brasileira*, entre outros; além de ter sido military, chegando à patente de General e um dos fundadores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB.

Ao longo da vida, Nelson Werneck residiu várias cidades do Brasil: em Salvador, em Itu, interior de São Paulo, na fronteira do Mato Grosso com o Paraguai, no Rio de Janeiro, em Cruz Alta, Rio Grande do Sul. Explica-se suas mudanças constantes em razão do serviço militar. Aliás, esse seria um importante espaço a ser considerado. Mas vamos tão somente mapear brevemente esse espaço.

Nesta seção abordaremos, de maneira sucinta, o *lugar social* ou aquilo que denominamos como espaço autobiográfico da operação autobiográfica de Nelson Werneck Sodré, ou seja, matizes do período histórico em que viveu, das instituições às quais se vinculou, como Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB; das redes de sociabilidade que teceu e que também o entreteceram; do ambiente de debate que marcou a imprensa e o jornalismo nacional desde o Estado Novo (1937-1945); passando pelas as disputas pela estatização do petróleo encontrado em solo brasileiro, o conturbado período entre o suicídio de Getúlio Vargas e as sucessivas crises políticas, militares e institucionais até culminar no Golpe Civil-militar de 1964.²²

Nelson Werneck Sodré nasceu no Rio de Janeiro em 1911 e atravessou um período efervescente, tanto da história mundial como da vida nacional. Faleceu no limiar do novo milênio, em janeiro de 1999. O autor, em *Memórias de um Escritor*, elenca os principais eventos históricos que vivenciou, começando pelo cenário internacional:

²² Em nossa pesquisa de mestrado, cuja dissertação foi publicada pela *Cultura Acadêmica*, desenvolvemos a ideia de *operação biográfica* como uma das ferramentas de análise da obra biográfica de Raimundo Magalhães Junior ver MUNIZ, 2017. No presente trabalho, tornou-se óbvia a necessidade de reformular o termo para *operação autobiográfica*, mas a expressão conceitual preservou a sua essência original, com pequenas alterações que visam atender às especificidades do texto autobiográfico. Sobre a pesquisa de mestrado, publicada em livro, ver: MUNIZ JUNIOR, João. *Biografia e história em Raimundo Magalhães Junior: narrativas de panteonização e iconoclastia*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017

Nasci em 1911; tinha três anos, ao irromper a Primeira Guerra Mundial; seis quando surgiu a Revolução de Outubro; sete, quando terminou a guerra; onze quando o Brasil completou um século de vida independente (sendo, entretanto, tão dependente ainda). Vivi o tempestuoso período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, com todas as manifestações de renovação econômica, política, social, artística, e também as de desespero, a busca angustiada de originalidade, em arte, e a luta violenta pelo poder; vivi o mundo em que viveram o kaiser Guilherme II, da Alemanha, o imperador Francisco José da Áustria-Hungria, Clemenceau, Poincaré, Chamberlain, Lloyd George, o czar Alexandre III, o presidente Wilson, Sun Yat Sem, Lênin, para chegar à fase em que viveram Hitler, Mussolini, Roosevelt, Stalin. (SODRÉ, 1970, p. 15)

Sobre suas experiências no desenrolar da história nacional comenta:

No Brasil atravessei justamente o tempestuoso período do tenentismo, na agonia da República oligárquica; do Modernismo, em literatura e nas artes; da Revolução de 1930, do movimento de 1932, do levante de 1935, da ditadura do Estado Novo, do putsch de 1938, da Segunda Guerra Mundial e de nossa participação nela; da reconstitucionalização e das lutas políticas subsequentes, com os golpes e tentativas de golpe de 1945, de 1954, de 1955, de 1961, de 1964, da ditadura militar então instaurada. [...] Assisti a grandes transformações por que o Brasil passou neste século; as mudanças têm sido profundas, mal nos damos conta de quão profundas têm sido. E o mundo, então, nem se fala: somos, ao mesmo tempo, em épocas assim, contemporâneos do passado e do futuro. Como assisti a tudo com muita atenção e, no que diz respeito ao Brasil, com muita participação, suponho ter o que contar. (SODRÉ, 1970, p. 15)

Esta participação intensa em um período importante da história brasileira e o desejo de quem tem “o que contar” é um chamariz a fim de nos debruçarmos sobre os cinco volumes²³, que por sua vez, justificam nosso interesse a partir dos seguintes aspectos: trata-se da escrita autobiográfica de um historiador, o que dentro da tradição brasileira caracteriza-se como manifestação rara; o autor, quer pelos méritos quer pelos limites de sua obra, é referência fundamental no pensamento historiográfico brasileiro; os títulos projetam uma distinção de múltiplas identidades, a do intelectual, a do militar, a do militante, a do escritor, a do historiador, a do crítico literário, a do jornalista e cada uma destas facetas se aglutinam em torno do nome próprio de um indivíduo biológico (BOURDIEU, 1996, p. 186), que, em termos cronológicos, vivenciou e se movimentou durante vários períodos importantes da história do Brasil Republicano como o Modernismo, a Era Vargas, a reconstitucionalização após o fim do Estado Novo, o tenso clima político do período entre 1945 e o golpe civil-militar de 1964 e da ditadura militar instaurada, durante a qual inclusive o autor sofre perseguição política.²⁴

²³ A obra memorialística de Nelson Werneck Sodré soma um total de cerca de 1900 páginas; os volumes que compõem esta obra seriam: *Memórias de um soldado* (1967); *Memórias de um escritor* (1970); *A Luta pela Cultura* (1990); *A ofensiva reacionária* (1992); e *A fúria de Calibã* (1994).

²⁴ Lejeune (2008, p. 23) afirma que é “[...] em relação ao nome próprio que devem ser situados os problemas da autobiografia. [...] É nesse nome que se resume toda a existência do que chamamos autor: única marca no texto

Como salienta Silva (2012, p. 1-3):

Cada um daqueles escritos memorialísticos é dedicado a trajetões do autor, com ênfase, respectivamente, em formação e carreira como militar e escritor, entrelaçando-as. Os estudos, por sua vez, têm por base a presença de intelectuais (jornalistas, ficcionistas, ensaístas, poetas) e militares, principalmente do Exército, na cena pública brasileira, vendo os últimos, também, como intelectuais. [...] Essa mescla explícita entre pensamento histórico e memória pessoal chega a surpreender num autor sempre cioso de racionalidade e com pretensões científicas. Ela evidencia um teor literário em sua escrita, estilo que se desdobrou em projetos interpretativos, também concebidos como ação política.

A ação intelectual e os projetos interpretativos, eivados de ação política, como aponta Silva (2012), são pedras do calçamento da trajetória percorrida por Nelson Werneck Sodré em conexão com seu lugar social: Exército, Editora José Olímpio, Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, Editora Civilização Brasileira, Jornalista.

O primeiro passo de Sodré em direção à carreira militar é dado com sua entrada no Colégio Militar do Rio de Janeiro em 1924. Era praticamente a única chance de estudo para o filho de uma família de funcionário público de baixa remuneração. Após a conclusão do primeiro ciclo de ensino básico, ele complementa os estudos na Escola Militar do Realengo (RJ) 1931-1933, na qual, inclusive, foi o Diretor da *Revista da escola Militar*. Em se tratando do âmbito da formação e especialização, Nelson Werneck ainda realizaria o prestigiado curso da Escola de Comando do Estado Maior (1944-1946). Nessa instituição, entre 1947 e 1950, ocupou o cargo de professor de História Militar e o de Chefe do Curso dessa mesma área.

A carreira militar foi interrompida por iniciativa do próprio Sodré que, no contexto da crise do governo de João Goulart, toma a decisão de entrar para a reserva em 1962. Ao longo do período em que serviu o país, Nelson Werneck entrelaçou o ofício militar e o exercício de variadas tarefas ligadas ao campo das letras e da atuação como intelectual: jornalista, crítico literário, historiador, escritor.

É complicada, para não afirmar ser impossível, desmembrar, sem prejuízo interpretativo, as ações de Sodré como militar e intelectual. Todavia, existe um elemento, bifurcado, que se faz presente nas várias facetas do memorialista: o combate pelas causas nacionais (seja pela estatização do petróleo nos anos 1950 ou a defesa da literatura e de outras manifestações culturais no país) e o despudor de se posicionar politicamente, mesmo com danos para sua carreira, como foi o caso em que, ao tomar partido do grupo nacionalista durante a “Campanha: o Petróleo é Nosso”, teve sua ascensão profissional dificultada.

No lugar social de Werneck Sodré, sem sombra de dúvidas, a carreira militar ocupa

de uma realidade extratextual indubitável, remetendo a uma pessoa real, que solicita, dessa forma, que lhe seja em última instância, atribuída a responsabilidade da enunciação de todo o texto escrito”

lugar de destaque. Entretanto, paralelo, a esta ocupação profissional, outros campos compõem esse lugar social, como Editora José Olímpio. Na década de 1930, nos fundos da Editora havia um banco que servia de ponto de encontro para as “longas e às vezes tempestuosas conversas” entre amigos e conhecidos do ambiente intelectual do Rio de Janeiro (SODRÉ, 1970, p. 93). Entre as figuras que frequentavam o espaço estavam Lourival Fontes, Graciliano Ramos, José Lins do Rego e o próprio Nelson Werneck Sodré. Era um espaço de desenvolvimento e fomento das redes de sociabilidade, de interação e de integração de escritores, mas também uma roda de discussão das questões nacionais.

No tempestuoso clima político que antecede o golpe do Estado Novo, Lourival Fontes alerta José Olímpio que, “prudentemente, mandou retirar o banco. A esquerda literária ficou sem ter onde se sentar. Com o mesmo efeito do sofá da anedota”, relata o memorialista nessa passagem saborosamente irônica (SODRÉ, 1970, p. 93).

Um toque dramático é empregado por Werneck Sodré a fim de narrar aquilo que ele chama de “exílio em Cruz Alta”, pequena cidade do Noroeste do Rio Grande do Sul. Após integrar a chapa nacionalista que concorria à direção do Clube Militar em 1950. A campanha a favor da estatização das jazidas petrolíferas acirrou os ânimos em vários segmentos da sociedade, inclusive no meio militar houve posicionamentos antagônicos. Werneck era responsável pela Diretoria do Departamento de Cultura dessa agremiação do exército e, ao se posicionar ao lado dos nacionalistas, entrou para lista negra daqueles que seriam perseguidos, a começar pelo destacamento para servir em um local distante do centro cultural que era a cidade do Rio de Janeiro naquele período, além disso, sofreu a virtual esterilização da carreira, cujas promoções viriam somente por antiguidade.

A principal desvantagem, na visão do memorialista, em estar “desterrado” no próprio país era a dificuldade de realizar pesquisas, de encontrar referências bibliográficas e livros, enfim, de levar adiante a vida intelectual, principalmente a produção de novos livros ou estudos. A estratégia usada por Nelson Werneck era se valer de licença por quatro meses, entre janeiro e abril de cada ano, a fim passar uma temporada no Rio de Janeiro e assim, ter a oportunidade de realizar pesquisas, encontrar-se com amigos e indivíduos da roda literária, se inteirar dos bastidores da política e da cultura.

Todavia, o isolamento tinha suas vantagens:

O distanciamento, entre os seus aspectos negativos, apresentava um positivo, por contraste: reforçava a autonomia de pensar e de dizer. Com a opção [defesa, dentro do Clube Militar, da estatização do petróleo], eu já me desobrigara de umas tantas cerimônias; com o distanciamento, isso foi levado mais longe, aprofundado, sedimentado. Começou a refletir-se, desde logo, no que eu escrevia. Conquistava,

assim, a duras penas, uma amplitude de pensamento que me permitiria ver a coisas melhor. (SODRÉ, 1990, p. 102)

Apesar de o lugar social não ser, necessariamente, um espaço físico, percebe-se a partir da leitura e análise do memorialismo de Werneck a importância dos círculos literários que ele frequentava pessoalmente e como o isolamento, a comunicação e as trocas culturais, o regime de intercâmbio entre pensadores, escritores, profissionais envolvidos com o ensino, a crítica literária e as discussões sobre o tempo em que viviam, sobre as demandas sociais e políticas do período eram parte da paisagem e do cotidiano de Nelson Werneck. Portanto, o isolamento, apesar do esforço do escritor em situar seus aspectos positivos, era encarado a partir de uma concepção negativa exílio, e a todo custo, senão evitada, pelo menos remediada com as licenças anuais entre 1950 e 1955, período em que esteve lotado no Quartel do Exército em Cruz Alta.

Ainda durante o período em que passou no “exílio” em Cruz Alta, Nelson Werneck Sodré participou do grupo fundador do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política, IBESP, que, a partir de 1956 passaria por uma reformulação e ficaria conhecido como Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB (SODRÉ, 1990, p. 127-130). Em um primeiro momento, em razão da distância que o separava do Rio de Janeiro, as palestras dele eram enviadas por meio de correspondência e lidas nas reuniões do IBESP por algum de seus membros.

Ao retornar ao Rio de Janeiro em 1955, Sodré assume o cargo de professor do Departamento de História do ISEB. A partir de 1962, ele se dedica totalmente às funções instrutivas nessa instituição, uma vez que entrara para a reserva e poderia dedicar-se totalmente ao magistério. O final da relação Werneck-ISEB ocorre com o advento do Golpe de 1964 e o fechamento do instituto foi uma das primeiras ações do regime recém implantado.

No âmbito do ISEB, o memorialista postou-se ao lado dos nacionalistas na longa e desgastante luta com os desenvolvimentistas. O próprio Nelson Werneck reconheceu que a disputa entre os dois grupos se mostrou infrutífera e que as energias dispensadas ali poderiam ter sido melhores aproveitadas a fim de se compreender com mais profundidade os largos passos que o país estava percorrendo em direção ao regime de exceção (SODRÉ 1992).

As relações entre Sodré e o ISEB, como elemento do lugar social do memorialista merecem, com a mais absoluta convicção, uma análise mais cuidadosa. Podemos apontar, todavia, que tal espaço de convivência foi um dos mais profícuos para a sedimentação do seu pensamento sobre a história nacional, para a concepção de obras como História Nova, que ele organizou em coautoria com seus auxiliares no Departamento de História, para a coleta de

frutos de uma fase em que o escritor já se encontrava, em seu próprio entendimento, mais amadurecido intelectualmente (SODRÉ, 1990).

Para finalizar, podemos registrar um último espaço autobiográfico: a residência de Nelson Werneck Sodré. Entre o final dos anos 1950 e início dos anos 1960, a sua residência no Rio de Janeiro era frequentada por pessoas representantes da área do rádio, da televisão, da imprensa, do cinema, do teatro, do esporte, da literatura e das artes que o procuravam para discutirem sobre questões relacionadas à cultura nacional.

Segundo Olga Sodré, filha de Nelson Werneck, esses indivíduos compareciam sozinhos ou em grupos em busca da opinião de seu pai sobre os assuntos debatidos. Nessas ocasiões, Nelson se mostrava atento, era um bom ouvinte, absorvia as discussões.²⁵ Quando os visitantes se retiravam, ele discutia com a filha sobre as impressões que foram levantadas e a estimulava a desenvolver suas próprias opiniões. Em seguida, ele se ocupava em anotar os principais pontos da conversa que acabara de ter com o(s) visitante(s). Olga Sodré conta que caso alguém defendesse uma opinião contrária à do seu pai, a postura dele era procurar o diálogo. Ele próprio em suas memórias e em conversas com a filha dizia: “precisamos combater as ideias e não as pessoas”.

Considerações finais

Ao final desse breve esboço analítico claramente estamos cientes de que o caminho de análise da obra memorialística de Nelson Werneck Sodré a partir da ideia de espaço autobiográfico como elemento de uma operação autobiográfica permite aprofundar o estudo dos variados elementos que compõem o lugar social de Nelson Werneck Sodré. O mapeamento da topografia que compõem o lugar social de Sodré, ainda que feita de maneira panorâmica, permite-nos apresentar as possibilidades de reflexão sobre a escrita memorialística do escritor.

Reconhecemos que nos encontramos devedores de uma abordagem mais detida e profunda sobre o espaço autobiográfico de Nelson Werneck Sodré, as maneiras como os elementos que o compõem se entrelaçam, entropem, sofrem inflexões, avanços, as formas

²⁵ Em entrevista que nos concedeu em sua residência em Itu/SP, Olga Sodré rememorou aspectos de seu relacionamento de filha e atenta companheira de discussões de seu pai, Nelson Werneck Sodré. Inclusive, ela fazia questão de estar presente durante as conversas dele com as pessoas envolvidas com a cultura e a política que se deslocavam até sua residência a fim de obterem as impressões de Sodré sobre os rumos que a cultura, a sociedade e a política estavam tomando no Brasil nos idos dos anos 1950 e 1960.

como o memorialista foi influenciado e influenciou nos endereços físicos e imateriais que frequentou. Todavia, nos damos por satisfeitos por alcançarmos o objetivo de apontar as possibilidades de análise das escritas de si a partir de uma ideia conceitual como a operação autobiográfica, por externarmos os caminhos possíveis para nossa abordagem da obra memorialística de Nelson Werneck Sodré.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p.181-191.

LEJEUNE, Phillipe. *O Pacto Autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MUNIZ JUNIOR, João. *Biografia e história em Raimundo Magalhães Junior: narrativas de panteonização e iconoclastia*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

SILVA, Wilton C. L. Espelhos de palavras: Escritas de si, autoetnografia e ego-história. In: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso. *Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e Voz, 2012a.

SILVA, Marcos. Werneck Sodré hoje. *Marxismo21*, São Paulo, Publicado em 15 de Setembro de 2012. Disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/09/WERNECK-SODRE-HOJE-Marcos-Silva.pdf>. Acesso em 21 de junho de 2017.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um escritor – I - Formação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. (Vera Cruz – 146).

SODRÉ, Nelson Werneck. *A Luta pela Cultura*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Ofensiva Reacionária*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

REFLEXÕES SOBRE OS LIMITES E DIFERENÇAS ENTRE DIÁRIOS E AUTOBIOGRAFIAS A PARTIR DE UMA ANÁLISE DE TEMPO MORTO E OUTROS TEMPOS

Bruno Cesar Cursini²⁶

Dentre as inúmeras possibilidades de materialização da escrita de si, diários e autobiografias estão entre as mais conhecidas. Mas o que diários e autobiografias têm em comum? E que os diferencia? A proposta deste trabalho é elucidar tais questões, selecionando como fonte um recorte do espaço autobiográfico de Gilberto Freyre. Entendemos que a obra de Freyre oferece uma perspectiva interessante para nossa proposta de análise, pois ele era um escritor profissional, bastante prolífico na segunda metade da vida, com uma produção fortemente ancorada na memória. De acordo com Fátima Quintas (2010, p. 13)

A madrilha Rosa Montero classifica os escritores em memoriosos e amnésicos. Os primeiros são aqueles que se apegam à memória, seres nostálgicos do passado, quer dizer, da infância que é o passado primordial, dos anos mais longínquos da intrínseca história [...]. Os segundos não querem nem podem recordar. Sua memória é como um quadro-negro mal apagado, cheio de manchas nebulosas e de duendes não decifrados. Freyre se encaixa comodamente entre os memoriosos.

Também o próprio Freyre, no prefácio de seu diário reeditado e publicado, parece tentar estabelecer uma relação entre ele próprio e outros possíveis “memoriosos”: Larbaud, Gissing, Proust e Ezra Pound (FREYRE, 1975, p. XI –XIII). Talvez seja possível compreender seu diário como um ato de fala em resposta a estes pares de outrora, sobretudo se o aceitarmos como obra de arte literária. É importante esclarecer-se que “o território da literatura não se confunde com o da ficcionalidade. Assim como a ficção não se limita à literatura, tampouco a literatura repousa por inteiro no ficcional” (COSTA LIMA, 2006, p. 340). Assim, podemos incluir diários, memórias, autobiografias, crônicas e mesmo correspondência na categoria de literatura de não-ficção. O pacto entre leitor e texto não é o de suspensão da desconfiança, suscitado pelo conto ou pelo romance, mas tampouco é o pacto de verdade do discurso historiográfico. É algo híbrido. A escrita de si é, pois, um gênero “de fronteira”. Esta condição torna-a um material que oferece possibilidades para uma apreciação das problemáticas relações entre narrativa, memória, história e verdade.

²⁶ Aluno de mestrado no PPGHIS da UFU, sob orientação do professor Alexandre de Sá Avelar. Pesquisa financiada pela CAPES.

No caso do diário de Freyre, a problemática da verdade se acentua, já que se trata de um documento forjado: os acréscimos e alterações feitos em sua edição fazem com que ele “diga mais a respeito do autor maduro que do jovem entre 15 e 30 anos” (NICOLAZZI, 2010, p. 90). *Tempo morto e outros tempos* foi, assim, produto de um período em que Gilberto Freyre pareceu se tornar “obcecado em produzir a própria memória” (MEUCCI, 2015, p. 60). Lejeune (2008, p. 300) traça uma diferença fundamental entre diários e autobiografias: os primeiros são filhos do presente apenas, o conteúdo de cada entrada é referente ao tempo que esta se propõe abarcar:

A base do diário é a data. [...]. Um diário sem data, a rigor, não passa de uma simples caderneta. A datação pode ser mais ou menos precisa ou espaçada, mas é capital. Uma entrada de diário é o que foi escrito num certo momento, na mais absoluta ignorância quanto ao futuro, e cujo conteúdo não foi com certeza modificado. Um diário mais tarde modificado ou podado terá perdido o essencial: a autenticidade do momento. Quando soa a meia noite, não posso mais fazer modificações. Se o fizer, abandono o diário para cair na autobiografia.

Isso transforma o diário numa espécie de mensagem que seu redator envia para si mesmo no futuro, caso tenha a oportunidade ou o desejo de rele-lo. Provavelmente, Freyre foi o único leitor de seu verdadeiro diário. Fez, então, uso dele, para compor uma narrativa retrospectiva da própria vida, ou seja: uma autobiografia, ou “diário-memória”, bastante próxima da auto-ficção, de um romance de si (NEEDEL, 1995; BORGES, 2003, apud PALLARES-BURKE, 2005).

Mas qual a motivação de Gilberto Freyre para, aos 75 anos, lançar uma autobiografia? Neste momento, no âmbito do embate de ideias, a obra dele estava sob ataque. Não apenas sua obra de escritor, mas todo o projeto de modernização do Brasil que ele encabeçava, em oposição ao projeto da cada vez mais bem estruturada e altamente profissionalizada intelectualidade do eixo Rio-São Paulo (MEUCCI, 2015). Freyre pode ter abraçado o biografismo como um dos possíveis recursos para proteger seu legado estabelecido. A obra maior que o imortalizou – *Casa-grande & senzala* - encontrava-se no auge do que Nicolazzi (2010) chama de a segunda fase de sua recepção – aquela que foi de 1950 até a morte do autor e na qual, falando a grosso modo, o livro ficou à mercê de seus detratores. Acusado de falta de rigor científico e ostracizado da universidade, Freyre torna-se um citador compulsivo (MEUCCI, 2015), o que pode explicar a exaustiva menção a intelectuais vários – Stuart Mill, Ernest Renan, Blaise Pascal e muitos outros filósofos, sociólogos, historiadores e mesmo estudiosos das ciências naturais - nas páginas de *Tempo morto e outros tempos*: seria uma tentativa de conservar sua própria legitimidade no campo. Temos, assim, um livro que, ao

mesmo tempo que dialoga intertextualmente com outras obras de arte, oferece um mapa teórico-conceitual da formação e das preferências acadêmicas do autor.

A contra-ofensiva de Freyre ao racionalismo acadêmico que frutificava na região sudeste não se limitou, entretanto, a referida bateria de citações: ele não poupou ataques ao que denominava “cientificismo”:

Tenho pena dos 'cientificistas' ou dos 'modernistas' para quem isso de literatura mística é arcaísmo, indigno de um 'moderno' de 'formação científica'. São uns coitados, esses, que não se apercebem do fato de que o que eles consideram 'moderno' com tanta ênfase, é um instante que depressa amadurece em antigo e apodrece em arcáico. O que é certo também da chamada 'verdade científica'. Enquanto os místicos nos põe em contacto com o mundo que nos faz esquecer tantos valores modernos como os científicos, não por serem valores de todo sem interesse ou sem verdade, mas pela sua insignificância ao lado dos valores que só as intuições dos mais-que-poetas alcançam (FREYRE, 1975, p. 23).

O recado parece bem claro, e já que estamos considerando o texto como uma produção da maturidade do autor, presume-se que possa ser fruto do embate entre Freyre e escola paulista de Sociologia, assim como de sua postura crítica em relação às vanguardas modernistas que emergiram no Brasil. A relação de Freyre com tais vanguardas é complexa. Embora uma parcela significativa da crítica tenha tentado classificar a obra dele, “pelo regionalismo e pelo perfil tradicional, aristocrático e conservador que a caracterizaria” em “posição inversa às demandas modernizantes do modernismo paulista”, o mais acurado talvez seja interpretá-la

não tanto como uma alternativa conservadora, mas como um outro modernismo, eventualmente distinto daquela postura a um só tempo nacionalista e modernizadora que se tornava gradualmente hegemônica entre nós (ARAÚJO, 1994, p. 21).

Na construção deste outro modernismo, Freyre não arredou o pé da apologia ao que se tornou uma de suas marcas registradas: o ensaísmo. De acordo com ele

Sem o ensaio [...] estaríamos muito pobres com relação a problemas básicos do homem e da sociedade que a ciência dos Comte, dos Spencer e dos Tylor não parece capaz de esclarecer só por caminhos e por métodos científicos. O mesmo se pode talvez dizer da parte da literatura inglesa, espanhola, francesa, alemã e russa de ficção (romance, conto) que é literatura psicológica e, como tal, revelação da natureza humana. E, ainda, da poesia psicológica e filosófica como, na língua inglesa, a que vem de Chaucer a Browning, passando pelo imenso Shakespeare (FREYRE, 1975, p. 27).

O “método científico” é, portanto, acusado de empobrecedor, enquanto a literatura de ficção é exaltada como instrumento ímpar para revelar a natureza humana. Há um paralelo

inegável entre estas afirmações e o conhecido, amplo e inconcluso debate acerca do caráter narrativo das ciências humanas, e a problemática relação entre narrativa e representação da verdade. Em *Tempo morto* é dito que “em essência, a História, a Antropologia e, paradoxalmente, a própria Sociologia, não é senão a reunião de inúmeras biografias. Pelo menos não deveria a história ser senão isto: a essência de inúmeras biografias” (FREYRE, 1975, p. 28). Nesse momento é interessante lembrar que *Casa-grande & senzala* é “costumeiramente situada na fronteira imprecisa entre o mito e a realidade, entre o fictício e o verdadeiro, entre a Literatura e a História (para ficar nas dicotomias convencionais)” (NICOLAZZI, 2010, p. 15). É amplamente aceito que tal classificação pode ser estendida a boa parte da obra de Freyre, talvez à sua totalidade. Podemos inferir, com base nas observações de *Tempo morto*, que o autor sem dúvida se esforça por inscrever sua obra num espaço “de fronteira”. Ora, a respeito do gênero biográfico, François Dosse (2009, p. 12) diz que ele se “situa num ponto médio entre ficção e realidade histórica”. Seria, “em suma, uma ficção verdadeira”. Biografia e História se encontram e se confundem no plano da narrativa. Chamamos a atenção para o contraste entre a simpatia metodológica de Freyre pelo biografismo e sua ampla contribuição para fundar uma história culturalista, atenta às estruturas e aos processos de longa duração. Ele admite abertamente seu “pendor autobiográfico” em prefácio à 13ª edição brasileira de *Casa-grande & senzala* (FREYRE, 1966, p. XXIV), e insiste no argumento ao falar, retrospectivamente, sobre a gênese da obra:

Depois de Stanford, uns poucos dias em New York. E de New York, projetei um contacto com a Alemanha já a serviço do preparo de um livro, talvez mais que livro, autobiográfico. Socioantropológico. Pois, além de autobiográfico, na primeira fase de sua elaboração, talvez terapêutico para quem precisava de todo o ânimo criativo de que fosse capaz (FREYRE, 2010, p. 47).

Acreditamos que Freyre encarava a pesquisa e a composição biográficas como potenciais reveladores de processos sociais subterrâneos. Para ele

o que parece ter sido mais característico na aplicação de ciência social como que total à análise e a interpretação também como que totais, de um passado social nacional - no caso brasileiro - representado pelo livro *Casa-Grande & Senzala*, direi que esse característico me parece ter residido na sua maneira de ter procurado ser análise, interpretação, síntese muito mais de intimidades quase ocultas que de aparências ostensivas. Intimidades representadas por primitividades, infantilidades, feminilidades, até então sufocadas, em estudos psicossociais, em torno de sociedades nacionais, por machismos, adultosismos, civilizacionismos intolerantes dessas outras expressões de vida, mais instintivas que racionais. O relevo dado a essas intimidades submersas foi, talvez, antecipação absoluta de *Casa-Grande & Senzala* (FREYRE, 2010, p. 62).

Tais afirmações motivaram Fátima Quintas a classificar este livro como “autobiografia coletiva do povo brasileiro” (QUINTAS, 2010, p. 18). É compreensível, portanto, que autobiografias de facto de Gilberto Freyre sejam objeto de particular interesse. De acordo com Jaume Aurel (2014, p. 342), os textos autobiográficos produzidos por intelectuais são relevantes pois

podem oferecer elementos para a compreensão da maneira como historiadores constroem nosso acesso ao conhecimento do passado, ou seja, os próprios textos históricos. Assim, torna-se possível aumentar não só a nossa compreensão da história, mas também da escrita da história, pois as relações práticas e metodológicas entre a história e autobiografia são fundamentais por compartilharem formulações estruturais que nos permitem lê-las em conjunto e perceber diversas formas possíveis de ordenação dos eventos.

É preciso alguma cautela, entretanto. A fartura de material e o afinamento do autor com o gênero biográfico não podem fazer perdermos de vista que “Freyre não escreveu como o fez simplesmente porque era um suposto e nostálgico herdeiro das oligarquias decadentes, resíduos do patriarcado colonial” (NICOLAZZI, 2010, p. 18). Há análises de contextualismo linguístico ou estilísticas de sua obra que, se aplicadas corretamente, permitem a extração de um sentido legítimo de seus textos. Mas entendemos que aspectos psicológicos e relacionais do autor são fundamentais para uma melhor compreensão do que ele quis dizer.

Para um maior aproveitamento das potencialidades de *Tempo morto* acreditamos ser extremamente interessante o cotejamento deste livro com sua sequência, *De menino a homem*, autobiografia publicada postumamente, lançada em 2010, quando Gilberto Freyre foi homenageado pela FLIP. Trata-se de uma narrativa pouco lapidada, bastante anárquica, que retoma com vigor o tema do incêndio e saque da casa dos Freyre no centro do Recife, no período em que o autor se encontrava exilado voluntariamente em Portugal. O episódio é introduzido da seguinte forma, numa das últimas entradas de *Tempo morto*:

Não me sinto com serenidade para confiar ao meu velho diário as emoções destes últimos dias. Que posso dizer, sob a impressão da notícia que me acabam de dar: a de que a casa da minha família foi saqueada e queimada. Que escrever sob a incerteza do destino de papéis, livros, relíquias para mim tão preciosas? Sob a certeza de que para minha Mãe e meu Pai a casa saqueada, roubada, incendiada foi golpe ainda mais profundo do que para mim? Pois eu hei de refazer-me. Tenho trinta anos. Mas eles – que já passaram dos cinquenta e cinco? Que caminham para os sessenta? (FREYRE, 1975, p. 247)

O lúgubre desfecho se dá poucas páginas a seguir, quando o jovem Gilberto Freyre recebe, limpa e passada, uma casaca que escapara do desastre, enviada por sua mãe, que o supõe

em intensa vida mundana nos salões de Lisboa. Não desmentirei a dourada lenda. Foi, entretanto, irônico que eu levasse aquela casaca suntuosa para a água furtada onde ando a garatujar o trabalho que se tornará talvez um livro como não há igual: originalíssimo (FREYRE, 1975, p. 251).

E o personagem que Freyre fez de si está triste. Desesperado. “Com o tempo morrendo dentro [de si] e [ele] morrendo dentro do tempo. Sem outro sentido de vida senão este: o de viver morrendo de desencanto” (FREYRE, 1975, p. 251).

De menino a homem começa com uma “advertência a uma nova edição de tempo morto e outros tempos”: não é possível ao autor atender a sugestão de dois amigos – Daniel Pereira e Antônio Tupy – e continuar o velho diário a partir da data em que este supostamente fora interrompido. O que ele se propõe fazer no relato subsequente é “evocar, um tanto à vontade, cotidianos da década de trinta e da quarenta, e possíveis transbordamentos dessas décadas na cinquenta e até, por vezes, na sessenta e na setenta.” (FREYRE, 2010, p. 27). Sem perder tempo, então, rememora o espólio que tão caro lhe custou:

Décadas de algum interesse, por terem assinalado, as primeiras recordações, uma espécie de novo começo de vida para quem tanto perdeu com o que o 1930 brasileiro teve de destruidor tanto para certas pessoas como para certas coisas. E que só encontrou, ao voltar ao Recife, destroços do que foi o velho sobrado da família na Madalena: saqueado a caminhão por ladrões fantasiados de patriotas. Ladrões que se apoderaram de tudo o que era mais estimado por meus Pais: jacarandás – inclusive a talvez mais bela conversadeira existente no Brasil – retratos de família, quer daguerrótipos, quer de uma técnica imediatamente posterior, de fotografias coloridas (raridade absoluta), porcelanas, joias gurdadas com o maior zelo desde os seus dias de sinhazinha – a meus olhos, linda – a filha do segundo grande proprietário do Diário de Pernambuco, Figuerôa, que tantos presentes lhe deu; piano de cauda em que ela, de boa educação musical, se deliciava em tocar e em iniciar as filhas em música clássica, papéis (inclusive meus desenhos de menino, por ela considerados preciosidades), cartas, os livros da preferência de meu Pai latinista (FREYRE, 2010, p. 28).

Há aí uma clara intenção de se manter na sequência de eventos que compõe o enredo do livro de 1975, mas já nesse momento um passo à frente: Freyre não está apenas a par do ocorrido, ele já se descreve como alguém que confrontou a fatalidade com a própria presença. O inventário pormenorizado do que se perdeu denota a dimensão afetiva do incidente.

A pretensa antecipação da originalidade de Casa-grande & senzala ao final de Tempo morto é, na verdade, um dos inúmeros elementos capazes de denunciar o caráter retrospectivo do livro. E, também, outra conexão entre o enredo deste e do de De menino a homem, que é marcado pelo autoelogio - algo que sempre esteve presente no repertório de Freyre -, sobretudo a respeito da “originalidade” da obra, cujo método

uma nada ortodoxa mistura de métodos aplicados, em conjuntos inter-relacionados, criativamente ao Brasil. Sua linguagem, uma nada ortodoxa repulsa a jargões acadêmicos em qualquer especialidade científico-social. Nenhum purismo científico. Constante expressão literária. E uma também constante adoção de termos infantis, femininos, cotidianos, primitivos, a quebrar o nada seguido exclusivismo da expressão acadêmica. Ao contrário: a expressão acadêmica muito mais superada do que seguida. Nada passivamente adotada. Originalidades que não poderiam deixar de ser reconhecidas (FREYRE, 2010, p. 66).

A consonância das afirmações contidas neste trecho com as de trechos já citados do diário-memória de 1975 chama a atenção. Freyre engendra um discurso para reafirmar o caráter fundador de sua obra, e advoga pela superioridade indelével de sua metodologia, pela qual ele não havia meramente optado, mas a qual também alega ter criado. O debate acerca do real êxito de Freyre em elaborar essa nova metodologia, sua verdadeira adesão aos preceitos de Franz Boas e a uma autêntica distinção entre raça e cultura, é extenso e ainda muito atual. Luís Costa Lima teve o mérito de inaugurar uma sistemática de análise puramente teórica da interpretação Freyreana. (NICOLAZZI, 2010). Em *Aguarrás do tempo* (1989), ele demonstra que, na verdade, Freyre se mantém bem mais próximo das ideias de Oliveira Vianna do que gostaria de admitir. No mesmo esteio de recepção crítica, porém, Ricardo Benzaquen de Araújo (1994) adota um tom mais apologético:

Se Benzaquen, de fato, reconhece as ambiguidades e imprecisões conceituais do livro de Freyre, menos do que comprometer seu esforço argumentativo, elas ali aparecem como constituintes de uma maneira bastante particular para pensar a formação histórica do Brasil, por meio da qual se trabalha na fronteira entre pares antitéticos, como raça/cultura, senhor/escravo, casa-grande/senzala, explícitas em uma das mais conhecidas expressões do autor, isto é, a noção de ‘equilíbrio de antagonismos’ (NICOLAZZI, 2010, p. 88).

O trabalho com “pares antitéticos” parece, em Freyre, ter transcendido o uso instrumental de se pensar o Brasil, e servido para elaborar toda uma teoria da história, na qual vemos “equilibrados os antagonismos”: ciência/arte, história/memória, real/fictício, etc. Isto não é feito apenas através dos argumentos que aqui destacamos por meio de citações, mas na própria prática da escrita de si. Trata-se, definitivamente, de uma escrita na primeira pessoa do singular capaz de gerar teoria (LEIROZ, 2008).

Referências bibliográficas

Fontes impressas

FREYRE, Gilberto. **De menino a homem: De mais de trinta e de quarenta, de sessenta e mais anos.** Recife: Global, 2010.

_____. **Tempo morto e outros tempos:** Trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

Obras de referência

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

COSTA LIMA, Luiz. **A Aguarrás do tempo:** Estudos sobre narrativa. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

_____. **História. Ficção. Literatura.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DOSSE, François. **O desafio biográfico:** escrever uma vida. São Paulo: EDUSP, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Prefácio à 13ª edição. In: **Casa-grande & senzala.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

LEJEUNE, Phillippe. **O pacto autobiográfico:** De Rousseau à internet. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MEUCCI, Simone. **Artesania da Sociologia no Brasil:** Contribuições e interpretações de Gilberto Freyre. Curitiba: Appris, 2015.

NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história:** a viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **Gilberto Freyre:** um vitoriano nos trópicos. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

PALTI, Elías José (org.). **“Giro lingüístico” y história intelectual.** Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.

QUINTAS, Fátima. Em tom de confissão. In: FREYRE, Gilberto. **De menino a homem: De mais de trinta e de quarenta, de sessenta e mais anos.** Recife: Global, 2010.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Publicações

LEIROZ, Flávia. Ego-escritos: possíveis alternativas de produção teórica. In: NITRINI, Sandra et al. (org). **Anais do XI congresso Internacional da Associação Brasileira de Literatura Comparada.** São Paulo: ABRALIC, 2008. Disponível em: <http://www.abralic.org.br/eventos/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/043/FLAVIA_LEIROZ.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2017.

AUREL, Jaume. Textos autobiográficos como fontes historiográficas: relendo Fernand Braudel e Anne Kriegel. **História (São Paulo)**. v.33, n.1, jan./jun. 2014. Tradução de Wilton

Silva. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/his/v33n1/16.pdf>>. Acesso em 30 nov. 2017.

PERCEPÇÕES PRECOSES DE C. G. JUNG ACERCA DO CRISTIANISMO: CONSIDERAÇÕES INICIAIS DE UMA AUTOBIOGRAFIA (1957)

Fernanda Dayara Salamon*

Como Carl Gustav Jung (1875-1961) se coloca diante do cristianismo? Como tais elementos religiosos vão se constituindo numa alma tão sensível? Aniela Jaffé²⁷ na introdução da autobiografia “Memórias, Sonhos, Reflexões” comenta que ele foi “[...] um homem para o qual a alma sempre significou a realidade mais autêntica [...]” (JAFFÉ, 2016, p. 19), aqui já se nota tal inclinação para as coisas do espírito por um prisma do sentimento. Ao longo da apresentação da obra essa analista conta como tudo foi se encaminhando, a forma que organizou junto aos que propuseram tal escrito sobre Jung e sua trajetória, para que não fosse uma biografia, mas uma autobiografia. Objetiva-se aqui construir uma discussão teórico-metodológica acerca da possibilidade de aplicação do conceito de apropriação discutido por Certeau (1998) e Chartier (2002) pensando a forma como Jung se apropria dos elementos religiosos e os recria em sua obra.

Tratar de uma autobiografia já é algo que incita uma reflexão bastante complexa a ser desenvolvida, portanto, aqui trabalharemos com uma reflexão sobre autobiografia a partir do texto “Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografia” de Lígia Maria Leite Pereira (2000) que propõe um diálogo bibliográfico acerca dos gêneros de escrita. Tal autora faz uma contextualização do gênero biográfico que surge no século XVIII juntamente com direitos individuais, consequentes da Revolução Francesa. Faz uma clara distinção entre biografia e autobiografia, sendo a primeira uma história de um indivíduo redigido por outro, segundo a autora, e o segundo, explica Lejeune: “Denominamos autobiografia o relato retrospectivo em prosa que alguém faz de sua própria existência, desde que ela coloque o acento principal sobre a sua vida individual, em particular sobre a história de sua personalidade.” (LEJEUNE apud PEREIRA, 2000, p. 123)

Para que se conheça o desenvolva a proposta deste trabalho, atentemo-nos à apresentação da fonte. Tal obra se intitula “Memória, Sonhos, Reflexões” e foi organizada por Aniela Jaffé, analisamos a 30ª edição, publicada em 2016, no Rio de Janeiro pela editora Nova Fronteira. Seu título original é *Erinnerungen, Träume, Gedanken*, publicado em 1962 pela Exlibris na Alemanha e foi publicado pela Randon House no ano seguinte numa versão em inglês, da qual é feita a tradução da edição brasileira.

* Graduanda da Universidade Estadual de Londrina.

²⁷ Analista alemã (1903-1991), trabalhou no Instituto C. G. Jung e foi secretária particular de Jung.

Ao longo da apresentação somos advertidos ao modo de concepção da obra e o inicial desejo do editor Kurt Wolff de publicar uma biografia de Jung, tal tarefa já era compreendida como difícil desafio, visto a aversão de exposição do homenageado. Mais madura a ideia, Wolff gostaria que não fosse uma biografia, mas sim uma autobiografia e a atitude favorável de Jung fez com que este trabalho em comum progredisse em 1957. O consentimento do autor é que foi a razão intrínseca da autobiografia “[...] esta autobiografia já toma um rumo diferente daquele que eu a princípio imaginara. É por necessidade que escrevo minhas primeiras lembranças e um dia de abstenção já me causa mal-estar físico. [...]” (JUNG apud JAFFÉ, 2016, p. 18) essas são algumas palavras de Jung, anotadas por Jaffé.

Segundo Jaffé explica na introdução, Jung aprovou o manuscrito em análise, corrigiu algumas passagens e até mesmo propôs alguns acréscimos. Ela complementou alguns capítulos da autoria de Jung com suas anotações das conversas e eliminou algumas repetições. “Quanto mais o livro avançava, mais solidamente seu trabalho e o meu se fundiam.” (JUNG apud JAFFÉ, 2016, p. 19) Tais afirmações trazem à tona alguns questionamentos acerca da autoria integral da obra. Com as sensibilidades e subjetividades identificadas no primeiro capítulo, é possível supor uma continuidade de tal característica, mas, não se pode deixar de pontuar que a maior parte da narrativa é escrita pela organizadora da obra, entretanto, em primeira pessoa, como se o próprio biografado falasse. Mas, com tais colocações na introdução, é possível fazer perguntas a respeito de tal escrito, até mesmo porque a psicanalista Jaffé deixa clara a desconfiança e até recusa inicial de Jung a respeito de uma autobiografia. Isso é então um compilado? Se encaixa no que se pode chamar de uma autobiografia? São questões teórico-metodológicas que precisam ser melhores explanadas e serão, ao longo dessa pesquisa que está em fase introdutória.

A divisão dos capítulos se coloca conforme narra momentos de sua vida, de forma cronológica, assim, tem início na infância, depois trata dos seus anos de colégio, anos de estudo, atividade psiquiátrica, seu contato com Sigmund Freud, seu confronto com o inconsciente, gênese da obra, a torre, sobre suas viagens, sobre suas visões, sobre suas reflexões acerca da vida depois da morte, últimos pensamentos, retrospectiva e apêndice. Depois, há trechos de cartas importantes, considerações sobre o Livro Vermelho e alguns dados sobre a família do autor feita por Aniella Jaffé. No capítulo “Infância”, percebe-se muita riqueza de detalhes e sensibilidades de Jung. É como uma imersão em seus primeiros anos de vida, quando sempre pontua as sensações que teve diante do mundo que ia desbravando. Sensações de medo, insegurança, desconfiança, dúvida... Coisas que o chamavam atenção, como por exemplo, algumas pessoas mortas que apareciam na região em que vivia com sua família. Suas lembranças começam a surgir a partir dos dois ou três anos de idade e se encontram especialmente em Kesswil (cantão da Turgóvia), região noroeste da

Suíça, à beira do lago de Constança. Eles moravam no presbitério do castelo de Laufen, que domina as quedas do Reno.

Carl Gustav Jung nasceu em 1875 e morreu em 1961. Entre suas diversas atribuições foi um influente psiquiatra e criador da psicologia analítica. Ele nasceu em Kesswil, na Suíça, se formou em medicina pela Universidade da Basileia e iniciou sua vida profissional em Zurique, na Clínica Psiquiátrica Burgholzli. Foi professor da Faculdade de Medicina entre 1905 e 1913, onde deu aula sobre psicologia e psiconeuroses. A sua colaboração com Sigmund Freud, criador da psicanálise, se iniciou em 1907, mas essa parceria durou pouco tempo devido a discordâncias entre os dois. Publicou diversos livros importantes e seus estudos se materializaram também em trabalhos, seminários e outras obras que são intensamente procuradas e estudadas até hoje. A autobiografia foi redigida já ao final de sua vida, quando estava com aproximadamente 82 anos.

Encaminhando-se para a metodologia e os possíveis caminhos que faço para realizar o que se objetiva neste trabalho, apresentarei os conceitos e noções trabalhados por Roger Chartier e Michel de Certeau. O primeiro é um historiador francês que nasceu em 1945 em Lyon e é conhecido por seus trabalhos de História Cultural e especialista em histórias do livro e da leitura. O segundo foi um jesuíta, interessado por História das religiões, que nasceu em maio de 1925 e morreu em janeiro de 1986 em Paris. Ambos estão num contexto parecido, reagindo ao marxismo e à história das mentalidades que pareciam não darem conta de uma explicação plausível para a História nesse momento.

Quando Certeau trata da leitura como uma operação de caça, nos coloca diversas plataformas para refletirmos acerca da apropriação. Esse conceito é novo no campo da História, aparece a partir da década de 70. Ao pensarmos no que a própria palavra “apropriação” supõe, compreende-se, em geral, que é uma seleção de ideias articuladas de forma imprevisível. Ela às vezes pode ser silenciosa e nunca é uma decodificação, mas uma possibilidade de interpretação. A apropriação é um círculo infinito. Para Chartier, que a define,

A apropriação tal como a entendemos visa uma história social dos usos e das interpretações, relacionados às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os produzem [...] é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que nem as inteligências nem as ideias são desencarnadas e, contra os pensamentos do universal [...] devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas. (CHARTIER, 2002, p. 68)

Tanto Chartier, quanto Certeau vão tratar de uma história da leitura. Citam a importância da oralização dos séculos XVI e XVII, e, a conseqüente mudança dos textos e intencionalidades, a partir do momento em que não eram mais proclamados em tom

específico o texto pôde ser lido e apropriado pelo seu leitor a partir de seu próprio referencial de mundo. Um exemplo claro disso é quando os padres costumavam rezar a missa em latim: quando passam a rezar na língua local, abre-se as portas para o universo das apropriações, o que no caso da Igreja, é uma ameaça, pois, já se tem uma interpretação esperada para todos os fenômenos, limitando outras possibilidades de compreensão. O jesuíta aponta aspectos da leitura e passividade: toda leitura modifica seu objeto; é preciso esperar do leitor o seu sentido, este não toma lugar do autor, mas inventa com seus próprios valores e ideias o que era “intenção” dos que escreveram. “Combina os fragmentos e cria algo não-sabido no espaço organizado por sua capacidade de permitir pluralidade indefinida de significações. [...]” (CERTEAU, 1998, p. 265).

A ideia central de Certeau e que nos remete à apropriação é quando o autor explica que o texto só tem sentido através do leitor, que este muda com eles, ordena-se conforme as exterioridades do leitor, suas formas de compreensão. Chartier, que se utiliza da apropriação como conceito, discorre que as obras possuem sua área de recepção, mas não necessariamente o leitor vai se apropriar daquilo que o autor tem intenção. É importante perceber tais processos como dinâmicos, pois a diversidade cultural permite isso, oportunizando uma pluralidade de apropriações (CHARTIER, 2002, p. 76). Como forma de ilustração acerca de tal diversidade, o historiador francês cita o caso célebre de Menocchio, que se apropria de forma bastante singular de tudo quanto ocorria à sua volta, nos lembrando que os textos são os mesmos para leitores populares ou não, modificando a forma como se desenvolve a apropriação de determinado texto.

Buscando fazer uma correlação com essa formulação teórica, abordaremos algumas formas de como o Jung se apropria dos elementos religiosos do cristianismo e os ressignifica. Já na introdução a autora não deixa de pontuar como a questão religiosa mexia com ele, a partir de suas próprias experiências e suas visões, que sempre o acompanharam, tendo sempre uma fome insaciável pelas coisas da alma. Nesta mesma introdução ela fala um pouco sobre o que é alma para ele, que diz que esta cria espontaneamente imagens de conteúdo religioso. Tal é o apontamento central, quando se compreende que Jung recria o cristianismo: ele se apropria do cristianismo de uma forma muito interessante, faz uma recriação totalmente original, o que é o objeto de investigação desta pesquisa.

O conceito junguiano de religião difere em muitos pontos importantes do cristianismo tradicional, principalmente no tocante à resposta ao problema do Mal e à concepção de deus, que não é somente o “protetor” ou o “bom Deus”. Do ponto de vista do cristianismo dogmático, Jung era um outsider. [...] suas ideias religiosas não foram totalmente compreendidas. (JUNG apud JAFFÉ, 2016, p. 21)

Aniela Jaffé, sendo próxima a Jung e também a organizadora da obra, traz informações bastante preciosas acerca de seu contato com o cristianismo e sua inclinação para as “coisas da alma”. Ela afirma que Jung se declarava cristão e interpretava os problemas religiosos do homem cristão do ponto de vista da psicologia. Ele impunha, segundo ela, a exigência cristã da fé a necessidade de compreender. Deixa bem claro que o suíço por um lado possui uma afirmação subjetiva, baseada numa vivência e, por outro, faz constatações científicas e objetivas, onde se restringe conscientemente à fatos demonstráveis. Nas obras científicas trata de uma “imagem de Deus na alma humana” mas, quando é o homem religioso que fala, é influenciado por sentimentos poderosos e apaixonados, com experiências interiores e exteriores de uma vida longa e fecunda. Ele escreveu em 1952 a um jovem sacerdote: “Acho que todos os meus pensamentos giram em torno de Deus como os planetas em torno do Sol, e são da mesma forma irresistivelmente atraídos por ele. Eu me sentiria como o maior pecador querer opor uma resistência a esta força.” (JUNG apud JAFFÉ, 2016, p. 22)

Considerando os limites do texto, analisarei o capítulo “Infância” buscando demonstrar algumas das referências ao cristianismo no contexto de vida do autor. Pretendo mencionar o que mais o desconcerta e alguns elementos que são decisivos, como o seu pai ser um pastor luterano. Seu pai é daqueles que usavam uns “sapatos lustrosos” ao qual ele sempre faz referência quando se remete àqueles que explicam sobre Deus. Quando ocorria que algumas pessoas que desapareciam e eram encontradas mortas diziam seu pai ao pequeno Carl que “[...] o Senhor Jesus as chamou para junto de si.” (JUNG, 2016, p. 32). Isso já o intrigava: como pode esse Senhor Jesus ser tão bom se frequentemente aparecem pessoas mortas e dizem que o mesmo sujeito os levou para junto de si? Não parecia haver cabimento isso na cabeça de uma criança.

A mãe do menino ensinou uma oração a ele que se remetia a Jesus, isso causava um sentimento de conforto diante das inseguranças que tinha sobre a noite, a qual ele insiste muito durante o capítulo. Quando criança, entendia que o Senhor Jesus era afável e cuidava das crianças nas ambiguidades da noite, evitando que Satã as devorasse e isso parecia muito bom, porém, Jesus levava as pessoas consigo e isso era equivalente a colocar as pessoas num buraco cavado na terra. Ele começou a ter uma desconfiança de Jesus, ainda mais que sempre estava na boca daqueles homens que utilizavam sapatos lustrosos.

Há uma ocasião que fala sobre um jesuíta, que considera ser seu primeiro trauma consciente. Via sempre uma figura com longa veste negra se encaminhando para a floresta e quando via, tinha um medo apavorante, soma-se a isso o fato do seu pai sempre dizer que os

jesuítas representavam algo particularmente perigoso. No fundo, Jung não entendia o que significava a palavra “jesuíta”, porém, identificava a semelhança com a palavra “Jesus”, que aparecia na oração que sua mãe havia lhe ensinado. Mais tarde descobriu que essa figura não era nada além de um padre católico.

Nesta mesma época que se colocavam tais inquietações, teve o primeiro sonho que ele se lembrou e isso o ocupou durante toda a vida. O sonho oportunizou diversas reflexões posteriores, nele: o presbitério onde eles moravam ficava isolado; atrás deste, se estendia uma ampla campina e aí ele descobriu uma cova que tinha uma escada que conduzia ao fundo. Desceu e viu um tapete vermelho, avistando também uma poltrona esplêndida e sobre ela tinha uma forma gigantesca que alcançava quase o teto. Era estranho: feito de pele e carne viva, sua parte superior tinha um olho que o fitava o alto, ele não se movia. Ele sentiu angústia e então ouviu a voz de sua mãe, gritando: “Sim, olhe-o bem, isto é o devorador de homens!” (JUNG, 2016, p. 34). Muito mais tarde compreendeu que a forma estranha era um falo e fez duas suposições para o sonho:

Nunca cheguei a saber se minha mãe, no sonho, pretendia dizer: “Isto é o devorador de homens” ou “Isto é o devorador de homens”. No primeiro caso, teria querido significar que não era “Jesus” ou o “Jesuíta” o devorador de crianças, mas o falo; no segundo, que o devorador de homens é representado de um modo geral pelo falo; portanto, o sombrio “Senhor Jesus”, o jesuíta e o falo seriam idênticos. (JUNG, 2016, p. 34)

Fazendo brevemente um apontamento à análise que o próprio Jung faz do sonho, ele diz que esse falo parece que ser um deus subterrâneo que reaparece a cada vez que se fal sobre o Senhor Jesus. Com isso Jesus não parecia real e aceitável e era pouco digno de amor, pois pensava na equivalência à tal revelação do sonho. A roupa escura do jesuíta lançou uma sombra sobre a doutrina cristã a partir de tudo o que tinha compreendido de mundo, soava sempre como um cortejo fúnebre. O amor de Jesus parecia suspeito, pois parecia um deus dos mortos-protetor e alguém que expulsava os demônios da noite, mas a sua própria figura era assustadora, pois se apresenta na cruz como sangrento e sacrificado. Até realizar a crisma, Jung fazia um esforço de perceber a figura positiva de Cristo, conforme esperavam dele, mas não conseguia superar a desconfiança secreta que sentia.

Na minha consciência eu era religioso, cristão, embora com uma restrição: “Mas não é exatamente assim!” Ou então perguntava a mim mesmo: “O que acontece sob aquilo que se encontra sob a terra?” E quando me inculcavam doutrinas religiosas ou me diziam “Isso é bonito, isso é bom!” eu pensava no íntimo: “Sim, mas existem coisas diferentes e muito misteriosas, e isso as pessoas não sabem.” (JUNG, 2016, p. 43)

Os conceitos desenvolvidos por Certeau e Chartier servem e se aplicam à pesquisa que está em andamento, pois, compreende-se a partir desta análise inicial do capítulo de “Memórias, Sonhos, Reflexões” que Jung considera o cristianismo como elemento determinante para a explicação da psique humana, não dizendo em nenhum momento que a religião não fazia sentido e divergindo, difere dos demais estudiosos no sentido de que a mesma era uma produtora de neurose, como Freud pensou. Vale recordar o dito por Certeau acerca do consumo: um leitor quando consome um livro ou um fenômeno cultural, o fazendo de forma interessada, recria o produto consumido. Ele primeiro recebe o produto, aqui podendo metaforizar com uma digestão, e então, após o consumo ou ingestão de determinado conteúdo, ele se apropria do que faz conexões com suas próprias referências internas e externas.

Está claro que tinha muitas desconfianças acerca do Senhor Jesus ou sobre o que os homens dos sapatos lustrosos diziam, mas, mesmo assim, Jung faz algo incrível com o cristianismo, ele o recria, o reinventa. Percebamos a forma como ele observa a palavra Jesus, quando dizem que é sinônimo de tudo bondoso e dócil que existe no mundo, mas, ele começa a fazer conexões com algumas coisas ruins, como as pessoas que desaparecem ou são enterradas, o que não parece estar em concordância do que diziam sobre aquele Jesus. Outro exemplo pode ser percebido quando, ao pensar no que seria um jesuíta e o que tal palavra quer dizer (que para ele se parece com Jesus) se depara com coisas negativas ensinadas por seu pai a respeito dessa figura, pelo motivo de ser um pastor protestante e inserir um valor contrário ao catolicismo. Então, esse Jesus era bom mesmo? Quais são os limites das coisas, quais coisas são de Jesus ou pertence às sombras que tanto o assusta? A noção apresentada por um cristianismo “oficial” é de uma aceitação do Jesus amável e afável, que contraria as sombras, os demônios, no entanto, a partir de suas experiências, foi notando um descompasso.

No sonho que teve não conseguia dissociar, a partir da fala que veio de sua mãe, que aquele era o “devorador de homens”, enquanto na sua percepção, como as pessoas à sua volta diziam, ele só conseguia entender que o devorador de homens era o próprio Senhor Jesus, pois, quando alguém morria os adultos diziam: Jesus o levou. Então, percebe-se o descompasso a partir do sonho do Cristo-falo, já que é uma forma de ver e pensar no cristianismo que não se faz usualmente, nem se leva a concepções tão profundas assim, já que a doutrina já está pronta e explicada, basta seguir. Por ser confortável e consolador as pessoas incorporam essa coisa pronta, não fazendo conexões com o seu próprio ser, sendo totalmente o contrário do que Jung faz, é por isso que se afirma que ele recria o cristianismo, porque mostra algo arraigado ao seu próprio ser, aos seus próprios monstros e questionamentos

internos, o que parece bem mais razoável ao se pensar numa religião que faça sentido na vida dos indivíduos, essa que não é produtora de neurose, mas pode ajudar a curar a neurose, fazendo alusão aqui, de forma rápida, pelo motivo que Jung e Sigmund Freud romperam. Então, Jung se apropria dos elementos religiosos, traz seus questionamentos internos à tona e os ressignifica, estando exatamente aqui o ponto em que a discussão de apropriação dos dois autores acima explicados, se encaixa nesta análise.

Contudo, é importante considerar o caráter introdutório de tal pesquisa, objetivando-se apenas apontar caminhos para pensar a forma como o Jung faz tal reinvenção do cristianismo. Pretende-se, ainda, mergulhar em águas mais profundas em todos os pontos aqui mencionados, visto que esta discussão teórico-metodológica se faz para melhor visualizar a aplicação de conceitos que demonstram serem eficazes para trabalhar com meu objeto de pesquisa.

Referências Bibliográficas

CERTEAU, Michel de. Ler: uma operação de caça. In: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 236-248.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: CHARTIER, R. **À beira da falésia: a História entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade; UFRGS, 2002. p. 61-79.

JAFFÉ, Aniela. Introdução. In: JUNG, Carl Gustav. **Memórias, sonhos, reflexões**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016, pp. 17-24.

JUNG, Carl Gustav. **Memórias, sonhos, reflexões**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. Trad. Dora Ferreira da Silva. 30.ed.

PEREIRA, Lígia Maria Leite. Algumas reflexões sobre história de vida, biografias e autobiografias. **História Oral**, 3. 2000, p. 117-27.

AURORA ACADÊMICA: INFÂNCIA E JUVENTUDE NOS MEMORIAIS ACADÊMICOS (2000 – 2015)

Rafaela Duarte Vieira²⁸

Resumo

Os memoriais são documentos de caráter institucionais solicitados pelas universidades brasileiras para o ingresso na instituição ou progresso de carreira docente. O principal objetivo desses documentos ao serem elaborados é apresentar os principais fatos da vida universitária de quem escreve. A partir de sete memoriais de professoras do departamento de antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), de concursos de livre-docência e de titularidade, buscamos caracterizar a escrita auto reflexiva dessas mulheres como uma autoetnografia. Os memoriais, enquanto fonte de pesquisa, após a realização dos concursos de provas e títulos para professor (a) livre-docente ou titular da FFLCH, USP, são armazenado no CAPH.

Palavras-chave: memorial acadêmico, autoetnografia, autobiografia, escrita feminina, USP.

Introdução

Essa lembrança que nos vem às vezes...
folha súbita
que tomba
abrindo na memória a flor silenciosa
de mil e uma pétalas concêntricas...
(Mário Quintana)

Os memoriais acadêmicos pesquisados são documentos elaborados pelos professores universitários, relatando sobre a sua trajetória intelectual, entendemos que tais relatos, de natureza autobiográfica, e que no caso antropólogos por ser identificado como uma forma de autoetnografia (VERSIANI, 2005, SILVA, 2009), permite tanto a apresentação de si, como do outro, em que dimensiona, de formas distintas, a figura pública e a privada, tal como um narciso que encara um espelho rodeado pelas relações institucionais.

A Universidade de São Paulo solicita o desenvolvimento dos memoriais em três momentos distintos: concurso de entrada, livre-docência e titularidade. Tal documento passou a ser solicitada ainda em 1934, passando por modificações, embora não exista um modelo

²⁸ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Graduanda em História.

obrigatório, o que permite que hajam alguns que privilegiam uma dimensão mais cartesiana, próxima do currículo, e outros, mais hermenêutica, semelhantes às memórias²⁹. (SILVA, 2015)

Os memoriais escolhidos para análise estão no o CAPH – Centro de Apoio à Pesquisa em História “Sérgio Buarque de Holanda” que foi fundado em 15 de março de 1966, pelos professores Eurípedes Simões de Paula, Maria Regina da C. R. Simões de Paula e Aziz Nacib Ab’Saber vinculado a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP)³⁰.

Os documentos que estão arquivados no CAPH foram reunidos ao longo dos seus mais de 50 anos, sendo constituídos de documentações burocráticas e de caráter pessoal, relativos à FFLCH e à USP. O acervo possui diversos projetos relacionados à construção da memória universitária “uspiana”, onde o “Projeto Memória”³¹, que busca guardar dos documentos burocráticos pertencentes a esses profissionais, além de todo material utilizado pelos professores ao longo de sua carreira.

As fontes escolhidas estão apoiadas em dois tipos livre-docência e titularidade, com ênfase nos memoriais escritos pelas professoras do Departamento de Antropologia³² da Universidade de São Paulo. Nas universidades brasileiras têm-se vários tipos de cargos no interior da carreira, dentre eles estão professor: Professor Auxiliar; Professor Assistente; Professor Adjunto; Professor Associado e Professor Titular. Carreira do Magistério Superior Federal, nas universidades do estado de São Paulo o plano de carreira apresenta o título de professor livre-docente e professor titular.

²⁹ SILVA, Wilton C. L.. A vida, a obra, o que falta, o que sobra: memorial acadêmico, direitos e obrigações da escrita. *Tempo e Argumento*, v. 7, p. 103 - 136, 2015.

³⁰ A Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas foi fundada como Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com os polos da Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Faculdade de Farmácia e Odontologia, Escola Politécnica, Escola de Medicina Veterinária, Escola Superior de Agricultura, Escola de Belas Artes, Instituto de Educação, Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais. Com o total de onze departamentos atualmente, sendo eles: Antropologia, Ciências Políticas, Sociologia, Filosofia, Geografia, História, Letras Clássicas e Vernáculas, Letras Modernas, Letras Orientais, Linguística, Teoria Literária e Literatura Comparada.

³¹ Dentro do “Projeto Memória” estão selecionados os memoriais acadêmicos dos professores e professora, dos quais cataloguei 49 memoriais da Antropologia e História entre 2000 a 2015.

³² Ana Claudia Duarte Rocha Marques Livre-docente no ano 2015; Beatriz Perrone-Moisés Livre-Docente no ano de 2015; Fernanda Arêas Peixoto livre docente no ano de 2012; Lília K. Moritz titular no ano de 2004; Margarida Maria Moura livre-docente no ano de 2000 e Sylvia Caiuby Novaes livre docente no ano de 2006 e titular no ano de 2010.

O título de Livre-docência surge no Brasil, outorgado por uma instituição de ensino superior, a partir do concurso público, desde 11 de setembro de 1976, apenas para portadores do título de doutor, e que atesta uma qualidade superior na docência e na pesquisa³³.

O título de livre-docência é obtido a partir de um edital aberto de acordo com a disponibilidade das universidades, não existindo uma temporalidade para que tal processo aconteça, o candidato precisa entregar a documentação, composta por uma tese, documentos comprobatórios e o memorial de Livre-Docência, perante uma banca examinadora que deve ser formada por apenas professores já livre-docentes e/ou titulares que pertencem ou não a universidade que o concurso está aberto, que fará uma avaliação da documentação.

Na Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Universidade Estadual Paulista (UNESP), a livre-docência é requisito para a candidatura a professor titular e o livre-docente recebe o título de professor-associado, quando já pertence ao quadro docente da universidade.

Essa dicotomia serve como um convite para a leitura e análise desse tipo de escrita de si e sua compreensão como memória tanto individual quanto coletivo, de modo a tornar visível um percurso individual no interior de uma instituição acadêmica e com os determinantes pessoais e grupais que caracterizam a professora universitária.

A construção desses documentos acompanha a vida de quem escreve, é algo constituto, porém a formação de sua estrutura é o resultado de um processo, onde recortes são efetuados, ou seja, mesmo que a narrativa seja condicionada por uma instituição, quem escreve possui liberdade de “reescrever” sua história. Formando múltiplas identidades que definem esse indivíduo que construiu além da vida acadêmica outros espaços, anseios, medos e relações dentro e fora do espaço universitário.

A construção da memória acadêmica é moldada fontes utilizadas onde encontramos dois pontos principais: o próprio indivíduo que escreve suas memórias, com suas necessidades pessoais e institucionais, e que silencia, oculta ou enfatiza certa memória e as documentações que foram acumuladas para embasar tal discurso.

De fato, o ato de memória que se dá a ver nas narrativas de vida e nas autobiografias coloca em evidência essa aptidão especificamente humana que consiste em dominar o próprio passado para inventariar não o vivido, como supunha Maget, mas o que

³³ A livre-docência é regulada pelas Lei nº. 5.802/72 e nº. 6.096/74 e pelo Decreto 76.119/75 e pelo Parecer 826/78 do extinto Conselho Federal de Educação. Modificações ocorreram na lei desde sua formação, todavia essas características principais não foram alteradas no Estado de São Paulo.

fica do vivido. O narrador parece colocar em ordem e tornar coerente os acontecimentos de sua vida que julga significativos no momento mesmo da narrativa: restituições, ajustes, invenções, modificações, simplificações, “sublimações”, esquematizações, esquecimentos, censuras, resistências, não ditos, recusas, “vida sonhada”, ancoragens, interpretações e reinterpretações constituem a trama desse ato de memória que é sempre uma excelente ilustração das estratégias identitárias que operam em toda narrativa. (Candau, 2011, p.71)

Identificar as particularidades que distinguem a escrita feminina, na qual o exercício de autorreflexão e o momento que está vivenciado, analisado pelas professoras reflete o lugar em que elas estão situadas e a importância da representatividade da escrita de si, devido ao fato das mulheres ainda no século XX ocuparam um lugar secundário.

A criatividade indenitária (KAUFMANN, 2004) está ligada a quantidade de recursos que os indivíduos possuem, portanto, a escrita autobiografia diferencia-se de acordo com os aspectos culturais, sociais e intelectuais de cada indivíduo.

Aqueles que dominam um grande número de palavras podem entrar em argumentações precisas e complexas, conduzindo a uma construção de si mesmo reflexiva e judiciosa (implicando uma postura particular de apresentação de si mesmo), dando a possibilidade de experimentar facetas de si mesmo detalhadas e múltiplas.(KAUFMANN, 2004, p.182)

A multiplicidade de “estilos” no desenvolvimento estético e narrativo dos memoriais faz necessária a reflexão sobre aqueles que viabilizaram apenas a escrita cartesiana desses documentos, destituindo-os de aspectos subjetivos, mesmo quando o autor-narrador possui recursos para tal feito.

As percepções dessa esfera de poder e ocupação do espaço público e historiográfico demonstra as posições que as mulheres começaram a conquistar ao longo do século XX, principalmente no interior do ensino universitário, Cavalcanti (2007) faz uma análise sobre a ocupação das mulheres nos espaços de educação básica, no qual diferenças de classe influenciaram o avanço no âmbito educacional, destacando que:

espaço de valores e posturas mais burguesas – que separou ideologicamente os papéis sociais em apropriadamente masculinos e femininos prescreveu deveres às mulheres de modo a confiná-las em esferas específicas de atuação conveniente: o lar, a família. (CAVALCANTI, 2007, p.62)

Dessa mesma forma percebemos as relações de poder para construção da memória coletiva e individual onde as modificações tornam-se inevitáveis devido à necessidade de controle e manutenção das esferas sociais, onde o espaço pessoal funde-se com o espaço público, principalmente quando observamos os memoriais que participam de um concurso público, mas que em suas raízes o indivíduo que possui memórias de infância, juventude, família, relações positivas e negativas.

Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1990, p.427)

As modificações na escrita dos memoriais identificadas por Câmara e Passeggi (2012), serviram de base para o estudo da fonte, abordando três estruturas narrativas: institucionalização (1930 – 1950): período de formação dos primeiros memoriais, tais documentos possuíam modelos rígidos para sua construção; consolidação (1950 – 1970): os memoriais deixam de possuir uma estrutura de rígida e se aproximam dos curriculum vitae; diversificação: a abertura para o espaço autobiográfico nos memoriais acadêmicos, a valorização da escrita autodiegética, com o memorial de titularidade de Magna Soares (1981) SILVA (2015).

Portanto, o recorte temporal (2000 - 2015) favoreceu a ampliação de pesquisas com a fonte, que apesar dos aspectos cartesianos exigidos pelas universidades, oferta reflexões sobre o pertencimento ao grupo, escrita de si e a ocupação do espaço acadêmico³⁴. Além desse fator, temos o aumento do número de concursos nas universidades públicas do país, com a entrada do século XXI, valorizando o espaço universitário e esse tipo de documentação.

Como a pesquisa ainda se encontra em seu estágio inicial, apresentamos apenas algumas conclusões parciais, a partir das primeiras leituras e fichamentos dos memoriais. As mulheres representam uma maioria numérica dentro do departamento e se mostra rica a percepção das conquistas de espaço institucional e do volume da produção acadêmica de tais sujeitos no interior do departamento.

³⁴ De um lado, sensíveis a novas abordagens antropológicas ou sociológicas, os historiadores quiseram restaurar o papel dos indivíduos na construção dos laços sociais. Daí resultaram vários deslocamentos fundamentais: das estruturas para as redes, dos sistemas de posições para as situações vividas, das normas coletivas para as estratégias singulares. A ‘micro-história’, inicialmente italiana, hoje espanhola, foi a tradução mais viva dessa transformação da abordagem histórica baseada no recurso a modelos interacionistas ou etnometodológicos. Radicalmente diferente da monografia tradicional, a *microstoria* pretende construir, a partir de uma situação particular, normal porque excepcional, a maneira como os indivíduos produzem o mundo social, por meio de suas alianças e seus confrontos, através das dependências que os ligam ou dos conflitos que os opõem. O objeto da história, portanto, não são, ou não são mais, as estruturas e os mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais, e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades, as parentelas, as famílias, os indivíduos.” (CHARTIER, 1994, p. 2)

Memoriais (Homens)		
Antropólogos	Livre-Docência	Titularidade
Heitor Frúgoli Junior	2014	
John Cowart Dawsey		
José Guilherme Cantor Magnani		2012
Marcio Ferreira Da Silva		2012
Vagner Gonçalves Da Silva	2013	
Memoriais (Mulheres)		
Antropólogas	Livre-Docência	Titularidade
Ana Claudia D. R. Marques	2015	
Beatriz Perrone-Moisés	2015	
Fernanda Arêas Peixoto	2012	
Lilia K. Moritz		2004
Margarida Maria Moura	2000	
Sylvia Caiuby Novaes	2006	2010

As narrativas da infância e juventude possuem significativa relevância na escrita de si das mulheres; e essa maior ênfase em dimensões subjetivas do relato permitem referenciar um contraste com a escrita masculina, assim como em relação ao processo de formação e trabalho acadêmico.

Minha carreira foi decidida numa quarta-feira do início do inverno de 1973, no meio de uma tarde cinzenta, no topo da escada entre o térreo e o primeiro andar do antigo Museu do homem, no Trocadéro, diante de uma vitrine esquimó. Ou mais precisamente algumas horas mais tarde, quando meu tio (MB) respondeu a pergunta que lhe fiz assim que entrei em casa:

-"Como se chama quem estuda povos diferentes?".

-"Antropólogo.""

Tive a sorte de descobrir o nome da profissão que desejava em Paris, levada pelas pesquisas de minha mãe: na biblioteca o Liceu Rodin, onde estudava o primeiro autor que encontrei com essa palavra-chave foi Levi-Strauss. Um bom liceu, uma boa biblioteca, e o Museu do Homem as quartas-feiras, dia sem aulas nos liceus e com museus gratuitos para estudantes. Pude ler em sequência os dois volumes da Antropologia estrutural, e depois Tristes trópicos, O pensamento selvagem, Raça e

história, O totemismo hoje, as Mitológicas. Nos corredores, entre aulas, encantada e atordoada, fui lendo. (PERRONE-MOISÉS, Beatriz, 2015, p.2)

A partir dos relatos de infância e juventude, conseguimos observar que essas mulheres em sua maioria os familiares possuíam excelentes condições sociais, que influenciaram em sua formação ainda no ensino básico, ou seja, antes de entrarem no espaço universitário já estavam envolvidas em eventos artísticos, concertos, palestras, cursos de idiomas e formação complementar, podemos observar essa situação em diversos memoriais.

Para o curso de Ciências Sociais levava em minha bagagem uma formação pré-universitária que incluía cursos em língua estrangeira - 3 anos de italiano, 6 anos de francês e alemão, 11 anos de inglês. Passei três meses nos Estados Unidos antes de terminar o colegial, através de um programa de intercâmbio, que além da convivência numa família com hábitos muito diversos da minha, me propiciaram fluência no inglês. A fluência nos outros idiomas viria posteriormente, através de leituras e viagens.

Concertos, teatros, cinema e exposições faziam parte de minhas atividades familiares. Aprendi desde cedo o gosto pelas artes e pela cultura, comecei a me interessar igualmente cedo pelas diferentes formas de expressão artística e cultural, por estilos de vida diversos, em diferentes classes sociais. Tinha enorme prazer no debate, no desafio de defender uma posição. (NOVAES, Sylvia Caiuby, 2010, p. 3 – 4)

As ocupações burocráticas para as mulheres e relações pessoais com alunos, funcionários e colegas de Departamento são demonstradas com “afetividade”, até mesmo por aquelas que não construíram sua carreira acadêmica desde a sua formação básica na Universidade de São Paulo.

Dentre todas, a parceria com Jorge Mattar Villela é a mais difícil de descrever de modo que faça sentido em um memorial de carreira profissional e seja fiel à experiência. Desde o começo, ainda antes, quando a antropologia mal se esboçava em nosso horizonte, Jorge e eu partilhemos nossos fascínios, paixões, devaneios, erros e acertos. Nossa formação foi conjunta, na graduação, no mestrado e no doutorado, assim como os campos que fizemos nesse período e alguns dos outros posteriores. ((MARQUES, Ana Claudia Duarte Rocha, 2015, p.22)

“Se pudesse usar os conceitos de Sahlins (1987) diria que o Laboratório se diferencia de outros espaços no interior da universidade por ser fruto muito mais de uma estrutura performativa do que prescritiva. Neste espaço as relações se constroem não a partir do status ocupado por cada um numa hierarquia rígida, mas a partir de desejos, escolhas, interesses, e fundamentalmente confiança mútua. Isto não significa ignorar as diferentes categorias que aí se reúnem: alunos, pesquisadores, funcionários, docentes, a coordenadora. Ao contrário do que é habitual nas grandes instituições, nossas relações nos Laboratórios não são definidas exclusivamente pelas categorias que ocupamos. E porque conseguimos estabelecer relações informais e de confiança entre estas diferentes categorias, que temos o ambiente que temos. Estas categorias, por sua vez, não estão presas a uma rígida definição de papéis. Podemos ter alunos de iniciação científica tomando decisões importantes, funcionários opinando sobre o conteúdo dos trabalhos acadêmicos, docentes carregando caixas e arrastando moveis. Em outras palavras, sem a instituição nosso trabalho não seria possível, mas por outro lado, e preciso impedir que a vivência institucional engesse e esterilize nossas relações.” (NOVAES, Sylvia Caiuby, 2010, p. 19 – 20)

A realização do memorial é observada de maneira complexa e questionada por essas professoras, principalmente, porque essas mulheres no concurso de ingresso como docente elas já entregaram um memorial, logo podemos observar repetições nesses documentos.

Depois de escrever alguns livros e muitos artigos, parece fácil, à primeira vista, redigir umas poucas paginas sobre o próprio percurso intelectual. Pois não é.

Antes de mais nada, e difícil reconstruir uma trajetória notando e alinhando continuidades. Soa estranho buscar coerência em decisões, muitas vezes, marcadas por embaraços contextuais, hoje um pouco distantes no tempo. Mais complicado, ainda, é" perceber que o passado, no meu caso, e um tanto recente.

Assim, mesmo com receio de julgar o "passado breve", recuo ao final da década de 1960, quando nos tempos do Ginásio Vocacional acompanhei (quase de arquivada) os anos da ditadura e da repressão. Com minha pequena experiência, entendi os impasses que o conhecimento social trazia e senti a falta de meus professores, inesperadamente afastados por conta de preferencias políticas.

O prazer de estudar, o exercício de polemizar, a interdisciplinaridade: esses eram alguns dos muitos desafios que a escola oferecia. A ditadura tratou de destruir estabelecimentos como aquele, mas não apagou a curiosidade e o respeito pelo conhecimento que tais instituições souberam incutir. (SCHWARCZ, Lilia Moritz. 2004, p.3)

Os memoriais femininos apresentam mais elementos familiares, como: filhos, marido, mãe e pai, ora para enfatizar a carreira dessas pessoas ou para apresentar a participação dessas pessoas durante a vida acadêmica dessas pessoas.

Através deste grupo de mulheres fui convidada a ir ao Paquistão, onde ocorreria o casamento da filha de uma delas e para esta pesquisa obtive uma bolsa da ICCCR - International Centre for Contemporary Cultural Research. Os paquistaneses são extremamente hospitaleiros. Passei um mês, com minhas três filhas, hospedada na casa da avó da noiva e pude me exercitar na filmagem do ritual do casamento, constituído de varias fases, que se estendem por três semanas. Contribui também para isto o fato de ter levado minhas filhas. O casamento e um ritual tipicamente familiar, que reúne os parentes espalhados em distintas regiões do país; tal como os Bororo, os paquistaneses vivem em grandes comunidades, onde os vínculos familiares são absolutamente fundamentais. Através de minhas filhas era possível combinar a observação participa-te (e elas estavam fascinadas pela possibilidade de se integrarem ao grupo, participando de todos os rituais) e simultaneamente filmar. (NOVAES, Sylvia Caiuby. 2010, p.15)

Os memoriais acadêmicos apresentam um conjunto de anexos indiretos e diretos em sua construção, ao observarmos o memorial da antropóloga Margarida Maria Moura, percebemos a naturalização da escolha profissional, como um direito ou dever, pois sua mãe era antropóloga, além disso, relatos e cartas escritos por Maria Júlia surgem na documentação, criando uma atmosfera mista de escolhas e decisões da autora, pois ao mesmo tempo em que o memorial é uma "autobiografia", também é uma "biografia" de sua mãe.

Nasci num lar onde a Antropologia era o "métier" materno. Minha adorada mãe de suavíssima memória, iniciara sua vocação para a disciplina nos anos trinta, quando cansada de ser professora primaria do Distrito Federal, formada pela antiga Escola Normal, resolveu sair em busca de novos mestres, que pudessem inicia-la no ofício

de pesquisar. Tinha então vinte e seis anos e lecionava nos subúrbios do Rio de Janeiro desde os dezessete. Chapeuzinho na cabeça e luvas de pelica nas mãos sempre delicadas, passara quase nove anos indo e vindo de morros e baixadas, acessíveis pelos trens de ferro que saíam da estação da Leopoldina, no Rio de Janeiro, na Republica ainda Velha. (MOURA, Margarida Maria. 2000, p.1)

Considerações Finais

O estudo dos memoriais produzidos no início do século XXI, permite notar as modificações em nossa sociedade, dentro e fora do espaço acadêmico, pois o sujeito público e privado participam da vida cultural, sociais, econômica e tecnológica de sua geração, dessa forma os memoriais acadêmicos se mostram uma fonte de pesquisa vasta para estudos em diversas áreas.

Esse conjunto de características, que ainda em sua forma inicial buscam caracterizar os memoriais, justifica o interesse em pesquisa-los e aprofundar os estudos voltados para escrita feminina, uma vez que a fonte oferece dados sobre o desenvolvimento da Universidade de São Paulo, acontecimentos sociais e políticos que os professores acompanharam durante o século XX e XXI.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. “Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa”, In: Estudos Históricos, FGV, Rio de Janeiro, vol.4, n.7, 1991, p.66-81.

ARFUCH, Leonor. O Espaço biográfico. Dilemas da Subjetividade Contemporânea. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

CÂMARA, Sandra Cristinne Xavier da. PASSEGGI, Maria da Conceição. O gênero memorial acadêmico no Brasil: concepções e mudanças de uma autobiografia intelectual.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Preservando a memória da ciência brasileira: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

GUSDORF, Georges. Autobiographie: essays theoretical and critical. New Jersey: Princeton University Press, 1980.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva, tradução: Laís Teles Benoir, São Paulo: Centauro, 2004.

KLINGER, Diana Irene. Escritas de si, escritas do outro: o retorno do autor e a virada etnográfica. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: História e Memória. Campinas: UNICAMP, 1994.

LISBOA, Marcos José Alves. O conceito de identidade narrativa e a alteridade na obra de Paul Ricoeur: aproximações. Impulso, Piracicaba, v. 23, n. 56, p. 99-112, 2013.

- REGO, Teresa Cristina. Trajetória intelectual de pesquisadores da educação, a fecundidade do estudo dos memoriais acadêmicos.
- ROCHA, Clara. Máscaras de Narciso. Coimbra: Almedina, 1992.
- SARLO, Beatriz. Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SILVA, Wilton C. L.. Saber se inventar: o memorial acadêmico na encruzilhada da autobiografia e do egodocumento.. Métis: História & Cultura, v. 15, p. 44-67, 2017.
- SILVA, Wilton C. L.. A vida escrita por mulheres. Revista Antropológicas, v. 27, p. 240-250, 2016.
- SILVA, Wilton C. L.. Para além da ego-história: memoriais acadêmicos como fontes de pesquisa autobiográfica.. Patrimônio e Memória (UNESP), v. 11, p. 71-95, 2015.
- SILVA, Wilton C. L.. A vida, a obra, o que falta, o que sobra: memorial acadêmico, direitos e obrigações da escrita. Tempo e Argumento, v. 7, p. 103-136, 2015.
- SOARES, Magda. Metamemória-memórias: travessia de uma educadora. Rio de Janeiro: Cortez, 1981.
- THOMPSON, Paul. A memória e o eu. In: A voz do passado: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- VERSIANI, Daniela Beccaccia. Autoetnografias: conceitos alternativos em construção. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.
- WAIZBORT, Leopoldo. Para uma sociologia do memorial acadêmico: um fragmento. Revista de Teoria Literária e Literatura Comparada, São Paulo.

MEMÓRIA, TRADIÇÃO E AUTENTICIDADE: SAMBA E CARMEN MIRANDA NA NARRATIVA BIOGRÁFICA DE RUY CASTRO.

Manoel Messias Alves de Oliveira*

Resumo: O gênero biográfico envolve descrições detalhadas sobre uma vida, seleções nas informações apresentadas e elaboração de uma trajetória através de uma linguagem coerente e narrativa teleobjetivada. O biógrafo permite a percepção nas entre linhas de sua relação com o biografado ao mesmo tempo em que informa sobre o seu objeto e deixa explícito informações sobre si mesmo. Desse modo, o ser que pensa uma vida produz a obra através de uma intenção que foi manifestada na biografia de tal modo que permite analisarmos o que é realidade ou ficção em relação às narrativas sobre os cenários, personagens e costumes e, assim, possamos estabelecer comparações entre a perpetuação ou a transformação da memória, no qual o passado é projetado no presente por meio da seleção das experiências vividas. Logo, como biografia e memória tornaram-se objetos da história, podemos também pensar a biografia de Carmen Miranda produzida pelo jornalista, biógrafo e escritor Ruy Castro em *Carmen: uma biografia* (2005) e compararmos esta produção com a historiografia e a memória acerca da música popular brasileira e da MPB no que tange questões sobre vertentes interpretativas e escrita do autor, o panorama musical e seu contexto tratado por Ruy Castro em relação a escolha de acontecimentos, preferências e idealizações e as aproximações e afastamentos envolvendo as construções e reafirmações de uma memória da música de caráter popular. Portanto, traçar os caminhos percorridos pelo samba entre as décadas de 1930 e 1940 e suas projeções até a década de 1960 e sobre como Carmen Miranda se insere neste período e na biografia do jornalista é fundamental para que sejam trabalhados os conceitos de tradição e autenticidade na música popular brasileira.

Palavras-Chave: Biografia – Memória – Historiografia - MPB – Ruy Castro.

Introdução

A escrita biográfica enquanto objeto de pesquisa para os historiadores tem possibilitado cada vez mais a academia tratar da problemática envolvendo as relações entre a história, o indivíduo e o coletivo (LE GOFF, 1989 e SILVA, 2012), permitindo a aproximação entre a biografia e a história ao ter sido possibilitado as ciências humanas e literárias o acesso receptível ao gênero biográfico. Logo, esse gênero híbrido enquanto

gerador de uma parte da memória desempenha uma função moral que projeta o passado no presente em uma inter-relação entre vivência e imaginação (DOSSE, 2015).

Desse modo, é possível perceber na biografia a maneira como a memória é construída ao longo do tempo e sua relação com os diversos grupos, permitindo notarmos os esquecimentos e as valorizações de fenômenos e acontecimentos. Essa reformulação, perpetuação ou reafirmação de uma memória possibilita a um fenômeno social obter diferentes abordagens ou representações ao longo do tempo, no qual o seu interesse pode gerar aprofundamento e renovação do conhecimento acerca de si ou o seu desgaste desencadear em um redimensionamento negativo e, assim, ser abandonado ao esquecimento ou a indiferença (SILVA, 2009, p. 154-155).

A memória, por ser vida e estar vinculada aos grupos vivos, está em permanente evolução, ficando vulnerável a usos e manipulações ao permitir a dialética da lembrança e do esquecimento, no qual a história, por demandar análise e crítica, irá através da problemática reconstruir constantemente o que ficou em meio aos silêncios e apagamentos da memória (NORA, 1993, p. 9).

Pensando nos fenômenos artístico-musicais, podemos perceber que estes estão permeados de construções, afirmações e desaparecimentos, prevalecendo aqueles sacralizados, cânones, no qual o tempo da memória faz de um gênero musical e seus autores e intérpretes referências obrigatórias que os afastam do real e acabam sendo referenciados, monumentalizados e criados como produtos da imaginação (SILVA, 2009, p. 155). Por isso, cabe ao historiador não aceitar as canções ditas populares como verdadeiras representações da tradição e da autenticidade brasileira, percebendo o que possibilitou a perpetuação de umas sobre as outras através de análises acerca do cenário, dos grupos sociais e seus personagens e dos discursos de cancionistas, jornalistas, memorialistas e pesquisadores da História da Música popular ou de uma história da música popular.

Geralmente, esses discursos foram elaborados em torno de uma “visão de senso comum de música popular brasileira, que incluíam concepções de nacionalidade e de autenticidade enquanto cultura popular, bem como um conjunto de autores e obras canônicas” (BAIA, 2014, p. 154). Essas narrativas sobre música popular foram construídas e perpetuadas a partir dos anos 1930 e ainda influenciam na maneira de se conceber e selecionar os gêneros musicais no que tange ao caráter popular, desencadeando na formação de uma *linha evolutiva da música popular brasileira*³⁵- Samba, Bossa, MPB e, posteriormente, Tropicália.

³⁵ Em sua tese de doutorado intitulada *A historiografia da música popular no Brasil (1971-1999)*, Silvano Fernandes Baia discute acerca da expressão *linha evolutiva da música popular brasileira* ou *linhagem evolutiva*

Desse modo, o nacionalismo impulsionado por Mário de Andrade teria influenciado o pensamento acerca das produções musicais, almejando “uma sonoridade que expressasse a alma do povo brasileiro” (BAIA, 2014, p. 156) e, portanto, exigindo a construção de uma música artística brasileira que estivesse vinculada ao campo da música erudita e possuísse padrão estético e estrutural da música europeia. Logo, a década de 1930 foi marcante para a construção de uma memória da autêntica música popular no Brasil e da “busca das origens”, no qual se estabeleceram o Rio de Janeiro como cenário e o samba carioca como fenômeno artístico-musical, inventando uma tradição da música popular brasileira (BAIA, 2014 e NAPOLITANO, 2007).

Relacionando o trabalho biográfico com a ideia de linha evolutiva da música popular brasileira em que se inserem os conceitos de tradição e autenticidade, podemos pensar a obra *Carmen: uma biografia* (2005) do jornalista, biógrafo e escritor Ruy Castro como uma importante fonte de pesquisa por, dentre outros fatores, ser uma produção de memória e permitir uma análise literária acerca das colocações do autor em relação às figuras de linguagem e estilo de linguagem e aos recursos narrativos como o uso de flashbacks e digressões (estas em segundo plano nesta pesquisa) e às vertentes interpretativas da música popular brasileira. Além disso, a obra permite também uma análise da construção da biografada em meio ao cenário que estivera inserida e uma abordagem historiográfica acerca de uma explícita aceitação, por parte do autor, de uma linhagem evolutiva que teve origem no samba carioca como tradição e autenticidade nacional da música de caráter popular.

Escrita biográfica e música popular brasileira

Castro apresenta em uma passagem inicial de sua obra o cenário habitacional onde nasceu a futura “deusa do cinema” e a “pequena notável”, em Várzea de Ovelha, Portugal: “Maria do Carmo nasceu às três horas da tarde de um inverno gelado, no sobrado de pedra composto de um térreo e de um andar, com chão de terra batida, sem luz e sem água, em que seus pais moravam de favor” (CASTRO, 2005, p. 12).

A primeira constatação que se pode atribuir a esta passagem remete a uma tentativa do autor em demonstrar que Carmen Miranda não nasceu Carmen Miranda, mas sim Maria do

da música popular brasileira, caracterizando uma memória e uma história da música que foi perpetuada e canonizada pela história. Desse modo, o autor identifica que foi estabelecido pela historiografia e por memorialistas, jornalistas, cancionistas e outros escritores uma sequência de gêneros musicais – samba/ bossa/ MPB/Tropicália - “ditos” populares e nacionais que seriam vistos como autênticos e tradicionais na cultura brasileira.

Carmo e que, posteriormente, iria adquirir as características da artista e intérprete que reformularia os “sambas e as marchinhas em discos”.

Desse modo, Carmen receberia essas características principalmente a partir de sua mudança para a Lapa do Rio de Janeiro, onde “o mundo seria maior que a família”, estando presentes “os casebres e cortiços, a prostituição, cafetões, leões-de-chácara e navalhistas”. (CASTRO, 2005, p. 16). Tratava-se de

uma Lapa noturna e cosmopolita, freqüentada (sic) ao mesmo tempo por homens de smoking e cavanhaque e por apaches de dente furado e chinelo, e em que se marcavam encontros para as três da manhã, em restaurantes que serviam lagosta ou canja de galinha. Discutia-se Mallarmé em cabarés de luxo, regado a champanhe e pernod, ao som de valsas francesas como “Amoureuse” e “Frou-frou”. A cocaína, fabricada pelos grandes laboratórios e chamada de “fubá Mimoso”, era vendida às claras em vidrinhos (CASTRO, 2005, p. 19).

Castro, além de descrever o ambiente onde nasceu a cantora, retratou o cenário no qual esta estava se inserindo e adquirindo uma malícia para lidar com o meio privilegiado que passou a fazer parte.

Na verdade, Carmen conquistava qualquer meio com seu temperamento radiante, cômico, espontâneo e franco – os próprios palavrões que disparava como se fossem vírgulas eram mais *aceitos* nesse ambiente do que entre seus colegas de balcão. E, ao mesmo tempo que divertia os amigos de Mario Cunha e se divertia, Carmen observava – e aprendia depressa (CASTRO, 2005, p. 30).

Essa Lapa, segundo o autor, a “acompanharia para sempre”, permitindo que “desenvolvesse agilidade de raciocínio”, a “capacidade de ser safá” e possuir “resposta pronta” e “um farto repertório de gírias”, descrevendo-a ainda como “coquete” por saber que tinha um poder de sedução e gostar disso, além de denominá-la como “It girl” por ter uma malícia, um brilho e um carisma que a diferenciava.

Desse modo, o jornalista construiu uma vida procurando evidenciar a ascensão social de Carmen Miranda, fator este que conduziria também para uma reformulação do samba enquanto gênero do morro, atingindo outros cenários e personagens em detrimento de outros gêneros artísticos.³⁶ Estaria dessa forma identificada a memória tratada por Pollak “como campo de disputa entre uma elaboração oficial (da memória oficial ou nacional) e as

³⁶ O samba foi constituído em torno de uma corrente de memorialistas, jornalistas, colecionadores, pesquisadores e historiadores que permitiram a constituição do gênero, sobretudo o samba carioca, como símbolo nacional que tinha no malandro e na valorização dos subúrbios e morros a representação do imaginário (BAIA, 2011) e a invenção de uma tradição que se constituiria com os novos gêneros musicais como a bossa nova e a tropicália.

chamadas ‘memórias subterrâneas’ que sobrevivem em meio às camadas populares” (SILVA, 2009, p. 162).

Como um romancista ou pintor, Castro modelou seu objeto para obter determinados efeitos, procurando apresentar fatos e ficções e criar traços humanos, dando vida a personagem (DOSSE, 2015, p. 57). Concomitantemente, o jornalista diferencia e individualiza a biografada procurando “captar o detalhe ínfimo, minúsculo que tenta reproduzir da melhor maneira a singularidade de um corpo, de uma presença” (DOSSE, 2015, p. 57) e, como no romance clássico, os medos, as incertezas e os sofrimentos que são compartilhados com o leitor (DOSSE, 2015). Através dessa relação entre biógrafo e biografada, o herói da narrativa compõe características de valorização e idealização, como na seguinte passagem em que o jornalista descreve a personalidade de sua personagem:

Ali estava uma cantora como nenhuma outra no Brasil. Aliás, praticamente não havia com quem compará-la [...]. E Carmen tinha a interpretação, a bossa da cantora de rua – um talento para enxergar nas entrelinhas das frases, tomar liberdades com a melodia e surpreender os ouvintes com seus achados. Não precisava ser vista para agradar – embora quando isso acontecesse, nas fotos e nas apresentações em público, sua beleza e vivacidade e o fato de cantar sorrindo pudessem torná-la muito popular (Castro, 2005, p. 50).

Em decorrência dessa seleção e descrição detalhada e expositiva dos cenários que permeiam a personagem, o jornalista insere anedotas acerca da existência de Carmen e dos acontecimentos a ela relacionados. “É mesmo a busca desses detalhes mais anedóticos, porém mais reveladores da personalidade do biografado, que constitui o fascínio e o sentido do gênero biográfico” (DOSSE, 2015, p. 56).

Uma exemplificação dessa afirmativa pode ser percebida quando o autor descreve as dificuldades enfrentadas por Carmen Miranda para obter prestígio em sua carreira cinematográfica, salientando que um dos empecilhos para o seu sucesso “eram certas imperfeições em seu rosto: os vestígios da violenta acne que ela tivera quando adolescente” (CASTRO, 2005, p. 47), fator este que fazia do cinema uma “miragem” e possibilitava que a música, cujo gênero era o samba em ascensão junto a artista, fosse uma “realidade” com suas apresentações em rádios, festas e reuniões (CASTRO, 2005, p. 48).

Essa característica “detalhística” do gênero biográfico possibilita a construção de uma trajetória em “ordem cronológica, que permite conservar a atenção do leitor na expectativa de um futuro que desvelará progressivamente o tecido da intriga” (DOSSE, 2015, p. 56). Assim, o caráter romanesco da obra do biógrafo está nessa expectativa de futuro, fazendo o leitor acompanhar a trama de tal forma que os escritos parecem viver o momento de

escrita, não possibilitando ao leitor respostas acerca dos desencadeamentos da narrativa. Desse modo, biógrafo e biografada se inter-relacionam conforme a obra é escrita, sendo criada, portanto, a Carmen Miranda de Ruy Castro simuladora de uma vida (DOSSE, 2015).

O autor elabora a sua narrativa procurando apresentar o cenário e os personagens envolvidos com a afirmação do samba como gênero tradicional e autêntico da música popular brasileira e, para isso, rompe constantemente com a construção da trajetória de sua biografada ao mesmo tempo em que não permite que esta desaparecesse no pano de fundo da obra. Logo, essa denominação do samba como gênero popular e brasileiro é explicitada por Castro, valorizando não somente o gênero e seus compositores, letristas e intérpretes como também o ser carioca, ou seja, esquecendo-se ou valorizando e perpetuando, afirmando ou reafirmando uma memória em detrimento de outras (SILVA, 2009), assim como em relação às particularidades e localidades dos demais fenômenos artístico-culturais que surgiram no país. Desse modo, o autor apenas cita a existência de outros gêneros, colocando-os em segundo plano diante da ideia de representação nacional e linhagem da música popular, de tal forma que afirma acerca do final de 1931

uma fabulosa geração de compositores e letristas brasileiros [...]. Sua língua comum era o samba, enfim estabelecido como o ritmo nacional, com suas novas e ricas variações: o samba-canção, o samba-choro, o samba de breque. Mas eles dominavam também outros idiomas, como a marchinha, a valsa, o Fox, o tango, a toada, o cateretê, a embolada, a batucada e até a macumba. E, claro, todos, mesmo os nascidos em outros estados, tinham a verve carioca – a alma da Avenida, a malandragem dos morros, a sabedoria dos subúrbios (CASTRO, 2005, p. 75).

Essa problemática do nacional e do popular na cultura brasileira influenciou na maneira de pensar e conceber a constituição de gêneros artístico-musicais no Brasil.

No caso da música, o projeto do nacionalismo musical de construção de uma música artística nacional em base ao aproveitamento do material popular – entendido como folclore rural e parcelas da música urbana ainda não deturpada pelas influências estrangeiras, do mercado e da modernidade – esboçou-se no final do século XIX, consolidou-se nos anos 1930 com os textos e atuação de Mário de Andrade, e foi hegemônico na música erudita até meados da década de 1960 (BAIA, 2011, p. 134).

A música popular brasileira se configurou assim, na obra do jornalista, em uma constante relação com a biografada possibilitando que a trajetória de ambos se inter-relacione e possua desencadeamentos que se entrelacem e se confundam com a narrativa acerca do outro. Desse modo, referindo-se a uma vez em que Carmen Miranda cantou o samba *Linda Flor* de Henrique Vogeler, em 1929, no palco do Instituto Nacional de Música em que estiveram presentes “um reduto de eruditos e engomados, em que a simples palavra ‘nacional’

já impunha um tom de sobriedade e circunspeção” (CASTRO, 2005, p. 45), o biógrafo identificou o surgimento de sua biografada:

Carmen não tomou conhecimento dessas formalidades. Ao subir ao palco, ela era apenas parte do programa ou, mais precisamente, ninguém. Dez minutos depois, ao descer dele, os aplausos entusiasmados já lhe conferiam sua identidade. Chamava-se Carmen Miranda, era de uma graça e um rebuliço nunca vistos, e dali a um mês estaria completando vinte anos (CASTRO, 2005, p. 45).

O jornalista procura com esta representação traçar os pormenores relacionados à vivência da biografada, porém, escrevendo acerca de uma memória que foi perpetuada pela história e canonizada em termos de personagens, cenários e gêneros artístico-musicais: a das “origens” da música popular brasileira; desencadeando no samba como sinônimo de autenticidade e tradição (NAPOLITANO e WASSERMAN, 2000).

Música popular brasileira: dilemas entre o nacional e o popular a partir da biografia

Compreendendo a linha evolutiva da música popular brasileira valorizada por Ruy Castro, se faz necessário realizar uma abordagem acerca do nacional e do popular para o entendimento de uma invenção de tradição do samba como expressão social de raiz (NAPOLITANO e WASSERMAN, 2000). Sendo assim, MPB e música popular brasileira possuem elementos estético-ideológicos que envolvem seleção e esquecimento de gêneros musicais, exigindo-se ao historiador diferenciá-las e não aceitá-las como autênticas representantes culturais da população (a massa) brasileira por não satisfazerem a riqueza e a diversidade de todas as manifestações musicais do Brasil (BAIA, 2011 e NAPOLITANO, 2007).

Ruy Castro ainda cita alguns gêneros que não se inserem nesta linha evolutiva, apesar de não ter proposto trabalhos que permitissem a visibilidade de determinadas canções. Entretanto, existem passagens na obra que pressupõem que o autor colocou-as em situação de inferioridade em relação a outros ritmos como o da tarantela e mazurca e o samba carioca que nascia junto a Carmen Miranda. Pode ser citado como exemplo o maxixe gravado no Brasil e atuante no Rio de Janeiro antes da década de 1930, em que Castro demonstra não ter apreço por suas formas, mas sim uma valorização ao que viria depois, com a presença de Pixinguinha na gravadora *Victor*. “Podiam ser formidáveis em seus países, mas maxixe nunca foi tarantela ou mazurca – o que explica o caráter meio invertebrado e arrítmico da música gravada no Brasil até 1929. Com Pixinguinha na caneta e na batuta, isso iria mudar” (CASTRO, 2005, p.

49). Logo, essa linhagem remete a um repertório canônico que se legitimou a partir do samba e sofreu ascensão social tanto das canções quanto de seus atores e interpretes.

Para se compreender melhor a problemática entre o nacional e o popular e a perpetuação, afirmação, reafirmação ou valorização de uma memória (SILVA, 2009) entorno da linhagem evolutiva dos gêneros artístico-musicais, é preciso diferenciar MPB e música popular brasileira. Sendo assim, MPB não é, primeiramente, uma abreviatura de música popular brasileira, mas sim um subconjunto de sua produção.

Esta sigla surgiu num (sic) determinado momento histórico, os anos 1960, para designar um repertório que emergia no calor dos festivais e que foi se configurando como um ponto de convergência entre a bossa nova, as canções de protesto, os gêneros tradicionais de música popular no Brasil (samba, baião, marcha) e, num (sic) momento posterior, o tropicalismo. Estava em curso um processo de redefinição e atualização da música popular no Brasil iniciado com a bossa nova no final da década de 1950. Era também um momento de impasse da cultura política articulada em torno da ideia do *nacional-popular* e de reorganização da indústria fotográfica e dos meios de comunicação no país (BAIA, 2011, p. 140).

Em relação ao conjunto,

Se a sigla MPB denomina um setor da música popular feita no Brasil, a expressão *música popular brasileira* já era utilizada antes da afirmação de seu acrônimo. A expressão tinha, e tem ainda hoje, um sentido agregado que se relaciona a um certo repertório, ainda que mais amplo que a posterior sigla MPB. Ou seja, falar *música popular brasileira* não é exatamente igual a “música popular feita no Brasil” ou “música brasileira popular”: a expressão também está carregada de sentido para além do seu sentido literal. Ecoam na expressão *música popular brasileira* as concepções sobre o *nacional* e o *popular*, tão fortes no Brasil até os anos 1970, bem como uma visão em torno de uma certa linhagem que partiu da música popular carioca – *samba-bossa-MPB* – que se constituiu num processo que pode ser pensado como de invenção de tradição (BAIA, 2011, p. 140).

A ideia de linha evolutiva da música popular brasileira tornou-se tanto um processo de absorção de alguns gêneros musicais a partir da década de 1960 quanto uma sequência da corrente principal da música popular urbana no Brasil. Desse modo, a ideia de tradição fundamentou um debate que justificou o ingresso da MPB e da tropicália no cenário evolutivo das canções populares. Essa visão evolutiva envolvendo seleção e uma linhagem de uma tradição remete a década de 1930 e ao samba como sendo o período e a manifestação artística que fundamentaram a autenticidade e a identidade da música popular brasileira (BAIA, 2011).

Baia (2011, p. 135) afirmou que a expressão nacional-popular remete “a uma determinada vertente do pensamento da esquerda nacionalista brasileira, influenciada pelas formulações de Antonio Gramsci”, que

pressupunha um "contínuo intercâmbio" entre a "língua popular" e a das "classes cultas", ponto de apoio da cultura "nacional- popular" que visava, no limite, fundamentar a "contra- hegemonia". Conforme suas palavras: "Todo movimento intelectual se torna ou volta a se tornar nacional se se verificou uma 'ida ao povo', se ocorreu uma fase de 'reforma' e não apenas de 'renascimento' (cultural)". Se cotejarmos esta formulação com o processo em questão no Brasil, notamos que a 'ida ao povo' efetivamente norteou a postura dos artistas- intelectuais, sobretudo aqueles ligados à música popular, mas a presença intrínseca da indústria cultural neste processo marcou um movimento de forças contrário a possível afirmação de uma "contrahegemonia". Neste sentido, analisamos a MPB como uma linguagem artística fundada a partir do "nacional- popular", mas não restrita ao sentido político vislumbrado por Gramsci (NAPOLITANO apud BAIA, 2011 p. 136)

Considerações finais

O debate realizado em torno da questão de autenticidade e tradição da música popular brasileira desencadeia em um questionamento acerca do erudito e do popular e, assim, contrastando com diversos grupos e manifestações artísticas da cultura brasileira que foram valorizados por uma memória ou esquecidos por uma história “dominante” da música brasileira. Desse modo, é preciso questionar o problema das origens e das concepções acerca do nacional e do popular como objetos de reflexões historiográficas.

Isto não significa fazer *tábula rasa* da vigorosa tradição musical que se constituiu sob o signo da música popular brasileira, mas tentar desenvolver um pensamento analítico que dê conta da pluralidade, da polifonia de sons que constituíram as bases sociológicas e estéticas da nossa música, sobretudo de matiz urbana (NAPOLITANO e WASSERMAN, 2000, p. 2).

Por isso, é preciso interrogar-se acerca dos silêncios da História e sobre os esquecimentos e os espaços em branco. Essa batalha envolvendo a memória da música popular brasileira e da MPB e a memória de outros gêneros musicais evidencia um contraste entre a dicotomia erudito-popular assim como em relação ao nacional-popular, no qual a perpetuação de uma memória em relação a outras pode, conseqüentemente, gerar esquecimento e desvalorização de determinados fenômenos das camadas populares não ditos autênticos e tradicionais da brasilidade.

Fonte

CASTRO, Ruy. *Carmem: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Referências bibliográficas

BAIA, S. F. *A historiografia da música popular no Brasil (1971-1999)*. Tese de doutorado em História Social. São Paulo: FFLCH, USP, 2011.

DOSSE, François. *O Desafio Biográfico: escrever uma vida*. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: EDUSP, 2009.

LE GOFF, Jacques. “Como escrever uma biografia histórica hoje?”. Tradução de Henrique Espada Lima Filho do original “Comment écrire une biographie historique aujourd’hui?”. *Le Débat*, n.54, mars-avril, p.48-53, 1989.

NAPOLITANO, Marcos. *A síncope das ideias: a questão da tradição na música popular brasileira*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

NAPOLITANO, Marcos e WASSERMAN, Maria Clara. Desde que o samba é samba: a questão das origens no debate historiográfico sobre a música popular brasileira. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, nº 39, 2000.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*, São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, dez. 1993

SILVA, Wilton C. L. Biografias: construção e reconstrução da memória. *Revista Fronteira* (Cessou em 2008. Cont. ISSN 1984-8226 *Revista Fronteiras* (Online)), v. 11, p. 151-166, 2009.

_____. “História e Biografia”, In: *Vida póstuma de um ilustre e desconhecido: a construção biográfica de Clóvis Beviláqua (1859-1944)*. Tese de Livre Docência em Metodologia da Pesquisa Histórica. Assis: UNESP, 2012, pp. 11-79.

RIBEIRO COUTO: DIPLOMATA DAS LETRAS

Bruna Carolina de Almeida Pinto³⁷

Resumo: O Movimento Modernista brasileiro, iniciado em São Paulo nos anos 1920, seguiu um impulso de mudança proposto por alguns intelectuais e jovens escritores estimulados pela situação de estagnação em que o panorama artístico brasileiro se encontrava na virada do século XIX para o XX e pelas tendências vanguardistas europeias. A necessidade de efetuar mudanças nas referências literárias e artísticas repercutiu pelo Brasil incitando círculos intelectuais que seguiram orientações diversas na elaboração de novas obras de cunho patriótico. O que, porém, ameniza as profundas diferenças entre elas é um outro projeto, que pode ser corroborado por meio de arquivos jornalísticos e pessoais, que visava a divulgação dos novos escritores e intérpretes, assim como das novas produções brasileiras. Essas preocupações (de produção e divulgação) exerceram funções complementares no amplo processo de autonomização da literatura brasileira, o que dependeu, diante da emergência de novas trocas culturais, da aceitação e do reconhecimento de intelectuais de outros países. Uma das estratégias para tanto foi a criação de meios eficientes (como jornais e revistas) e porta-vozes que fossem capazes de promover a irradiação e o fluxo das novas obras brasileiras para outros países, principalmente europeus. Em vista disso, analisar esse processo implica deter-se em algumas figuras que, estando nesses países, tomaram para si a tarefa da divulgação, como é o caso de Rui Esteves Ribeiro de Almeida Couto. Com o intuito de ressaltar o papel essencial desempenhado pelo poeta de *O Jardim das confidências* nesse processo, este trabalho procura elucidar as relações diplomáticas no âmbito das Letras de modo a demonstrar a complementaridade exercida entre a política e a literatura na construção de uma nova imagem do Brasil pelos brasileiros, analisando para tanto a correspondência pessoal de Ribeiro Couto com outros intelectuais brasileiros e, especialmente, com o estadista português António de Oliveira Salazar.

³⁷Doutoranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Assis). Esta pesquisa é derivada de projeto de doutorado financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP (Processo nº 2014/12385-7). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

Palavras-chave: Ribeiro Couto, Modernismo, História intelectual, Divulgação da literatura brasileira, Negociações culturais.

“Sempre é grato dar um livro. [...]. Um livro é uma força em marcha. Está melhor quando passa de mão em mão, do que quando dorme o sono egoístico das bibliotecas.
(Ribeiro Couto).

O intelectual modernista

No Brasil, os anos 1930 viram surgir uma nova forma de interação entre o intelectual e o Estado a partir da participação intensa dessas duas esferas nas atividades ligadas à modernização do país e de suas relações políticas, culturais e sociais internas e externas. Decorre daí a intrínseca aproximação entre intelectuais e a classe dirigente no Brasil, analisada por Sérgio Miceli em *Intelectuais à brasileira* (2001) de um ponto de vista sociológico e fundamentalmente biográfico. Sem entrar, entretanto, na problemática que essa relação suscita no que diz respeito à falsa autonomia que o intelectual nessas condições contrai, discutiremos de modo mais específico o papel que o intelectual modernista se dispôs a desempenhar em prol da cultura nacional na conjuntura das negociações culturais que visavam colocar o Brasil em um novo patamar político e ideológico junto à comunidade nacional e internacional. Também não faz sentido abordar aqui as dissonâncias estéticas e partidárias, uma vez que trataremos de uma necessidade maior e comum a todas as obras empenhadas em construir retratos do país: a sua ampla divulgação.

Em função da conjuntura histórica modernista que determinou novas afinidades e dissonâncias não só no campo das Letras como também no da cultura de um modo geral, do ponto de vista metodológico julgamos pertinente abordar esse intercâmbio por meio de correspondências e artigos da época capazes de ilustrar o contexto no qual se manifestaram essas relações e o modo pelo qual elas desempenharam um papel central na configuração de um novo circuito de trocas em que o Brasil ocupa lugar de destaque.

A trajetória de Ribeiro Couto é aqui abordada em seu esforço quase incansável de promover o conhecimento da literatura brasileira na Europa, principalmente em Portugal, e também nos países africanos de língua portuguesa que eram ainda colônias ultramarinas de Portugal. Em nossa pesquisa de doutorado, da qual o texto aqui apresentado é uma fração, a abordagem desse registro epistolar e documental visa contribuir para os estudos de literatura

comparada entre Brasil, Portugal e Cabo Verde. Para isso, nos debruçamos sobre o material catalogado pela Fundação Casa de Rui Barbosa (RJ), procurando através desses escritos públicos e privados ilustrar os fluxos textuais e de ideias que nos permitam observar, ainda, as especificidades e o caráter do diálogo que serviu de respaldo à consolidação de uma rede de escritores por intermediadores que se situaram na intersecção do processo de reavaliação dos valores e modelos literários e culturais do período.

Divulgação da literatura brasileira

Não é difícil identificar entre os principais anseios dos intelectuais envolvidos no projeto modernista de 1922 a divulgação do discurso vanguardístico brasileiro na Europa e da arte dele derivada. Com uma conferência proferida na Sorbone em 1923 (“O esforço intelectual do Brasil contemporâneo”) Oswald de Andrade situa-se claramente como um aspirante a "exportador". Mais tarde, em 1925, ele propõe o seu metafórico Manifesto da Poesia "Pau-Brasil" como um produto para ser consumido lá fora. Três anos depois, incrementa essa proposta com a publicação de outro manifesto: o Antropofágico, desta vez proclamando sobre o direito contraventor de apropriar-se do outro. Pode-se dizer que essa postura já situava o intelectual brasileiro moderno frente às artes e às culturas de um modo mais flexível e dinâmico, redirecionando o Brasil para o exercício de uma ação catalisadora e exportadora de ideias e novos conceitos literários e culturais.

Deve-se ressaltar, entretanto, que em grande parte, essa divulgação só foi possível em virtude desses intelectuais pertencerem a uma posição social e econômica privilegiada ligada à elite cafeicultora paulista que permitia suas viagens de longa estada e garantia suas participações em eventos artísticos europeus. Além do que, a educação afrancesada das classes mais abastadas passava a ser vista como uma via de mão dupla a, paradoxalmente, amparar o caminho da autoafirmação de uma intelectualidade que se pretendia legitimamente brasileira.

Mas as condições para isso só se estabeleceram ampla e efetivamente com a implementação de um campo editorial no Brasil que propiciou melhores condições à publicação de obras nacionais e também favoreceu a sua circulação no meio nacional e internacional. Em O livro no Brasil: sua história (2005), Laurence Hallewell, ao analisar as circunstâncias que determinaram o desenvolvimento de um sistema mercadológico voltado para o livro nacional, associa a sua plena expansão ao processo de politização empreendido pela ficção do início do século XX, ressaltando a implicância mútua dessa relação. A

necessidade de implantar editoras nacionais derivou, segundo Hallewell, da conjuntura mundial dos anos 1920-1930. A Primeira Guerra Mundial e a crise de 1929 haviam contribuído para o encarecimento dos produtos e bens culturais importados no Brasil. Operou-se com isso uma carência que levou, de um modo geral, à valorização do produto industrial brasileiro em relação ao importado. Mas de maneira especial, o livro nacional ocupou um lugar de destaque nessa substituição de referências:

entre 1930 e 1937, o produto industrial brasileiro deu um salto de quase 50%. Mas o crescimento de edição de livros foi fenomenal, mesmo em relação a essa situação geral. As cifras relativas a São Paulo (as únicas de que dispomos) sugerem uma taxa de crescimento, na produção de livros, entre 1930 e 1936, de mais de 600%! [...]. Ninguém na época punha em dúvida uma realidade: a de que surgiria praticamente do nada, no período que se seguiria à revolução, uma indústria editorial brasileira, viável. (HALLEWELL, 2005, p. 422).

O comércio do livro despontou possibilidades e ampliou o campo de profissionalização do escritor e de outras ocupações ligadas aos setores de produção e circulação do livro. Com sua percepção do gosto literário do público e seu aguçado senso de empreendedorismo, José Olympio conseguiu edificar o maior projeto de nacionalização editorial, se tornando "o editor literário mais importante do Brasil e o nome mais prestigioso no negócio livreiro do país" (HALLEWELL, 2005, p. 432). Com isso, acabou promovendo uma mudança na perspectiva de consumo do livro importado para o livro nacional junto ao público brasileiro. Sob esse aspecto, a *Livraria José Olympio Editora* se torna um contraponto da *Casa Garraux*, principal casa de importação de livros e artigos importados de São Paulo (estabelecimento onde José Olympio aprendera o seu ofício).

Ressalta-se nesse cenário, o desenvolvimento de uma conjuntura favorável à aceitação de artigos nacionais que se inicia com um movimento de mercado e demarca um processo de nacionalização dos bens culturais e sua gradativa absorção junto ao exíguo público letrado que transforma a relação dos brasileiros com o livro nacional em amplas escalas.

Pode-se dizer que o empreendimento editorial de José Olympio constituiu um marco não apenas na história do livro brasileiro, mas também na história das relações intelectuais, uma vez que promoveu um fluxo de escritores e de obras que fez de sua "casa" um ponto de convergência dos novos pensadores brasileiros, de um modo que jamais se repetiu. O ambiente amistoso de trocas que congregou personalidades de diversas posições ideológicas, em um período no qual a renovação e a descoberta do país estavam em pauta, alimentou os espíritos dos escritores brasileiros dentro de uma certa comunhão. A amizade (tal como

tratada por Gustavo Sorá em “A arte da amizade: José Olympio, o campo do poder e a publicação de livros autenticamente brasileiros” (2011), tornara-se símbolo e ferramenta necessária à expansão do novo pensamento em sua pluralidade. É nessa circunstância que situamos o desejo e o esforço de divulgação empreendido por Ribeiro Couto, autor que integrou o seleto rol de autores da Livraria José Olympio Editora e viveu o clima de efervescência cultural que conformou a produção literária e as relações intelectuais dos anos 1920, 30 e 40.

Diplomacia e Letras

A maior oferta de obras brasileiras no mercado nacional favoreceu também a sua divulgação internacional. Nesse prisma, a língua portuguesa atuou como uma importante ferramenta intermediadora, sobretudo, entre intelectuais brasileiros e portugueses. Esse diálogo de teor claramente ideológico, uma vez que perpassado pela questão colonial, em uma nova roupagem de contestação e autoafirmação, conformou um novo trânsito de bens culturais que foi essencial à divulgação do nacionalismo brasileiro e ao conhecimento das obras e autores brasileiros que culminou na criação de uma cadeira universitária dedicada ao ensino das letras brasileiras na Faculdade de Letras de Lisboa (SARAIVA, 2004, p. 41-42).

A relação de Rui Ribeiro Esteves de Almeida Couto (1898-1963) com escritores portugueses, além de homens ligados à política e interessados na diplomacia dos dois países, no período em que exerceu cargos diplomáticos em Portugal e em outros países europeus foi primordial para estabelecer os caminhos de uma efetiva difusão. Em Portugal, Couto encontra uma importante parceria junto a José Osório de Oliveira que desempenhou no decorrer das décadas de 1920, 1930 e 1940 um importante papel de divulgação da “nova” literatura brasileira. Como pontua Arnaldo Saraiva: “não há dúvida de que José Osório, juntamente com Ribeiro Couto, que no final da década de 1920 esteve em Portugal, e com Adolfo Casais Monteiro, foi o grande responsável pela popularização que a literatura brasileira moderna conheceria em Portugal nas décadas seguintes. (SARAIVA, 2004, p. 40).

Inúmeras referências a essa tarefa de difusão podem ser encontradas no diálogo epistolar que Couto manteve com outros escritores. A sua correspondência pessoal, abrigada na Fundação Casa de Rui Barbosa — “Arquivo-Museu de Literatura Brasileira” (RJ), assim como alguns excertos de jornais e revistas de sua autoria também presentes nesse acervo, revelam a sua preocupação, como escritor de uma geração revolucionária, para com a urgência da divulgação do que então se produzia de novo no Brasil.

Assim, a sua trajetória pessoal torna-se relevante para este estudo na medida em que nela se sobressaem algumas particularidades: o seu empenho em se ocupar de questões brasileiras mesmo residindo no exterior e seu interesse em promover uma verdadeira aproximação diplomática, não apenas em termos políticos, mas também literários, culturais e linguísticos entre Brasil, Portugal e as então colônias africanas que já tinham importantes representantes do que se poderia chamar de literatura protonacionalista. É interessante notar que a sua postura de divulgador não está estritamente ligada ao Brasil. Ela também está ligada a outras literaturas que em sua concepção deveriam interessar ao escritor brasileiro moderno. Como é o caso da literatura de Cabo Verde:

O artigo que publiquei quinta-feira passada, nestas columnas, sobre "Destino e poesia de Cabo Verde", despertou um interesse que muito me desvanece e mostra, principalmente, quanto andamos necessitados de uma mais vivo contrato entre o pensamento novo portuguez e o novo pensamento do Brasil. O thema do artigo foi o livro "Mornas", do poeta caboverdeano Eugenio Tavares, que ha pouco faleceu em Lisboa. Annunciei que possuia tres exemplares - devidos á obsequiosidade de Osorio de Oliveira, a cujos cuidados appareceu a obra, no editor J. Rodrigues & Comp. - e que daria dous, guardando o terceiro para mim, aos dous primeiros leitores que m'os pedissem. Ora, foram tantos os pedidos que em vez de dar os dous, dei os tres. Sempre é grato dar um livro. E já que eu conhecia a obra, não era justo privar delle o leitor o numero tres. Um livro é uma força em marcha. Está melhor quando passa de mão em mão, do que quando dorme o sono egoistico das bibliothecas. (FCRB - Acervo Recortes RC).

A consonância de interesses pela divulgação da literatura cabo-verdiana parece estar no âmago da motivação que o leva a apoiar, em *Sentimento lusitano* (1961), a proposta feita por José Osório de Oliveira em *Geografia literária* (1931) de intensificar os laços intelectuais e culturais entre portugueses, brasileiros e cabo-verdianos pela via da língua e da cultura, muito embora o discurso do escritor português ganhe uma perigosa ênfase nacionalista em algumas passagens desse livro de ensaios, o que certamente pode ser atribuído à tendência do intelectual como um aliado do Estado, uma vez que além de escritor (atividade marginal), Osório de Oliveira compunha o quadro de funcionários coloniais, sendo de seu interesse manter boa relação com o governo vigente.

Apesar disso, nos interessa frisar aqui tanto a postura de Osório como a de Couto em advogar em favor de um comunitarismo intelectual maior que começa por superar certo preconceito, sempre reinante, entre colonizador e colonizado. Nesse sentido, as redes de amizades crescem, se expandindo até contextos que extrapolam os limites da língua portuguesa pela via da tradução. Couto encarna bem o desejo dessa expansão. O circuito de suas andanças pela Europa pode ser entendido como um mapa da divulgação que empreendeu.

Em fins da década de 1920, ele passou a viver na França, em Marselha e depois em Paris, exercendo atividades no consulado brasileiro dessas cidades. Permaneceu nos países centrais da Europa desempenhando funções de magistrado: na Holanda (1935-1942) e em Lisboa (1944-1946), até que em 1947 é transferido como Ministro plenipotenciário para a então Iugoslávia, onde em 1952 recebe a nomeação de Embaixador do Brasil.

Mesmo estando longe de seu país, a sua produção tanto em prosa como em poesia é constante e se mostra sempre no tom das novas obras modernistas do Brasil. Mas o seu trabalho como divulgador tem como princípio fundamental a missão de divulgar as principais obras brasileiras do século XX. É por isso que vai insistir nas cartas enviadas a Gilberto Freyre na necessidade de traduzir e publicar seus trabalhos na Europa.

Por ter atuado no meio político e intelectual dos países europeus e travado relações com escritores e críticos ligados ao universo da literatura e da cultura, Couto nos interessa justamente pela postura de porta-voz – da literatura, da cultura e da língua brasileiras – que assumiu no cenário internacional em um importante momento da intelectualidade brasileira, sobretudo em sua dimensão sociológica. É certo também que o clima de crescente interesse pelas literaturas nacionais que se verificava, como ele mesmo atesta em um de seus artigos, no meio intelectual francês favoreceu a divulgação dessa produção.

Mas interessa-nos aqui analisar o impacto dessa divulgação no meio intelectual da língua portuguesa. As cartas, postais, bilhetes e telegramas trocados por Ribeiro Couto com outros intelectuais evidenciam o clima de intenso diálogo intelectual (tanto no campo da política, quanto no da literatura e da cultura) entre Brasil, Portugal e os países africanos que, deve-se ressaltar, eram ainda colônias portuguesas. Por isso, o termo "literatura portuguesa", empregado em alguns desses documentos, dirá respeito não só à produção literária de Portugal, como também a de Angola, Moçambique, Cabo Verde, sobretudo, e eventualmente à de Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe.

Portugal

A interlocução de Couto com intelectuais e políticos portugueses, a exemplo de sua relação com o escritor e crítico José Osório de Oliveira e o estadista António Oliveira Salazar, evidencia a cultura, a língua e a literatura como elementos centrais de uma negociação que visava reposicionar o Brasil dentro do circuito dessa comunidade. Uma das maiores preocupações do *zeitgeist* modernista brasileiro era o de construir uma autonomia baseada na

afirmação cultural e linguística. E é nesse princípio que Couto baseia sua difusão do modernismo brasileiro junto à comunidade internacional.

A parceria de Ribeiro Couto e Osório de Oliveira, apesar de ter sofrido alguns percalços por volta de 1934, atravessou décadas levando adiante o projeto de aproximar as literaturas portuguesa (incluam-se aí as africanas escritas em português) e brasileira. Por um lado, as preocupações de ambos os escritores (cujos laços sanguíneos e familiares sustentavam uma grande identificação para com as culturas desses países) estavam voltadas para o futuro das suas relações. Por outro, essa amizade tinha também interesses financeiros, dado que os jornais brasileiros da época, buscando ampliar as correspondências com o cenário nacional e internacional, pagavam bem aos seus correspondentes, oferecendo uma importante fonte de renda aos escritores.

Ao tecer contato com o escritor Ribeiro Couto, José Osório de Oliveira consegue estreitar relações também com outros escritores da literatura brasileira. Ele começa por enviar materiais literários e de crítica de Portugal, como a revista dirigida pelo seu irmão, João de Castro Osório, a *Descobrimento*, e a *Seara Nova*, para a qual contribuía.

A carta a seguir, dirigida a Couto, revela a sua intenção de desconstruir a imagem que o Brasil tinha a respeito de Portugal para que se estabelecesse entre os dois países laços de identificação e de cumplicidade. Para tanto, ele mostrava-se disposto a romper com a relação, ainda corrente, de subjugação entre portugueses e brasileiros, manifestando entre estes o seu sentimento de incômodo:

O que eu mandei ao Alcantara Machado não foi o "Descobrimento", foi a "Seara Nova" com a minha nota sobre o acordo ortográfico. À margem, escrevi duas palavras, dizendo que lhe enviava essa nota por indicação sua. Foi a isso que não recebi resposta, apesar de, segundo me parece, essa nota ter um interesse especial para ele, Alcantara Machado, visto reconhecer, até um certo ponto, os direitos linguísticos dos escritores paulistas. Isto, feito por um português, tem um certo valor. Mas o que me magoa nos brasileiros é, precisamente, a indiferença pelo que pensam e sentem, àcerca do Brasil, os portugueses. Compreendo o desprezo pelos que não fazem senão incensa-los, ou a raiva contra os que não se compenetraram ainda bem de que o Brasil não é colônia, isto é, que pretendem de qualquer forma, impor uma autoridade metropolitana, seja sobre a língua, seja sobre que fôr. Mas eu creio que a minha atitude está isenta dessas duas pechas. (FCRB - Acervo RC CP 481)

Pouco a pouco, Osório de Oliveira vai encontrando seu lugar entre os escritores brasileiros, insistindo na necessidade de trocar contribuições por questões de divulgação e reciprocidade crítica. Enxergava ele nesse intercâmbio (autores e críticos brasileiros publicando em revistas portuguesas e autores e críticos portugueses publicando em revistas

brasileiras) uma possibilidade de alargar a dimensão e o alcance da literatura e da crítica de ambos os países. Em carta de 1931, ele chega a pedir a Ribeiro Couto a intermediação para uma colaboração em jornal brasileiro:

Uma coisa: não seria possível arranjar uma correspondência ou uma colaboração para o "Jornal do Brasil" ou outro jornal do Rio ou de São Paulo? Não sei se sabe que o Estado português paga miseravelmente aos seus funcionários e que os editores portugueses, quando editam, não dão nada pelas edições. Ora eu tenho certa necessidade de ganhar dinheiro (é por isso, e não por gosto, que faço traduções) e lembrei-me de que poderia ganhar alguma coisa escrevendo para o Brasil. Repare que, sendo eu um dos mais fervorosos, senão o mais fervoroso e provado amigo do Brasil, não há cão nem gato português que não escreva para jornais brasileiros, enquanto que eu... (FCRB - acervo pessoal de Ribeiro Couto Cp 481).

Os argumentos de José Osório, para além de manifestarem seu interesse em figurar no meio intelectual brasileiro — fosse por questões financeiras, por status ou em busca de reconhecimento junto a ele —, revelam de fundo que a imprensa brasileira oferecia melhores condições à atuação do intelectual do que a portuguesa (sobretudo a um intelectual que parecia, a princípio, estar mais vinculado aos interesses de cá, do que aos de lá e também, certamente, devido à censura e à crise) e que, de fato, a tradução não era uma atividade rentável, mas a sua necessidade e o restrito campo profissional de atuação oferecido ao intelectual compelia os escritores a dedicarem-se também a ela, como forma de sobrevivência. Em outras cartas, Osório ainda lamenta a respeito das dificuldades de ser artista/escritor em Portugal e da falta de condições necessárias, assim como de reconhecimento, ao exercício do ofício artístico e crítico.

A correspondência de Couto com António de Oliveira Salazar é constituída de cartões, bilhetes e telegramas emitidos do Gabinete do Presidente (manuscritos e datilografados datados de 1944, 1945 e 1946), dos quais destacamos dois: o agradecimento pelo envio de *Cabocla* e suas considerações sobre a obra. Em ambos, Salazar se refere à linguagem empregada por Couto:

"Ao Doutor Ribeiro Couto

Venho agradecer muito penhorado a oferta da *Cabocla* em primorosíssima edição. Já lí uma porção de páginas e tenho gostado muito. Pena é que em geral os pronomes estejam fora do sítio e que alguns complementos de verbos não venham regidos pelas proposições habituais. Mas acabou-se: alguns dos seus compatriotas dizem que estão a fazer outra língua e bem pode ser que daqui a duzentos anos esses desvios de agora estejam legitimados pelo tempo. Muitos e afectuosos cumprimentos e mais uma vez os melhores agradecimentos pela sua gentileza. De V. Exa. com toda a consideração, Mto. at.º. ven.ºr. e obrg.º 18-1-1946 (a) Oliveira Salazar (FCRB - Acervo Correspondência RC).

Apesar do agradecimento de Salazar à gentil oferta de *Cabocla* pelo seu próprio autor, o ditador não perde a oportunidade de tecer comentários com o fito de corrigir os "erros" gramaticais cometidos contra o "bom" português. A alusão à instrumentalização literária de uma "outra língua", isto é, a corrupção linguística do livro de Ribeiro Couto, assim como a de muitos outros escritores da época, soa como uma repreensão nas palavras de Salazar. Embora ele admita que esses desvios poderiam se tornar legítimos no curso do tempo, nessa carta ele superestima o tempo que isso levaria. A ortografia ainda é assunto central em outra missiva remetida por ele:

"Ao Dr. Ribeiro Couto Devolvo o telegrama do nosso Dr. Teotónio Pereira. Estimei saber que se considera cada vez mais feliz, decerto no exercício da função e nas relações com o Itamaraty e o Dr. João Neves. A mim queixa-se-me do imenso calor; e eu por minha conta acrescento à temperatura do ambiente e da imprensa que continua de respeito, ainda que um pouco melhor. Foi uma pena que o "Diário de Notícias" tenha omitido os elogios de ordem pessoal e no caso presente tão importantes. Tinha falado ao Ferro e chamado a atenção para que a paz entre os deuses da filosofia se revelava o único meio eficaz de termos o Vocabulário e com ele a prática da ortografia uniforme. Logo vi que se ia embarçar com uma frase da minha carta. Eu devo ter escrito pouco mais ou menos: os jornais vêm hoje (do verbo vir) todos do Brasil. Quero dizer, apresentam-se recheados de notícias do Brasil, não falam senão do Brasil, não parecem saber de mais nada senão do respeito ao Brasil, tomaram todos o gesto, a paixão, o partido do Brasil. Eu talvez devesse ter evitado a construção para um brasileiro que escreveu a *Cabocla* com pronomes respectivamente fora do lugar. Com a maior consideração, de V. Exa. Mto. atº. venº. e grº (a) Oliveira Salazar 16/2/1946." (FCRB - Acervo Correspondências RC).

A questão da língua e da imprensa (ou mais claramente a representação do Brasil nela) são assuntos centrais nessa carta emitida por Salazar. A presença constante dos assuntos relacionados ao Brasil na imprensa parece incomodá-lo. Talvez por essa posição de destaque que o Brasil conquistara, a questão da ortografia uniforme torna-se salutar. Nesse sentido, é significativo que, em outubro de 1945, isto é, poucos meses antes de Salazar remeter sua carta a Couto, Brasil e Portugal haviam assinado um acordo ortográfico que visava padronizar o uso da língua portuguesa, diminuindo assim as suas discrepâncias. Entretanto, apesar da questão ter sido uma das maiores preocupações do Estado Novo português no que diz respeito à autonomia linguística proclamada pelo Brasil, mesmo assinado por ambas as partes, o acordo acabou por não se consolidar deste lado. Em grande parte, isso se deu porque as mudanças eram maiores para os brasileiros do que para os portugueses e também porque, além disso, submeter-se ao novo código não parecia ser a intenção dos escritores de então que haviam conquistado uma liberdade linguística que mostrou-se revolucionária. Mediante essa postura, identificamos como de fundamento político as sucessivas propostas de acordo cultural e linguístico de Portugal para com o Brasil, entre as décadas de 1930 e 40. O "Acordo cultural luso-brasileiro", assinado em 14 de setembro de 1941, no Palácio do Catete, por

António Ferro (Diretor do Secretariado da Propaganda Nacional - SPN) e Lourival Fontes (Diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP) pretendeu instituir a colaboração mútua entre intelectuais brasileiros e portugueses. Mas essa diplomacia parece ter sido mais uma manobra do Estado Novo português para estreitar laços com um Brasil valendo-se de sua evidência cultural. O que particularmente é preciso destacar na carta remetida de Salazar a Couto é que a partir de suas críticas se manifesta um reconhecimento, ainda que a contragosto, de um processo de inversão de predomínio no que diz respeito às referências literárias e culturais no interior dessa comunidade linguística. Daí, talvez, alguns anos depois, os intelectuais estadonovistas terem visto nos escritores brasileiros e na imagem que construíram do Brasil uma forma de recuperar o seu lugar proeminente projetando sua salvação no discurso luso-tropicalista, ainda que não concordassem inteiramente com os discursos culturais oriundos do Brasil moderno.

Casa dos Estudantes do Império

As Casas dos Estudantes do Império tiveram sedes em Lisboa e Coimbra, importantes centros de concentração de universitários, e foram instituições criadas com o fito de unificar a intelectualidade das colônias junto ao pensamento da metrópole. Contraditoriamente, e apesar de cumprir bem o papel de integração, acabaram sendo espaços de reunião e discussão que muito contribuíram para pensar o futuro e a independência dos países africanos de língua portuguesa.

A presença frequente de intelectuais portugueses e brasileiros ajudou a criar vínculos de amistosidade entre esses intelectuais que buscavam se amparar em novas formas de pensamento capazes de auxiliá-los na construção de discursos protonacionalistas e no desvencilhamento do pensamento colonialista que comprometia o desenvolvimento autônomo dessas sociedades. É nesse ínterim que se insere o novo pensamento brasileiro de autoafirmação e legitimação da mestiçagem tanto cultural quanto linguística.

De sua parte, Couto, que conviveu com os estudantes africanos da Casa dos Estudantes do Império e os visitou em reuniões literárias e comemorativas, procurou também contribuir para a difusão de suas obras como o fez com o livro *Mornas*, de Eugénio Tavares, promovendo uma divulgação a um só tempo centrípeta e centrífuga que alimentou um amplo esforço por difundir novas perspectivas literárias.

A sua posição como escritor certamente facilitou o seu trânsito e abriu portas para a sua participação nesses canais de negociação. Mas foi, sobretudo, a sua posição conciliadora na política que ofereceu a ele as mais efetivas ferramentas para seguir esse caminho.

Considerações finais

Como se pode perceber pelo tom do diálogo que Ribeiro Couto teceu com outros intelectuais e políticos, esse período, do ponto de vista ideológico, volta sua ênfase para as ações e discursos que visam promover a exportação de bens culturais e ideias brasileiras, em oposição aos séculos anteriores que tendiam à valorização da importação como condição de inserção no meio intelectual europeu.

Como afirma Candido (2006, p. 231), esse foi o período no qual gestou-se um crescente interesse pelo estudo de estratos até então desprezados na constituição social brasileira, como o negro, o índio e o pobre de modo geral (trabalhadores rurais e urbanos). A inserção dessas figuras nas obras literárias de 30, ainda que não se possa falar em uma democracia artística ou representativa, deu novos sentidos à literatura e à posição do intelectual frente à sociedade.

Trajetórias como a de Ribeiro Couto são indispensáveis para estudos de literatura comparada, dado que a sua história intelectual, marcada por um processo de negociação da inserção da obra brasileira a partir de sua originalidade no contexto internacional revela uma viragem conceitual que é bastante mencionada ao se tratar do modernismo, mas ainda pouco elucidada em exemplos tangíveis como é o seu caso.

Entretanto, observa-se que as pesquisas acadêmicas ligadas ao campo da história literária não parecem ter acompanhado intimamente o movimento segundo o qual as relações intelectuais brasileiras promoveram essa guinada cultural. Prova disso é a pouca importância que a academia dedica ao estudo das literaturas africanas de língua portuguesa (que tomaram a literatura brasileira como modelo de criação e expressão de suas nacionalidades), em alguns cursos de Letras, que ignoram a história intelectual e o esforço de independência que escritores como Ribeiro Couto levaram a cabo visando colocar o Brasil em um novo patamar futuro e continuam valorizando mais estudos da história literária brasileira do ponto de vista das relações com a Europa, sobretudo com a França, deixando de lado um arsenal documental a respeito do Brasil como modelo cultural e literário.

Fontes

Acervo pessoal de Ribeiro Couto (Correspondência e artigos) – FCRB – Arquivo Museu de Literatura Brasileira.

Referências bibliográficas

CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite*. 5 ed. revista pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre o Azul, 2006.

COUTO, Ribeiro. *Sentimento lusitano*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1961.

DACANAL, José Hildebrando. *Dependência, cultura e literatura*. São Paulo. Ed. Ática, 1978.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 2ª edição revista e ampliada. Trad. Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

OLIVEIRA, José Osório de. *Geografia literária*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

SARAIVA, Arnaldo. *Modernismo brasileiro e modernismo português: subsídios para o seu estudo e para a história das suas relações*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

SORÁ, Gustavo. “A arte da amizade: José Olympio, o campo do poder e a publicação de livros autenticamente brasileiros”. In: *Antropolítica*. Niterói, nº 30, p. 49-71. 1º sem. 2011.

CARTAS DE ITALO CALVINO, EM I LIBRI DEGLI ALTRI: O TRABALHO COMO EDITOR NA ITÁLIA DO SEGUNDO PÓS-GUERRA

Juliane Luzia Camargo*

Filho de pais botânicos, Italo Calvino (1923-1985) chegou a frequentar o curso de Agronomia pela Faculdade de Turim em 1941, mas desistiu logo em seguida para seguir a formação em Letras. Formou-se em 1947, com uma tese de literatura sobre Joseph Conrad, escritor britânico, considerado um dos mais importantes autores de língua inglesa.

Italo Calvino é tido como um dos maiores intelectuais do século XX e sua representação para a literatura é de nível mundial. Nascido em Santiago de Las Vegas, em Cuba, Italo Calvino mudou-se com a família para San Remo aos 03 anos de idade.

Cresci numa cidadezinha bastante diferente do resto da Itália à época em que eu era criança: San Remo, naquele tempo ainda habitada por velhos ingleses, grão-duques russos, gente excêntrica e cosmopolita. E minha família era bastante insólita, quer para San Remo, quer para a Itália daqueles tempos: meus pais eram pessoas já não tão jovens, cientistas, amantes da natureza, livres-pensadores, personalidades diferentes entre si e ambas em oposição ao clima do país [...]. (CALVINO, 2000, p. 08)

Atento à sua realidade, o escritor italiano é reconhecido por seu empenho não só literário, mas político. Como tantos outros, o escritor participou da Luta Partigiana, movimento armado de resistência contra a ocupação nazista na Itália durante a Segunda Guerra Mundial, militando com os garibaldinos na V. Brigada: “L. Nuvoloni”. Antifascista e contrário ao regime autoritário de Benito Mussolini, ele chegou a participar também do Partido Comunista Italiano (PCI) entre os anos de 1944 e 1956. Como representação de sua atividade política, o literato se ocupou de transpor suas experiências e memórias de guerra em algumas de suas obras, como em *A trilha dos ninhos de aranha* (1947) e *A entrada em guerra* (1954): tais produções fazem parte de sua fase neorrealista, onde ele apresenta de modo mais direto sua relação com a política nacional.

Outras obras de grande valor fizeram parte de sua carreira literária como *Os nossos antepassados* (1960), resultante de seu período de escrita fantástica; *A especulação imobiliária* (1963) e *Marcovaldo: ou as estações da cidade* (1963) publicações sobre a condição do homem em um ambiente complicado, de crescimento urbano e boom econômico; *Os castelos dos destinos cruzados* (1973), de técnica combinatória e *Palomar* (1983) de indagação sobre a realidade e da existência humana: último livro publicado em vida pelo escritor.

Além de atuar como escritor, Italo Calvino foi tradutor, assessor de imprensa, compilador de antologia escolar, crítico literário e editor. Como crítico, ele discutiu e analisou

a literatura em suas funções e vertentes por meio de artigos e entrevistas publicados na época. Dentre os destaques está *Una pietra sopra. Discorsi di letteratura e società* (1980). O livro é constituído por uma seleção de ensaios, conferências, artigos e entrevistas do intelectual sobre sua grande paixão: a literatura. Dentre as discussões, ele amplia o olhar do leitor para a relação estabelecida entre a arte literária e a sociedade, a natureza e a política. Os textos produzidos foram publicados dentro e fora da Itália, e suas falas condicionam o público a se atentar para os grandes nomes do universo artístico, dentre eles Cesare Pavese, Umberto Eco, Elio Vittorini e Roland Barthes. Alguns dos principais periódicos utilizados para a difusão dos artigos são: *Corriere della Sera*, *20th Century Studies*, *L'Espresso*, *Nuovi Argomenti* e *Il Menabò*, este dirigido por Elio Vittorini foi um dos principais palcos da nova cultura em ascensão no pós-segunda guerra, que alternava textos críticos e criativos, revelando em suas páginas novos nomes no cenário da arte.

Como editor, Italo Calvino foi imprescindível no que se refere à participação da Einaudi no contexto literário da Itália no segundo Novecentos. Considerada uma das principais casas editoriais do país, a editora foi uma das responsáveis pela formação de uma nova cultura nacional, publicando livros de autores ainda desconhecidos, mas que ao longo dos anos foram se tornando decisivos para a constituição da história do mundo.

Durante décadas a empresa de Giulio Einaudi foi percebida como algo além de uma casa editorial, se não como algo de diverso: um símbolo ou um instrumento de análise para estudar mais, em primeiro lugar a resistência ao fascismo: nos seus testemunhos, Giulio Einaudi enfatizou esta que é sem dúvida uma característica da Casa, construída de intelectuais antifascistas e sustentada por representantes de Justiça e Liberdade que tiveram a experiência da prisão.³⁸ (TURI, 2012, p. 02, tradução nossa)

Fundada por Giulio Einaudi (1912-1999), editor italiano, a casa editorial foi portadora de tradição e, por meio de suas inovações, se tornou base para a cultura italiana. Seus primeiros livros publicados são da área de economia, seguidos pelos de história e literatura: são livros que custam pouco, mas que acabam por revelar nomes importantes que renovam e animam a nova república. “Mas é sobretudo a literatura a tornar-se depois da guerra o gênero condutor da casa editorial. O número de identidade inicial foi o ensaio e não a literatura.”³⁹ (TURI, 2012, p. 09, tradução nossa).

³⁸ “Per decenni l’azienda di Giulio Einaudi è stata percepita come qualcosa di più di una casa editrice, se non come qualcosa di diverso: un simbolo o uno strumento di analisi per studiare altro, in primo luogo la resistenza al fascismo: nelle sue testimonianze Giulio Einaudi ha enfatizzato questa che è indubbiamente una caratteristica della Casa, costruita da intellettuali antifascisti e sostenuta da esponenti di Giustizia e Libertà che fecero presto l’esperienza del carcere.” (TURI, 2012, p. 02)

³⁹ “Ma è soprattutto la letteratura a divenire dopo la guerra il genere portante della casa editrice. La cifra identitaria iniziale era stata la saggistica e non la letteratura.” (TURI, 2012, p. 09)

Com o apoio de grandes personalidades das Letras e da editoria, como Cesare Pavese, Leone Ginzburg, e o próprio Italo Calvino, Giulio Einaudi conseguiu, de acordo com Gabriele Turi em *I caratteri originali della casa editrice Einaudi* (2012), promover até 1944, ¼ de toda a produção editorial italiana.

A casa editorial fundada por ele em 1933 teve de fato um papel muito relevante na história cultural e civil do país, isso para justificar a publicação de fontes úteis para entender os percursos internos e secretos ou as diversas opções políticas, e os numerosos estudos que foram dedicados aos eventos globais, uma individual coluna ou aos intelectuais que a ela colaboraram.⁴⁰ (TURI, 2012, p. 02, tradução nossa)

Muitos de seus colaboradores chegaram a ser presos pela polícia fascista, como Leone Ginzburg, Carlo Levi, Cesare Pavese, Norberto Bobbio e Luigi Salvatorelli. Giulio Einaudi, por sua vez, antes de se juntar às brigadas garibaldinas, buscou refúgio na Suíça.

A editora sofreu novo impulso depois da guerra, quando o escritor estabeleceu relações com os principais intelectuais de seu tempo: Natalia Ginzburg, Luciano Foà, Giulio Bollati e Italo Calvino que trabalhou pela editora entre os anos de 1943 a 1985.



Figura1: A sede da editora Einaudi em Turim

Neste período, o escritor italiano foi referência profissional no âmbito da editoria: amigos e jovens escritores o buscavam para opinar sobre suas obras, analisando e indicando o caminho para a tão sonhada publicação. Ítalo Calvino, enquanto editor, lia manuscritos de romances, contos e poesias de autores não só nacionais, opinando e corrigindo sobre sua estrutura textual, sua linguagem, sua abordagem social e política. Para este diálogo, o escritor dividiu suas opiniões utilizando o gênero epistolar: por meio de cartas, ele compartilhou de

⁴⁰ "La casa editrice da lui fondata nel 1933 ha avuto infatti un ruolo assai rilevante nella storia culturale e civile del paese, tale da giustificare la pubblicazione di fonti utili a comprenderne i percorsi interni e segreti o le diverse opzioni politiche, e i numerosi studi che sono stati dedicati alla sua vicenda complessiva, a singole collane o agli intellettuali che ad essa collaborarono". (TURI, 2012, p. 02)

suas referências literárias e críticas, contribuindo na expansão da nova arte e dos novos literatos que viam nele uma referência de grande valor e expressividade.

Seu primeiro trabalho na Einaudi foi o de divulgação da editora em fábricas e associações quando a mesma padecia com dívidas. Em seguida, ele publica em revistas como *L'Unità* e *Il Politecnico*, de Elio Vittorini. Logo depois, como consultor editorial, ele passa a ocupar um dos principais postos da Casa editorial, participando da renovação da literatura e intermediando, com suas contribuições, o acesso das novas obras pelo público leitor.

Ao assumir o cargo de editor, Italo Calvino estabelece relações com grandes personalidades culturais de sua época e com as suas correspondências ajuda a constituir um panorama literário do Novecentos italiano. A epistolografia calviniana é constituída de aproximadamente 5.000 mil cartas e há dois livros constituídos de uma parcela delas: o primeiro deles, intitulado *I libri degli altri* (1991), é formado por 308 missivas, e o segundo, *Lettere (1940-1985)* (2000), que contém 995 cartas. Este último, organizado por Luca Baranelli é de perfil mais crítico enquanto que o primeiro, de organização de Giovanni Tesio, traz a nuance editorial do escritor. Em uma nota de Tesio sobre a prática epistolar de Italo Calvino, ele diz que

Calvino escrevia à mão o esboço de cada carta, interferindo com correções, pensamentos, rasuras: pelo menos enquanto fosse reconstruído por meio de poucos autógrafos deixados nas pastas e confiadas às secretárias para serem datilografadas e por fim retornavam para Calvino para a assinatura e para qualquer correção ou justificação que se revelasse necessária.⁴¹ (1991, p. IX-X, tradução nossa)

Para Andréia Guerini e Tânia Mara Moysés em *Retratos de escritores nas cartas de Italo Calvino: Vittorini, Pavese, Morante* (2015), estas missivas, escritas durante o seu percurso profissional, testemunham não só a vida literária da Itália, mas refletem a vida política e social de alguém que estabeleceu relações humanas e intelectuais em prol de uma arte que fosse coerente com os seus ideais e que estivesse ao alcance de todos.

Assim, na tentativa de explorarmos um pouco mais essa atividade do escritor, compartilharemos de alguns exemplos inseridos no livro *I libri degli altri* (1991), que tratarão de ilustrar algumas de suas ações laborais na Einaudi, desde as correções de manuscritos até a orientação crítica de jovens em início de carreira literária.

Dentre os destinatários das missivas, temos o amigo e também tradutor Elio Vittorini; Natalia Ginzburg, amiga também pessoal; Elémire Zolla, escritor e filósofo, Carlo Cassola, escritor e ensaísta, e muitos outros correspondentes que estabelecem com ele discussões sobre

⁴¹ “Calvino scriveva a mano la minuta di ogni lettera, fittamente intervenendo con correzioni, ripensamenti, cassature: almeno per quanto è dato di ricostruire attraverso i pochi autografi rimasti nelle cartelle e affidata alle segretarie per essere datilografata e infine tornava a Calvino per la firma e per qualche correzione o giunta che si rivelasse necessaria.” (1991, p. IX-X)

literatura, política e sociedade. Muito da memória histórico-artística italiana pode ser encontrada em algumas cartas escritas por Italo Calvino, assim como o próprio espaço histórico-social de um país que acabara de sobreviver à Segunda Guerra Mundial.

Apesar da queda do regime antifascista e do término da Segunda Guerra, movimentos contra a ditadura persistiram por mais tempo e Italo Calvino os acompanhava, sempre interessado na política do país. Muitas obras foram decorrentes do desastre da guerra, dentre elas muitos romances e testemunhos sobre a Resistência.

Em 28 de abril de 1950, para uma convenção em Veneza, o editor escreve ao político Roberto Battaglia sobre a possibilidade de o mesmo discorrer sobre o movimento contra o regime autoritário para apresentá-lo no evento. É a importância da luta partigiana que o povo italiano quer preservar.

Caro Battaglia,
o Congresso de Veneza nos motivou a uma retomada editorial sobre a Resistência. Em primeiro lugar pensamos que seria indispensável uma breve história sobre a Resistência, que oferecesse o máximo de notícias dentro de um grande panorama histórico, e que seja uma leitura agradável para o público em geral, tanto para os intelectuais como para os trabalhadores, para os jovens e que talvez possa ser usado nas escolas.

[...]

E acredito que você estaria super apto para escrever um livro [...] tanto no que diz respeito ao contexto histórico como no tocante à sensibilidade para os aspectos humanos e morais da Resistência.⁴² (CALVINO, 1991, p. 17, tradução nossa)

Além de estar atento ao contexto social e político da Itália, Italo Calvino, ao receber os manuscritos em seu escritório, os lia e em seguida fazia suas correções. Através das cartas, ele revelava seu parecer e chamava a atenção para os ajustes ainda necessários. Ao falar, por exemplo, sobre o manuscrito *Il treno degli Appennini*, de Marcello Venturi (1925-2008), escritor e jornalista italiano, Italo Calvino expõe a dificuldade do amigo que ao escrever, “faz uma fadiga terrível para dizer algo de verdadeiro sentido e sincero.”⁴³ (1991, p. 41). E segue com a sua revisão:

Não escreva coisas muito fantásticas e movimentadas: descreva o que faz pela manhã quando se levanta e à noite quando vai dormir. Depois de um tempo descobrirá muitas coisas e perceberá que toca a realidade com as tuas mãos. Pegue como modelo Svevo, por exemplo, que pobre homem escrevia mal que pior não podia, mas observava as coisas com os seus olhos.⁴⁴ (CALVINO, 1991, p. 41, tradução nossa)

⁴² “Caro Battaglia, il Congresso di Venezia ci ha messo addosso la voglia di una ripresa editoriale sulla Resistenza. Per prima cosa abbiamo pensato che sarebbe indispensabile una piccola storia della Resistenza, che dia il massimo di notizie inquadrata in un nutrito panorama storico, e che sia una lettura agevole per il pubblico più vasto, per gli intellettuali come per i lavoratori, per i giovani e magari possa entrare nelle scuole. [...] E credo che tu saresti adattissimo per scrivere un libro [...] sia per la preparazione storica, sia per la sensibilità agli aspetti umani e morali della Resistenza.” (CALVINO, 1991, p. 17)

⁴³ “fai una fatica terribile a dire qualcosa di davvero sentito e sincero.” (1991, p. 41).

Italo Calvino leu clássicos nacionais e internacionais e escreveu obras que são consideradas universais, por isso ele tinha toda a confiança e autonomia para orientar seus correspondentes na produção de seus trabalhos. Direto e limpo com as palavras, o escritor se mostrava atencioso com os novos textos e dispensava olhares que permitiam ao autor reconsiderar sua escrita.

A análise de suas cartas me traz a convicção de que a leitura, independentemente de sua atividade editorial, exercida desde a juventude e por toda a vida, é o ponto-chave de uma das mais importantes colaborações de Calvino para a literatura: a integração da tradição com a contemporaneidade e isso inclui a teoria literária, por conta de sua visão de clássico. (MOYSÉS, 2010, p. 133)

Muitas vezes, no entanto, sua crítica assustava quem não o conhecia e sabia de sua sinceridade sobre o que deveria ser o melhor da literatura. Quando escreve para Raul Lunardi (1905-2004), romancista e poeta, Italo Calvino diz: “Reli a história e simplesmente não posso deixar de dizer com sinceridade aquilo que penso. Ou te escrevo como penso ou não te escrevo.⁴⁵” (CALVINO, 1991, p. 143, tradução nossa). A carta é de 06 de outubro de 1955, e suas considerações em relação ao estilo são bem diretas: “Parece-me que você foi abandonado a uma espécie de escrita automática, na qual lançou mão de todas as expressões mais tímidas, retóricas ou antiquadas, que te vieram em mente [...]”⁴⁶ (CALVINO, 1991, 143, tradução nossa).

Ao final, ele dá seu parecer sobre a escrita de Lunardi: “é um exemplo de como não deve escrever. Não faz referência ao teu mérito, porque alguém que se coloque em uma estrada que não é a sua escreve coisas em que não se pode reconhecer nenhum de seus dotes.⁴⁷”. Apesar de seu parecer um tanto quanto sincero, o editor tenta fazer com que o seu destinatário reconsidere a sua intenção de intermediário: “Este é o meu parecer [...] Espero que não guarde rancor se fui rude. Na verdade, não consigo me expressar através de ‘giros de frases’, e falei como amigo. Caros cumprimentos.⁴⁸” (CALVINO, 1991, p. 145, tradução nossa).

⁴⁴ “Non scrivere cose troppo fantastiche e movimentate: descrivi cosa fai dalla mattina quando ti alzi alla sera quando vai a dormire. Dopo un pò scoprirai un sacco di cose e t'accorgerai che tocchi la realtà con le tue mani. Prendi al modello Svevo, per esempio, che poverino scriveva male che peggio non poteva, ma guardava le cose coi suoi occhi.” (p. 41)

⁴⁵ “Ho riletto il racconto e proprio non posso fare a meno di dirti con sincerità quello che penso. O ti scrivo come penso o non ti scrivo.” (CALVINO, 1991, p. 143).

⁴⁶ “mi sembra che tu ti sai abbandonato a una specie di scrittura automatica, in cui ha gettato tutte le espressioni più timide, retoriche o viete, che ti venivano in mente [...] Io non credo che sia questione di stile, credo che la materia del racconto sia falsa e non possa esprimersi che in un linguaggio d'accatto, buttato giù senza riflettere.” (CALVINO, 1991, p. 143)

⁴⁷ “è un esempio di come *non devi* scrivere. Non torna a tuo demerito, perché chiunque si metta su una strada che non è la sua scrive cose in cui non si può riconoscere nessuna delle sue doti” (CALVINO, 1991, p. 144).

Italo Calvino sabia de sua posição e da exigência que a mesma tinha diante dos textos literários. Em 22 de maio de 1957, ao dialogar com Ugo Facco De Lagarda (1896-1982), escritor e ex-partigiano, o editor fala sobre o seu trabalho como que em um pedido de desculpas.

Caro Facco,
com o trabalho de um editor vem um coração de pedra. Todos os dias recebo cartas de autores que solicitam a publicação de suas obras. Acaba-se por não sentir mais nada, para assumir uma máscara de cinismo. Só uma máscara, acredite: também sou autor e entendo quanto é dolorosa espera.⁴⁹ (CALVINO, 1991, p. 220, tradução nossa)

Na missiva, ele aproveita para dar seu parecer sobre o livro de Facco até então intitulado *Angolo morto*, e que depois será publicado com o nome de *La grande Olga*, em 1958.

Outro exemplo do seu labor era indicar novos tipos de leitura aos amigos editores como Elio Vittorini e Giulio Einaudi. Em uma correspondência de 15 de maio de 1956, Italo Calvino escreve à Vittorini comentando sobre o romance industrial *Le schiene di vetro*, de Ottiero Ottieri, escritor e sociólogo italiano.

É um documentário de vida industrial, com três empresas diferentes, de diferentes estágios de desenvolvimento técnico, vistas em todos os seus aspectos mais importantes e inéditos, e sobre Milão pálida e periférica. Me parece ser o primeiro a falar destas coisas com seriedade e modéstia documental e com vasta consciência direta. Aquele pouco de enredo de romance até vale pouco, mas serve para fazer mover a filmadora e representar a complexidade da situação industrial e operária italiana.⁵⁰ (CALVINO, 1991, p. 185, tradução nossa)

É durante a passagem da década de 1950 a 1960 que a Itália começa a sua expansão econômica e social depois dos desastres sofridos durante a guerra. E este assunto era um dos temas preferidos do editor Elio Vittorini que, assim como a renovação do país, buscava a renovação no conteúdo e na linguagem nacional. Com a ascensão do capitalismo e a expansão industrial, nasce também a “literatura industrial”, objeto de estudo na revista *Il Menabó* (1959-1967), de sua própria organização. Nela são apresentadas as novas contribuições teóricas e criativas sobre o assunto.

⁴⁸ “Questo è il mio parere [...] Spero non mi potterai rancore se sono stato brutale. Davvero, non riuscivo a esprimermi attraverso giri di frasi, e t’ho parlato da amico. Caro saluti.” (CALVINO, 1991, p. 145).

⁴⁹ “Caro Facco, a lavorare da un editore viene un cuore di pietra. Tutti i giorni ricevo lettere di autori che sollecitano la pubblicazione dello loro opere. Si finisce per no sentire piú nulla, per assumere una maschera di cinismo. Solo una maschera, La prego di credere: sono autore anch’io e capisco quanto è dolorosa l’attesa.” (CALVINO, 1991, p. 220)

⁵⁰ “È un documentario di vita industriale, con tre aziende diverse, di diverso stadio di sviluppo tecnico, viste in tutti i loro aspetti piú importanti e inediti, e sulla Milano squallida e periferica. Mi pare il primo che parla di queste cose con serietà e modestia documentaria e con vasta conoscenza diretta. Quel po’ di intreccio di romanzo che c’è vale poco, ma serve a far muovere la macchina da presa e a rappresentare la complessità della situazione industriale e operaia italiana.” (CALVINO, 1991, p. 185)

A sua importância era tanta que em 1966, Italo Calvino decide assumir a direção da revista. A carta é para o editor Giulio Einaudi, datada de 29 de junho de 1966:

Caro Giulio,
depois de uma madura reflexão sobre a situação literária italiana estou convencido de que é necessário continuar o Menabò, e que o único modo de continuá-lo é que eu assuma a direção pessoalmente, ou seja, sem uma comissão de redação ou outras fórmulas de responsabilidade coletiva. Tal como no passado será apenas o diretor a decidir quem convidar para colaborar para cada número, independentemente das classificações oficiais de grupos ou tendências, e levando em consideração apenas o interesse no desenvolvimento de um discurso comum. Acredito que o Menabò deva continuar sem destacar que é continuidade, com a mesma fórmula, continuando a mesma numeração, como “fundado da E. V., dirigido da I.C.”. Deverá ter sempre um ou dois números ao ano: antologias, ou mesmo tema único, italianos ou estrangeiros. Em cada número procurarei, com uma intervenção minha, provocar um discurso.

É uma decisão que tomo depois de resistir muito, dado que nos últimos tempos eu já tinha considerado como finalizada a parte <<pública>> da minha atividade, para poder concentrar-me no meu trabalho criativo individual. Mas vejo que hoje no mapa das tendências é possível sentir o vazio proveniente daquilo que o Menabò (ao menos potencialmente) representava e por esta razão subtrair-me desta difícil herança seria responsabilizar-me pela não continuidade de um trabalho voltado constantemente para o futuro. Prefiro, portanto, encarregar-me de uma responsabilidade positiva que de uma negativa, também confio muito que a partir da orientação de jovens será possível, dentro de poucos anos, deixar o Menabò em boas mãos, naturalmente será necessário trabalhar para que isso se concretize.⁵¹ (CALVINO, 1991, p. 364-365, tradução nossa)

Italo Calvino comentou, analisou e corrigiu manuscritos no período em que trabalhou na editora, consolidando também nas páginas de outrem sua interpretação do que seria uma verdadeira obra literária e do que esta precisava ter para alcançar o público. A construção de suas obras também marcaram as páginas epistolares: nelas, o escritor falou sobre suas ideias e pediu opiniões dos amigos levando muito a sério suas considerações, como no caso de Il barone rampante aos olhos de Elio Vittorini:

Caro Elio,
queria informar-te que as tuas observações sobre Barão nas árvores me foram muito úteis, e acredito ter encontrado uma fórmula bastante simples para diminuir a diferença estilística dos últimos capítulos em relação aos primeiros. Como, por exemplo, o capítulo sobre a guerra das armadas francesas no bosque coloquei em primeira pessoa, narrado pelo protagonista, como uma das tantas aventuras, mais inventadas do que verdadeiras, que ele conta. O mesmo fiz, ou somente indiquei, em diversos pontos, nos quais as invenções são inverossímeis. É um paliativo, mas me

⁵¹ “Caro Giulio, dopo matura riflessione sulla situazione letteraria italiana sono giunto alla decisione che è necessario continuare il Menabò, e che unico modo di contiuarlo è che io ne assuma la direzione personalmente, cioè senza comitati di redazione o altre formule di responsabilità collettiva. Come per il passato, sarà solo il direttore a decidere chi invitare a collaborare di numero in numero, prescindendo dalle classificazioni ufficiali di gruppi o tendenze, e tenendo conto solo dell’interesse per lo sviluppo d’un discorso comune. Penso che il Menabò debba continuare senza sottolineare una soluzione di continuità, con la stessa formula, seguendo la stessa numerazione, come “fondato da E. V., diretto da I. C.”. Si tratterà sempre di uno o due numeri all’anno: antologici, oppure a tema unico, italiani o stranieri. In ogni numero cercherò, con un mio intervento, di portare avanti un discorso. È una decisione che prendo dopo molto recalcitrare, dato che negli ultimi tempi ero portato a considerare chiusa la parte <<pubblica>> della mia attività, e a concentrarmi nel lavoro creativo individuale. Ma vedo che oggi nella mappa delle tendenze si sente il vuoto di quello che il Menabò (almeno potenzialmente) rappresentava e quindi sottrarmi a questa difficile eredità sarebbe dire prendere la responsabilità di troncare una continuità di lavoro rivolta costantemente verso il futuro. Preferisco quindi accollarmi una responsabilità positiva che una negativa, anche se spero molto che gli sviluppi degli orientamenti dei giovani permetteranno nel giro di pochi anni di lasciare il Menabò in buone mani, naturalmente bisognerà lavorare perché questo sia possibile.” (CALVINO, 1991, p. 564, 565)

pareceu o único sistema para atenuar os disparates, sem reescrever, o que não sentia vontade de fazer. Assim, o livro sairá agora, em torno de dez dias.⁵² (CALVINO, 1991, p. 222, tradução nossa)

Assim como muitos autores recorriam às suas opiniões, Italo Calvino fazia o mesmo quando estava escrevendo. Além de amigo, o editor Elio Vittorini, assim como fora Cesare Pavese antes de cometer suicídio em 27 de agosto de 1950, era uma de suas grandes referências.

O escritor italiano valorizava o que a arte da editoria poderia realizar em favor da literatura e da discussão dela decorrente. Ele sabia que sua intermediação refletiria na circulação futura dos textos em muitos lugares e que eles deveriam, por função intrínseca, incitar no indivíduo questionamentos sobre si e sobre a realidade, possibilitando ao mesmo o possível entendimento de seu lugar no mundo. Mais que escrever livros universais e comentar sobre as mais variadas literaturas, Italo Calvino possibilitou a publicação de muitas outras que são essenciais na reconstrução de uma história a que teve a oportunidade de fazer parte.

⁵² “Caro Elio, volevo informarti che le tue osservazioni sul Barone rampante mi sono state molto utili, e credo d’aver trovato una formula abbastanza semplice per attenuare il divario stilistico degli ultimi capitoli dai primi. Cioè, per esempio il capitolo sulla guerra delle armate francesi nel bosco l’ho messo in prima persona, come raccontato dal protagonista, come una delle tante avventure più inventate che vere che egli racconta. Lo stesso ho fatto, o solamente accennato, in diversi punti, cioè la dove più le invenzioni sono movimentate e inverosimili. È un palliativo, ma m’è parso l’unico sistema per attenuare le stonature, senza riscrivere, cosa che non mi sentivo di fare. Così, il libro uscirà ora, tra una decina di giorni.” (CALVINO, 1991, p. 222)

Referências Bibliográficas

CALVINO, Italo. O caminho de San Giovanni. Trad. de Roberta Barni. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

GUERINI, Andréia; MOYSÉS, Tânia Mara. Retratos de escritores nas cartas de Italo Calvino: Vittorini, Pavese, Morante. Anuário de Literatura, Florianópolis, v. 20, n. Esp 1, p. 32-50, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/2175-7917.2015v20nesp1p32/29214>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

MOYSÉS, Tânia Mara. **Lettere e i libri degli altri**: lições de literatura na biografia intelectual de Italo Calvino. 2010. 368f. Tese (Doutorado em Literatura) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

TESIO, Giovanni. I libri degli altri. Torino: Einaudi, 1991.

TESIO, Giovanni. I libri degli altri. Torino: Einaudi, 1991.

TURI, Gabriele. I caratteri originali della casa editrice Einaudi. Conveção Giulio Einaudi nell'editoria di cultura del Novecento italiano. Torino: Fundação Giulio Einaudi, 2012.

BIOGRAFIAS EM HISTÓRIA POLÍTICA

Juliana Carolina da Silva*

Resumo: O presente texto foi construído a partir das reflexões tecidas na disciplina Tópicos Especiais em História Política I, ministrada pelo professor João Fábio Bertonha, no Programa de Pós-Graduação em História, linha de História Política, da Universidade Estadual de Maringá. Buscamos observar as discussões historiográficas acerca da construção da biografia política, pensando a renovação do campo historiográfico e as questões atuais que se colocam sobre o desenvolvimento desse gênero de pesquisa e narrativa. Após, tecemos considerações também à luz da temática da ditadura civil-militar brasileira, tomando como fonte e possibilidade os arquivos de informes do Sistema Nacional de Informações sobre a região norte do Estado do Paraná, disponíveis no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (CDPH/UEL). O conjunto dos documentos do Sistema Nacional de Informação, presente no CDPH/UEL, somam aproximadamente 7.500 arquivos, em formato PDF. Destes, copiamos 5.671 arquivos, que foram produzidos entre os anos de 1979 e 1990 e são produtos das trocas de informações de diversas instituições com a Agência de Curitiba do SNI. Os informes escolhidos para apresentarmos no presente trabalho, tratam de Florismar Minocci, um estudante do Colégio Estadual Rui Barbosa, em Jacarezinho/PR. Buscaremos confrontar os dados e as narrativas dos informes com informações em periódicos, em ambientes virtuais e entrevistas, de modo a tecermos um esboço da biografia de Minocci, problematizando os estigmas que os documentos do regime militar o impuseram no uso da lógica da suspeição.

Palavras-chave: Biografia política; História Política; Florismar Minocci; Sistema Nacional de Informações; Jacarezinho/PR.

1. Introdução

* Mestranda da Pós-Graduação em História, na Universidade Estadual de Maringá (PPH/UEM).

A realização de uma pesquisa histórica centrada na biografia ou trajetória individual pode trazer a ideia de sucesso, pois há a linguagem atrativa, a proximidade com os atores sociais, com a própria história e, ainda mais, se considerarmos o mercado editorial e o potencial de vendas. No entanto, no campo da História esse gênero é visto com determinada cautela e algumas questões são colocadas, como: é possível contribuir e ampliar o conhecimento sobre determinado assunto ou área da história utilizando a análise de uma vida? É possível escrever a narrativa biográfica sem romancear ou tentar preencher as lacunas das fontes e cair em aspectos subjetivos?

Durante a disciplina Tópicos Especiais em História Política I, refletimos sobre estas e outras questões através da leitura de teóricos que discutiam questões referentes à biografia, com ênfase nas especificidades da biografia política. Percorremos as nuances teóricas e metodologias de pesquisas que subsidiaram biografias em história voltadas ao campo político, como as biografias de Mestre Tito e Plínio Salgado, com trabalhos observados durante a disciplina.

Nesse sentido, embasados em tais leituras, apresentaremos a seguir considerações breves e introdutórias aos debates sobre as metodologias, os problemas e principais desafios ao lidarmos com as biografias em História e a utilização destas na historiografia recente no Brasil, para termos um panorama das contribuições da disciplina.

2. Aportes teóricos e debates sobre metodologias

As problemáticas levantadas sobre a biografia e as reflexões sobre estas contribuem para avaliarmos os limites e as possibilidades desse gênero e de seus métodos. O gênero foi amplamente utilizado ao longo da história, por trazer a proximidade com os fatos narrados, levando-os ao cotidiano, pois mesmo quando tratava apenas de grandes homens, a biografia narrava os feitos destes de perto, construindo e deixando palpável a construção de “heróis”.

Entretanto, por essa finalidade nas biografias políticas métodos quantitativos de análise e de narrativa literária terem sido as mais utilizadas ao longo do passado, a biografia para a escrita e análise da história caiu em desuso, tendo sido considerada morta, em 1970 por Le Roy Ladurie (SCHMIDT, 1996, p. 170).

Contribuíram para tal “falecimento” o interesse do marxismo e da Escola dos Annales, que voltavam seus olhos para as massas, para os grandes processos, as longas durações e as

estruturas, não privilegiando os indivíduos, pois, muitas vezes, ao contar as histórias destes poderiam estar recaindo na história factual e na não cientificidade.

Já na década de 1980, o historiador Philippe Levillain faz um texto em defesa do uso da biografia na história, alegando a renovação desta. *Os protagonistas: da biografia* busca compreender os movimentos da historiografia que tornaram possível a renovação do gênero, atribuindo a crise do capitalismo no final da década de 1960, a posição da biografia entre o particular e o coletivo, a renovação do individualismo e a própria volta à História Política como aspectos que deixam a biografia em destaque no final do século XX (LEVILLAIN, 2003).

Em *O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação*, Benito Bisso Schmidt também traz fatores que contribuíram para a renovação do campo, como o indivíduo como ator social, possuindo relação com o seu contexto, sem estar fixo no individualismo exacerbado ou estrita na estrutura, o que confere a possibilidade da biografia ter personagens relacionados a ambos os espaços, construindo dimensões sociais mais amplas (SCHMIDT, 1996).

Ademais, a opção por personagens comuns e não apenas pelos grandes nomes contribuiu para a renovação do gênero e é citada por ambos os autores, que também dão ênfase a narrativa que não exclua a explicação de diferentes aspectos e de facetas que ampliem a capacidade da biografia de tornar a história mais próxima, inteligível. A partir destas considerações, apontou-se a biografia como método viável para a compreensão da história, dando voz aos “contemporâneos vivos”, ao focar o estudo em pessoas que presenciaram a história sem serem necessariamente grandes personalidades.

3. Problemas e desafios

No fim do século XX e início do século XXI também foram discutidos os limites e possibilidades do método biográfico. A questão da escolha de atores sociais advindos das camadas populares para as biografias pode trazer a dificuldade de encontrar materiais e fontes, conforme observamos no texto *Biografia e História: o que Mestre Tito pode nos ensinar sobre o passado?*, de Regina Célia Lima Xavier (2013). Neste, a autora trabalha com a possibilidade/aspectos da biografia de Mestre Tito, através dos poucos e esparsos documentos que encontrou e das aproximações destes com o contexto de vida do personagem e do período na cidade de Campinas.

Regina Xavier além de aproximar o contexto, levanta a trajetória de Mestre Tito através da pesquisa por meio do nome deste, pois as diferentes fontes a levaram a investigar as diferentes conjunturas sociais, pois o ponto de partida tornou-se as inter-relações estabelecidas pelo biografado nas várias dimensões sociais que habitava.

Já pensando sobre os documentos, a pesquisa de Xavier, por exemplo, exigiu uma pesquisa documental intensiva, através de diferentes arquivos e para a construção da biografia foram utilizadas fontes variadas, para as quais a historiadora teve de se atentar as metodologias específicas para o trato com cada uma delas.

Outra dificuldade é o que Bourdieu (1996) chama de “ilusão biográfica”, que seria a sobreposição de determinadas lógicas e sentidos artificiais à vida do biografado. A busca de sentidos e a própria subjetividade do historiador, que pode o aproximar e se confundir com o biografado, fazem a biografia ser um terreno movediço. Para não afundar, uma das saídas apontadas é a busca pela cientificidade do trabalho e da autoreflexão, buscando uma análise científica dos motivos que levaram às decisões pessoais do biografado e o distanciamento com relação a este.

O acolhimento de fontes diversas também pode afastar a ilusão biográfica, uma vez que permite aprofundar as interações estabelecidas entre o biografado ao fazer e dissolver suas alianças, deixa entrever os caminhos entre as esferas sociais de diversas ordens e assim, as singularidades das ações. Entretanto, Bourdieu (1996) acredita que o nome é um signo de identificação dos indivíduos dentro do tecido social, pois o nome próprio seria representante das individualidades. Segundo o autor:

Por essa forma inteiramente singular de nomenclatura que é o nome próprio, institui-se uma identidade social constante e durável, que garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis onde ele intervém como agente, isto é, em todas as suas histórias de vida possíveis. É o nome próprio “Marcel Dassault” com a individualidade biológica da qual ele representa a forma socialmente instituída, que assegura a constância através do tempo e a unidade através dos espaços sociais dos diferentes agentes sociais que são a manifestação dessa individualidade nos diferentes campos [...]. (BOURDIEU, 1996, p. 186).

Então, diferente da posição de Bourdieu encontramos Xavier, que nos mostra que essa forma socialmente instituída é mutável, singular e que suas constantes, na verdade, podem ser bem variáveis e o nome pode ser utilizado como fio condutor na construção da biografia, percebido como o “resultado da ação de indivíduos em suas relações com outros indivíduos” (AVELAR, 2010, p. 166).

Para Alexandre de Sá Avelar, uma biografia é um relato sobre uma vida. Acerca da escrita deste relato, é um ponto de dificuldade com relação ao estilo a ser adotado, pois o uso da narrativa é atraente, mas manter a criticidade e a cientificidade usando-a de maneira fluída pode tornar-se algo escorregadio. Entretanto, o foco para não perder as conexões científicas e os diálogos com outras ciências, como a sociologia, antropologia e ciência política podem suprir essa demanda. Logo, uma biografia difere de uma obra de ficção por seus critérios e métodos científicos também e uma vida não pode ser narrada de maneira linear, pois existem altos e baixos, que não podem ser vistos se definirmos apenas uma identidade, uma única representação para o biografado.

No texto de Schmidt (1996) vemos que a história da vida cotidiana pode ser um meio aglutinador para a pesquisa em biografia, pois serve de maneira complementar a biografia, sanando boa parte das dúvidas e dificuldades que o historiador pode encontrar. E da mesma forma que no cotidiano as pessoas podem mostrar-se alienadas, é neste que exercem suas criatividade, seus jogos políticos, com permanências e resistências, tornando-se mais perceptível as ligações dos atores sociais aos contextos nos quais pertencem.

Assim, uma biografia permite que possamos entender o passado de uma forma plural, múltipla e ao valorizar os atores sociais, o historiador pode alargar a compreensão do passado, mostrando-o como um campo conflituoso e de construção de projetos de vidas (AVELAR, 2010, p. 170).

No texto *Conde Francesco Matarazzo e o ser italiano no Brasil: o enfoque biográfico na pesquisa sobre a colonização italiana em São Paulo*, João Fábio Bertonha (2000) faz considerações sobre a possibilidade de biografar a vida de Matarazzo e as dificuldades e dádivas dos métodos biográficos. O autor aponta a importância da crítica ao biografado e de termos em vista que a biografia deve mostrar a significação histórica de uma trajetória.

Seguindo esse sentido, Bertonha trabalha com alguns mitos que permearam a vida de Matarazzo, como o mito da ascensão social, do “bom italiano” e do fascista. O trabalho do autor primeiro identifica os mitos, após trabalha na desconstrução destes, os enxergando como construções discursivas intencionais, que se relacionam ao contexto de vivência do autor e do período histórico. De modo que, as posturas de Matarazzo são percebidas em sincronia com as da elite industrial italiana de São Paulo.

Em *Plínio Salgado: biografia política*, trabalhando com mitos, cotidiano, fontes variadas como cartas, romances, anotações e bilhetes, Bertonha (2016) reconstrói a biografia de Salgado. O autor inicia por tratar dos debates historiográficos em torno das metodologias de uso da biografia e após, de forma cronológica reconstrói as escolhas e caminhos políticos

traçados por Salgado, com a última parte do texto a traçar as permanências e discontinuidades da memória sobre o autor, bem como, os vínculos desta com o presente e seus locais de construção na atualidade.

Portanto, as dificuldades e desafios para a construção de biografias são inúmeras, mas as contribuições desta para o estudo da história política é imenso, sendo um dos melhores veículos para tornar a política e o processo histórico inteligível. As modificações do campo biográfico na historiografia ao longo do século XX e as reconfigurações da História Política, das Ciências Sociais e do campo das Ciências Humanas no geral, durante o período, fizeram com que os enfoques e métodos trouxessem um alargamento de possibilidades e novos estudos para a compreensão do tempo e dos indivíduos como sujeitos ativos, dotados de escolhas e caminhos que são únicos, embora estejam em constante relação com processos de grandes escalas.

4. Contribuições da disciplina para a pesquisa

A renovação da História Política iniciou-se na década de 1970, com a adoção das dimensões subjetivas do político e a este respeito, o historiador brasileiro Rodrigo Patto Sá Motta (1996) argumenta que surgiram duas vertentes de pesquisa neste período. Por um lado, teria ocorrido uma renovação do enfoque sobre objetos tradicionais da política e por outro lado, houve a vertente que buscou por novos objetos, tentando encontrar vestígios das relações de poder na manifestação do inconsciente, nas representações e nos valores do comportamento das pessoas.

Estas mudanças começaram a chegar ao Brasil com intensidade a partir década de 1970, momento também que começou a ocorrer à expansão dos programas de pós-graduação de várias universidades nacionais, que teriam crescido em função das políticas do governo Geisel (1974-1979) (GOMES, 2005).

Nesse sentido, muitas pesquisas das últimas décadas do século XX e início do século XXI passaram a privilegiar abordagens que ressaltam as variáveis políticas e culturais, “para um melhor entendimento das relações sociais construídas entre dominantes e dominados” (GOMES, 2005, p. 23). Além do enfoque das observações, as diferentes metodologias fizeram emergir novas pesquisas e novos nichos de pesquisa, cada vez mais relacionados às necessidades do tempo presente.

O texto *História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões*, de Castro Gomes parte da observação de que as pesquisas no Brasil, sobretudo a partir da década

de 1980, alteraram a forma de entender as relações de dominação na sociedade brasileira, através de transformações acerca das metodologias e aportes teóricos. Estas transformações, segundo a autora, ocorreram principalmente devido a “renovação” da história política e articulação desta com a história cultural, a expansão dos programas de pós-graduação de várias instituições universitárias e pelo próprio contexto, de “abertura política” e lutas democráticas, que favoreceram que os pesquisadores olhassem para os movimentos sociais urbanos e rurais a partir de abordagens que ressaltassem as variáveis políticas e culturas e repensassem as categorias de dominantes e dominados.

O artigo mostrou que o “movimento” de renovação nos estudos históricos tenderam a recusar análises com fatores definidos de antemão, pesquisas marcadas pela previsibilidade, generalizações, enfoque econômico mais estrutural e linearidade. Isso devido à busca por abandonar modelos que trabalhem com as relações de dominação partindo da premissa de que o dominante é capaz de controlar e anular o dominado, tornando-o expressão ou reflexo de si mesmo, ou seja, buscava-se olhar os sujeitos como agentes de suas próprias histórias, abandonando abordagens simplistas e dicotômicas. A biografia mostra-se um método privilegiado para tais objetivos.

Sobre as contribuições da disciplina para a dissertação, a pesquisa que intentamos realizar no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História busca mergulhar no silêncio que existe na história sobre a ditadura civil ou empresarial militar na região nordeste do Estado do Paraná. Queremos entender o sistema de vigilância e repressão política para compreendermos os motivos e permanências do silêncio que existe no presente.

Para a realização da pesquisa, nos beneficiamos da abertura de espaços para pesquisas sobre a ditadura brasileira, com o encaminhamento para o Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (CDPH/UEL), no final de 2015, da documentação produzida no período da Ditadura pelos órgãos que controlaram e levantaram informações sobre a população contra o regime civil-militar no Norte do Paraná. Os dados disponíveis oferecem informações sobre investigações policiais, controle individual de pessoas, associações e organizações tidas como suspeitas, entre outros. O processo de distensão política da região também está registrado nesses documentos, bem como o papel da resistência à ditadura e os esforços para a construção e consolidação da democracia.

O conjunto dos documentos do Sistema Nacional de Informação, presente no CDPH/UEL, somam aproximadamente 7.500 arquivos, em formato PDF. Destes, copiamos 5.671 arquivos, que foram produzidos entre os anos de 1979 e 1990 e são produtos das trocas de informações de diversas instituições com a Agência de Curitiba do SNI. Na pesquisa a ser

realizada ao longo do curso de mestrado, investigaremos a lógica da suspeição e o funcionamento da repressão na região nordeste no Estado do Paraná.

O conteúdo da disciplina Tópicos Especiais em História Política I auxiliou o entendimento da produção historiográfica e de métodos que poderão ser úteis para o desenvolvimento da pesquisa. No tópico seguinte, exemplificaremos essas contribuições tratando de possibilidades a partir de um dos personagens da história local que observaremos.

4.1. Florismar Minoci

No ano de mil novecentos e sessenta e quatro, no dia quinze de abril, em Brasília foi o dia que o general militar Castello Branco foi eleito presidente da república, pelo Congresso Nacional. Em Jacarezinho, no interior do Paraná, Florismar Minoci de Oliveira estava sendo levado como preso à Delegacia de Polícia. Minoci tinha 18 anos, era estudante do Colégio Estadual Rui Barbosa e fazia parte do movimento estudantil. Era moreno, alto, jogava futebol, participava da banda de fanfarra do Colégio tanto na cidade quanto no arquivo do Sistema Nacional de Informação (SNI)⁵³, foi conhecido pelo vulgo Rosa Branca.

Poderíamos buscar a compreensão do período e usar como método narrativo a biografia, tendo o cotidiano de Rosa Branca, com suas surpresas no período e permanência como fator aglutinador para nossas observações. A falta de fontes, como vimos em outros estudos, seria um grande problema, mas poderíamos também tecer observações sobre o nome de Minoci e suas identidades. Florismar e Rosa Branca, o que o nome e o vulgo teriam a dizer sobre esse indivíduo? Seria uma questão pertinente.

Ademais, para entendermos o motivo da prisão de Rosa Branca, buscaríamos conexões com o contexto. Podemos entendê-la se soubermos dois pontos. O primeiro, que ainda em 1953, foi assinada a lei n.º 1.802, pelo presidente da república em 05 de janeiro. Esta lei definia os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e, seu artigo 11 dizia que, entre outros, também era crime fazer publicamente propaganda de processos violentos para a subversão da ordem política ou social, com pena de reclusão de 1 a 3 anos. O segundo ponto é que, desde a década de 1950, a Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná tinha entre seus eixos conceituais à Segurança Nacional, com ações de espionagem que buscavam “informes sobre a defesa nacional” e observação às ações extremistas “de agentes ou

⁵³ ACE 002789/82. SNI.

organizações de propaganda de ideias contrárias ao regime e à Segurança Nacional (comunismo, fascismo, nazismo, etc)” (PRIORI, 2012, p. 20).

A coleta de informações aliada à lógica da suspeição, colheu “informações muito úteis no imediato pós-golpe militar de 1964” e “quase todas as pessoas citadas nesses relatórios e que foram fichadas no período de 1954-1964 foram detidas a partir de abril de 1964 para averiguações e esclarecimentos” (PRIORI, 2012, p. 23). Assim, antes de ocorrer à primeira prisão de Rosa Branca, em 1964, ele já havia sido fichado por atividades de subversão em 1962, tendo sido identificado como “defensor da ideologia Marxista-Lenista” (ACT/ACE/002789-82, p. 03) e embora a notícia da “Revolução” só tenha sido noticiada pelo único jornal da cidade de Jacarezinho, *Tribuna do Norte*, em 06 de abril de 1964, no dia 31 de março Rosa Branca, Anísio da Silva e Mário Stasiak, foram presos por “estarem conclamando o povo da cidade de Jacarezinho a se levantarem contra a Revolução. (ACE n.º 0277/66)” (ACT/ACE/002789-82). As informações circulavam rápido de ambos os lados: da repressão e da resistência.

A busca por não escrever linearidades inexistentes na biografia dos indivíduos pode ser um desafio se buscarmos entender a história de Minoci sem levarmos em considerações as complexidades que envolvem a política e os sentimentos humanos, pois vemos Rosa Branca endereçar três cartas de apoio ao regime ditatorial nos anos de 1965 e 1966. A primeira delas foi enviada após a notícia lida na portaria de 05 de julho, noticiada na terça feira, dia 06 de julho, no Diário Oficial. Tratava-se na nomeação do Coronel Levy Ribeiro Bittencourt para a chefia da Agência do Sistema Nacional de Informação em Curitiba. Rosa Branca, após ler a notícia, endereçou uma carta ao General Golbery do Couto e Silva, cumprimentava-o pela indicação. O envio desta carta é o motivo inicial do SNI ter começado a investigar e a ter criado o prontuário n.º 80, de Florismar Minoci de Oliveira. Os informes também expressam a dúvida: colaborar ou resistente ao regime?

Entre as fontes escassas, as memórias são sedimentadas e soterradas por dores, interesses e ocultamentos, a última lembrança de Florismar Minoci de Oliveira em Jacarezinho é de uma despedida, em que este estaria indo para a Bolívia, possivelmente buscando escapar da condenação da Auditoria da 5º Região Militar, pela lei n.º 314/67 (ACT/ACE/002789-82). Da mesma forma que há a possibilidade de biografia de Minoci, há a de Stasiak e de outros personagens que atuaram de forma concisa na história local, cujas vidas nos ajudariam a entender mais sobre a história e cuja disciplina observada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá nos ajudou a entrever possibilidades de pesquisa.

Considerações finais

Neste trabalho buscamos apresentar dois dos temas discutidos durante a disciplina de Tópicos Especiais em História Política I, na qual vimos autores que apresentaram questões relevantes sobre metodologias de pesquisa em história para a construção de biografias, bem como a renovação deste campo historiográfico.

A escolha por trabalhar com a renovação da História Política e as contribuições e possibilidades de utilização da biografia como método para a pesquisa sobre ditadura civil-militar no Brasil, poderia dar-se pela importância das contribuições deste método para o entendimento dos processos históricos e das trajetórias individuais enquanto singulares e da influência que o meio exerce sobre a formação das histórias de vida.

Escrever o presente trabalho, tratando dos desafios do uso das biografias e das renovações do campo historiográfico, nos ajudou a pensar as teorias e metodologias que podem nos auxiliar e a nos situarmos na produção historiográfica atual.

Para finalizar, consideramos relevante mencionar que o contato com os autores lidos durante a disciplina foram fundamentais para a nossa formação enquanto pesquisadores, e que o contato com a turma contribuiu para a formação pessoal, enquanto sujeito questionador e crítico.

Referências Bibliográficas

AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. In: Dimensões, vol. 24, p. 157-172, 2010.

BERTONHA, João Fábio. Conde Matarazzo e o ser italiano no Brasil: o enfoque biográfico na pesquisa sobre a colonização italiana em São Paulo. *Revista Eletrônica de História do Brasil*, v. 04, n. 01, p. 16-27, jan/jun. 2000.

BERTONHA, João Fábio. *Plínio Salgado: biografia política*. 2016. Texto inédito.

BOURDIEU, Pierre. *A Ilusão Biográfica*. In: _____. Razões Práticas. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996, p. 74-82.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B; GOUVÊA, Fátima S. (Orgs). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

LEVILLAIN, Philippe. *Os protagonistas: da biografia*. In: RÉMOND, René (Org). Por Uma História Política. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. *LPH Revista de História*. Ouro Preto, UFOP, n. 6, 1996. p. 92-100.

PRIORI, Angelo. *Polícia política e sociedade: funcionamento e métodos de ação do DOPS/PR (1930-1964) – Notas de Pesquisa*. Belo Horizonte, 2012. Relatório (Pós-Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, UFMG.

SCHMIDT, Benito B. O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação. *Anos 90: revista do Programa de Pós-Graduação em História*. Porto Alegre. N. 6, p. 165-192, dez. 1996. Disponível em: <<https://www.repositorioceme.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31755/000097057.pdf?sequence=1>>.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. *MÉTIS: história & cultura*, v. 2, n. 3, p. 57-72, 2003.

SILVA, Semíramis C. O historiador e as Biografias: desafios, possibilidades e abordagens de trabalho. *História imagens e narrativas*. n. 14, abr. 2012, p. 1-14, 2012. Disponível em: <<http://www.historiaimagem.com.br/edicao14abril2012/biografias.pdf>>.

REGISTRO BIOGRÁFICO DE DIRCE NASCIMENTO: SUAS INFLUÊNCIAS E CONTRIBUIÇÕES PARA A POPULAÇÃO JACAREZINHENSE

Glaisier Mara Aparecida Germano Mariano*

Pabulo Matheus Domiciano*

Luciana Brito*

Resumo: O artigo que aqui se apresenta busca reunir informações tanto da vida, quanto das obras de Dirce Nascimento, devido ao fato de não haver em ambiente virtual ou em bibliografias disponíveis, um registro biográfico sobre a artista. Nesta perspectiva, será realizada uma observação acerca das contribuições da artista para com o acervo cultural da cidade de Jacarezinho, mais especificamente para o Salão de Artes Plásticas de Jacarezinho onde a artista possui algumas obras. Ainda na intenção de elaborar um registro biográfico sobre Dirce, será feita uma entrevista com seu filho Edmilson Donizeti, que também é artista plástico, para que se colem os seguintes dados: conhecer o processo de criação artística de Nascimento, sua condição de mulher no meio artístico, em que momento a artista parou de produzir e por que isso ocorreu, quais foram suas influências artísticas e ainda saber se houve algo ou alguém que servia como fonte de inspiração para seu trabalho, e no papel de mãe qual foi à influência da mesma sobre o futuro do filho também artista. Faz-se também pertinente conhecer se há algum trabalho de Dirce que nunca foi exposto e ainda trazer a tona como foram seus últimos anos de vida. Desta forma, para o desenvolvimento desta pesquisa serão utilizados teóricos que debatem metodologias e teorias sobre a criação de biografias de pessoas desconhecidas do presente, como Regina Célia Lima Xavier (2008; 2013) e Geisimara Soares Matos (2016).

Palavras-chave: Acervo; Dirce Nascimento; Salão de Artes Plásticas de Jacarezinho.

Introdução

O presente estudo foi possível Projeto de Extensão *Salão de Artes Plásticas de Jacarezinho: diálogos entre memória, arte, preservação e ensino* (UENP/CJ), financiado Programa de Extensão Universidade Sem Fronteiras (SETI/PR), que trabalhou na conservação de obras de arte e coleta de fontes artísticas sobre o Salão de Artes Plásticas de Jacarezinho, acervo pertencente ao Conjunto Amadores de Teatro (CAT).

* Graduanda do curso de Letras/Espanhol, na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP/CJ). Bolsista USF/SETI, no Projeto de Extensão *Salão de Artes Plásticas de Jacarezinho: diálogos entre memória, arte, preservação e ensino* (UENP/CJ).

* Graduando do curso de Biologia, na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP/CJ). Bolsista PIBEX/Fundação Araucária, no Projeto de Extensão *Salão de Artes Plásticas de Jacarezinho: diálogos entre memória, arte, preservação e ensino* (UENP/CJ).

* Doutora em Letras, pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/Assis). Professora e diretora no Centro de Letras, Comunicação e Artes (SETI/PR), e coordenadora do Projeto de Extensão *Salão de Artes Plásticas de Jacarezinho: diálogos entre memória, arte, preservação e ensino*, do Programa Universidade Sem Fronteiras (SETI/PR).

Com a documentação desse acervo, realizamos uma busca pela complementação de informações que faltavam sobre as obras e autores, pois como veremos adiante, há problemas com relação à armazenagem e catalogação de dados dos artistas e de suas produções, constantes no acervo. Uma das artistas que necessitavam de maiores informações, para a realização de notas biográficas para a produção de um catálogo sobre as obras do acervo no qual trabalhamos, é Dirce Nascimento. Desta forma, o intuito do presente estudo foi realizar um levantamento sobre a vida e obra da artista, disponibiliza-las em ambiente virtual, além de trazer a tona suas contribuições para a arte local.

Para tanto, utilizamos do acervo como suporte para exemplificar aspectos da arte local, bem como o estudo de Silva e Brito (2015), da busca em acervo de periódicos, de artistas e entrevistas com Edmilson Donizeti. Além disso, realizamos o levantamento das problemáticas sobre biografia e as reflexões sobre estas contribuíram para avaliarmos os limites e as possibilidades desse gênero e de seus métodos. O gênero foi amplamente utilizado ao longo da história, por trazer a proximidade com os fatos narrados, levando-os ao cotidiano, pois mesmo quando tratava apenas de grandes homens, a biografia narrava os feitos destes de perto, construindo e deixando palpável a construção de “heróis”.

Entretanto, por essa finalidade nas biografias políticas métodos quantitativos de análise e de narrativa literária terem sido as mais utilizadas ao longo do passado, a biografia para a escrita e análise da história caiu em desuso, tendo sido considerada morta, em 1970 por Le Roy Ladurie (SCHMIDT, 1996, p. 170). Em *O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação*, Benito Bisso Schimdt traz fatores que teriam contribuído para o renascimento ou renovação do campo, como o indivíduo como ator social, possuindo relação com o seu contexto, sem estar fixo no individualismo exacerbado ou estrita na estrutura, o que confere a possibilidade da biografia ter personagens relacionados a ambos os espaços, construindo dimensões sociais mais amplas (SCHMIDT, 1996).

Ademais, a opção por personagens comuns e não apenas pelos grandes nomes contribuiu para a renovação do gênero e é citada por ambos os autores, que também dão ênfase a narrativa que não exclua a explicação de diferentes aspectos e de facetas que ampliem a capacidade da biografia de tornar a história mais próxima, inteligível. A partir destas considerações, apontou-se a biografia como método viável para a compreensão da história, dando voz aos “contemporâneos vivos”, ao focar o estudo em pessoas que presenciaram a história sem serem necessariamente grandes personalidades.

A questão da escolha de atores sociais advindos das camadas populares para as biografias pode trazer a dificuldade de encontrar materiais e fontes, conforme observamos no texto *Biografia e História: o que Mestre Tito pode nos ensinar sobre o passado?*, de Regina Célia Lima Xavier (2013). Neste, a autora trabalha com a possibilidade/aspectos da biografia de Mestre Tito, através dos poucos e esparsos documentos que encontrou e das aproximações destes com o contexto de vida do personagem e do período na cidade de Campinas.

Regina Xavier além de aproximar o contexto, levanta a trajetória de Mestre Tito através da pesquisa por meio do nome deste, pois as diferentes fontes a levaram a investigar as diferentes conjunturas sociais, pois o ponto de partida tornou-se as inter-relações estabelecidas pelo biografado nas várias dimensões sociais que habitava. Já pensando sobre os documentos, a pesquisa de Xavier, por exemplo, exigiu uma pesquisa documental intensiva, através de diferentes arquivos e para a construção da biografia foram utilizadas fontes variadas, para as quais a historiadora teve de se atentar as metodologias específicas para o trato com cada uma delas.

Nesse sentido, embora em bem menor escala, visto que o objetivo do trabalho foi a elaboração de uma biografia pra uma nota em catálogo de arte, as diversas fontes neste caso também possibilitaram o cruzamento das informações. Adiante, para a clareza na leitura, iniciaremos o presente texto tratando da arte local, passando a seguir a tratar sobre as informações encontradas, ao acervo do Salão de Artes Plásticas de Jacarezinho, as dificuldades relacionadas à confecção da nota biográfica e as conclusões obtidas.

Arte local e preservação patrimonial

Em Jacarezinho, de um lado tem-se a arte cunhada localmente como acadêmica, que partiu de artistas ligados às faculdades locais, às produções dos roteiros de arte no Paraná e debates fomentados pelo Salão de Artes Plásticas de Jacarezinho. Embora o movimento tenha-se iniciado em Curitiba nos anos de 1950 e início de 1960, as experimentações estéticas surgiram por artistas de Jacarezinho nas décadas de 1980 e 1990, tendo a arte como sensação ou abstração, tomando os trabalhos de Gisele Camargo e Heloísa M. M. Moreira. Por outro lado, dentro do mesmo período, vemos uma arte popular e autodidata com as esculturas e pinturas fortemente identitárias de João Caldeira e de Dirce Nascimento, que trabalham com a memória local, reorganizando a história oficial a partir de suas subjetividades e intencionalidades, pois conforme Néstor García Canclini, “os produtos gerados pelas classes populares costumam ser mais representativos da história local e mais adequados às

necessidades presentes do grupo que os fabrica. Constituem nesse sentido, um patrimônio próprio” (2003, p. 196). Também ligadas às histórias e aos símbolos dos poderes locais, estão as esculturas predominantemente sacras que circulam pela catedral, colégios e casarões de Jacarezinho, e nos relata uma cidade tradicional, profundamente marcada pelas instituições de caráter religioso.

Os incentivos públicos destinados a promoção de eventos de artes visuais na cidade de Jacarezinho começaram após 1960, pois conforme notamos nas pesquisas em periódicos, antes deste período o cenário cultural da cidade de Jacarezinho era animado por atividades do Colégio Estadual Rui Barbosa e por incentivo de grupos autônomos e instituições particulares. Nas décadas anteriores, de 1940 a 1960, transitaram pela cidade ecos dos debates estéticos-ideológicos, principalmente com discussões causadas através das tendências trazidas na produção de Eugênio Sigaud (EVANGELISTA, 2012). Mas os debates eram superficiais, uma vez que não existiam grupos de discussão conceitual ou espaços de formação crítica na cidade.

Nas obras dos artistas locais, acentua-se a partir dos anos de 1950 outras questões, ligadas às mudanças sociais que a cidade de Jacarezinho e o Brasil estavam sentindo, como a dualidade entre o campo e a cidade, entre o passado e o presente, possivelmente condicionado pelas mudanças populacionais nas quais as cidades se viam. Em Jacarezinho, esse cenário se mostrava com as terras de seus entornos sendo progressivamente adquiridas pelos grandes latifundiários e com muitas pessoas a irem buscar melhores condições de trabalho em outras cidades.

Entretanto, com o potencial cultural que a cidade possuía com a alta demanda de artistas, com o crescimento da educação superior e a possibilidade de crescimento do mercado artístico e literário, nas décadas que vão de 1960 até o ano de 1980, houve passos para a profissionalização das funções culturais e os incentivos através do Ministério da Cultura (MINC), da Fundação Nacional de Artes (FUNARTE), Fundação Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro, Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciência e Letras de Jacarezinho, Prefeitura Municipal, entre outras instituições. Incentivos e grupos artísticos foram criados neste período e, nos momentos posteriores às suas criações, passaram a receber incentivos governamentais à promoção da cultura artística, seguindo a linha das políticas públicas incentivadas por Ennio Marques, como Diretor do Departamento de Cultura da SEC/PR, de 1961 a 1969. Mas nos momentos iniciais dessas instituições, com o pouco envolvimento do Poder Público local, as organizações culturais partiam de iniciativas de grupos da sociedade, por meios particulares, como a criação do Conjunto Amadores de

Teatro, fundado em 1960, sendo o primeiro teatro particular do interior do Estado do Paraná; e a criação das Exposições de Artes (posteriormente Salão de Arte e Salão de Artes Plásticas), iniciadas em 1966.

Salão de Artes Plásticas de Jacarezinho

A primeira exposição foi realizada no Colégio Estadual Rui Barbosa, com a organização de moças bandeirantes. Na ocasião, com ar intimista, o professor Silvestre Marques fez o discurso de encerramento do evento, do qual não há claros critérios de julgamento das obras, além daqueles ligados à concepção do culto, do erudito, do representativo de “bom gosto”, como observamos no seguinte trecho: “a vida dos próprios artistas foram colocadas em molduras. A arte, o bom gosto, e às vezes uma parte da alma, o coração, a própria vida, futura ou passada estão aos nossos olhos” (TRIBUNA DO NORTE, 1966).

Em seguida, as Exposições de Artes que aconteceram foram promovidas pelo CAT, tendo o nome de Salão de Arte de Jacarezinho, e mais adiante, Salão de Artes Plásticas de Jacarezinho, progredindo gradativamente com premiação estipulada, alcançando divulgação regional e buscando parcerias de instituições públicas como o Sistema Estadual de Museus – COSEM, e fomentos como os concedidos pela Fundação Nacional de Artes – FUNARTE.

Em décadas posteriores, o Salão de Artes Plásticas passou a acontecer em parceria do CAT com a Secretaria do Estado de Cultura e da Prefeitura Municipal de Jacarezinho. Os locais de exposição variavam entre o CAT e instituições privadas, como o Banco do Brasil e a Cafeeira Setti. A comissão julgadora passou a ser indicada pela Secretaria de Estado da Cultura e os princípios de avaliação tornaram-se a contemporaneidade da obra, a abertura à possibilidade de leitura da obra através de diferentes prismas estéticos, a busca por repensar a crítica à modernidade e o respeito às linguagens regionais.

Assim, houve a consonância com o Salão de Arte Paranaense, que desde o princípio da gestão de Ennio Marques no Departamento de Cultura, ficou clara a intenção de possibilitar que o evento se constituísse como um espelho das produções artísticas menos tradicionais realizadas naquele momento no país. Para tanto, foram convidados à Jacarezinho, pelo Departamento de Cultura do Estado, uma série de renomados artistas e críticos, como o próprio Ennio Marques Ferreira, membro da Associação Brasileira de Críticos de Arte; o artista Vicente Jair Mendes, ex-aluno de Guido Viaro e que viria a atuar como diretor do

Museu de Arte Contemporânea do Paraná; Alfi Vivern, artista argentino; Paulo Menten, artista paulista que esteve com trabalhos presente na IX e X Bienais de São Paulo (1967 e 1969), que foi professor no Núcleo de Gravadores de São Paulo – NUGRASP e diretor do Museu Histórico de Imagens de Cornélio Procópio.

Então, como um aparelho de exposição de obras, mas também de artistas, o Salão de Artes Plásticas de Jacarezinho logo encontrou notoriedade e solidez, mantendo-se como o Salão mais antigo do interior do Estado do Paraná. Para os artistas, o Salão passou a ser um campo de sociabilidades para haver trocas de contatos e tessituras pessoais e profissionais. Das possibilidades de estratégias a serem trabalhadas no referido Salão, houve a organização de grupos de artistas locais e a dinamização de suas participações em eventos de outras cidades, exposições individuais e coletivas, envio de obras para galerias, movimentos artísticos e a criação de outros eventos locais, que contribuíram para a dinamização dos eventos e produções no interior do Estado.

No interior do Estado do Paraná, o Salão de Artes Plástica de Jacarezinho possuiu um posicionamento estratégico, fomentando artistas e incentivando a produção bem como o debate regional sobre a estética e a sociedade. De maneira que a comunidade artística da cidade de Jacarezinho e da mesorregião do Norte Pioneiro do Paraná se enriqueceu com os novos espaços e campos que surgiram dos encontros do Salão, que uniu gerações de artistas. O Salão de Artes Plásticas de Jacarezinho se insere na história de Dirce Nascimento como o primeiro espaço de exposição da artista, com o início do reconhecimento desta como artista pela sociedade e por si mesma.

Nota biográfica

Dirce Nascimento é uma artista de grande importância para o município de Jacarezinho, no interior do Estado do Paraná. Suas obras são caracterizadas por traços simples e imprecisos. Em suas pinturas, gostava de retratar cenas e eventos cotidianos como casamentos, festas, pensamentos e ambições da população a qual mantinha contato. Suas obras têm importância para a memória local retratando costumes, cultura da época em que viveu.

O nome de batismo da artista Dirce Nascimento é Etelvina Pinto Nascimento. Nasceu em Descalvado/SP. Por volta dos nove ou dez anos, mudou-se para o Campo da Experiência, em Jacarezinho/PR. O Campo de experiência era espaço destinado a experiências no cultivo,

aperfeiçoamento e distribuição de mudas de café na zona rural de Jacarezinho, onde atualmente é localizado o assentamento dos Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A artista cursou até o primeiro grau, atualmente conhecido como Ensino Fundamental e mesmo tendo escolaridade incompleta, alfabetizou seus filhos e outras crianças, ensinando-os a reconhecer os números, as letras, as cores e também a traçar formas e desenhos. Ainda no Campo da Experiência, conheceu seu marido, com quem foi casada durante toda a fase adulta e idosa e com quem teve três filhos.

Em meados de 1970, mudou-se para a área urbana, onde começou a pintar panos de prato. Seu estilo se diferenciava das pinturas tradicionais, pois retratava a vida cotidiana, festas, casamentos, missas, acontecimentos da comunidade, sonhos e ambições das mulheres da época e retratavam um enredo nas pinturas sequenciais.

Entretanto, Dirce tinha a pintura como um hobby, fazia para se distrair, pois não via nenhum valor em suas obras tanto artístico quanto econômico. Por influência sua, seus filhos também se tornaram artistas e quando havia atingido por volta de seus 56 anos, seu filho, Edimilson Donizetti, a encorajou a pintar telas e expô-las em Salões de artes.

Com as exposições, começou a receber prêmios, menções honrosas, certificados, com isso, começou a ser reconhecida na cidade e a ter renda econômica derivada das premiações.

Contribuições

Dirce Nascimento retratava em suas pinturas, ações do cotidiano, problemas sociais e lembranças de seu passado, o que implica dizer que suas obras preservam a história de uma população, além de permitir observar o comportamento de determinados grupos, por meio das memórias da artista.

Ademais, a artista contribuiu também para a popularização da arte, amigos, colegas e vizinhos prestigiavam suas exposições nos Salões, tendo um maior reconhecimento da comunidade local com o Salão de Artes Plásticas, uma vez que viam que seria possível uma pessoa comum pensar arte e se ver reconhecida.

Dificuldades encontradas durante a pesquisa

Por não haver documentos digitalizados, a fonte inicial, para a elaboração da biografia de Dirce Nascimento, foi o filho da artista que cedeu alguns documentos. Outra dificuldade que poderia influenciar na busca de informações se deve ao fato de Dirce Nascimento utilizar outro nome em algumas exposições, pois Dirce Nascimento é o nome o qual a artista utiliza para assinar seus quadros, porém seu nome de registro é Etelvina Pinto do Nascimento. Com isso, se não houvesse conhecimento sobre o fato, provavelmente, algumas informações poderiam passar despercebidas.

É importante mencionarmos que a pesquisa deu-se com fontes diversificadas, indo desde entrevista a certificados e periódicos, pois tentamos apanhar o máximo de documentos para ter a possibilidade de confrontar as diferentes fontes. O cruzamento de conteúdo é, neste sentido, uma operação fundamental. Estes documentos permitem a apreensão da realidade em que foram produzidos, sua materialidades e mesmo, as subjetividades das memórias, como a entrevista de Donizeti, mas podem ser lidos em perspectivas diversas e expressam, na sua materialidade e no seu conteúdo, a riqueza sobre aspectos da arte produzida por Nascimento e vistas em separado ou interpretadas individualmente, seriam fragmentados de passado.

Considerações Finais

Através do acervo do Salão de Artes Plásticas de Jacarezinho e de sua documentação, notamos que a sociedade contemplou o surgimento de grupos artísticos, de perspectivas sobre seus cenários e do incentivo ao turismo e ao comércio. Este evento incentivou a produção e a vida de diferentes pessoas de Jacarezinho/PR, através dos incentivos de reconhecimento e as premiações financeiras, como vimos com Dirce Nascimento.

Atualmente, o acervo de 1966 a 2013 é composto por 131 obras, entre esculturas, gravuras, fotografias e pinturas, que foram selecionadas durante 29 edições do Salão de Artes Plásticas de Jacarezinho. Na atual situação de armazenamento do acervo, este se encontra em uma sala com medidas entre 5 metros de comprimento a 3 de largura, com janelas laterais pequenas, na parte superior da parede, que ficam constantemente abertas. Sem uma efetiva organização, 10 obras encontram-se sem informações sobre a autoria e outras 50 sem indicação de ano de produção, dentre as demais, faltam informações precisas sobre as técnicas

e/ou complementação na identificação do autor e localidade. Com a precariedade dos arranjos de disposição individual, a conservação das obras tem se mostrado deficiente, havendo dentro do acervo 41 obras com claros sinais de deterioração, sendo que 26 estão sujas, 14 estão com manchas causadas principalmente pela umidade e 01 apresenta perfuração na tela.

O Projeto de Extensão *Salão de Artes Plásticas de Jacarezinho: diálogos entre memória, arte, preservação e ensino* (UENP/CJ), busca realizar a conservação preventiva destas obras e a busca por informações, bem como, fomentar pesquisas e ações de preservação relacionadas a este acervo e aos artistas que possuem obras nele. O presente estudo se inseriu dentro do projeto com os esforços por pesquisar sobre os artistas locais, levantar informações para a confecção de um catálogo sobre o acervo e fomentar os estudantes envolvidos a pesquisarem mais sobre arte local e biografias.

Neste sentido, com o presente estudo serão digitalizados os documentos encontrados que tenham relação com a artista em questão e colocados em espaço disponível para acesso público, na internet. Esperamos que ao passo que as informações coletadas serão disponibilizadas para o público, haja a oportunidade de outras pessoas fazerem e/ou elaborarem novas pesquisas sobre os artistas que integram o acervo do Salão e (re)conhecerem o trabalho de Dirce Nascimento.

Referências Bibliográficas

EVANGELISTA, Luciana de Fátima Marinho. O Artista e a cidade: Eugênio de Proença Sigaud em Jacarezinho (1954-1957). 2012. 156 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

SCHMIDT, Benito B. O gênero biográfico no campo do conhecimento hitórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação. Anos 90: revista do Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre. N. 6, p. 165-192, dez. 1996. Disponível em: <<https://www.repositorioceme.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31755/000097057.pdf?sequence=1>>. Acesso em 25 nov. 2017.

SILVA, Juliana Carolina da; BRITO, Luciana. Em busca da memória da cidade de Jacarezinho/PR: levantamento e estudo dos artistas. In: BRITO, Luciana; BROCHADO, Sônia Maria Dechandt; GRABIEL, Fábio Antônio. Pesquisas em Linguagem: Interfaces Linguísticas, Literárias e Culturais. Rio de Janeiro: Multifoco, 2015.

TRIBUNA DO NORTE, 29 de outubro de 1966, n. 336, ano VII.

XAVIER, Regina Célia. Religiosidade e Escravidão, século XIX: mestre Tito. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

XAVIER, Regina Célia. Biografia e História: o que Mestre Tito pode nos ensinar sobre o passado? História Social, n. 24, p. 75-98, 2013. Disponível em:

<<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/1578/1084>>. Acesso em 25 nov. 2017.

“AS MEMÓRIAS DE UM INTELLECTUAL”: PERCURSOS E INTER-RELAÇÕES DE FERNANDO AUGUSTO ALBUQUERQUE MOURÃO

Clauber Ribeiro Cruz^{54*}

RESUMO: Com intervenções integradas ao campo social, cultural, político e editorial, o professor Dr. Fernando Augusto Albuquerque Mourão, da Universidade de São Paulo, foi um importante intermediador no que diz respeito às relações entre Brasil e África, visto que desde os anos de 1950 esteve envolvido diretamente com alguns dos membros que participaram da Casa dos Estudantes do Império, em Portugal, bem como Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto, José Francisco Tenreiro, entre outros. Com o seu retorno ao Brasil, já nos anos de 1960, auxiliou na fundação de dois difusores político-culturais, são eles: o MABLA – Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola – e o CEA – Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo. A partir de 1979, o intelectual vinculou-se à editora Ática com a finalidade de coordenar a primeira antologia literária sistêmica de autores africanos no Brasil, isto é, a Coleção de Autores Africanos, que consistiu na publicação de 27 obras de expressivos escritores, tais como: Luuanda, de Luandino Vieira; O mundo se despedaça, de Chinua Achebe; Mayombe, de Pepetela; Sagrada Esperança, de Agostinho Neto; O astrolábio do Mar, de Chems Nadir, e outros. Deste modo, neste artigo, destacaremos alguns fatos da história intelectual de Fernando Mourão através da análise de momentos que recontam as trajetórias e caminhos percorridos por um professor-pesquisador preocupado em dar voz e visibilidade aos povos africanos.

Palavras-chave: Fernando Mourão; História Intelectual; Literaturas Africanas; Brasil e África.

Considerações Iniciais:

Neste artigo, abordaremos partes da trajetória de um intelectual brasileiro que esteve envolvido em diversas instâncias do conhecimento, visto o caráter multidisciplinar de sua carreira. Para tanto, destaca-se não somente a sua relação com os Estudos Africanos, mas também o seu pioneirismo no que diz respeito à consolidação das Relações Internacionais no país. Estamos falando do Professor Dr. Fernando Augusto Albuquerque Mourão (1934-2017) que, por mais de meio século, desempenhou notória difusão das referidas áreas de pesquisa.

Fernando Mourão foi um intelectual que carregou na sua formação duas características que compõem um papel distinto em suas ações: ele apresenta um alto grau de intelectualidade, dentro do campo social, cultural e moral, junto a um alto índice de envolvimento com a população menos favorecida: “[...] Sua sociologia do direito é para o pobre, para o negro, para o discriminado, para o africano, para o imigrante.” (MASCARO, 2012, p. 264).

* Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, Campus de Assis. Doutorando em Letras. FAPESP.

Edward Said, nos estudos desenvolvidos no livro *Representações do Intelectual* (2005, p. 10), declara que um dos objetivos dos intelectuais é diminuir as barreiras estereotípicas e determinados reducionismos presentes na sociedade humana como um todo. Para tanto, percebe-se que a imagem do intelectual não poderia vincular-se a um grupo partidário específico ou mesmo exercer práticas dogmáticas, mas sim, ser dotado de flexibilidade e pensamentos visionários.

Sabemos que há determinadas situações nas quais a vinculação da figura do intelectual é, muitas vezes, associada às camadas políticas e do poder. Contudo, o que frisamos é justamente a importância da busca da independência intelectual, mesmo que parcialmente. E, sobretudo, evidenciar a verdade ao poder, desnudando as situações escamoteadas pela própria vigência de certas práticas da organização social.

Por sua vez, o intelectual é um ser que pode construir relações que se unam à libertação de ideias, evidenciando a sua posição filosófica/ideológica e sua atitude diante das inúmeras situações que o circundam. Além do mais, pode emitir uma voz referente a certo grupo social, lutando por sua autonomia e por melhores condições:

Assim, o intelectual age com base em princípios universais: que todos os seres humanos têm direito de contar com padrões de comportamento decentes quanto à liberdade e à justiça da parte dos poderes ou nações do mundo, e que as violações deliberadas ou inadvertidas desses padrões têm de ser corajosamente denunciadas e combatidas. (SAID, 2005, p. 26)

Portanto, com ousadia, certa dose de risco e vulnerabilidade, o intelectual atuante insere-se na sociedade por meio de práticas que vislumbrem por melhores condições humanitárias. Fernando Mourão esteve vinculado a essas caracterizações, visto que, entre as preocupações que centralizaram a sua carreira, estão as estratégias construídas para a aproximação entre Brasil e África, sobretudo no que concerne à visibilidade da história do continente africano e à luta pela libertação.

Um dos objetivos do intelectual, para tanto, seria promover a liberdade humana e do conhecimento, auxiliando na identificação de uma determinada população com a sua cultura, ou melhor, fazê-la sentir-se pertencente a este espaço ao destacar pontos comuns ou mesmo divergentes em direção à construção de sua identidade.

Por fim, por mais solitária que muitas vezes a voz de um intelectual possa ser, há uma significativa relevância neste ato: a independência com a qual se constrói liga-se com mais concretude à realidade, compartilhando uma busca individual dentro de uma coletividade, isto é: as vozes individualizadas unem-se em uníssono para representar distintas contribuições da intelectualidade à sociedade.

“As Memórias de um Intelectual”: Percurso e inter-relações de Fernando Augusto Albuquerque Mourão:

O percurso de formação de Fernando Augusto Albuquerque Mourão iniciou-se quando, ainda jovem, ao lado de seu saudoso avô, Augusto Albuquerque, lia e ouvia histórias cercadas pelos conhecimentos da filosofia. Em virtude dessas experiências, Mourão construiu uma trajetória de muitos caminhos e inter-relações, dividindo-se entre as conexões humanísticas e institucionais⁵⁵.

A vivência educacional com o seu avô foi tão significativa que, em forma de agradecimento, decidiu colocá-la como fonte bibliográfica em uma de suas pesquisas. Essas histórias/conversas eram uma espécie de “Serões de Camarate”, circunscritas entre o período de 1943-1957. Embora este material não tivesse uma catalogação formalizada, já que seu avô não era um acadêmico, Mourão fez questão de colocá-las em suas referências:

Em virtude da minha formação, que devo à educação que me deu meu velho avô, no sentido de um distanciamento entre a pessoa e a instituição, acabei por talvez não ter sido mais enfático na defesa dos estudos africanos no plano institucional. Certo que os fatos, por sua objetividade, têm maior importância e que o seu julgamento não me cabe nesta passagem da minha vida acadêmica, passo a relacionar as minhas principais atividades em vários campos. (MOURÃO, 1988, p. 15)

Após a finalização dos estudos no Ensino Básico, Mourão cursou dois anos de filosofia e latim. Posteriormente a este período, já nos anos de 1950, foi para Portugal para realizar o curso de direito na Universidade de Coimbra. Foi nesta fase que o seu interesse pela área das ciências sociais começou a surgir, já então focalizado pelo viés dos estudos africanos.

Em face dos movimentos de independência africana e mesmo da democratização no sul da Europa, Mourão envolveu-se tanto no plano político quanto no intelectual deste período, muito em função dos debates internacionalistas europeus que estavam em efervescência durante os anos de 1960.

Assim, o entrelaçamento com os assuntos vinculados à África, especialmente diante das relações mundiais sobre o colonialismo, torna-se fundamental para as áreas de estudos que Fernando Mourão desenvolveu pioneiramente no Brasil, isto é, tanto sobre os estudos africanos quanto acerca das relações internacionais.

⁵⁵ Muitas das informações presentes neste artigo, acerca da vida de Fernando Mourão, estão embasadas nas conversas que tivemos com o intelectual realizadas em sua residência, em Caucaia do Alto, Cotia/SP, entre os anos de 2015, 2016 e 2017.

Durante este período de formação na Europa, Mourão escreveu matérias sobre o assunto e fora encarregado de organizar um setor de estudos africanos. Quando entrava de férias, costumava frequentar alguns centros especializados, entre eles destacamos o Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa, o Museu do Homem, o Museu das Colônias Francesas, em Paris, no Institut Français de l’Afrique Noire. Com isso, o gosto pelas ciências sociais ia sobrepondo-se ao gosto pelas ciências jurídicas.

Fernando Mourão participou da formação da Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa e em Coimbra. A Casa foi inicialmente um centro de propagação cultural, que dava visibilidade às produções africanas e, sobretudo, um local de discussões acerca do ser africano, buscando resgatar sua identidade diante de um espaço de inúmeras fricções.

Deste modo, uma das prioridades da Casa era a discussão sobre parte do patrimônio cultural africano deixado pelas gerações antecedentes, criando meios para recuperá-la e divulgá-la. Por fim, era necessário traçar um percurso que levasse ao conhecimento da África aos africanos e, conseqüentemente, expandisse esta informação para os cantos do mundo:

Na década de 50, estudantes africanos se reuniram na Casa dos Estudantes do Império. Conferências, seminários, divulgação das obras e da revista “Présence Africaine”, influência dos intelectuais do movimento da negritude reunidos ainda em boa parte em Paris, se fizeram sentir. Quando de férias ou na volta, terminando o curso, fizeram compreender aos antigos companheiros a necessidade de estudar as culturas africanas para assim compreenderem seus irmãos de cor que, na verdade, foram melhor entendidos por esta geração mais jovem do que pela geração de “Mensagem”. Alguns jovens contistas, que apenas fizeram o liceu e passaram a trabalhar, vêm passar férias em Lisboa, onde entram em contato com as atividades culturais da Casa dos Estudantes do Império. (MOURÃO, 1978, p. 44)

Mourão relatou em uma entrevista feita com o jornalista Américo Gonçalves (1983) que esta foi uma época em que era necessário conhecerem-se a si mesmos, isto é, revisitando espaços, histórias e ideais provenientes do próprio continente africano. Esta iniciativa auxiliou na formação dos jovens recém-chegados das colônias, dando continuidade ao trabalho iniciado no Centro de Estudos Africanos, em Lisboa, que na época foi liderado por Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Amílcar Cabral e José Francisco Tenreiro.

A existência dos núcleos de organização africana em Portugal possibilitou maior visibilidade à África, sobretudo entre os próprios africanos que, envolvidos nestes grupos, rearticularam um (re)conhecimento da produção cultural de seus países.

Posteriormente, este movimento contribuiu para uma (re)visão do lugar da África entre as relações até então estabelecidas, tal como as integradas ao colonialismo. Como Mourão relatou na entrevista citada anteriormente, era necessário “reafricanizar” os próprios africanos e, ao mesmo tempo, conseguir um lugar de destaque para a África (1983, p. 5).

Desta maneira, parte desses alunos se reunia para discutir os caminhos políticos, sociais, literários etc., de seus respectivos países. Na verdade, inicialmente, como havia muito pouco registro sobre suas próprias histórias, as conversas fomentaram uma análise mais particular das realidades das quais eram oriundos. Ou seja, com a necessidade de melhor compreenderem-se, passam a compartilhar suas experiências, recordar a história de seus povos, além de desenvolverem atividades culturais e cívicas com vistas ao enrijecimento da convivência e perpetuação das tradições:

Nesses tempos, viveram em Portugal estudantes, jovens intelectuais, escritores, artistas e políticos como Agostinho Neto, Marcelino dos Santos, Amílcar Cabral, Francisco José Tenreiro (vivendo desde a mais tenra idade, em Portugal), Carlos Everdosa, Pepetela, Manuel dos Santos Lima, Mário de Andrade, Manuel Duarte, Eduardo Mondlane, Henrique Abranches, Vasco Cabral, Tomás de Medeiros, Ernesto Lara Filho, Jonas Savimbe, Jorge Valentim, Pedro Pires, Paulo Jorge (Teixeira), Jorge Querido, Onésimo Silveira, Carlos Serrano, José Maria Nunes Pereira, Fernando Morgado, Gualter Soares, Veiga Pereira, Ivo Lóio, Ruy Pereira, José Óscar Monteiro, Álvaro Mateus (Dalas), Fernando da Costa Campos, João Dias, Victor Matos e Sá, Fernando Bettencourt Rosa, Roxo Leão, Virgílio Moreira, Fernando Moreira, etc., que estudavam e mancomunavam contra o Império. As jovens estudantes, embora em número menor, como era de tradição na altura, participaram também na CEI, desde Alda Lara, Alda Espírito Santo, Maria Manuela Margarido e Noémia de Sousa, a Inácia de Oliveira, Vitória de Sousa ou Eugénia Cruz, algumas delas tendo sido presas. Participaram, entre outros, o brasileiro **Fernando Mourão (muito activo na secção cultural a partir de 1958)** e os portugueses Eduardo Medeiros e Alfredo Margarido, que cita José Ilídio Cruz e José Manuel Vilar como denodados participantes na produção literária e política. (LARANJEIRA, 1996, p. XVI-XVII; grifos nossos)

Outro importante propagador de cultura na Europa, ao qual Mourão também esteve articulado, foi a revista *Présence Africaine*, representada pela figura de Mário Pinto de Andrade, para a qual Mourão enviou alguns poemas que foram depois publicados nas antologias poéticas lançadas por Mário, tal como a *Antologia de Poesia Negra de Expressão Portuguesa* (1958), que se tornou uma “ponta de lança” para os estudantes da época.

Segundo Francisco Tenreiro (1963, p.16), a *Présence Africaine* publicou seu primeiro número em novembro de 1947, em Paris, reunindo artigos, estudos, poemas, romances, crônicas, críticas de intelectuais europeus e africanos, e todos os estudos tinham um objetivo muito claro: “redescobrir a África”.

Com o passar do tempo, Mourão tornou-se bibliotecário da Casa dos Estudantes do Império, em Coimbra, e, conseqüentemente, encontrou diversos livros que foram publicados oficialmente pelo governo português. Desta maneira, colocou em evidência somente os títulos mais importantes, segundo seus critérios.

De férias em Paris, costumava trazer as novidades das publicações da revista *Présence Africaine* para Coimbra. Por esta razão, encheu a biblioteca de livros sobre a África, sempre

tomando os devidos cuidados para não ser parado pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE):

[...] As sucessivas viagens a Paris permitiram o enriquecimento dessa pequena Biblioteca que, face ao perigo de uma intervenção das autoridades da época, teve boa parte de seus títulos mais representativos transferida para a sede do Clube Atheneu de Coimbra, graças às amizades de Fernando Costa Campos, nos permitiram por salvo um bom número de obras literárias, políticas e no campo das ciências sociais [...] (MOURÃO, 1991/1992, p. 61)

No início dos anos de 1960, Fernando Mourão retornou ao Brasil em virtude das pressões políticas portuguesas. Com isso, iniciou os estudos na área das ciências sociais, na Universidade de São Paulo, onde completou toda a sua formação acadêmica: curso de graduação, pós-graduação (mestrado e doutorado, sob a orientação do professor Ruy Galvão de Andrada Coelho, ambos com nota 10 e distinção).

Desde a graduação, Mourão já era orientado pelo professor Ruy Coelho, além de apoio e ensinamentos de outros profissionais e áreas de estudos, tais como da política e da economia. Em sua pesquisa de mestrado, *A sociedade angolana através da literatura*, publicada pela Ática em 1988, na coleção *Ensaio*, número 38, o material de análise pautava-se no levantamento literário, histórico e político africano, levando-o, portanto, à área da sociologia da literatura ao estudar a obra do escritor Fernando Monteiro Castro de Soromenho.

Como mencionado anteriormente, a influência de seu avô o conduziu para vários caminhos, versando entre a pessoa e o institucional. Dado a isso, o seu doutoramento ocorreu em outra área de pesquisa (houve a tentativa de seguir na mesma linha de desenvolvimento, contudo, não foi possível). Nesta, dedicou-se ao estudo das populações de pescadores do litoral sul do estado de São Paulo: “[...] O ponto central de ambos os trabalhos reside no surpreender os sentidos da mudança.” (MOURÃO, 1988, p. 4).

Dentro da universidade, começou sua carreira como docente ministrando, por alguns anos, em substituição ao professor Ruy Coelho, o curso de organização social, na antiga cadeira de sociologia II. Após alguns anos, passou a se responsabilizar por esta disciplina, o levando a dar o curso sobre sociologia teórica.

Mais tarde, em razão das demais atividades profissionais que exerceu, começou a interessar-se pelos estudos demográficos. Nesse período, trabalhou com o professor Daniel Kubat, da Universidade da Flórida. Por causa desta experiência, criou a disciplina sobre sociologia demográfica no curso de ciências sociais da USP, que durante anos foi o responsável por ministrá-la.

O interesse pelos estudos africanos não foram colocados em segundo plano, pelo contrário, o entusiasmo permaneceu por todo este período, visto que só foi interrompido em face da necessidade de sistematizar a sua formação na USP.

Diante deste quadro, 1965 foi criado o Centro de Estudos de Cultura Africana, o CECA, uma entidade privada sem fins lucrativos, que teve uma sede provisória vinculada à Faculdade de Ciências Econômicas e Administração da USP, e também funcionando junto à cadeira de sociologia II, do professor Ruy Coelho, da então Faculdade de Filosofia e Letras da USP. Segundo o professor Mourão (s.d., p.1), era necessária a criação de um centro de estudos diante da conscientização das pesquisas e conhecimento do continente africano.

O CECA foi mantido até o ano de 1968, porque Fernando Mourão, junto a Eurípedes Simões de Paula, Paul Etamé Ewané, Ruy Coelho e outros, fundaram, em 1969, o que se tornaria em um dos centros referenciais de pesquisa sobre África no Brasil - o Centro de Estudos Africanos (CEA). Primeiramente, foi um Centro complementar do Departamento de ciências sociais e, posteriormente, um Centro Interdepartamental.

Mourão revela que (s.d., p.1) a pesquisa científica brasileira da época pautava-se sobre modelos europeus, especialmente nas áreas de antropologia, sociologia, história e arte, não levando em consideração a importante relação do Brasil com a cultura africana. Deste modo, a criação do CEA foi mais do que necessária:

No sentido de conhecer o Continente Africano, sua cultura e, ao mesmo tempo, evitar uma continuação de repetição de informações ultrapassadas pelo tempo histórico, ou então de passar a repetir informações recentes produzidas em outros centros de cultura, sem vivência do problema, é que surgiu a ideia de criação do Centro que, entre seus fundadores, contou com a participação de alguns estudantes africanos que haviam chegado ao Brasil na década de 60. Em 1968, o Centro sofre alterações e como resultante de sua atividade, é transformado em órgão, integrado já à estrutura da Universidade de São Paulo, com o nome de Centro de Estudos Africanos, tendo sofrido alterações regimentais em 1970 e 1972, que refletem o seu desenvolvimento, fixando-se como Centro interdepartamental, cooperando intimamente com os demais órgãos da estrutura universitária da Universidade de São Paulo. (MOURÃO, s.d., p. 2)

Paralelamente, o pesquisador ministrava uma disciplina chamada “sociologia da África negra” para os alunos da graduação e pós-graduação, sendo coordenador, no início da implantação, do programa de pós-graduação, cuja indicação partiu do próprio professor Florestan Fernandes.

Ademais, esteve vinculado à Faculdade de Direito do Largo São Francisco, ministrando a disciplina de sociologia para os alunos do curso. E, também, foi um pioneiro na implementação da disciplina e dos estudos na área das Relações Internacionais, visto que, por

meio dela, Mourão fomentou diversas relações com a África, já evidenciando a necessidade de discutir os assuntos vinculados à África no âmbito internacional.

Para tanto, realizou uma série de visitas ao continente africano e a centros especializados, sobretudo na França, levando-o a debruçar-se sobre a análise da evolução da cidade de Luanda, desde 1882 até a ruptura com o colonialismo. Naquela época, contou com a orientação científica do professor Georges Balandier, da Sorbonne.

A fim de obter maior integração acadêmica, foi convidado a orientar pesquisas nas áreas da antropologia social e ciência política. Assim, passou a oferecer as seguintes disciplinas na pós-graduação: sociologia da África negra: transição rural-urbana; sociologia da África negra I: a formação da classe média urbana no contexto da sociedade colonial; antropologia da África negra; poder e política da África negra.

Nessa fase orientei várias dissertações de mestrado e teses de Doutorado de alunos brasileiros e africanos que, posteriormente, em sua maioria, passaram a lecionar em universidades brasileiras e africanas; alguns optaram pelo jornalismo, sendo dois atualmente diretores de grandes jornais; outros, pela carreira diplomática. (MOURÃO, 1988, p. 10)

Paralelamente a essas atividades, no campo político-social, Mourão fomentou articulações entre o governo brasileiro e o angolano, culminando na formação do Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA), um amplo movimento que aproximou a relação entre Brasil e Angola entre os anos de 1960 até 1975 – período da independência angolana.

Por sua vez, contrária à colonização portuguesa em África, surge em São Paulo, no ano de 1961, em apoio ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), o MABLA, que vigorou de 1961 a 1970.

Com este movimento, buscava-se atingir o apoio do Estado Brasileiro sem o objetivo de fazer ligações partidárias, pois o MABLA não tinha a intenção de ser um partido, tampouco uma organização exclusiva. Assim, constitui-se uma organização diversificada e plural. Segundo José Francisco dos Santos (2010, p. 48), o envolvimento ia desde o Partido Comunista Brasileiro (PCB) até a União Democrática Nacional (UDN).

Neste cenário, a ideia do movimento se multiplicou, ganhando núcleos em outros estados, como no Rio de Janeiro, aumentando, assim, o apoio à independência de Angola. Conseqüentemente, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência angolana em 1975.

Diante deste panorama alcançado – primeiro com a formação autodidata amparada por seu avô, participação ativa na Casa dos Estudantes do Império, formação acadêmica em

Coimbra e na USP; participação na formação do MABLA, criação do Centro de Estudos Africanos e a implantação dos Estudos Africanos e das Relações Internacionais na USP –, Mourão recebeu um convite para dirigir o que viria a ser a primeira coleção orgânica de livros literários africanos no Brasil, isto é, a Coleção de Autores Africanos, lançada pela Ática a partir do ano de 1979.

Este envolvimento com os membros da Ática iniciou-se em 1978 quando publicou o seu mestrado na coleção Ensaios, por isso, o dono-presidente da empresa na época, Anderson Fernandes Dias, o convidou para iniciar este projeto literário ambicioso, visto que até aquele momento havia somente tentativas isoladas de publicações de escritores africanos no Brasil:

O gosto pela cultura africana, nomeadamente pela sua literatura, a qual me encontro ligado desde a juventude, levou-me a participar de várias revistas, jornais e iniciativas editoriais, quer como articulista, quer como organizador [...]; levou-me a aceitar o encargo de orientar a Coleção Autores Africanos, da Editora Ática de São Paulo. A propósito desta incumbência cabe dizer que, apesar de todas as naturais dificuldades editoriais, já lançamos mais de trinta títulos de autores africanos, devidamente comentados e acompanhados de um trabalho de adaptação ao público brasileiro, com a introdução de glossários, a maioria de minha autoria. Todos esses trabalhos resultaram em vários convites que cobravam minha participação em inúmeros congressos e simpósios internacionais e nacionais que abordavam temas de minha especialidade. O fato de ter convivido na juventude com parte dos autores africanos e conhecer o ambiente em que eles escreveram suas obras, resultou em convites para depoimentos sobre a vida e obra desses autores. (MOURÃO, 1988, p. 10)

Apesar de o pesquisador citar mais de trinta títulos publicados, somente vinte e sete foram lançados pela Ática factualmente. A produção da antologia se iniciou em 1979 e durou até 1991, entre muitos hiatos e problemas de distribuição. Contudo, a de se prevalecer a virtude de uma série literária de uma qualidade bastante significativa, utilizada por muitos professores por um bom período como o único material disponível para consulta aos textos literários africanos no país.

Vale ressaltar que até a nossa contemporaneidade a Coleção de Autores Africanos é utilizada muito em virtude do cuidado com que a editora teve para a preparação de elementos externos ao texto e, certamente, pela qualidade literária dos títulos selecionados. No que se refere aos componentes paratextuais, muitas das edições contêm prefácios, glossários e notas de rodapé, biografia e bibliografias que auxiliam na leitura e na inserção do leitor às recém-chegadas literaturas ao Brasil.

Com o claro objetivo de mapear o que havia de melhor das literaturas africanas, a antologia Autores Africanos foi organizada com o desafio de englobar as produções pré-coloniais, coloniais e pós-coloniais, visto que, segundo Mourão, esta era uma das melhores maneiras de conhecer a África representada por seus próprios autores.

Ademais, coloca-se em xeque a recuperação de relações identitárias africanas, porque a percepção de mundo das diversas personagens presentes nos romances e contos da Coleção é questionada, uma vez que são inseridas em um espaço estilhaçado pela colonização. Todavia, esta fragmentação é fortalecida pela esperança intrínseca às personagens, haja vista que este elemento é frequente nos destinos das protagonistas.

Há uma preponderância de títulos da moderna literatura africana, porque estão mais vinculados ao denominado renascimento da verdadeira cultura africana. Tanto que o romance que inaugura a antologia simbolicamente é *A Vida Verdadeira de Domingos Xavier* (1979), do angolano Luandino Vieira, no qual a tortura de Domingos Xavier pelos membros da PIDE torna-se em símbolo de resistência libertária e literária:

Sorriu, sorriu enquanto o sangue saía na boca, no nariz, nos ouvidos, ensopava a camisa rota, o corpo, o chão, salpicava o agente, as paredes, tudo. Era bom sentir-lhe correr assim, livremente, se sentir vazio e leve. A alegria grande por não ter falado saía nas lágrimas salgadas, no mijo, não podia deter-lhe, correu pelas pernas abaixo e espalhou o seu cheiro acre e quente em toda a sala. (VIEIRA, 1979, p. 76).

Entre as 27 obras lançadas pela Ática, destacamos *Os Flagelados do Vento Leste* (1979), do escritor cabo-verdiano Manuel Lopes; *As aventuras de Ngunga* (1980), do angolano Pepetela; *Portagem* (1981), do moçambicano Orlando Mendes; *o Astrolábio do Mar* (1983), do tunisiano Chems Nadir; *Sundjata ou a epopeia Mandinga* (1982), do guineense Djibril Tamsir Niane; *Climbiê* (1982), do marfinense Bernard Dadié; e *O mundo se despedaça*, do nigeriano Chinua Achebe. As obras em destaque evidenciam uma das intenções deste projeto literário: estabelecer um mapeamento literário do que de melhor se produzia em África na época.

Além deste projeto, Mourão foi convidado a participar do Comitê Científico da coleção *História Geral da África*, uma produção da UNESCO. Para esta realização, foi reunida uma equipe de mais de 350 especialistas de diversas áreas do conhecimento, sob a direção de um Comitê Científico Internacional, que era composto por 39 intelectuais, sendo dois terços africanos. Esta coleção teve oito grandes volumes que mostram panoramicamente, diacronicamente e objetivamente os processos históricos dos povos africanos e suas relações com outras civilizações. O trabalho foi disponibilizado em inglês, francês e outras línguas: “*História Geral da África*, obra multidisciplinar [...] cujo objetivo maior é o de refletir toda a múltipla trajetória dos povos do continente, dando voz à sua memória, a seus valores e tradições.” (MOURÃO, 1995/96, p. 5).

Como consequência da participação de Mourão como um dos membros do Comitê da UNESCO, o pesquisador propôs a Anderson Fernandes Dias a tradução e publicação dos oito

volumes para o português pela Ática. A editora brasileira conseguiu editar quatro volumes dos oito pretendidos.

Por fim, como podemos notar, os núcleos com os quais Fernando Mourão se envolveu, isto é, a Casa dos Estudantes do Império, o MABLA, o Centro de Estudos Africanos da USP, a Editora Ática, com a Coleção de Autores Africanos, a UNESCO, na preparação da História Geral da África, demonstram a interligação dos percursos e batalhas fomentados pelo intelectual nos campos políticos, sociais, editoriais, e outros, no sentido de dar visibilidade a um continente até então pouco conhecido pela população brasileira e por boa parte do globo.

Com isso, diante da construção de espaços e de relações referências no que tange à intersecção entre Brasil e África, as memórias do Mestre Mourão não serão apagadas enquanto as sementes lançadas pelo pioneiro oferecerem novas ramificações, as quais ganharão cada vez mais fertilidade ao fomentarem-se pesquisas e ações efetivas no que diz respeito a uma maior aproximação entre as duas margens do Atlântico.

Referências Bibliográficas

EVERDOSA, Carlos. Mensagem: boletim da Casa dos Estudantes do Império. Lisboa: Casa dos Estudantes do Império, ano XV, n. 2, 1963.

GONÇALVES, Américo. Fernando Mourão e com se dá a conhecer África no Brasil. Jornal de Angola. Luanda, 14 a 21 ago. Suplemento Cultural Vida e Cultura, 1983, p. 5 e p. 8.

LARANJEIRA, José Pires. Introdução: uma casa de mensagens anti-imperiais. Mensagem: Boletim da Casa dos Estudantes do Império. 2.ed. Lisboa: Lousanense, 1996.

MASCARO, Alysson Leandro. Presença de Fernando Mourão no mundo jurídico. África: Revista do Centro de Estudos Africanos da USP, São Paulo, número especial, p. 261-267, 2012.

MOURÃO, Fernando. A sociedade angolana através da literatura. São Paulo: Ática, 1978.

_____. O Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo. s.d., p. 1-20.

_____. Múltiplas faces da identidade africana. África: Revista do Centro de Estudos africanos da USP, São Paulo, n. 18-19, p. 5-21, 1995/96.

_____. Memorial. São Paulo: USP, 1988.

_____. O contexto histórico-cultural da criação literária em Agostinho Neto: memórias dos anos cinquenta. África: Revista do Centro de Estudos Africanos da USP, São Paulo, n. 14-15, p. 55-68, 1991-1992.

SAID, Edward S. Representações do intelectual: as conferências Reith de 1993. Trad. Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTOS, José Francisco. Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA) – “Um Amplo Movimento” – Relação Brasil e Angola de 1960 a 1975. 2010. 197f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

VIEIRA, José Luandino. A Vida Verdadeira de Domingos Xavier. São Paulo: Ática, 1979 (Coleção de Autores Africanos, 1).

**“A AUTORA MAIS PROIBIDA DO BRASIL”: CASSANDRA RIOS E SUA
LESBIANIDADE RETRATADA NO JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA.**

Ingrid Mancilha Cesar*

Resumo: “A autora mais proibida do Brasil” é a frase que a escritora Cassandra Rios (1932-2002) escrevia na capa de alguns de seus livros, devido ao caráter de sua literatura representar o erotismo e a lesbianidade, o que conferia especialmente durante o regime militar (1964-1985) sua fama de imoral e transgressora dos costumes, da família e do governo vigente (NÓBREGA, 2015). Seus livros foram censurados, em especial perante o AI-5 e Rios e, além disso, foi presa, considerando o período militar. Assim, sua literatura de empoderamento e representatividade do universo LGBT fez parte de uma luta desse movimento e, nesse sentido, situa-se o jornal “O lampião da esquina” como um periódico que se popularizou durante os anos de 1978 a 1981 e ainda com seu curto período de circulação, deu voz a grupos minoritários, abordando as mulheres e o movimento feminista, o movimento negro e o movimento LGBT. Se tratando dessa temática, o Lampião da esquina foi responsável pela divulgação das obras de Cassandra em praticamente todas as edições, porém, em mais especificamente duas, dos anos de 1978 e 1980, se atentam a publicação de uma entrevista que Rios concedeu ao jornal. Nas duas entrevistas a autora fala sobre o andamento de seus processos de censura, bem como sua fama de escritora pornográfica. Tendo como fonte essas duas edições, será discutida a memória de Cassandra Rios perante a censura do regime militar, rompendo com padrões da literatura erótica brasileira e se afirmando como “a autora mais proibida do Brasil”.

Palavras-Chave: Imprensa–O lampião da esquina–Cassandra Rios–Literatura erótica–Lesbianidade.

Introdução

De acordo com a autora Nelly Novaes Coelho⁵⁶, devido à mudança dos conceitos da mulher, da criança e dos negros, no final do século XX crescem três áreas da literatura e da crítica que eram ignoradas: a literatura feminina, a literatura destinada às crianças e a literatura negra. Nesse sentido, como uma das inovações do século, tem-se a transformação do mundo feminino como sendo uma das mais decisivas, pois mexe nas relações em sociedade (COELHO, 1991, p. 91-92).

Nessa ordem de ideias, insere-se o chamado boom da Literatura Infantil a partir de meados dos anos 70; bem como a tímida produção literária ou crítica da "negritude" (e também a redescoberta da nossa "mitologia indígena"), que se tem manifestado, entre nós. E, principalmente, se compreende a força com que a Literatura Feminina se vem impondo à Crítica, como um fenômeno especial a exigir a atenção; mesmo a despeito das muitas vozes (inclusive de muitas escritoras...) que vêm nessa distinção (feminino versus masculino) mais uma discriminação. (COELHO, 1991, p. 92)

Diante disso, a crítica da produção literária feminina se atenta em saber o que é e como se constroem essas obras, se atentando também aos temas e estilos. Ademais, a produção literária das mulheres é mais expressiva que a dos homens, pois a mulher escreve sobre seu testemunho ou sobre a crise que sofre em relação a seus padrões de comportamento, assim, a questão da identidade é mais bem encontrada em obras femininas (COELHO, 1991, p. 92-93). Ademais, neste período, especialmente na década de 70, tem-se o conceito de uma "Nova Mulher", esta que tem seu pensamento crítico amadurecido, se posicionando não apenas em relação ao comportamento feminino de uma sociedade conservadora, cristã, patriarcal e burguesa, mas também em relação a regras de um contexto sociocultural em que surge sua literatura. (COELHO, 1991, p. 95)

A respeito desse amadurecimento da mulher, a presença de uma consciência feminina na literatura ocasiona a presença cada vez mais nítida de uma nova consciência feminina que tende cada vez mais se atentar ao "outro", tendo participação deste mundo em crise. Além disso, a mulher deixa de ser submissa para se tornar transgressora, buscando uma auto identidade (COELHO, 1991, p. 95-96):

De uma literatura lírica/sentimental (gerada pela contemplação emotiva), cujo referencial de valores se pautava pelos padrões que a sociedade cristã/patriarcal defendia como únicos e absolutos (castidade, submissão à autoridade do homem, discrição, ingenuidade, paciência, etc.) a mulher chegou a uma literatura

⁵⁶ Graduada em letras neolatinas, professora titular da USP e possui doutorado pela Universidade de Lisboa.

épica/existencial (gerada pela ação ética/passional), que expressa claramente o rompimento da polaridade maniqueísta, inerente à imagem-padrão da mulher, anjo/demônio, esposa/cortesã, "ânfora do prazer", "porta do inferno", etc. Em lugar de optar por um desses comportamentos antagônicos, a "nova" mulher assume ambos e revela a ambiguidade inerente ao ser humano. (COELHO, 1991, p. 96)

Nesse sentido, têm-se dois temas preferidos dessas autoras, que às vezes se misturam:

(...) Erotismo e Inquietude Metafísica. Optando abertamente pela "linguagem do corpo" e pelo "direito ao prazer do corpo" (ambos proibidos pelas normas tradicionais do viver...), a literatura erótica feminina coloca com agudez o problema da mulher de hoje, pressionada entre dois mundos: o tradicional/opressor e o moderno/liberador. Como disse Márcia Denser em *O Animal dos Motéis*: "As mulheres da minha geração perambulam pelo castelo em ruínas do casamento. E se possuem a chave da liberdade conferida pela pílula, nada podem fazer com ela. Deram-nos a chave, mas esqueceram de construir a porta" (...)." (COELHO, 1991, p. 100)

Sobre isso, é possível afirmar a difícil libertação que a mulher sofre no século XX, vista como ser que contrapõe a estrutura tradicional da sociedade e ainda que o sexo tenha derrubado barreiras e se afirmado como um mito contemporâneo, a mudança de valores dessa mudança não foi resolvida e o erotismo é uma maneira de romper com essa situação. (COELHO, 1991, p. 100)

Nesse sentido, o conceito de literatura erótica feminina ainda que tenha demorado em ganhar espaço no cenário literário brasileiro, envolve, desde a década de 20, mas em relação à poesia, a autora Gilka Machado, segundo Soares, pioneira contra a dominação masculina na criação literária (SOARES, 2000) e que retrata a dualidade da libertação da mulher perante uma sociedade patriarcal e envolta por valores machistas. Nesse sentido, pode-se afirmar que a autora, assim como outras autoras femininas que retratam o erotismo, é capaz de contribuir para o empoderamento da mulher, expondo a sexualidade feminina, considerada um tabu até os dias atuais.

Visto que a inclusão das mulheres na literatura erótica é traçada sempre por uma presença transgressora e desconstrutora (BORGES, 2010, p. 1), pode-se definir como foco desse trabalho a autora Cassandra Rios, precursora de literatura homoerótica dos anos 1940 até 2000 que com sua produção, que ultrapassou 300 mil exemplares⁵⁷, causou um escândalo na sociedade brasileira, não apenas em relação à sua temática, como também se referindo a sua própria personalidade (BORGES, 2010, p. 1).

⁵⁷ CASTRO, Maria da Glória. *O interdito no ideal de nação: a lesbiana existe para a literatura brasileira?* Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, 2008, p. 57.

Desenvolvimento

Conhecida como uma autora vulgar e pornográfica (CASTRO, 2008, p. 57), Cassandra Rios, pseudônimo de Odete Rios⁵⁸ foi uma autora que nasceu e viveu, durante os anos de 1932 á 2002, no bairro de Perdizes, em São Paulo. Rios escreveu seu primeiro livro, *A volúpia do pecado* em 1948 com apenas 16 anos. Sendo uma garota de classe média, seu livro foi financiado pelos pais e estes prometeram não lê-lo, assim, após a sua publicação, tornou-se conhecida como escritora pornográfica, perante a sociedade, o governo militar e o círculo literário brasileiro.

Cassandra rios foi uma escritora de romances cujos enredos eróticos, suscitaram e ainda suscitam reações variadas. Para estudiosos de sua obra, é a papisa dos contos eróticos brasileiros. Para os defensores da família, da moral e dos bons costumes, uma corruptora. Para seus leitores contemporâneos, a possibilidade de perscrutar cantos obscuros e proibidos da sexualidade. Para leitores atuais uma enfrentadora corajosa de tabus conservadores. (...) (GOMES, 2012, p. 15)

A respeito da polêmica de Rios, pode-se apresentar, primeiramente, devido à temática de suas obras abordarem a o sexo, especialmente entre duas mulheres, atribuindo a ela uma escritora de literatura homoerótica. Além disso, sua polêmica se dava também por ela mesma se considerar lésbica e mesmo diante de julgamentos e outros empecilhos, não parar de produzir. Além disso:

Cassandra é uma mulher marcada pelo sexo, através de sua escrita erótica numa sociedade balizada pelo patriarcalismo machista e conservadorismo religioso. Sendo ela lésbica, conhecia de perto os dilemas sentidos pelas pessoas que de alguma forma transgrediam as normas de gênero e viviam posições contraditórias no seu dia-a-dia. (GOMES, 2012,p. 17)

Diante disso, o termo a autora mais proibida do Brasil, reflete a sua posição perante a censura do regime militar (1964-1985), período em que ela mais publicou e por outro lado, durante a década de 70, segundo acervo O globo, dos seus 36 livros, 33 foram censurados. Além de trabalhar com o romance entre mulheres, segundo Jorilene Barros da Silva Gomes⁵⁹, seus temas abordavam questões referentes à sexualidade e enfatizavam a criação de personagens homossexuais com finais, geralmente trágicos, pois ela falava de relacionamentos homossexuais da década de 40 á 80 (GOMES, 2012, p. 17). Nesse sentido, a

⁵⁸ A autora, a fim de continuar publicando novos livros, ou mantendo os que já havia publicado, em circulação, adotou novos pseudônimos para conseguir burlar a censura, dentre esses, têm se como exemplo, Clarence Rivers e Oliver Rivers (NÓBREGA, 2012)

⁵⁹ Possui graduação e mestrado pela Universidade Federal da Paraíba e atualmente é doutoranda pela mesma instituição.

autora abordava em suas obras, temas até então não abordados por escritoras brasileiras, como, além das relações sexuais entre mulheres ou entre dois homens, transgêneros, tabus sociais e sexuais, prostituição, o divórcio, adultério, relacionamentos abusivos e a violência. Além disso, Rios deu voz à figura feminina, se manifestando contra o patriarcado (CASTRO, 2008, p. 58).

Como consequência de suas temáticas, Rios foi excluída do cenário literário brasileiro, por ser vista como uma escritora pornográfica, e assim, considerada imoral não apenas para o regime militar, mas transgressora da moral, dos costumes e dos valores familiares (NÓBREGA, 2015).

Enquanto não restringiu suas escritas a um público específico gay e lésbico, Cassandra definitivamente prestou mais atenção a gays, prostitutas, travestis e particularmente às lésbicas. Transgressores de gênero ocuparam um papel central e foram feitas considerações especiais em suas escritas. Em seu trabalho, Cassandra deu voz e visibilidade à existência de uma comunidade underground de resistência. Escrevendo de uma posição específica, como uma lésbica brasileira que, como seus personagens, tinham de negociar opressão, identidade, classe e sexualidade diariamente⁴. (CASTRO, 2008, p. 58)

Nossa autora descrevia sem pudores o prazer e a excitação feminina num tempo em que o sexo para as mulheres devia servir única e exclusivamente para reprodução, pautadas no amor cristão e no amor pós-casamento. Mas para Cassandra, seus textos não falam sobre sexualidade, mas sobre amor, o amor possível entre duas pessoas que se atraem e vivenciam. (GOMES, 2012, p. 31)

Para Rick Santos (2008, p. 29 apud CASTRO, p. 58- 59) o discurso de Rios, além de transgressor e questionador, é também uma forma de resistência, pois ela, além de dialogar com conceitos sobre identidade sexual, questiona os valores estabelecidos, conseguindo se atrever não apenas sobre indivíduos isolados, mas sobre comunidades inteiras de transgressores de gênero e assim, deu voz às mulheres e ao universo LGBT, denunciando o processo de violência e marginalização.

Tomando como referência que a década de 1970 foi marcada por novos movimentos sociais, incluindo a luta pela redemocratização no Brasil, surgem as primeiras discussões de gênero (SCHULTZ; DE BARROS, 2017, p. 51) e assim, como outra forma de dar voz tanto ao movimento LGBT quanto ao movimento negro e movimento feminista, pode-se situar o jornal *Lampião da esquina* como um periódico que se popularizou durante os anos de 1978 a 1981 e ainda com seu curto período de circulação, deu voz a grupos minoritários, viabilizando inclusive as mulheres, representando-as em várias faces: a mulher negra, as

lésbica, a heterossexual e a feminista (MOSQUEIRA, 2017, p. 7). Sua redação chefe se dividia entre Rio de Janeiro e São Paulo e era dividido em oito seções: Opinião, Ensaio, Esquina, Reportagem, Literatura, Tendência, Cartas na Mesa e Bixórdia. (MOSQUEIRA, 2017, p. 2)

O Lampião da esquina foi um dos primeiros jornais destinados á homossexuais em um período conturbado em relação à liberdade de expressão, devido a regime militar vigente no Brasil. Foi influenciado pelo movimento de contracultura norte-americana e o New Journalism, que recorre à abordagem de questões sociais e culturais como um novo olhar. Dessa forma, surgem também novos conteúdos, novo formato e nova estética, que diferem do jornalismo tradicional (LEONARDO, p. 49) Nesse sentido, o Lampião surgiu também para “desmistificar estereótipos e preconceitos” (SCHULTZ; DE BARROS, 2017, p. 50).

No contexto dos anos 70, a imprensa homossexual surge da necessidade de garantir visibilidade ao movimento e também de criar uma força coletiva contra o sistema. É neste contexto, com o desenvolvimento econômico-industrial do país, a urbanização e a forte influência cultural estrangeira, que se ganha espaço para a discussão da homossexualidade. Proliferam os veículos impressos direcionados exclusivamente para esse público, no entanto, muitos deles baseados em conteúdos pornográficos (SCHULTZ; DE BARROS, 2017, p. 50).

Nesse sentido, o Lampião da esquina foi responsável pela divulgação das obras de Cassandra Rios em praticamente todas as edições, porém, em mais especificamente duas edições, de 1978 e 1980, o jornal publica duas entrevistas com Cassandra Rios, de modo que o intuito desse trabalho é analisar como sua memória está presente no jornal.

Assim, na edição de 1978, na primeira página, há quatro imagens de Cassandra durante uma entrevista e o título Cassandra Rios ainda resiste, com 36 livros proibidos, ela só pensa em escrever. Assim, é possível notar o enfoque dado a ela notar que o Lampião, com esse “ainda resiste”, por um viés com um título chamativo e tocante. A entrevista vai da página 8 ate a página 10, em que foi entrevistada pelo grupo Mirian Paglia Costa, Maria Adelaide Amaral, Darcy Penteado, Marisa Correia João Silvério, Trevisan e Glauco Mattoso é iniciada com a descrição detalhada do apartamento de Cassandra, o que demonstra um tom de intimidade.

Tem-se a impressão de estar em lugar algum e em todos os lugares- pode ser São Paulo, uma vilinha no interior da Espanha ou até mesmo a Disneylândia. As paredes, totalmente revestidas de cortiça, estão cobertas por retratos antigos, penduricalhos e pinturas da própria Cassandra: sobre os móveis, mimosos objetos descobertos e feitos por feito – inclusive três minúsculas esculturas em barro, de suas cachorrinhas: em casa canto um abajur sustentado por um anjo, iluminando os sofás antigos. Não adianta querer comparar, tudo aquilo é Cassandra. Ela não é uma mulher comum: sofisticada, cafona, vidente, moralista- um emaranhado que não

cabe em esquemas acadêmicos, porque ela os estoura (O Lampião da esquina, 1978, p. 8)

Após essa descrição, a primeira pergunta que os repórteres fazem é sobre o número de livros censurados e assim, ela tenta se esquivar do assunto, e fala de experiências ditas como paranormais em sua vida, como ter visto um disco voador, o que mostra que ela, de início, não desejava falar da censura dos livros. Então, ela acaba tocando no assunto dos livros e explica porque sua mãe nunca havia lido:

“Posso fazer uma sugestão? Vamos fazer urna coisa nova, autêntica, real, porque desde que eu me conheço por Cassandra Rios as perguntas são as mesmas, a tiragens dos livros.” (O Lampião da esquina, 1978, p. 8)

Em seguida, ao se tratar da publicação de seu primeiro livro, *A volúpia do pecado*, Cassandra Rios afirma que não deixou sua mãe lê-lo, mesmo depois de publicado, explicando que:

“Preste atenção: o homem liberta-se mais fácil de condicionamentos e pudores que lhes foram inculcados, A mulher é radical. ela cria raízes. Até o fato de ela chegar perto da mãe com uma roupa transparente. é uma coisa, já um livro erótico, é bem diferente.” (O Lampião da esquina , 1978, p. 8)

Além disso, ela define seus livros como moralistas, afirmando que sua atenção é dada aos problemas íntimos das pessoas, e é aí que se encontra seu moralismo e que isso não é notado devido ao caráter de pornográfica atribuído tanto a ela quanto às próprias obras. (O Lampião da esquina, 1978, p. 9)

Se tratando de um periódico que se atende a causas da população LGBT brasileira, foi questionado sobre ela acreditar em um homossexual que além de ter se assumido, teria atingido níveis de felicidade, explicado pelo final trágico a que seus personagens são submetidos ao longo e ao final das obras, o que mostra o interesse que o jornal demonstra a cerca das peculiaridades de sua escrita.

Acredito. Eu criei um personagem assim. E o livro foi proibido depois de estar na vigésima-segunda edição, em 1954. Eu nunca mais editei o livro. Foi proibido, ele me levou à justiça várias vezes: começou na segunda Vara, foi parar na nona. Me acusaram de atentado à moral e aos bons costumes. Isso em 1954. No livro, a homossexual é simplesmente aquilo que ela quer ser; ela enfrenta seus problemas que todo mundo os tem, mas no final é feliz. Termina bem, porque termina como ela queria. Então discutiram comigo: “não é possível escrever um negócio desses”. Cheguei até a ser multada. (...) Já disseram que eu deveria mudar o título e publicar, mas não faço isso. Seria a mesma coisa que pegar um machão dentro de casa e vesti-lo como um travesti: iria ficar todo desengonçado, não é? (O Lampião da esquina, 1978, p. 9)

Ademais, é questionado sobre a homossexualidade na escola e o comportamento de um professor perante a revelação de um aluno ser homossexual e diante disso, Cassandra Rios se mostra pessimista, pois responde que o sistema não permitiria que o professor esclarecesse o assunto, pois provavelmente diria que a homossexualidade é algo anormal.

Por fim, é perguntado se ela faria sua autobiografia, abordando tudo o que ela prefere não atribuir aos personagens.

Perfeitamente, Faria um mergulho em profundidade. e publicaria em vida, se o Brasil tivesse condições para isso. Mas ele precisaria ser meu, o Brasil precisaria ser todinho meu, entende? A censura engavetou muito do que eu tinha feito, mas não me destruiu, me fez mal, mas não parei de escrever. (O Lampião da esquina, 1978, p. 10)

Por outro lado, na manchete da edição de 1980, tem-se o título: Segunda entrevista, do ano. De três entrevistas para derrubar, Cassandra Rios: “Pornográfica? Leiam a bíblia!”.

Como apresentação da entrevista nesta edição, tem-se:

Com cerca de 40 livros censurados e outros publicados e vendidos aos montes em livrarias, bancas de revistas ou em qualquer esquina do ramo. Cassandra é uma das poucas escritoras nacionais que vive exclusivamente de seus direitos autorais. Com uma capacidade de escrever qualquer coisa, não se cansa de acompanhar sua máquina de escrever, trançada dias a fio no seu apartamento em São Paulo. (O Lampião da esquina, 1980, p. 16)

Nessa entrevista, que vai da página 16 até a página 18, a autora fala do lançamento do filme Ariela, inspirado em seu livro A paranoica, escrito em 1953. O bate-papo durou duas horas e meia com os próprios entrevistadores do Lampião e Nicole Puzzi, uma das atrizes do longa. Foram feitas muitas questões pessoais, como em relação às crenças pessoais da autora, perguntas sobre a família, sobre os livros censurados e inclusive sobre seu moralismo. Primeiramente é perguntado se a censura mudou em relação à entrevista anterior e ela responde:

“Bem, em relação à primeira liberação dos livros, obviamente, que a coisa mudou. Se anteriormente meus livros estavam sendo apreendidos de uma maneira criminosa, arbitrária até, hoje, com essa liberação, a gente pode respirar um pouco mais.” (O Lampião da esquina, 1980, p. 16)

Com essa resposta acima, é possível acreditar que, durante os anos em que João Figueiredo assumiu o cargo presidencial, a censura de seus livros foi afrouxada, de modo que alguns foram liberados à circular. Em seguida, é falado sobre seu caráter pornográfico,

definido por seus “leitores” e Rios debate de maneira polêmica, mexendo ainda mais com os valores da sociedade da década de 80:

“Não sou pornográfica, se nós destacarmos da Bíblia trechos de Salomão nós vamos deparar com páginas onde se tirarmos os títulos, versículos e deixarmos com uma obra, sem autor, tais trechos serão pornográficos.” (O Lampião da esquina, 1980, p. 17)

Em seguida, assim como na entrevista da edição de 1978, é possível deduzir o questionamento do jornal, mais uma vez, perante os processos dos livros, o que pode resultar na preocupação perante a fama da autora, que também dava voz a grupos minoritários, se esvair com a censura.

“Os processos sempre vieram me pegar de surpresa e depois com o transcorrer dos tempos, da minha arte, eu fui fazendo uma ligação em que talvez houvesse uma política nisto. Mas então por ouvir dizer. Eu estou contra a imoralidade, mas porque eu sou moralista, isso é estranho. Agora, para ser moralista será que os tenho que escrever sobre os livros de Santo? Leia meus livros e faça uma análise. Agora, para ser moralista será que eu tenho que escrever sobre os livros de Santos? O moralismo na minha obra esta voltado para o sexo e para o erotismo e na minha moral, eu não entendo o sexo sem amor. Quanto ao comportamento das pessoas, eu me restrinjo ao fato de que nos temos que nos comportar conforme uma sociedade que nos ensinou, para que não sejamos atentatórios a moralidade publica.” (O Lampião da esquina, 1980, p. 18)

Além disso, é questionado sobre sua fama como uma "papisa do homossexualismo" e de como isso reflete na questão da vida pessoal amorosa de Rios, se essa fama provoca um assédio perante as mulheres, e sobre isso, a autora responde, timidamente, que se considera abstrata, irreal, retida e inexistente assim como seus personagens dos livros, e afirma que assim como os censores, que confundem seus escritos ficcionais com pessoais, os fãs de suas obras também o fazem, de modo que enviam cartas não á ela, mas aos seus próprios personagens.

Além disso, é respondido sobre o seu filme Ariela, a quem tanto que os entrevistadores quanto a própria Cassandra, demonstram grande empolgação. De outra forma, outras questões foram feitas a autora, inclusive mais pessoais, sobre o machismo e a bissexualidade. Sobre essas questões, a autora afirmou que não culpa os homens pelo machismo, pois afirma que a mulher se objeta, a própria mulher se mostra submissa ao homem e este, aproveita, pois já é acostumado com isso, mas ainda assim, acredita que as mulheres estão avançando e inclusive “fazendo guerra”, se libertando deste “comodismo” e desta submissão extrema em relação aos homens.

Por fim, quanto à questão da bissexualidade, é possível afirmar que o Lampião dá preferencia, em relação a essas duas entrevistas, a questões polêmicas, tanto sobre a autora quanto ao próprio posicionamento desta. Sobre isso, a autora se mostra em partes,

preconceituosa, mostrando seu moralismo em questão, pois afirma que existe essa orientação sexual, porém é uma questão de insegurança, de que qualquer um serve e é algo que não possui uma perfeita definição.

Considerações Finais

Em relação às entrevistas, é possível notar que o *Lampião*, primeiramente, com seu objetivo de trazer discussões sobre sexualidade, questões de gênero e temas polêmicos (SCHULTZ; DE BARROS, 2017, p. 50), ao abordar Cassandra Rios, o jornal, utilizando o título da edição de 1978, Cassandra Rios ainda resiste, com 36 livros proibidos, ela só pensa em escrever. O jornal se interessa em mostrar que além da censura, Cassandra Rios utiliza como forma de resistência, as novas publicações, de novas obras, e o jornal, assim, a defende. Já com a edição de 1980, o título Cassandra Rios: “Pornográfica”? Leiam a bíblia é colocado para chamar a atenção do leitor, tanto se for um apreciador da obra, quanto os que demonizaram a autora. Ademais, justificando o título, a entrevista possui como enfoque o sucesso de Cassandra, que mesmo que com as proibições, censura e os processos, continuou fazendo sucesso, o que é mostrando com a divulgação do primeiro longa-metragem baseado em suas obras, no caso, baseado na obra *A paranoica*.

Sendo assim, considerando o jornal como fonte para análise dos comportamentos sociais e culturais perante as décadas de 70 e 80 no Brasil, este trabalho contribui para discussões que envolvem não só a autora Cassandra Rios e suas obras, mas como sua memória pode ser discutida a partir de um jornal.

Referências Bibliográficas

- Acervo Estadão. **Morre em SP a escritora Cassandra Rios**, 2002 . Disponível em: < <http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,morre-em-sp-a-escritora-cassandra-rios,20020308p2278> > Acesso em: 07/08/2017.
- Acervo Globo. **Nos anos 70 ninguém foi mais censurado no Brasil do que Cassandra Rios**, 2013. Disponível em: < <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/nos-anos-70-ninguem-foi-mais-censurado-no-brasil-do-que-cassandra-rios-10425009> >. Acesso em 4 de novembro de 2017.
- BORGES, Luciana. **Literatura erótica de autoria feminina: questões de sexualidade e gênero**, 2010, p. 20-34. Disponível em: < <http://www.congressohistoriajatai.org/2010/anais2010/doc> > . Acesso em: 06/11/2017.
- CASTRO, Maria da Glória. **O interdito no ideal de nação: a lesbiana existe para a literatura brasileira?** Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, 2008.
- GOMES, Jorilene Barros da Silva. **Nem santa nem puta: Moral (1940–1970) e censura na obra de Cassandra Rios**. Trabalho de conclusão do curso de licenciatura em história. Guarabira: UFPB, 2012.

MOSQUEIRA, Débora de Souza Bueno. **"Então chegamos": representações do feminino nas páginas d'O Lampião da Esquina (1978-1981)**. Albuquerque: revista de história, 2017, p. 1-13.

NÓBREGA, Isabela Silva. **História e literatura: uma análise historiográfica sobre sexualidade, censura e imortalidade na obra de Cassandra Rios (1968-1977)**. Trabalho de conclusão do curso de licenciatura em história. Guarabira: UFPB, 2012.

_____. **A moralidade e censura: prazeres desviantes e sexualidade na obra de Cassandra Rios (1968-1977)**. Tese de Mestrado em História Cultural. João Pessoa: UFPB, 2015.

PIOVEZAN, Adriana. **Amor romântico x deleite dos sentidos: Cassandra Rios e a identidade homoerótica feminina na literatura (1948-1972)**. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal do Paraná, 2005.

RIOS, Cassandra. Cassandra Rios ainda resiste, com 36 livros proibidos, ela só pensa em escrever: depoimento [5 de outubro, 1978]. São Paulo: O Lampião da esquina. Disponível em: <<http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2015/11/09-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-05-OUTUBRO-1978.pdf>>. Acesso em: 06/11/2017.

_____. Cassandra Rios: “Pornográfica? Leiam a bíblia!": depoimento [29 de outubro, 1980]. São Paulo: O Lampião da esquina. Disponível em: <<http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2015/11/33-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-29-OUTUBRO-1980.pdf>> . Acesso em: 06/11/2017.

SANTOS, Rick. **Cassandra Rios e a literatura gay e lésbica surgida no Brasil**. Niterói, v. 4, 2003, p. 17-31.

SOARES, Angélica. **O erotismo poético de Gilka Machado: um marco na liberação da mulher**. Revista NIELM. Disponível em: < www.openlink.br/inter.net/nielm/revista.htm>. Acesso em: 01/12/2017.

SCHULTZ, Leonardo; DE BARROS, Patrícia Marcondes. **O lampião da esquina: discussões de gênero e sexualidade no Brasil no final da década de 1970**. Revista de Estudos da Comunicação, v. 15, n. 36, 2017.

UM SEPULTAMENTO ACATÓLICO: LUTAS E RESISTÊNCIAS À SECULARIZAÇÃO PELA AÇÃO DO MISSIONÁRIO GEORGE WILLIAM BUTLER EM SÃO LUÍS-MA (1888)

Rogério de Carvalho Veras*

Introdução:

Esta comunicação é parte da pesquisa que desenvolvo sobre a biografia do médico e missionário protestante George William Butler (1853-1919), um norte-americano que viveu a maior parte de sua vida no Nordeste do Brasil (1883-1919), nos estados do Maranhão (1885-1892) e Pernambuco (1893-1919). Destaco aqui um episódio protagonizado por este missionário, em São Luís-MA, no ano de 1888: um sepultamento protestante em cemitério administrado pela Igreja Católica.

Meu propósito é analisar como George Butler movimentou-se dentro de um espaço de liberdade propiciado pelas dissonâncias e ambiguidades do sistema normativo, e entre este e o campo prático, percebendo o papel deste indivíduo no processo de secularização daquela sociedade. Para tal, procedo a um exercício de interpretação deste enterramento, destacando seus sentidos e desdobramentos no contexto social específico, com base nas propostas da Micro-História e buscando correlações com noções e *insights* da Antropologia Política

Inicialmente, porém, é necessário conhecer algo da trajetória e das relações sociais de George Butler na capital maranhense, a fim de compreendermos melhor o contexto em que se dá este sepultamento.

Controvérsias e relações sociais

A chegada de George Butler a São Luís, em maio de 1885, representou a introdução definitiva do protestantismo proselitista no Maranhão. Antes dele, dois outros missionários de sua igreja, a *Presbyterian Church in the United States* (PCUS)⁶⁰, estiveram por curto tempo ali e projetaram sobre as elites de São Luís suas expectativas de apoio e o objetivo de convertê-las. À época, Butler era um jovem médico com cerca de trinta anos de idade e um missionário enviado por sua igreja, mas leigo quanto a formação teológica.

* Doutorando de História na Universidade Estadual Paulista (UNESP/Assis-SP), bolsista CAPES, membro do MEMENTO: Grupo de Pesquisa de Memórias, Trajetórias, Biografias. E-mail: rogerioveras14@gmail.com

⁶⁰ Uma Igreja Presbiteriana estadunidense conhecida entre os historiadores do protestantismo brasileiro como a “Igreja do Sul”.

Ao tempo da chegada do jovem missionário, em meio à crise final do Império, configurava-se no Maranhão uma luta renhida entre facções de diferentes matizes políticas, econômicas, ideológicas pela reorganização do aparelho Estatal. Ante tantos conflitos, a presença do missionário protestante iniciou mais um, o conflito religioso, tendo como seu oponente o catolicismo ultramontano⁶¹.

A principal expressão pública desse embate ocorreu com a publicação de uma série de artigos no jornal clerical *Civilização* de autoria do Pe. Arthur Cesar da Rocha durante o ano de 1887, talvez em represália à construção e inauguração do primeiro templo protestante na cidade, ocorridas naquele ano sob a iniciativa de George Butler. O padre publicou uma série intitulada *É o protestantismo verdadeira religião fundada por nosso Senhor Jesus Christo?* A sua tese era de que o protestantismo não tem os sinais do verdadeiro cristianismo: a autoridade de ensino, a visibilidade, a perpetuidade, a unidade, a santidade, a catolicidade e a apostolocidade⁶². Em suma, não é uma religião cristã verdadeira.

Os anos de George Butler no Maranhão foram também os anos do bispado de D. Antônio Candido de Alvarenga (1878-1898), período de recrudescimento ultramontano no Maranhão. As ações de Butler significaram uma afronta às lideranças católicas locais, a começar pelo fato de que pessoas de projeção gravitavam em seu entorno, como o Sr. Jerônimo Tavares, cônsul de Portugal, o cônsul inglês Sr. Henry Airlie e o líder dos republicanos no estado, Dr. Paula Belfort Duarte.

Estes eram membros representativos das forças econômicas e políticas da província. Henry Airlie, por exemplo, foi membro ativo da Associação Comercial durante vários anos, assumindo cargos na diretoria, entre 1882-1888. Políticos como o tenente coronel João Luiz Tavares e o jornalista e ex-deputado Paula Belfort Duarte tinham suas esposas e filhos convertidos na igreja presbiteriana, por George Butler. Ambos representavam, respectivamente, as dissidências dos partidos conservador e liberal, passando a fazer

⁶¹ Refere-se à “nova” face do Catolicismo principalmente com o pontificado de Pio IX (1846-1878). Segundo o historiador Ítalo Santirocchi “o ultramontanismo, no século XIX, se caracterizou por uma série de atitudes da Igreja Católica, num movimento de reação a algumas correntes teológicas e eclesiais, ao regalismo dos estados católicos, às novas tendências políticas desenvolvidas após a Revolução Francesa e à secularização da sociedade moderna”. Essa reação conduziu a uma eclesiologia mais centrada na figura do Sumo Pontífice e na sua autoridade como a fonte do ensino da Igreja, o que, na prática, gerou uma “intervenção mais sentida das congregações romanas na vida de cada diocese e a uma maior uniformização da disciplina eclesiástica”. Porém, para o historiador, esse movimento centralizador e uniformizador não foi uma via de mão única (um dos pontos críticos ao conceito de *romanização*), “pois a própria piedade religiosa reforçou essa tendência de modo espontâneo, buscando, mais intensamente, desenvolver na comunidade católica o sentimento de pertencimento à Igreja Universal.” (SANTIROCCHI, 2010, p.24 e 25)

⁶² *Civilização*, 26 de março de 1887, p.3

propaganda republicana com a criação de alguns clubes e, mais tarde, compuseram a Junta do Governo Provisório Republicano (REIS, 2007, p.73).

O enterro

No início de 1888, após quase um ano de embates pelos jornais, o missionário toma uma atitude que, a julgar pelas reações, foi bastante incômoda ao clero: realiza ritos protestantes de sepultamento em cemitério católico. Este acontecimento encontra-se em dois documentos da Arquidiocese do Maranhão⁶³. Começamos pela narrativa do capelão da Santa Casa, a testemunha ocular dos ritos de sepultamento, relatando o acontecimento ao Bispo Antonio Candido de Alvarenga:

Cópia: Capellania da Santa Casa da Misericórdia do Maranhão 26 de março de 1888. Ex.^{mo}. Rev.^{mo}. Senr. julgo de meu dever levar ao conhecimento de V. Ex.^a. Rev.^{ma}. a tristíssima ocorrência que se deu no Cemiterio da Santa Casa da Misericórdia no dia 24 do corrente mez, de haver o Senr. Jorge Butler, que se diz ministro protestante, acompanhado o cadaver de uma mulher, que se julga ser protestante, e com **grande ostentação** fez os ritos de sua seita, apesar das minhas advertências, em presença de vários dos seus sequazes. Devo ainda ponderar a V. Ex.^a. Rev.^{ma}, que **é este o segundo facto que se dá**; parecendo que há proposito da parte do dito Senr. Butler provocar qualquer conflito ou ao menos desmoralizar-me no exercício do cargo de capellão da Santa Casa da Misericórdia. (**grifo nosso**)

Este relato é anexado a um requerimento de 26 de março de 1888 do Bispo Antonio ao Presidente da Província, Desembargador José Bento de Araújo, para que este tomasse providências contra o Sr. George Butler.

participando-me que já por duas vezes se tem apresentado no cemiterio sob a administração da mesma Santa Casa um Senhor George Butler, que **se diz Ministro de uma seita protestante**, para nesta qualidade funcionar nos enterramentos de pessoas que também se diz pertencerem a essa seita, a fim de que V. Ex.^a, como provedor da Santa Casa da Misericórdia, se digne providenciar como julgar conveniente, em ordem a **fazer cessar este abuso**, que constitue uma affronta aos sentimentos religiosos da população desta cidade, visto que o cemiterio à Cargo da Santa Casa é um cemiterio Catholico, e como tal **não podem ser nelle sepultados cadaveres de pessoas que tiverem pertencido a seitas hereticas**. (**grifo nosso**)

Como interpretar este acontecimento? Inicialmente é importante lembrar que se desenrolava à época uma luta encampada por políticos liberais, intelectuais anticlericais, positivistas e maçons pela secularização dos cemitérios, a fim de torná-los públicos, objetivando também desembaraçar a política imigratória dos entraves burocráticos que a

⁶³ Bispo Diocesano/Presidente da Província -1878-1901 – Arquivo Público do Estado do Maranhão

vinculação entre Igreja e o Estado Imperial impunha aos imigrantes, muitos destes protestantes; e havia uma legislação que permitia a pessoas *acatólicas* enterrar seus mortos, mesmo em cemitérios ainda sob controle da Igreja Católica.

A primeira lei foi o decreto de 17 de abril de 1863, constituindo “durante muito tempo o estatuto dos não católicos brasileiros, estabelecia que seus nascimentos e sepultamentos seriam registrados nos cartórios de paz e que os cemitérios públicos comportariam um ‘lugar separado’ para suas sepulturas”. (LEONARD, 1981, p. 54). Em abril de 1870, o governo imperial baixou uma resolução determinando que os bispos providenciassem as “solenidades da Igreja” necessárias “para que nos cemitérios existentes, houvesse espaço para sepultar aqueles a quem ela não concedesse sepultura em sagrado e que, nos cemitérios doravante construídos, fosse reservado espaço para o sepultamento dos *não católicos*” (RODRIGUES, 2008, p.31).

Todavia a existência das normas não significou a sua implementação. Para a historiadora Cláudia Rodrigues, talvez, contribui para isso o fato destas normas não modificarem a jurisdição da igreja católica sobre os cemitérios:

Acredito que justamente pelo fato de esta medida legal não ter interferido na jurisdição eclesiástica sobre as necrópoles, a sua implementação em várias localidades apresentaria dificuldades e até mesmo inviabilização. Isto porque a Igreja via com dificuldades a separação de espaços nos cemitérios públicos para o fim destinado pelo governo sob o argumento de que todo o recinto era bento. (RODRIGUES, 2008, p. 31, 32)

Observando o conflito entre a existência da norma e os obstáculos da prática, e um acontecimento que expunha essas contradições, pareceu-me adequado pensar este evento como passível do tipo de abordagem que a Antropologia Política de Max Gluckman denominou como *análise situacional*, isto é, “a partir das situações sociais e de suas inter-relações numa sociedade particular, podem-se abstrair a estrutura social, as relações sociais, as instituições, etc. daquela sociedade” (1987, p. 228). Esta abordagem procura “observar e descrever eventos – momentos públicos nos quais as tensões entre grupos de origem étnica diversa se expressam” (MONTERO et. al. 2012, p.12). O que significa considerar os comportamentos dos atores como inserido num repertório padronizado capaz de exprimir os conflitos e tensões advindas das mudanças sistêmicas. Segundo Paula Montero et. al.: “O uso desses repertórios depende do tipo de inserção do personagem nas relações sociológicas e da potencialidade do padrão para expressar conflitos e interesses relativos àquela posição” (MONTERO et. al. 2012, p.12)

Não era uma novidade que enterramentos de *acatólicos* fossem momentos de enfrentamento político. Assim ocorreu no caso do sepultamento do General Abreu e Lima, falecido em Pernambuco em março de 1869, suscitando um debate que se manteve aceso por longo tempo e foi um dos motivos da chamada Questão Religiosa (VIEIRA, 1980, p 268-271). Este sepultamento foi proibido pelo Bispo local de ocorrer em cemitério católico, sob argumento do general não ter se arrependido de suas críticas à Igreja e de ter sido defensor da propaganda protestante no Brasil.

Dessa forma, um rito de sepultamento *acatólico*, no nosso caso, de um protestante em campo santo católico, era um comportamento padronizado que ressaltava um conflito resultante da pluralização religiosa da sociedade e visibilizava uma reivindicação de reconhecimento de um grupo religioso, de maneira que este rito pode ser entendido como um enfrentamento típico capaz de chamar à atenção pública para os conflitos e tensões gerados pelas mudanças sociais.

Não por acaso, o impacto simbólico dos sepultamentos realizados por George Butler desencadeou ações do capelão e do Bispo para pressionar o Presidente da Província a fim de “fazer cessar este abuso”. Porém, tanto o missionário protestante quanto o Presidente da Província sabiam que as leis do Império já não permitiam uma interpretação tão favorável aos administradores católicos da Santa Casa. Ainda assim, parece que George Butler estava ciente dos riscos que continham essa jogada, por isso procurou minimizá-los.

No dia seguinte ao envio do requerimento do Bispo ao Presidente da Província, houve uma reunião da mesa diretora da Santa Casa da Misericórdia dirigida pelo próprio presidente José Bento de Araújo, onde o assunto foi discutido⁶⁴. Depois de um breve relato do ocorrido, basicamente como o conhecemos, surge uma informação que, a julgar pela (in)conclusão do debate, certamente surpreendeu a todos daquela reunião. Transcrevo esse trecho da ata:

O Exm^o Snr. Provedor [o presidente da província], depois de haver comunicado a Meza que o Ministro protestante o **procurara para explicar o seu procedimento em relação aquelle facto e reclamar uma area no Cemiterio** própria para o enterramento dos cadaveres daqueles que professão a religião protestante apresentou um officio que lhe endereçou o Exm^o Snr. Bispo Diocesano acerca da **conveniencia de estabelecer-se aquela para as inhumações** dos que se finarem fora do grêmio da Religião Catholica. Discutido o assunto pelos senhores presentes foi resolvido que ao Exm^o Snr. Bispo se respondesse que a Santa Caza, nos termos de seu compromisso e regulamento do Cemiterio tomava as necessárias providencias no sentido de fazer manter em respeito os preceitos religiosos recomendáveis pelo Snr. Exm^o o mesmo Bispo Diocesano. (**grifo nosso**)

⁶⁴ Sessão Administrativa em 27 de março de 1888 - Livro de Atas da Santa Casa da Misericórdia do Maranhão – Arquivo Público do Estado do Maranhão

Portanto, George Butler foi ao Presidente da Província “explicar o seu procedimento em relação a esse facto e reclamar uma área no Cemitério”, ou seja, pedir nada mais que o cumprimento da lei. Todavia o aspecto decisivo no caso, que lançou a Mesa Administrativa da Santa Casa na indecisão de avançar em qualquer medida impeditiva contra o missionário e os protestantes, foi a informação que já havia o reconhecimento do Bispo sobre a “conveniência” de se cumprir a lei. O mesmo Bispo que, após o acontecimento, solicita ao presidente da província “a fazer cessar este abuso”, certamente não esperava que a concessão legal, a qual havia admitido como conveniente, seria o espaço normativo suficiente para encorajar o missionário norte-americano a realizar seguidamente, e “com ostentação”, rituais de sepultamento de protestantes em cemitério católico.

A ousadia do ato de George Butler não é somente forçar a aplicação da lei, mas é sobretudo se utilizar das contradições e ambiguidades normativas para apresentar a sua religião como possível de ser compreendida e adotada pelos brasileiros – um espaço de liberdade possível e conscientemente utilizado, negociado, em prol da mudança social, tal qual nos ensinam os micro-historiadores. (LEVI, 1992, 2005; GINZBURG, 1989; GROENDI, 1998)

Não por acaso, ele vai ao Presidente da Província para “explicar o seu procedimento” no enterramento, ainda que tivesse sido advertido dos tais “preceitos religiosos recomendáveis” pelo Bispo Diocesano. Estes são possivelmente uma referência a Provisão do Bispo de 27 de março de 1886 acionada pelo Capelão da Santa Casa no confronto pessoal com George Butler e seus seguidores fazendo-os “scientes que não podião ser toleradas naquele recinto manifestações contrarias ao rito da religião catholica”⁶⁵. Na perspectiva do missionário estadunidense tais proibições poderiam ser aplicadas a “seitas heréticas”, mas não ao protestantismo. Assim, conforme o agenciamento que ele procura fazer dos códigos culturais, o protestantismo apresentava-se como concorrente legítimo ao catolicismo, exatamente por ser uma religião cristã tal qual seu opositor.

Portanto, inserindo-os numa continuidade discursiva com os debates nos jornais, é plausível compreender esses sepultamentos como uma resposta, não por palavras mas em atos, aos artigos do padre Arthur Rocha no *Civilização* questionando o fundamento cristão do protestantismo. Estes documentos nos permitem ver como o missionário soube se aproveitar das fissuras legislativas e manipulá-las a seu favor para expor suas práticas rituais como religião legítima, tal qual o catolicismo. Evidentemente com resistências.

⁶⁵ Sessão Administrativa em 27 de março de 1888 - Livro de Atas da Santa Casa da Misericórdia do Maranhão – Arquivo Público do Estado do Maranhão

É bem provável que o peso do simbolismo deste comportamento ao evidenciar uma demanda de um grupo religioso minoritário por igualdade no espaço público, contribuiu pela opção de George Butler pelo enterramento no cemitério da Santa Casa e não no Cemitério dos Ingleses, uma opção viável pela proximidade da Santa Casa e não conflituosa, pois ali eram enterrados os protestantes estrangeiros.

Diante disto, torna-se clara a importância da noção de agente e de como os agentes se constroem por meio de processos simbólicos de legitimação, bem como o seu desdobramento, a noção de “encenação”. Segundo Paula Montero et. al. (2012), na questão da encenação das diferenças e de sua negociação há uma mudança conflituosa e um crescimento da atenção pública do problema que, conforme o poder de generalização das reivindicações por parte dos agentes situados, poderá converter-se numa demanda por direitos, por reconhecimento na esfera pública.

Creio ser bastante enriquecedor da análise pensar esses ritos de sepultamento como uma “encenação das diferenças”, como processo de produção e apropriação da diferença religiosa e da luta pela legitimidade da diferença. Porém, não me parece uma reivindicação dirigida ao Estado, solicitando um reconhecimento ou uma normatização da convivência, exatamente porque as normas já existem. A reivindicação de legitimidade é dirigida ao próprio opositor, a Igreja Católica a fim de fazê-la cumprir a lei, e à sociedade em geral que recebia uma nova religião e poderia, pela expressão pública dos seus ritos, conhecê-la e reconhecê-la como legítima.

Ademais, o embate entre George Butler e o padre capelão nos leva a considerar que, no final do século XIX, a ideia de espaço público ainda está em gestação. Consideremos, então, a advertência de Karina Kushnir (2007) sobre os estudos antropológicos da política: não tomar como universais e atemporais categorias próprias da política moderna, ou seja, não tomar como normativo e necessário um determinado desenvolvimento histórico, como a secularização do espaço público, daí o caráter conflituoso e em aberto sobre os destinos da relação Igreja-Estado.

Em meio a soluções mais conciliadoras com a Igreja Católica (concedendo a ela a administração de cemitérios públicos) e/ou a não efetivação das normas de destinação de espaços para *acatólicos*, a ação do missionário protestante rompe com certa acomodação/tensão local dos poderes. No entanto, tais ações não eliminavam o risco – exatamente por essa tonalidade ainda cinzenta sobre a definição de um “espaço público” – de uma reação oposta baseada na moral (valores culturais) de boa parte da população, possivelmente, até mesmo dos seus aliados brasileiros que poderiam estar interessados numa

modernização material de tipo americana, mas não necessariamente nas formas políticas dessa modernização (república, democracia, estado laico).

Por outro lado, a narrativa desse evento e de seus desdobramentos também permitiu refletir sobre o que Lorenzo Macagno (2014, p 178) indica como a necessidade de estudar a “transitoriedade dos laços sociais”. Aqui, é preciso estar atento para o esforço contínuo dos grupos de reforçarem a coesão através dos pequenos ou grandes ritos de agregação/separação, ante a contínua ameaça da traição.

É interessante perceber o que um embate pelo sepultamento em cemitério católico poderia significar para a família do morto. Possivelmente, renderia uma gratidão duradoura àquele ministro protestante, já que assim evitava-se de que um convertido a nova religião fosse sepultado distante dos túmulos dos familiares ou mesmo em terreno destinado aos indigentes. Isso é bem apropriado neste caso, por se tratar do cadáver de uma mulher, conforme informou jornal anticlerical *Pacotilha*, uma “rapariga de nome Amália... da casa do sr. dr. Paula Duarte”⁶⁶, este, como vimos, um dos principais líderes políticos deste momento de transição. Portanto, embora houvessem riscos de retaliação, George Butler expressava um gesto a fim de consolidar a fidelidade e o apoio de um importante líder político.

Conclusão

Por fim, posso afirmar que o aguçamento da percepção etnográfica levou-me a uma compreensão menos idealizada (mais empírica) das relações do missionário com aqueles membros das elites políticas, econômicas e intelectuais da cidade. Especialmente, percepção do frágil apoio desses membros das elites (muitos arvorando-se intelectuais) ao missionário protestante pode ter contribuído para a omissão de George Butler em responder à polêmica pelos jornais, já que não tinha o preparo teológico suficiente. Se respondesse, por escrito, disponibilizaria suas ideias ao sabor da crítica e corria o risco de perder o trunfo da identificação da religião protestante à racionalidade moderna – consequentemente, perder alguns aliados/simpatizantes. Esperou, então, para responder, não por palavras, mas por meio dos ritos de sepultamento em cemitério católico, em defesa da legitimidade cristã do protestantismo e sua aliança com as forças modernizantes que reivindicavam a secularização dos cemitérios.

⁶⁶ *Pacotilha*, 24 de março de 1888, p. 3

Esta, como outras ações do missionário protestante⁶⁷ tornaram efetivas a secularização da sociedade maranhense pela apresentação da possibilidade de rompimento com a tradição religiosa. Os atos fúnebres dirigidos por George Butler no cemitério da Santa Casa desestabilizaram uma acomodação local dos poderes civis e eclesiásticos resultante das soluções conciliadoras entre o Estado e a Igreja Católica e/ou da não efetivação das normas de secularização dos cemitérios. Eles visibilizaram a reivindicação de um grupo religioso minoritário pela sua expressão legítima no espaço público e tornou concreta a luta por um espaço público laico, representado pelo “direito ao lugar” de descanso eterno.

Referências Bibliográficas

- FERREIRA, Edijéce M. **A Bíblia e o Bisturi**. 2 ed. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1987.
- GINZBURG, Carlo. O nome e o como, troca desigual e mercado historiográfico. In:____. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.
- GLUCKMAN, Max. *Análise de uma situação social na Zululândia moderna*. In: FELDMAN-BIANCO , B. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987. p. 277-344.
- GROENDI, Edoardo. Repensar a micro-história? In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- KUSCHNIR, Karina. *Antropologia e política*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, p. 163-167, 2007.
- LÉONARD, Émile-Guillaume. **O protestantismo brasileiro: estudo de eclesiologia e história social**. 2ed. Rio de Janeiro e São Paulo: JUERP/ASTE, 1981.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org). **A Escrita da História, novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
- _____. **Usos da Biografia**. In: AMADO, J.; FERREIRA, M (Org.) Usos e abusos da história oral. 7 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- MACAGNO, Lorenzo. *Uma antropologia do político?* **Análise Social**, v. XLIX (1º), n. 210, 2014, p. 163-189.
- MONTERO, Paula; POMPA, Cristina; ARRUATI, José Maurício. *Para uma antropologia do político*. **Horizonte da política: questões emergentes e agendas de pesquisa**, 2012. Disponível em: <http://www.academia.edu/2455734/Para_uma_antropologia_do_pol%C3%ADtico>. Acesso: 15 ago. 2015.
- RODRIGUES, Cláudia. *Sepulturas e sepultamentos de protestantes como uma questão de cidadania na crise do Império (1869-1889)*. **Revista de História Regional** 13, n.1. Verão, 2008, p. 23-38

⁶⁷ George Butler realizou os batismos dos primeiros maranhenses conversos, os primeiros casamentos protestantes, organizou a primeira Igreja evangélica no Maranhão e construiu “o primeiro templo do norte do Brasil” (FERREIRA, 1987, p. 34).

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma. Temporalidades* - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, vol. 2, n.º 2, Agosto/Dezembro de 2010, p. 24-33.

VIEIRA, David Gueiros. **O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil**. Brasília: Ed. da UNB, 1980.

AS MENTALIDADES E O IMAGINÁRIO DOS INDIVÍDUOS NA BAIXA IDADE MÉDIA

Eduardo Melin*

Resumo: A seguinte pesquisa aborda a evolução da historiografia narrativa dentro do meio político e as renovações que este elemento da história política obteve na segunda metade do século XX assim como seu retorno à luz da atualidade. Nesse cenário de transformações procuro explicitar como os trabalhos que abordam o período conhecido como Baixa Idade Média na França vêm sendo desenvolvidos no que tange a faceta biográfica e as relações de poder, tanto por parte de membros da nobreza, clérigos como os intelectuais que ascendem com o surgimento das universidades como um novo grupo integrado a essas relações. Para tanto o trabalho exige cautela e um deslocamento temporal das concepções de poder atuais, haja vista que o período abordado que se trata do decorrer do século XIII onde hoje se conhece como Europa fora permeado de conceitos incompreensíveis a contemporaneidade, um exemplo do fato são as ideias de governo e *regimen* nas quais se encontram os personagens, o impacto profundo em que a sacralidade incutida pela Igreja nas relações sociais e desígnios governamentais conduzem os indivíduos também deve ser levado em consideração. Para isso é indispensável a interação dessa história política com a concepção das mentalidades, dos mitos e símbolos que envolvem diversas instâncias do medievo.

Palavras-chave: Idade Média, Relações de poder, indivíduos.

Execrada por quase meio século pela *École des Annales* e pelo marxismo como um modelo institucional e elitista, a História Política ressurgiu com nova roupagem a partir do final da década de 1970. Ao adquirir experiências historiográficas propôs novos problemas e ampliou a visão dos historiadores para novas perspectivas. Antes voltada à glorificação de grandes nomes ou à valorização de fatos e datas, agora expande sua lente para questões relacionadas aos mitos, às biografias, ao imaginário e às mentalidades que condensam a atmosfera dos períodos históricos. Tais esferas de conhecimento são tão relevantes como fundamentais para a compreensão dos fatos e comportamentos registrados no decorrer da história.

Classificar um trabalho historiográfico dentro dos moldes da História Política significa destacar o núcleo das relações humanas, o poder, ou diferentes estratos do mesmo. Elemento presente em símbolos, entidades, instituições, na vida pública e privada, o poder é um

* Mestrando em História pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", UNESP (2016). Graduado pelo Instituto Educacional do Estado de São Paulo (2012). Atualmente é professor educação básica II - Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Medieval, atuando principalmente nos seguintes temas: Hierocracia e Teocracia, Ordem dos Templários, Cruzadas, Críandade e Monarquia Francesa.

mecanismo pelo qual a sociedade se organiza, conduzindo-a por meio da sustentação de ideologias, crenças, mitos históricos, que orientam, ameaçam e provocam a resistência e o confronto entre outros micro-poderes (BARROS, 2005) em uma rede de indivíduos. Foi a renovação da História Política que promoveu essa visão ampla do poder, não mais aprisionada a oligarquias, nem a órgãos do Estado, mas dilatada ao extremo de quaisquer aspectos que envolvam a humanidade.

O retorno dessa categoria historiográfica parte, segundo Rémond, de transformações nas estruturas sociais mais amplas, das novas atribuições dos Estados em relação ao social e ao econômico, sendo este último muitas das vezes vitimado por crises que se recuperariam com auxílio do Estado. Essa conjuntura emerge também da ascensão dos poderes públicos que passam a agir em diversos setores da vida social. Isso demonstra que a esfera política se apoderou de amplos domínios no mundo contemporâneo e seu retorno parte da constatação de que tudo é político (RÉMOND, 2003, p. 23-25).

Outro impulso que determina seu retorno vem de fatores internos da pesquisa histórica. As críticas estimularam maior reflexão sobre obras políticas, da mesma forma que auxiliaram o desenvolvimento dos *Annales*. O contato com disciplinas diversas como a ciência política, a sociologia, a linguística ou a psicanálise promoveu avanços nas análises convergentes ao político. Mediante esses avanços na História Política, o estudo do imaginário proporcionou instrumentos para compreensão dos mitos, mitologias que revelariam mais acerca da inteligibilidade social. Esse campo de investigação procurou acrescentar explicações mais profundas sobre as mentalidades individuais e coletivas, sendo que esse fator é considerável quando se trata da ação de indivíduos ou instituições conduzidas por elementos inexplicáveis ao pensamento racional e científico.

Embora haja uma aproximação significativa entre historiadores do imaginário e das mentalidades, eles partem de perspectivas discordantes de estudo abrangente quanto aos períodos e às fontes, as mentalidades estão associadas à ideia de que há em qualquer sociedade uma “mentalidade coletiva”, em uma estrutura lenta, e que, muitas das vezes, não se afasta da história serial, pois busca — ao analisar inúmeras representações — fatores homogêneos e permanentes à formação social. Logo, a história do imaginário não se prende propriamente às longas durações do modo de pensar, agir ou sentir, mas

ao diálogo e harmonização de imagens visuais, verbais ou mentais e suas representações na vida em determinada sociedade (BARROS, 2007).

É importante elucidar que essas transformações na História Política não foram acolhidas sem dificuldades, pois o racionalismo característico da história tradicional manteve não somente declarada estranheza à inclusão de tais abordagens acerca do imaginário e das mentalidades, como relegou-as o campo da incerteza e da ficção. Deveras, um dos períodos que mais atrai a atenção dos historiadores com relação ao imaginário e às mentalidades é a Idade Média, sobretudo no que concerne à organização política e às crenças que constituem os debates em tratados políticos com relação à sociedade bicéfala⁶⁸.

Portanto é de fundamental importância para aquele que se atreve a estudar o período medieval que não tente interpretar áreas de conhecimento como as conhecemos na atualidade, já que não havia igual separação entre elas. Logo, para uma melhor compreensão é necessário analisar o princípio da indivisibilidade, isto é, a noção de que nesses séculos de domínio eclesiástico, a teologia não se desvincula da política, da mesma forma que o sistema jurídico não se desvincula do governo e do direito. Todas essas esferas se encontram aglutinadas e compartilham de uma estreita relação com os objetivos teleológicos da sociedade cristã⁶⁹.

Dentro desse raciocínio, entendamos cristãos em contraposição ao homem natural, visto que apenas se insere nessa realidade aquele indivíduo que fora renovado na pia batismal, tornando-se assim parte da corporação que compunha a sociedade cristã que sob determinado ritual de integração social dispõe o indivíduo às normas e costumes conduzidos e orientados pelo poder dos sacerdotes. As igrejas cristãs por muito tempo difundiram ensinamentos que transbordam os limites do sagrado e penetram na vida política, de modo que toda a moral e julgamento, advertência e interdição não se resume ao interior e fim último dos homens. Por ser um corpo social, a Igreja formava consciências que agiam na vida pública (COUTROT, 2003).

Esse poder espiritual ultrapassava, portanto, os limites dos meios litúrgicos (PIEREZAN, 2008, p. 63), para integrar uma ideologia que incorporava toda a vida

⁶⁸ Refere-se à Cristandade (corpo) governada por dois poderes (cabeças), o *Sacerdotium* e o *Imperium* ou *Sacerdos* e o *rex*. Cf. LE GOFF, Jacques. *A civilização do Ocidente medieval*. Bauru: EDUSC, 2005. p. 267.

⁶⁹ Cf. ULLMANN, Walter. *Principios de gobierno y politica en la Edad Media*. Madrid: Revista de Occidente. 1971. p. 15.

humana em um corpo político de laços de fidelidade, submissão e devoção instituídas pela entidade terrena detentora da verdadeira expressão religiosa.

O desenvolvimento das ideias políticas na Baixa Idade Média se deu mediante uma imbricação de crenças mantidas por forças religiosas que intervinham constantemente não só na explicação acerca da organização social, mas também no caráter da personalidade de quem a governava. Deixando mais claro, tanto a imagem do papa como a do rei eram carregadas de uma mística que os identificavam como representantes da figura divina.

Logo, esse aspecto dos governantes cristãos mantinha-os em constante disputa pelo controle da sociedade. Nesse ínterim surgem produções intelectuais que, imbuídas de religiosidade, procuram esclarecer o debate hierárquico entre os poderes temporais e espirituais. Dentro desse meio de ideias e crenças, é salutar que o historiador procure interpretar as estruturas fundamentais de realidade mística, fazendo da história das mentalidades um elemento novo de compreensão dos fatos sociais (GIRARDET, 1987).

Percebe-se que além de altos poderes, antes creditados a uma história política nobiliárquica e monolítica, existem indivíduos que contribuem politicamente para a sustentação desses baluartes de poderes opostos. Esses intelectuais que propõem tratados políticos fazem parte de uma camada social de significativo poder no século XIII: “o terceiro poder (*studium*), ao lado do poder eclesiástico (*sacerdotium*) e do poder principesco (*regnum*)”. Sua influência na mentalidade medieval é profunda, não é por acaso que por meio desses eruditos são traduzidas obras greco-romanas e reinterpretadas sob a ótica cristã, de modo a importar valores e conceitos de poder adaptando-o às problemáticas de seu tempo, o que formou as bases para a ascensão dos poderes laicos que por séculos estavam presos às amarras das demandas clericais.

Não pretendo concluir um caso de laicização social na Idade Média, haja vista que tal definição se faz equivocada, mas aludir à influência dos membros intelectuais nas relações de poder. Essa análise propõe uma verificação de que as relações políticas no medievo não se estagnavam em ações e acontecimentos gerenciados apenas pela monarquia ou pelo papado, há decerto que direcionar atenção aos diferentes níveis de poder que compunham essas relações políticas.

Essa possibilidade de encarar a profundidade das relações políticas, não só no período medieval, mas em qualquer outro, partiu da mesma nascente que rebaixou o político a nível de apêndice da história, foi da erudição sociológica e antropológica que

proporcionou a explicação da noção de poder e das diferentes realidades em que o mesmo está inserido, e que resgatou o político para um estudo mais profundo, haja vista, que a concepção de poder, por mais modificada e afastada do foco das análises do que fora a história política, está presente nas relações humanas, arraigando a percepção do político para diferentes estratos sociais.

Não foi, porém, somente por meio de novas noções de poder que a História Política veio se renovando. O crepúsculo da segunda metade do século XX, o determinismo que condicionava os fatos de acordo com dados de análises quantitativas e seriais passou a ser questionado. Seria realmente correto subordinar ações políticas e atitudes individuais às grandes estruturas e aos dados estatísticos de uma história pretensamente científica? Tal questionamento teve espaço diante de problemas como os eventos inexplicáveis por meio de estruturas, o protagonismo de alguns indivíduos e instituições que fugiam às análises quantificadas.

Exemplo desses problemas podem ser notados em derrotas de grandes estrategistas como Napoleão em Waterloo, o surgimento de grandes pandemias, a invenção da penicilina, ações que partem de indivíduos, eventos que necessitam de explicações mais profundas que não podem ser previstas ou encaixadas somente em grandes estruturas econômicas, explicadas por dados estabelecidos ou excludentes da ação individual.

Desse prisma, a nova história política busca superar a superficialidade e a perspectiva elitista com que o período foi longamente abordado; uma vez que, ao considerar as relações humanas como princípio para as relações de poder, as relações políticas dotam-se de maior complexidade, sendo capazes de transpor a hierarquia estrutural dominante. É importante destacar que o imaginário dessas relações, quando se trata do período medieval, reúne uma diversidade de elementos simbólicos atrelados ao universo político que determina a posição social e a concepção de realeza e sacralidade, em que o que atualmente se concebe como razão, estava imerso em uma realidade mística impossível de decifrar.

Outro meio no qual se dissipou a noção rasa do político tem relação com os objetos de estudo e suas representações, visto que o foco de importância concedida aos documentos oficiais abre caminho para uma gama variada de elementos, sobretudo em períodos de pouca produção escrita, mas não necessariamente se reduz à análise dessas condições. Até por que essa afirmação produz uma sensação de inferioridade dos

demais objetos diante de fontes escritas. Itens de representação, como insígnias reais analisadas sob uma ótica que não se encerre no palpável, mas em seu exterior, trazem o significado intrínseco de sua existência. Grosso modo, a coroa, a mitra, o cetro ou o báculo são constituídos de uma mística que revelam autoridade e respondem a indagações sobre comportamentos de alguns indivíduos em determinados períodos.

A miríade de insígnias, imagens visuais ou mentais incorpora sistemas simbólicos que podem ser analisados para construção de diversas representações, se situadas em uma determinada realidade, ou dentro de um conjunto de valores que a torna presente. Nesse ínterim, o imaginário se revela abrangente tanto para construções religiosas, como de poder. Logo, essa face simbólica nos leva a compreender a existência de um imaginário político que em muitos casos possibilitou a assimilação de símbolos como o coração (órgão que rege a vida) e a cabeça (local de comando) para determinar a posição de um governante no organismo social do período medieval.

Símbolos, conceitos e instituições tanto hoje como na Baixa Idade Média têm seu valor de impacto. A história perpetuou por meio desse imaginário a figura de pureza e soberania que circundava a realeza, assim como a infalibilidade do Papa construída durante séculos pela Igreja, foram elementos que fizeram parte das mentalidades coletivas do medievo. Contudo, toda sacralidade de ritos e confirmações penetra na vida pública e as ideias políticas medievais difundidas pelos ensinamentos, sobretudo dos intelectuais de Paris, não apenas fizeram parte de um simples conflito entre clérigos e laicos, como também refletiam tendências políticas e sociais que marcavam a mentalidade de uma época em que a tomada de consciência modificava a vida pública.

A complexidade em que se encontrava a Europa dos séculos XII e XIII exigia mudanças na estrutura do conhecimento. As universidades medievais, ainda submetidas ao meio eclesiástico, eram um dos focos dessas transformações, haja vista que a estrutura eclesiástica funcionava por meio da consolidação de leis e decretos. Por meio desse recurso, os intelectuais puderam alçar-se em uma influência política significativa (LE GOFF, 2014, p. 11), sobretudo quando a Monarquia Pontifícia começou a perder espaço para o nascimento dos Estados monárquicos que, conferindo maior importância a esse subgrupo de intelectuais, utilizava de suas competências para asseverar a imagem do governante.

Nesse cenário de transições, é perceptível a ação política de indivíduos, pois mesmo imersos numa longa estrutura de mentalidade religiosa, adequavam-se às

demandas políticas de sua época e reproduziam tratados políticos que nos fazem refletir sobre a sua importância e atuação no contexto mencionado. Esses elementos pensantes oriundos das universidades medievais encaixam-se num estudo que ultrapassa a análise do imaginário político, mas aborda o protagonismo desses indivíduos no âmbito histórico.

Tendo em vista os consideráveis avanços nas abordagens dos estudos políticos e o protagonismo que emerge desse novo parâmetro de análise, o escopo historiográfico da História Política, que vem cativando historiadores desde a década de 1980, também proporcionou o amadurecimento dos estudos biográficos. Sendo a forma mais antiga da produção histórica, por muito tempo renegada assim como a História Política, a Biografia dos últimos decênios escrita por historiadores conceituados não é a mesma narrativa de grandes feitos heroicos que consagraram a história das literaturas grega e latina; nem mesmo as que promoveram modelos de vida como as hagiografias medievais. Trata-se de uma concepção moderna e renovada do gênero biográfico.

A nova roupagem atribuída à Biografia dentro da História Política busca posicionar os indivíduos como testemunhos históricos, reflexos reveladores de uma época e receptáculos do passado (DEL PRIORE, 2009, p. 9). Não exclui o determinismo histórico presente nas correntes estruturalistas, mas enxerga sua independência e possibilidade de ação como elemento vivo na História. Tal tratamento dispensado pela nova Biografia, deve parte significativa de seu aperfeiçoamento às contribuições de Jacques Le Goff em suas obras sobre São Francisco de Assis e São Luís, que utilizam o indivíduo como meio para conhecer e desvendar uma série de fenômenos que aborda sob um aspecto problemático as mais diferentes estruturas.

No entanto, é preciso compreender as dificuldades e seguir determinados caminhos para elaborar um trabalho biográfico. Le Goff exemplifica um problema corrente em trabalhos desse gênero, a pretensão teleológica do biógrafo para com o seu objeto, ou a infidelidade quanto ao silêncio das fontes. O historiador deve “respeitar as falhas e lacunas que a documentação deixa” (LE GOFF, 2011, p. 21), senão modificaria o trajeto da pesquisa deixando clara a intromissão do escritor, que não deve pensar que o personagem segue uma trajetória predeterminada. Há incertezas, reviravoltas, contradições e interrupções na vida de um indivíduo; logo, as certezas não são vias seguras, mas ilusórias.

Quando se trata de analisar a conduta de indivíduos e suas ações políticas na Idade Média torna-se necessário compreender que a noção de individualidade é fruto do período contemporâneo (LE GOFF, 2011, p. 443). Embora o fator individual sempre tenha existido, sua ação é composta de nuances e proporções muito diversas das quais atualmente se compreende.

Segundo Ullmann, na sociedade medieval o indivíduo era apenas um súdito, submetido a obedecer um superior encarregado de aplicar a lei, elemento fundamental na Idade Média, visto que se trata de uma sociedade extremamente hierarquizada (ULLMANN, 1966 apud LE GOFF, 2011, p. 444). Logo, é notável o olhar impessoal do historiador do medievo acerca dos indivíduos dessa época; porém essa noção passou a evoluir no decorrer do século XIII com a formação das monarquias nacionais atingindo seu ápice no fim do século XVIII.

Reconhece-se também que na biografia o indivíduo não é um protagonista isolado. Nesse gênero, ao mesmo tempo que o sujeito constrói uma época, é também construído por ela. Trata-se, portanto, de uma construção que se relaciona com diversidades, acasos, hesitações e escolhas. O mesmo se dá quanto à convivência com as demais personagens, haja vista que “estão situados em amplas redes que se interligam” (DEL PRIORE, 2009, p.10). O indivíduo apresenta, segundo esses fundamentos, o reflexo de uma época, de seu lugar-comum, pois são formados por esse meio, daí derivam suas ações ao mesmo tempo que se expressam em sua relação com o coletivo, produzindo uma gama de representações que permeia o meio político, social, imaginário e mental de sua época. Ele se torna, assim, um receptáculo de inúmeras informações. Na definição de Bloch “Os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais” (20⁰¹, p. 60).

Por conseguinte, observamos que dentro do meio político renovado das últimas décadas, as inúmeras e edificantes abordagens concebidas proporcionaram maior profundidade aos conhecimentos que fizeram do político um campo bem mais complexo do que fora um dia. A História Política aquiesceu sua evolução articulando à erudição de experiências que envolveram atmosferas do pensamento e da representação imagética, histórias que partem do micro objeto, mas não se desprendem do macro invólucro das relações e mentalidades. Assim, por uma diversidade de parâmetros conscritos na historiografia e sua demanda na sociedade atual, a História Política

retornou a um baluarte atrativo para historiadores que, mesmo partindo de diversas vertentes e linhas historiográficas, nunca se desvincularam do meio político.

Referências Bibliográficas

BARROS, José D'Assunção. *História política, discurso e imaginário: aspectos de uma interface*. Saeculum: Revista de História, João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, n. 12, p. 128-141, 2005.

_____, José D'Assunção. *História, imaginário e mentalidades: delineamentos possíveis*. In: Revista Conexão – Comunicação e Cultura, v. 6, n. 11, jan. /jun. 2007, pp.11-39.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

COUTROT, A. *Religião e Política*. In: RÉMOND, R. (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 331-363

GIRARDET, Raoul. *Para uma introdução ao imaginário político*. In: *Mitos e mitologias políticas*. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 9-24.

LE GOFF, Jacques. *A civilização do Ocidente medieval*. Bauru: EDUSC, 2005.

_____, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2014.

_____, Jacques. *São Francisco de Assis*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

_____, Jacques. *São Luís*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.

PIEREZAN, Alexandre. *De regia potestate et papali, o equilíbrio de poderes segundo Johannes Quidort (1270-1306)*. Niterói. Tese de Doutorado em História Social, UFF, 2008.

PRIORE, Mary del. *Biografia: quando o indivíduo encontra a história*. Topoi: Revista de História, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 10, n. 19, p. 7-16, 2009.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ULLMANN, Walter. *Principios de gobierno y politica en la Edad Media*. Madrid: Revista de Occidente. 1971.

PERMANÊNCIAS EM MOVIMENTO NO BAIRRO RURAL DE FRUTAL DO CAMPO (SP).

Carla Julião da Silva⁷⁰

Introdução

Este artigo tem como intuito trazer uma discussão sobre o meio rural paulista sobre o olhar dos sítiantes do bairro rural localizado no Distrito de Frutal do Campo, na cidade de Cândido Mota (SP). Tal discussão permeia nas variadas interpretações que o campo sofreu e vem modificando suas características.

O meio rural ao longo dos séculos vem se tornando objeto de estudos devido suas características, estilo de vida e a forma de organização do trabalho, com interpretações diferenciadas cercados de curiosidades e questões que diz respeito à permanência, resistência e identidades. Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz na obra *“O Campesinato Brasileiro”* (1976), algumas transformações ao longo da História motivaram as mudanças no meio rural, a chamada “Revolução Agrária” (que antecedeu a Revolução Industrial ocorrida no século XVIII na França e em alguns países da Europa) possibilitou a criação de empresas agrárias, cujo objetivo era a venda da produção em primeiro lugar deixando em segundo plano questões relacionadas à subsistência permitindo a difusão de variadas interpretações sobre o rural.

Outra transformação apontada por Maria Isaura P. Queiroz foi à subordinação do campesinato à sociedade urbana, acentuada durante a Revolução Francesa, a desapropriação de bens da nobreza, do clero e a administração e venda de terras pelos burgueses proporcionou a posse de áreas agrícolas e permitiu a cobrança de aluguel, arrendamento e até mesmo a multiplicação de pequenas propriedades. Mesmo com tais mudanças o campo continuou em posição de inferioridade na sociedade francesa. No decorrer do século XIX comandado por elementos citadinos, de caráter socioeconômico e político, as modificações no campo expandiram caracterizando a produção de

⁷⁰ Mestranda do Curso de Ciências Sociais- UNESP Marília. E-mail: carlajuliaoasilva@gmail.com

diferentes culturas⁷¹ numa única propriedade, mesmo assim, não conseguiu alcançar prestígio, poder político e econômico. (QUEIROZ, 1976, p.21).

No cenário brasileiro as transformações e interpretações do mundo rural passaram a ser observados no âmbito geográfico, biológico, social e econômico. O tema foi exaustivamente discutido na passagem do século XIX para o XX, difundiram-se e adentraram no imaginário social. A dicotomia campo/cidade proporcionou e estimulou o desenvolvimento da produção cultural e científica buscando uma especificidade na representação da brasilidade trazendo a tona imagens e tradições sobre a vida no campo.

A preocupação dos intelectuais que se debruçaram sobre a questão, tanto na literatura quanto na economia, na busca de elementos justificáveis na vivência do campo e no modo de vida caipira para a construção da identidade brasileira, componentes estes que serviram para explicar avanços e atrasos do país passando a fazer parte das discussões da época e representado fartamente na literatura⁷².

Euclides da Cunha na obra, “*Os Sertões*” (1936) ofereceu elementos que possibilitaram a interpretação de determinações geográficas para explicar o isolamento das populações do interior do país, a paisagem inóspita do Sertão seco, a falta de habitantes e a localização de Canudos proporcionou ao leitor a lenda do isolamento das populações caboclas. Tais explicações foram aceitas por estudiosos no que diz respeito a um grupo rural tradicional, como lembra Maria Isaura P. Queiroz (1976, p. 8 e 9).

Considerações sobre uma possível determinação biológica das condições do homem rural foram feitas pelo escritor Oliveira Viana que descreveu e interpretou as populações Meridionais do Brasil chegando a análise que as raízes biológicas explicariam também a distinção fundamental entre os pobres caipiras livres, que habitavam fora da propriedade, e os trabalhadores das fazendas que possuíam amparo por parte do fazendeiro. O autor chega a conclusão, segundo Maria Isaura P. Queiroz (1976, p.9 e 10) que estes caipiras livres estavam inaptos ao trabalho regular, eram

⁷¹ A palavra “cultura” aqui fazendo referência a agricultura, o que é escolhido para se plantar em um determinado período.

⁷² Na literatura autores como Monteiro Lobato (1914), Euclides da Cunha (1936), Cornélio Pires (1921), tiveram papel fundamental no começo do século XX. No que diz respeito tanto na economia quanto em pesquisas científicas, Nice Lecocq Muller (1951), Antonio Candido (1955), José de Souza Martins (1969), Maria Isaura Pereira Queiroz (1976), Paul Singer (1981), José Graziano da Silva (1982) e Maria José Carneiro (1997), contribuíram para análises sobre o universo rural e elementos que distinguem campo e cidade, na qual, serão citados neste projeto.

preguiçosos, vadios por causa de suas origens mestiças e somente poderiam produzir algo se recebessem a ordem de um fazendeiro.

Na esfera social do Estado de São Paulo, escritores como Cornélio Pires (1927) e Monteiro Lobato (1962), destacaram-se e apresentaram representações diversificadas do que vem a ser o homem do interior paulista. Cornélio Pires ofereceu grande importância deste tema pela obra *“Conversas ao pé do Fogo”* (1927), visto que já havia uma preocupação do autor sobre o que vem a ser o “caipira” enquanto identidade paulista, procurou dividir por categorias cada tipo de caipira que surgiu e trazendo uma nova perspectiva na estrutura da vida do campo da época sem deixar de lado a identidade e foi um dos percussores a conseguir que a indústria musical brasileira lançasse discos com músicas do gênero caipira.

Já Monteiro Lobato, nas primeiras décadas do Século XX, criaria a representação caricatural do caipira em São Paulo. Nos textos *“Cidades Mortas”* (1906), *“Velha Praga”* (1914) e *“Urupês”* (1914), estabeleceu sua crítica à interpretação da realidade em oposição às correntes românticas, o autor não faz uma análise estrutural da sociedade brasileira, mas considera o caboclo⁷³ como responsável pelo atraso nacional. Suas práticas irracionais o tornariam um indivíduo inútil para a nação, como aponta Luciana Meire da Silva na tese: *“O Brasil rural nas obras de Monteiro Lobato nas décadas de 1910 a 1930”* (2013).

A criação do personagem *Jeca Tatu* por Monteiro Lobato expressa seu entendimento sobre o caboclo. Este personagem, já na década de 1918, passou de atraso para ser considerado um herói nacional, Lobato adapta uma nova leitura sobre o caboclo no artigo *“Jeca Tatu- A Ressurreição”* (1918) modifica seu conceito sobre o caboclo, de preguiçoso e parasita da nação para um indivíduo doente. A importância e a transformação deste personagem acompanharam a trajetória dos debates intelectuais de seu tempo. Tais mudanças ocorreram pelo fato do autor ter uma forte relação com os intelectuais da época e a discussão que aumentava sobre saneamento básico no país. Outros personagens como *Jeca Tatuzinho* criado também por Monteiro Lobato e *Chico*

⁷³ Para Luciana Meire da Silva, na dissertação *“O Brasil rural nas obras de Monteiro Lobato nas décadas de 1910 a 1930”* (2013), Monteiro Lobato não via saída para o atraso e a decadência da vida do caboclo. No entanto, não traz para o debate assuntos associados à economia e sociedade, escrevendo em contraposição aos românticos, valoriza o imigrante, particularmente pela sua disciplina em relação ao trabalho. Para Lobato, segundo a autora, a chegada dos imigrantes nas indústrias e nas lavouras traria a esperança para a superação da decadência nacional (2013, p. 68 e 69).

*Bento*⁷⁴ por Maurício de Sousa vieram com este movimento de informar e orientar a população sobre noções básicas de higiene e saneamento⁷⁵.

Nas pesquisas científicas, Antonio Candido se destaca quando organiza na obra “*Os Parceiros do Rio Bonito*” (2010) investigações feitas a partir dos meios de vida num agrupamento de caipiras no município de Bofete (SP), nos anos de 1948 e 1954. Neste estudo, o autor faz referência às descrições feitas por Cornélio Pires (1921) das variadas representações do que vem a ser o caipira. Nestas observações Antonio Candido aponta que:

Para designar os aspectos culturais, usa-se aqui *caipira*, que tem a vantagem de não ser ambíguo (exprimindo desde sempre um modo de ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial), e a desvantagem de restringir-se quase apenas, pelo uso inveterado, à área de influência histórica paulista. Como neste estudo não saímos dela, o inconveniente se atenua./ Cornélio Pires descreve, em um dos seus livros, o “caipira branco”, o “caipira caboclo”, o “caipira preto”, o “caipira mulato”. É a maneira justa de usar os termos, inclusive porque sugere a acentuada incorporação dos diversos tipos étnicos ao universo da cultura rústica de São Paulo – processo a que se poderia chamar *acaipiramento*, ou *acaipiração*, e que os *investigou* de fato num conjunto bastante homogêneo. (CANDIDO, 2010, p. 27)

Na condição de “agregado”, ou posseiro, o caipira acabou “empurrado” para áreas cada vez mais despovoadas, acabando por ser representado como um sujeito às

⁷⁴ Aline Franciele Parrilla, na dissertação de mestrado “*Chico Bento, um caipira do campo ou da cidade?: A representação do espaço rural e urbano e de seus habitantes na revista em quadrinhos do Chico Bento (1982-2000)*” (2006) analisa as influências do personagem brasileiro *Chico Bento*, criado por Maurício de Sousa, com exemplares publicados a partir dos anos 1960 e 1970 em formato de histórias em quadrinhos, ganhou o papel de representar o homem do campo usando da sua linguagem – o caipirês – juntamente com cenário do campo, moradia, utensílios rústicos, animais e uma vila. A história gira em torno da ingenuidade, a imagem de uma pessoa bondosa, obediente e defensor da natureza, com a intenção de passar uma mensagem de cidadania para o leitor. Na história, somente *Chico Bento* frequenta a escola, mesmo assim, a utilização incorreta da língua portuguesa é a principal característica do “caipirinha” dos quadrinhos (PARRILLA, 2006).

⁷⁵ Além dos escritos literários, o cinema e as telenovelas também trataram (e tratam) o assunto por outras perspectivas, tanto pelo âmbito da vida rural quanto na tradição oral. No cinema, a figura do caipira ganhou destaque com Mazaropi, que eternizou o modo de vida do Jeca Tatu em vários filmes. Outro filme que também trata da representatividade caipira é *A Marvada Carne*, do diretor André Klotzel, que oferece outro olhar sobre identidade rural, seguindo a tradição oral, explicitada por meio de contos populares. As telenovelas, *Cabocla* e *Sinhá Moça*, exibidas por uma emissora de televisão também retrataram o assunto de forma ilustrativa. Atualmente, na mesma emissora, *Eta mundo bom* está sendo exibida ora contando a história de uma família que mora na roça, ora dando enfoque a vida urbana da época.

margens da história, como lembra Candido (2010, p. 102). Com sua herança econômica, social e cultural, deixou para o caipira as marcas da inadaptação para o esforço intenso e contínuo, o trabalho racionalizado e voltado para o mercado e as diversas mudanças no mundo urbano moderno responsabilizou estes indivíduos por um suposto baixo nível de vida.

Ainda hoje, nas áreas rurais onde restam pequenos proprietários que possam ser chamados de caipiras típicos, que ainda não abandonaram suas raízes, a diferença campo/cidade é o elemento que os distingue. A urbanização tratou de escrever e caracterizar seu próprio espaço, sendo, portanto, um espaço de referência que serve como exemplo de “progresso” ao sujeito que insiste em viver no “atraso” do campo. Sobre esse ponto, Parrilla discorre:

Nesse sentido, poderíamos inferir que ao definir o rural o cidadão promove, por distinção, uma caracterização do seu próprio espaço. Esta diferenciação entre os dois ambientes se faz não apenas físico-geograficamente, mas por vários aspectos como: costumes, valores, vestuário, linguagem. O “caipira típico”, assim como o espaço que ele habita, é caracterizado pela diferença: ele representa o “outro”, tanto em relação àquele que produz história, uma vez que a cidade é o espaço de referência para a elaboração dos enredos [...] (PARRILLA, 2006, p. 146)

Assim, para Candido (2010, p. 97) é possível dizer que a cultura caipira expressa uma forma de identidade do morador do campo, suas vivências estão relacionadas ao tempo cronológico da terra, contado em dias, meses e anos a partir do período apropriado para certas culturas. É partindo desta premissa que o camponês desenvolve sua rotina se diferenciando do indivíduo urbano, o ritmo é modificado não sendo semelhante ao tempo do operário de oito horas trabalhadas por dia.

O impulso para a modernização e as transformações nos centros urbanos pelo país também ofereceu mudanças no meio rural, com os incentivos para a produção de café que proporcionou a entrada de maquinários agrícolas, a reorganização do modo de vida rural e o descolamento do centro geográfico das plantações possibilitaram o chamado “efeito urbanizador” da atividade cafeeira, como lembra Maria Flora Ohtake na dissertação de Mestrado, *“O processo urbanizador em São Paulo: dois momentos duas faces”* (1982, p.34).

As plantações de café no Estado de São Paulo ganharam grandes proporções e destaque nos anos finais do século XIX, os incentivos para a produção também

influenciaram na procura de novas terras para o plantio, contudo, o encontro dos homens brancos com os indígenas - que estavam à frente destas terras - causou grande impacto e consequências⁷⁶.

A partir de 1945, com as experiências democráticas ocorridas no Brasil tais como: novidades e projetos políticos ousados, a criação de novos partidos, a livre importação de mercadorias e promessas de progresso disputaram a preferência dos eleitores e proporcionou mudanças econômicas, sociais e políticas da época. Tais novidades permitiram também que diversas pesquisas fossem realizadas, um destes estudos possibilitou a comparação e repartição de renda no Brasil entre 1960 e 1970, demonstrando que o desenvolvimento da economia beneficiava uma minoria em detrimento da grande maioria da população⁷⁷.

Entretanto, diante deste grande feito, segundo Francisco de Oliveira na obra *“Crítica a Razão Dualista. O ornitorrinco”* (2003, p. 83 e 84), a economia foi internacionalizada, possibilitou empresas multinacionais instalarem suas filiais controlando setores importantes da indústria, sendo uma das apostas para o “progresso”. O crescimento do produto real da indústria aumentou, mas o governo não conseguiu frear a dívida externa. Tais fatores contribuíram para acelerar as migrações em direção aos grandes centros urbanos, mas o salário dos trabalhadores não acompanhou todo esse crescimento e a taxa de exploração de força de trabalho aumentou. Esta expansão econômica contribuiu para uma divisão do trabalho que favoreceu a urbanização.

As exigências de leitura, boa escrita e o entendimento sobre o trabalho realizado ampliou-se, e aqueles que precisavam se inserir no mercado de trabalho deveria se adequar nas novidades de cada setor profissional. A necessidade de qualificação levou muitos trabalhadores a procurar os grandes centros urbanos, só 17% destes trabalhadores ficavam com o trabalho na agricultura, enquanto a maioria já morava em grandes centros urbanos. A região da grande São Paulo foi um dos mais significativos

⁷⁶ Sobre este assunto, Mirian Cláudia L. Simonetti na dissertação *“A longa Caminhada: a (re)construção do território camponês em Promissão.”*, analisa as transformações do encontro entre homens brancos e índios no interior de São Paulo, o conflito entre os dois significou perdas para os indígenas, foram expulsos e incorporados pela sociedade “civilizada” retirando deles as terras para a ampliação das plantações de café. Além da oposição e a retirada das terras destes índios, surgiu também, de forma expressiva, a figura do especulador das companhias colonizadoras que loteavam as terras para revendê-las a pequenos proprietários. (SIMONETTI, 1999, p. 21)

⁷⁷ Sobre o assunto, ver SINGER, Paul. **Comparabilidade dos dados**. IN: SINGER, Paul. *Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição de renda no Brasil*. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1981.

do período, como apontado pelos autores João Manuel Cardoso Mello e Fernando Novais no trabalho: “*Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna*” (1998, p.597).

Deste modo, a pretensão pelas “vantagens” na vida urbana levou migrantes das áreas rurais a procurarem a sua inserção no mercado de trabalho, porém, aqueles que não apresentavam formação profissional trabalhavam com serviços que não exigiam tantas qualificações, como por exemplo, na construção civil e serviços domésticos. A remuneração era baixa e ter a carteira assinada já seria um avanço. Assim,

A entrada do migrante rural no mercado de trabalho se dá em geral, para homens, na construção civil, e, para mulheres, nos serviços domésticos. São os únicos canais abertos para os que têm de “aceitar qualquer serviço”, pois “não tem desembaraço”, “são acanhados”, “afobam-se”, “nunca tem a esperteza de quem já esta na capital”, “não entendem a linguagem da cidade”, “não sabem mexer com máquinas”. Na construção civil, as tarefas são as mais pesadas e as de mais baixa remuneração, por exemplo, a de servente de pedreiro. O emprego doméstico feminino era, naquela época, muito pior do que se pode imaginar hoje: começava com o amanhecer do dia e só acabava quando a louça do jantar estava lavada; folga, só aos domingos, depois do almoço; o quartinho apertado; o assédio sexual do filho do patrão, as vezes do próprio patrão. Mas são acessíveis, também, outros postos de trabalho nos serviços, em geral sem carteira assinada. Por exemplo, o de serviço de limpeza, o de carregador de sacos de cereais, o de vigia noturno, o de ajudante de caminhoneiro, ou de cozinheiro, ou de vendedor ambulante, ou de feirante, o de lavador do automóvel. Tendem a confluir, assim, nesse nível “inferior” da escala social, o migrante rural e os cidadãos pobre – os descendentes dos escravos -, que também se localizavam na base do mercado de trabalho. (MELLO; NOVAIS, 1998, P.598 e 599)

O monopólio da terra, as ampliações de oportunidades de crédito levaram a industrialização para a agricultura a partir de 1970, o latifúndio acentua-se seu caráter capitalista e surgem, neste período, novas profissões ligadas à agricultura, cursos de nível superior foram incentivados e ganharam destaque. Estas transformações na agricultura aceleraram as migrações do campo para as cidades, esses migrantes procuravam nas grandes indústrias o emprego que oferecesse segurança e os direitos assegurados pela legislação do trabalho. A modernização do campo estimulou a mudança da agricultura de subsistência pela comercial, com a expropriação e expulsão de posseiros, parceiros e agregados oferecendo lugar para trabalhadores assalariados devido à forte concentração de propriedade e de renda, “milhões de homens, mulheres e crianças seriam arrancadas do campo pelo trator, implementos agrícolas sofisticados, pelos adubos e inseticidas e pela penetração do crédito” (MELLO; NOVAIS, 1998 p. 580).

As diferenças entre rural e urbano acentuaram-se e a modernização “das mentalidades” caminhou junto com tais mudanças, tanto para as “boas” condições, ao qual oferece a cidade, quanto ao “nível” de cultura que se poderia chegar. Segundo Milton Santos e María Laura Silveira na obra: “*Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*” (2010), a preocupação em modernizar o campo nos anos finais do século XX estava em responder as exigências do mundo globalizado, acompanhar a demanda de “racionalidade” a ser empregada no plantio, nos cuidados, na colheita, na armazenagem, estocagem, empacotamento, transporte e comercialização justificando assim o surgimento de instituições de ensino e de pesquisa aplicada na área da agricultura (2010, p.281).

Em um cenário que as técnicas modernas estão fluindo e entrando no cotidiano da população, toda forma de oposição a tais mudanças ocasionaria um retrocesso, daí o surgimento de estereótipos negativos aos que iam contra tal modernização. Para José de Souza Martins na obra “*A modernização e o problema agrário em Estado de São Paulo*” (1969), considerar a relação entre urbano e rural é afastar-se da hipótese de uma política econômica global que considerasse a relação indissolúvel entre o rural e o urbano. Surgem também os temas como “resistência a mudança” e personalidades apáticas, assim, concepções da ação modernizadora são desencadeadas para inibir tais formas de resistência. (1969, p. 131).

As transformações que ocorrem no campo demonstram que não é mais possível ter como referência o modelo “atrasado” da cultura tradicional camponesa e o modo de vida do homem do campo, essas referências não são mais compatíveis com as novas formas de organização rural, a reorientação do modo de vida, a luta contra o desemprego urbano e as novas formas de padrão agrícola são formas de insistir na permanência no campo.

Sitiantes e bairros rurais

Para a geógrafa Nice Lecocq Muller na obra “*Sítios e Sitiantes no Estado de São Paulo*” (1951, p.27), o *sitiante*, localizado no Estado de São Paulo (e na região sudeste em geral), é definido como todo o pequeno produtor rural responsável pela sua lavoura, tem contato direto com a terra com ajuda (ou não) da família, segundo a autora tal definição do que vem a ser sitiante, baseado na organização e nas relações de trabalho, estão fundamentadas em análises sociológicas.

Segundo Lia Freitas Garcia Fukui na obra *“Sertão e bairro rural”* (1979, p.81), as unidades menores de vida social no meio rural brasileiro são os grupos de localidades, comunidades e bairros rurais. Autores como Antonio Candido e Lynn Smith são citados pela autora para referir-se a descrição que estes fizeram sobre o universo rural. Candido na obra *“Os Parceiros do Rio Bonito”* (1955) analisou o conceito de comunidade e Lynn Smith na obra *“Brasil, povo e instituições”* (1967) designou grupos de localidades no meio rural brasileiro como unidades mínimas do povoamento tradicional equivalentes aos grupos de vizinhança nos Estados Unidos. Ambos compreendem a heterogeneidade do conceito de comunidade, portanto, expressando dificuldades para abordar a realidade social no meio rural. Fukui ainda coloca que para adotar o bairro rural como universo da pesquisa é preciso estudar as famílias de sítiantes tradicionais compreendidas dentro de bairros rurais investigando e compreendendo a relação entre grupo familiar e bairro rural (FUKUI, 1979, p. 81 e 82).

Maria Isaura Pereira de Queiroz em *“Bairros Rurais Paulistas”* (1973) define bairro rural como formado por camponeses, isto é, por indivíduos vivendo numa economia de subsistência, completada pela comercialização das sobras da colheita, que é vendida na cidade próxima ou na região, é ao mesmo tempo um tipo de povoamento e um tipo de grupo social antigo que persiste. Esta definição para autora decorre das pesquisas feitas por Antonio Candido e a moderna teoria da Sociologia Rural⁷⁸ que possibilita deixar para o segundo plano o aspecto econômico para dar lugar as relações sociais e relações de trabalho desenvolvendo e conservando relações de vizinhança em nível social igualitário, das atividades cotidianas e festivas. (1973, p.47 à 50).

Segundo Queiroz, a análise das ligações entre bairros rurais e as sedes se seus municípios possibilitaram a compreensão da realidade da época, a antiga localização da civilização caipira em confronto com sua localização atual e o processo de aculturação que podem ocorrer nos bairros rurais, porém, isso não justifica que ocorra uma marginalidade econômica, social ou sinais de isolamento na vida dos sítiantes estudados e analisados pela autora, a integração econômica entre campo e cidade demonstra que os

⁷⁸ Tais análises possibilitaram a compreensão entre os bairros rurais de Taquari, Paraibuna e Itapeçerica e as zonas urbanas (ambas localizadas no interior do Estado de São Paulo) destas localidades tratando definições do que vem a ser bairro rural e a relação com seus integrantes. O isolamento e uma nova realidade no meio rural destes bairros orientaram as pesquisas feitas por Maria Isaura P. de Queiroz desde 1962. (QUEIROZ, 1973)

sitiantes estão plenamente integrados a cidade, sua participação se regula pelos princípios da civilização caipira e não pelos princípios da civilização moderna, são produtores e consumidores e respondem pelas exigências burocrático-legais em seu meio (QUEIROZ, 1973, p. 87).

Considerações Finais

Como levantado dos dados etnográficos no início da pesquisa, os primeiros resultados tem como pano de fundo as diversas representações e interpretações do modo de vida rural, tanto na organização do trabalho como nas diversas identidades que podem ser encontradas no universo rural. Foi possível reconhecer e compreender, as mudanças atuais no mundo rural por meio de entrevistas com os sitiantes da região rural do distrito de Frutal do Campo (SP), as vivencias e as novas experiências no campo possibilita compreensões do significado da terra para estes moradores, qual são suas dificuldades e desafios a serem enfrentados no mundo rural atualmente e quais são suas formas de permanências no campo.

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Editora Brasiliense. Obras Escolhidas volume I. São Paulo, 2012.

CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo do caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Ed. Ouro sobre Azul. Rio de Janeiro, 2010.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. Texto publicado nos *Anais do XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural*. Natal, agosto, 1997.

FUKUI, Lia Freitas Garcia. Sertões e Bairro Rural (parentesco e Família entre sitiantes tradicionais). Editora Ática. São Paulo, 1979.

LOBATO, Monteiro. Urupês. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1962.

MARTINS, José de Souza. A Modernização e problema agrário no Estado de São Paulo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 6. Universidade de São Paulo. São Paulo 1969.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual da História Oral*. 4ª edição, São Paulo, Edições Loyola, 2002.

MELO, João Manuel Cardoso; NOVAIS, Fernando. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. In: NOVAIS, Fernando. *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Nice Lecocq Muller na obra “*Sítios e Sitiantes no Estado de São Paulo*” (1951)

OHTAKE, Maria Flora Gonçalves. *O processo de urbanização em São Paulo: dois momentos, duas faces*. Dissertação de Mestrado pela Universidade Católica de São Paulo, mimeo, São Paulo, 1982.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica a Razão Dualista. *O ornitorrinco*. São Paulo. Boitempo, 2003.

PARRILLA, Aline Franciele. *Chico Bento, um caipira do campo ou da cidade?: a representação do espaço rural e urbano e de seus habitantes na revista em quadrinhos do Chico Bento (1982-2000)* Dissertação (Mestrado em História e Sociedade) Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Assis, mimeo, São Paulo, 2006.

PIRES, Cornélio. *Conversas ao pé do fogo*. Ed. Nacional. São Paulo, 1927.

POKER, José Geraldo A. B. Os sentidos de compreensão nas Teorias de Weber e Habermas. Edição Especial. *Revista Trans/form/Ação*, Marília, v. 36, p.221-244, 2013.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O Campesinato Brasileiro*. Ensaio sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil. 2ª edição. Vozes. Petrópolis, 1976.

_____. *Bairros Rurais Paulistas. Dinâmica das relações bairro rural-cidade*. Ed. Livraria Duas Cidades. São Paulo, 1973.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. 14ª Ed. Record. Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Luciana Meire. *O Brasil rural nas obras de Monteiro Lobato nas décadas de 1910 e 1930*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP campus Marília, mimeo, 2013.

SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo. *Vida Rural e Mudança social*. Ed. Nacional. São Paulo, 1973.

